Amanda Motta Castro
Desirée de Oliveira Pires
Raylene Barbosa Moreira
(Orgs.)

ANAIS DO

I CONGRESSO INTERNACIONAL

LÉLIA GONZALEZ

O I Congresso Internacional Lélia Gonzalez: educação, movimentos e esperanças, que aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2021, teve como objetivo principal debater questões ligadas aos movimentos sociais, direitos humanos, gênero, desigualdades sociais, violências, educação popular e teorias decoloniais do campo das Ciências Humanas e Sociais. Pensado e construído a muitas mãos, vislumbramos o encontro de estudantes, docentes e militantes das cinco regiões do Brasil, dialogando também com colegas da Argentina, Colômbia, Cuba, México e Porto Rico. O congresso foi aberto para todas e todos que compartilharam conosco seus trabalhos, distribuídos em seis Grupos de Trabalho (GTs). Ao todo, foram apresentados oitenta e sete (87) trabalhos, organizados entre os seis GTs, apresentados na sequência. Os debates ao longo das mesas, palestras e GTs fizeram com que construíssemos caminhos possíveis, sob perspectiva, olhar e sensibilidade de diferentes vozes que, por muito tempo, foram consideradas inexistentes. Seguiremos trilhando o caminho para a liberdade, caminho que nossa ancestralidade construiu e há de ser trilhado por nós com luta, resistência e amorosidade.

9 786559 174492

editora fi .org

CC BY SA

Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez

Anais do
I Congresso Internacional Lélia Gonzalez

Organizadoras
Amanda Motta Castro
Desirée de Oliveira Pires
Raylene Barbosa Moreira

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
Capa: Lucas Margoni
Arte de Capa: Eduardo Angelo; Adley Souza

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CASTRO, Amanda Motta; PIRES, Desirée de Oliveira; MOREIRA, Raylene Barbosa (Orgs.)

Anais do I Congresso Internacional Lélia Gonzalez [recurso eletrônico] / Amanda Motta Castro; Desirée de Oliveira Pires; Raylene Barbosa Moreira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

460 p.

ISBN - 978-65-5917-449-2
DOI - 10.22350/9786559174492

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Congresso; 2. Lélia Gonzalez; 3. Anais; 4. Sociedade; 5. Feminismo; I. Título.

CDD: 301

Índices para catálogo sistemático:
1. Sociologia 301

Sumário

Apresentação 19

Caminhos possíveis

Amanda Motta Castro
Raylene Moreira
Desirée Pires

1 23

Perspectivas de gênero, raça e classe na catação de resíduos sólidos, a partir da educação ambiental crítica

Camilla Helena Guimarães da Silva
Bernard Constantino Ribeiro
Vanessa Hernandez Caporlingua

2 27

Perspectivas feministas e interseccionais sobre as dinâmicas de ser-estar nas múltiplas fronteiras

Suéllen Soares Altrão

3 32

Trabalho, mulheres e exploração: uma discussão acerca da exploração do trabalho feminino no âmbito doméstico sob a ótica da teoria marxista, feminista e educação emancipatória

Julio Sylvester Vasconcelos Belchior
Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto

4 37

Trabalho feminino e divisão sexual do trabalho: o olhar de lélia para Souza-Lobo

Eliane Cristina de Carvalho Mendoza Meza

5 41

Ledeci Coutinho: narrativas de vida, gênero e negritude no sul do Brasil

Liana Barcelos Porto
Luciane Tavares dos Santos

6 45

Lélia Gonzalez: reflexões em tempos de pandemia

Andréa Cavalcanti de Mendonça

7 **49**

Gastronomia feminista: discussões de gênero e feminilidade nas cozinhas

Aline de Amorim Cordeiro Viana

8 **54**

Quando nem pandemia é limite: empregos domésticos e a sujeição de corpos negros

Dinéa Ramos
Fernanda Portela Ferreira

9 **58**

Jovens negras e pobres: uma análise a partir das discentes do Instituto Federal do Ceará – Campus Baturité

Cristiane Gonzaga Oliveira
Maria Jucilene Borges de Souza

10 **63**

A sabedoria das mulheres negras nos cotidianos escolares: uma revolução em curso na reconstrução do mundo

Juliana Ribeiro

11 **66**

O protagonismo das mulheres camponesas através das tecnologias sociais no sudeste goiano

Andréa Ferreira Souto

12 **70**

Mulheres negras e docência: afinal, esse lugar é meu?

Fernanda Maria de Vasconcelos Medeiros

13 **75**

Narrativas e histórias de vida: mulheres negras e enfermagem brasileira

Paulo Fernando de Souza Campos

14 **80**

O pensamento de Lélia Gonzalez para uma educação antirracista: diálogos e re(existência) do fórum de mulheres em luta da UFPB

Katarine da Silva Santana
Maria de Lourdes Teixeira da Silva

15 **84**

"Estranhar o currículo": refletindo questões de gênero, sexo, corpo e sexualidades na educação

Amanda Nunes do Amaral

16 **89**

Alba Cañizares do Nascimento: educadora, intelectual e feminista católica do período republicano

Anna Clara Granado

17 **93**

Empoderamento feminino como dispositivo de controle das violências entre as meninas na escola

Juliana Lamas Souza

18 **97**

O abortamento como expressão da democracia

Bruna Santana da Encarnação

19 **101**

A perspectiva gonzaleana e a mulher em situação de rua: reflexões e diálogos possíveis

Júlia Gabrielle Pompeu Dias dos Santos
Peter Augusto da Silva

20 **107**

Uma análise de "Beijo na face" e "Luamanda", de conceição evaristo sob a ótica da teoria feminista interseccional

Thais Pereira de Oliveira
Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto

21 **111**

Engrossa essa voz: a masculinidade tóxica no ambiente escolar

Luan Menezes dos Santos
Adejan Santos Dias Batista

22 **116**

(In)visibilidades de educadoras sapatão e sapatonas na educação básica: silenciamentos e potencialidades

Daniele Silva Caitano

23 **123**

Diálogos entre Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins e o ensino de artes visuais: um debate sobre modernismo no Brasil

Ellen Bento Alves

24 **128**

Ocupar a margem? O jornalismo do *Nós, mulheres da periferia*

Bárbara Lima

25 **131**

As mulheres do movimento #elenão: as redes sociais utilizadas como armas a favor da democracia e dos direitos humanos

Ludimilla Santana Teixeira
Liliane Alcântara de Abreu

26 **138**

Saberes localizados: divulgação científica feminista como ativismo epistemológico

Jade Bueno Arbo

27 **142**

A dupla maternidade lésbica nas redes sociais

Merli Leal Silva

28 **146**

Vozes digitais queer: a autoria dos corpos LGBTQI+ na cibercultura

Fábio dos Santos Coradini

29 **151**

O grupo gay da Bahia e seus boletins como método de resistência

Jhon Wanderson Nogueira Santana

30 **154**

O ciberespaço como potência feminista: um estudo de caso a partir das geografias feministas

Cíntia Cristina Lisboa da Silva
Hortência Brito

31 **159**

O uso das redes sociais pelas mulheres indígenas como meio de visibilidade política e seus impactos na defesa da vida

Geanne Gschwendtner
Giórgia Gschwendtner

32 **164**

Culpa e exaustão materna em Conceição Evaristo: uma representação humanizada da mulher-mãe

Sandy Karelly Freitas Falcão

33 **168**

Mulheres e loucura: a que corpos permitimos a violência?

Amanda Castellain Mayworm
Clarice Ribeiro Bulhões
Mariana Porto da Silva Cordeiro Fernandes

34 **172**

REVIF: Ensinando e Aprendendo a SER Feminista

Izandra Falcão Gomes
Liliane Viana da Silva
Sandra Maria Gadelha de Carvalho

35 **177**

É possível uma educação que previna a violência para nossas meninas?

Ingrid Nascimento Euclides

36 **181**

Mulheres e violência: reflexões sobre a cultura do estupro no Brasil

Joyce Cristina Farias de Amorim

37 **185**

As marcas do patriarcado na universidade: contribuições das estudantes feministas para pensar a universidade

Camila Tomazzoni Marcarini

38 **189**

Tecendo o cuidado: acolhimento às mulheres em situação de violência em um Hospital Regional de Pernambuco

Janaina Caroline Cavalcanti da Silva
Camila Marques Beserra
Daniela Romeiro Souto Lima

39 **193**

A mulher e a violência legitimada pela religião

Daiane Martins Batista
Sandra Morais Ribeiro dos Santos

40 **198**

Políticas públicas e violências baseada no gênero: o enfrentamento à violência contra as mulheres no Distrito Federal

Valéria Rondon Rossi

41 **203**

A cultura do linchamento: o genocídio das mulheres negras no sistema patriarcal racista

Vivianne Caldas de Souza Dantas
Maria Thárgilla Larissa Silva

42 **207**

O direito de acesso a informação e a Lei Geral de Proteção de Dados das vítimas de violência doméstica

Semíramis Regina Moreira de Carvalho Macedo
Tatiana Ribeiro de Campos Mello

43 **212**

"Corpo-mulher-negra em vivência": a violência contra a mulher em *Insubmissas lágrimas de mulheres*

Luciane de Lima Paim

44 **216**

Constelação familiar e revitimização de mulheres no judiciário

Diana Yoshie Takemoto

45 **222**

Sobrevivência e resistência de mulheres camponesas: a violência de gênero no meio rural

Sylvia Iasulaitis
Carmen Pineda Nebot
Ana Carolina Fernandes
Larissa Fassa La Scalea

46 **226**

Saúde feminina no sistema prisional: violação dos direitos reprodutivos e sexuais

Maria Alice Alves

47 **232**

Patriarcalismo e feminicídio: problemas brasileiros diretamente proporcionais

Cibele Cristina Marcon
Fernanda Rabello Belizário

48 **236**

Violência doméstica: uma abordagem interseccional

Naira Mariana Ferraz Gomes

49 **241**

O espetáculo da morte: banalização das imagens dos cadáveres das mulheres pretas

Iris Viegas Francisco

50 **244**

Resistir: teatro feminista num país feminicida

Mirian Almeida dos Santos

51 **248**

Violência contra a mulher e suas consequências psicológicas: autocompaixão como estratégia de enfrentamento

Mara Dantas Pereira
Leonita Chagas de Oliveira
Karine David Andrade Santos

52 **252**

Afinal, o que a violência contra as mulheres tem a ver com as milícias?

Giselle Nunes Florentino

53 **256**

Direito ao reconhecimento como instrumento de afirmação da autonomia das mulheres negras

Mariana Gonçalves de Souza Silva

54 **262**

Apontamentos para uma análise genderizada da criminalização do racismo a partir de Lélia Gonzalez

Samara Tirza Dias Siqueira

55 **267**

A perpectiva interseccional e a politização do movimento feminista

Danilla Aguiar

56 **271**

Interseccionalidade: uma reflexão racial

Janaína Sandra Pereira

57 **275**

Guiança de mestra: a filosofia brincante de Ana Maria Carvalho

Vanessa Soares

58 **280**

Celebridades negras, relações inter-raciais e a dicotomia público/privado: o Caso Orochi

Camila Maria Santos Meira Moreira

59 **285**

Se Lélia Gonzalez era Olodum, quem tu és?

Mara Felipe

60 **290**

A ancestralidade é uma mulher negra: o protagonismo feminino na preservação das religiões de terreiro no Brasil

Stefanni Fonseca Jabert

61 **294**

Sucintas ponderações - apagamento da velhice da mulher negra

Lenny Blue de Oliveira

62 **299**

"Mulher e família burguesa" no currículo de história: e a mulher negra, "cumé que fica"?

Patrícia Cerqueira dos Santos

63 **304**

"A carne mais barata do mercado é a carne negra": como ressignificar a construção identitária de alunas/os negras/os, no espaço escolar, por meio de práticas pedagógicas decoloniais?

Adejan Santos Dias Batista
Luan Menezes dos Santos

64 **309**

Narrativas da fome: interseccionalidade a partir de Carolina Maria de Jesus

Victória Mello Fernandes
Ana Beatriz Lopes da Silva

65 **313**

Educação transgressora através dos turbantes

Gabriele Costa Pereira

66 **317**

Educação escolar, relações étnico-raciais, movimento negro e mulheres: diálogos interseccionais gênero, raça e classe

Ana Lúcia da Silva

67 **323**

Por uma educação afro-latino-americano: retrospecto da luta do movimento negro pelo acesso à educação

Késia Rayanne Almeida Oliveira

68 **327**

Contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a educação

Giovana Pontes Farias
Diônvera Coelho da Silva

69 **331**

Educação e bem-estar social de infâncias haitianas em trânsito

Giovani Giroto
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula
Ana Lúcia Silva

70 **336**

O in*ventar* científico de uma mulher negra da biologia na academia

Kelly Meneses Fernandes

71 **339**

Relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03: a literatura negra de conceição evaristo em sala de aula

Lorrany Andrade da Cruz

72 **344**

Impactos da discriminação racial em estudantes pretos na universidade

Alexandra Eliza Fajardo
Andriellen Vitória Borges Martins
Kayla Pereira Soares

73 **352**

Racismo estrutural e institucional: as visões de mundo de estudantes cotistas raciais da FURG

Elina Oliveira

74 **356**

Mulheres quilombolas no espaço acadêmico: luta e resistência buscando descolonizar o saber

Juliana Soares

75 **360**

Os passos de Maria, furando as barreiras do sistema

Maria Escarlate Pereira

76 **364**

Racismo no discurso midiático e a alienação na arte

Beatriz Pinheiro Lucena
Suzana Hilda de Oliveira Alencar
Verônica Palmira Salme de Aragão

77 **368**

Raça, gênero e classe na ensaística de Lélia Gonzalez e a construção de um movimento feminino, améfricano e afrodiaspórico

Mireile Silva Martins

78 **372**

Máquinas simples: Educação Anti-Racista contra o racismo complexo

Eliziane Nogueira Soares

79 **378**

A indissociação entre as resistências culturais negras e a luta política: um esforço histórico dos movimentos negros catalisado por Lélia Gonzalez

Thamires Costa Meirelles dos Santos

80 **383**

O ensino da cerâmica como educação antiracista

Priscila Leonel

81 **387**

O que dizem os dados oficiais? Quem escuta? O que fazem com os dados? - O lugar da população negra nos dados estatísticos

Marta Lima de Souza

82 **391**

Conversações em necropolítica

Senhorinha Ribeiro de Oliveira Santos Silva

83 **395**

Educação pensada com os movimentos sociais: escola e literatura integrando vivências no território camponês

Gabriel Barcellos Nunes
Vania Grim Thies

84 **401**

Con(tatos) e assimetrias da COVID-19 no Whatsapp: uma análise sobre o vírus da desinformação

Elys Nayade da Silva Lima
Samuel Souza de Oliveira

85 **405**

Educação e resistência: fragmentos de um coletivo popular

Claudia Penalvo
Liana Barcelos Porto
Marcio Rodrigo Vale Caetano

86 **409**

***Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual* (NUGEDS) como uma política instituicional: debates, possibilidades, resistências**

Amanda Veloso Garcia
Larissa Zanetti Antas
Leyza Buarque Lucas

87 **412**

A importância da educação em direitos humanos a partir da perspectiva decolonial

Dayane Lopes de Medeiros
Jórissa Danilla Nascimento Aguiar

88 **416**

Pachamama - conexão solidária: acolhendo mulheres na pandemia em Bauru-SP

Andresa de Souza Ugaya
Francimeire Leme Coelho

89 **420**

A "Utopia" amefricana e a aprendizagem das artes negras: o ensino popular das cosmo-percepções africanas pela cultura funk

Maíra Neiva Gomes

90 **424**

Educação das relações étnico-raciais em um curso de enfermagem: análise da matriz curricular

Adrize Rutz Porto
Marina Soares Mota
Íria Ramos Oliveira

91 **429**

A colonialidade nos livros didáticos de sociologia: entre a legislação e os materiais didáticos

Vitória Marinho Wermelinger

92 **434**

Contracolonizar o currículo, afrocentrar a prática: a pedagogia amefricana como proposta de educação libertadora

Marjorie Nogueira Chaves

93 **439**

Projeto de ação educativa no Cais do Valongo: entre dor e resistência

Thamires da Costa Silva

94 **444**

Política afirmativa de permanência simbólica e a insurgência da decolonialidade na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rosana da Silva Pereira

95 **447**

"No creo en brujas, pero que las hay, las hay": quem são as bruxas?

Bernard Constantino Ribeiro
Camilla Helena Guimarães da Silva
Vanessa Hernandez Caporlingua

96 **452**

Direito à educação e protagonismo juvenil: um olhar sob a perspectiva da desigualdade racial

Rafaela Clice Rocha Ribeiro

97 **456**

Amefricanidade na insurgente ação artística/ educativa de Raquel Trindade, A Kambinda

Cícera Edvânia Silva dos Santos
Maria Emilia Sardelich

Apresentação

Caminhos possíveis

Amanda Motta Castro[1]
Raylene Moreira[2]
Desirée Pires[3]

"[...] Um novo feminismo foi delineado em nossos horizontes, aumentando nossas esperanças de expansão de suas perspectivas. A criação de novas redes."

Lélia Gonzalez

O Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez tem por objetivo criar, desenvolver e compartilhar pesquisas, estudos e "escrevivências". Desde 14 de setembro de 2021, dia em que a criação do grupo foi oficializada, construímos caminhos possíveis, diferentes formas

[1] Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande/FURG e docente do Departamento de Educação da mesma instituição. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS; foi bolsista CAPES durante o período 2009-2015. É mestra em Educação (2011) e licenciada em História e Pedagogia (2000). Realizou estágio de doutoramento na Universidad Autonoma Metropolitana del México - UAM, no departamento de Antropologia. Compõe la Comunidad de Pensamiento Feminista Latinoamericano: El Telar e o Grupo de pesquisa interdisciplinar Lélia Gonzalez. Atua no campo das Ciências Humanas e Sociais, pesquisando sobre os seguintes temas: feminismo, estudos de gênero, direitos humanos, educação popular, desigualdades sociais e políticas públicas. Contato: motta.amanda@gmail.com

[2] Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense, mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (Bolsista CAPES), na linha Culturas, Identidades e Diferenças. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ProPEd-UERJ. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez. Pesquisa Educação em espaços de privação de liberdade, educação popular, direitos humanos e Educação a partir da perspectiva feminista.

[3] Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2021. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2017. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (PPGEDU/FURG) entre 2020-2021. Compõe o Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar Lélia Gonzalez (CNPq). Possui interesse nas áreas de pesquisa: educação, ativismo de mulheres nas redes sociais, feminismos e história das mulheres. Contato: desireeopires@gmail.com

de resistir e redes de afeto. O Grupo, formalmente, possui por objetivo principal a disseminação e a valorização da ciência e dos estudos acadêmicos, mas, sobretudo, compartilha a luta através do afeto. A pesquisa militante é parte do nosso cotidiano e, com isso, reafirmamos que nossos passos vêm de longe.

O Grupo tem como referencial epistemológico as reflexões produzidas pelos feminismos, sobretudo os transatlânticos, a partir das teóricas e teóricos, ativistas e intelectuais comprometidas/os com as formas de luta: anticoloniais, antirracistas, antipatriarcal, antiLGBTfóbicas, antielitistas e antidiscriminatórias. Vislumbramos diferentes abordagens, análises e reflexões insurgentes, insubmissas de vozes dissidentes, principalmente da América Latina e Caribe.

Ao longo desse percurso, trilhamos bonitos caminhos, resistimos e seguiremos frente ao momento sombrio em que se encontra o Brasil. Esperançamos em tempos de ódio, demos as mãos às diferentes regiões do nosso país e abraçamos companheiras e companheiros de países como Argentina, México, Cuba e Colômbia.

O *I Congresso Internacional Lélia Gonzalez: educação, movimentos e esperanças*, que aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2021, teve como objetivo principal debater questões ligadas aos movimentos sociais, direitos humanos, gênero, desigualdades sociais, violências, educação popular e teorias decoloniais do campo das Ciências Humanas e Sociais.

Pensado e construído a muitas mãos, vislumbramos o encontro de estudantes, docentes e militantes das cinco regiões do Brasil, dialogando também com colegas da Argentina, Colômbia, Cuba, México e Porto Rico. O congresso foi aberto para todas e todos que compartilharam conosco seus trabalhos, distribuídos em seis Grupos de Trabalho (GTs). Ao todo, foram apresentados oitenta e sete (87) trabalhos, organizados entre os seis GTs, apresentados na sequência.

O primeiro GT, nomeado “MULHERES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS INTERSECCIONAIS”, propôs-se a discutir as relações de trabalho e educação no cenário contemporâneo e a problemática em relação às mulheres, articulando: estudos de gênero e teoria feminista, epistemologias decoloniais, narrativas e histórias de Vida, educação popular, educação não-formal e formação de professores(as), sob coordenação da Professora Doutora Marcia Alves (UFPEL) e Mestra Cristiane Troina (FURG).

O segundo GT, “GÊNEROS, SEXUALIDADES E RESISTÊNCIAS”, foi organizado para refletir acerca das questões do campo de gênero, sexualidades e as resistências que vêm sendo realizadas ao longo do tempo para garantia de direitos, diminuição da violência e ações na educação formal e não formal. A coordenação desse GT foi composta pela Professora Doutora Denize Sepulveda (UERJ) e Mestra Raylene Moreira (FURG).

Em diálogo com o segundo GT, o próximo, “ATIVISMO EM REDES E MOVIMENTOS LGBTQIA”, teve como objetivo principal proceder à discussão sobre os movimentos LGBTQIA+, movimentos feministas nas redes sociais, ativismos nas redes sociais, mídias alternativas e suas implicações político-sociais, sob coordenação do Professor Doutor Márcio Caetano (UFPel) e pela Mestra Desirée Pires (FURG).

“FEMINISMOS, MULHERES E VIOLÊNCIAS”, tema do quarto GT, teve como objetivo debater os movimentos de mulheres e as múltiplas violências que ainda fazem parte da vida das mulheres. Foram apresentados trabalhos que, embasados nos movimentos feministas, discutiam educação popular, desigualdades sociais, interseccionalidades e violências. Em sua coordenação, tivemos a Professora Doutora Amanda Motta Castro (FURG), Ana Luisa (UNILA) e Doutor Marcos Jesus de Oliveira (UNILA).

Tivemos como eixo temático do quinto GT “MOVIMENTOS SOCIAIS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INTERSECCIONALIDADES”. Esse grupo de trabalho realizou o debate sobre as relações étnico-raciais e suas interseccionalidades. Os trabalhos apresentados articularam com os seguintes temas: educação, formação docente; educação antirracista e decolonial, racismo e as relações étnico-raciais; história da África e cultura afro-brasileira; movimento negro e o feminismo negro. Suas coordenadoras foram as Professoras Doutora Ana Lúcia Silva (UEM) e Mestra Elina Oliveira (FURG).

Por último, nosso GT “EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E UTOPIAS” buscou a interlocução sobre o campo da educação decolonial, direitos humanos e utopias presentes nos movimentos sociais, ações educativas da educação formal e não-formal, sob coordenação da Professora Doutora Danielle Bastos (UERJ) e Mestra Izabel Barbosa (UFSM).

Os debates ao longo das mesas, palestras e GTs fizeram com que construíssemos caminhos possíveis, sob perspectiva, olhar e sensibilidade de diferentes vozes que, por muito tempo, foram consideradas inexistentes. Seguiremos trilhando o caminho para a liberdade, caminho que nossa ancestralidade construiu e há de ser trilhado por nós com luta, resistência e amorosidade.

Por fim agradecemos a todas as pessoas que conosco criaram caminhos para a realização desse evento! Sigamos!

1

Perspectivas de gênero, raça e classe na catação de resíduos sólidos, a partir da educação ambiental crítica

Camilla Helena Guimarães da Silva [1]
Bernard Constantino Ribeiro [2]
Vanessa Hernandez Caporlingua [3]

Falar de reciclagem, no contexto atual da sociedade, sob a égide de múltiplas crises, é algo urgente e necessário. Medeiros e Macêdo (2006) apontam várias fragilidades na rotina do catador. Porto (2011) destaca que para essas/es trabalhadoras/es lhes é imposto um pesado fardo produzido pela sociedade de consumo: seus rejeitos. Ressalta ainda que, por meio da atividade de catação, há inúmeros riscos no processo produtivo designado.

Entretanto, nesse resumo, iremos tratar de algo a mais nessa equação. Objetivamos compreender, a partir da bibliografia, como se inserem as mulheres nesse ofício e qual seu perfil. Em outras palavras, pretendemos delinear de que mulher catadora se está falando. Nesse sentido, intentamos a partir da Educação Ambiental Crítica (EAC), provocar uma reflexão desse cenário. A premissa de que a dimensão de gênero se faz imprescindível na análise dos conflitos ambientais é um fato a se considerar em estudos que abordem a temática ambiental e da educação. Duas evidências mostram a complexidade e relevância da articulação entre essas dimensões: 1) o fato da mulher constituir a maioria

1 Doutoranda em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG) E-mail: camilla.rostas@gmail.com

2Doutorando em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG) E-mail: bconstantinor@gmail.com

3 Doutora em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG). Professora do PPGEA-FURG. E-mail: vcaporlingua@gmail.com

da população pobre do mundo e, 2) a divisão sexual do trabalho (ONU MULHERES, 2012).

Nesse sentido, autores da área ambiental e da educação, indicam que as mulheres são mais vulneráveis às problemáticas ambientais (AGARWAL, 2013; SHIVA, 2013). Por essa razão, os estudos de gênero e meio ambiente consideram que só será possível alcançar a justiça ambiental quando houver a superação das desigualdades, principalmente, as de gênero e de raça (GARCIA, 1992; VELÁSQUEZ, 2000).

O nosso olhar se dá, de forma mais pormenorizada, ao coletivo de mulheres catadoras. São trabalhadoras que, além dos riscos inerentes à atividade de catação, enfrentam outras demandas igualmente difíceis, tais como dupla jornada de trabalho, além de serem predominantemente expostas à triagem (WIRTH, 2013). Além disso, a dupla/tripla jornada de trabalho resulta na falta de tempo das mulheres catadoras para o lazer e limitam o acesso a oportunidades de participação política.

Conforme assevera Wirth (2013) há uma relação direta entre a precariedade da catação e a predominância da força de trabalho feminina. A ONU Mulheres (2012) constata, ainda, que a pobreza entre as mulheres do Sul Global é ainda mais intensa, fazendo com que a catação se torne uma alternativa de sobrevivência viável.

No cenário brasileiro, a partir de dados do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cerca de 75% de seus integrantes são mulheres e nos ambientes de catadores organizados, como as cooperativas, 59% (MNCR, 2014). Ademais, dos estudos existentes, alguns indicam que a cadeia da reciclagem é sexuada (WIRTH, 2013) e que pode haver indícios de uma feminização e racialização na catação (CHERFEM, 2016).

Com os dados levantados, consideramos que a maioria dos catadores de materiais recicláveis são mulheres, negras e não escolarizadas. Soma-

se a esta constatação o fato de que nos ambientes em que ocorre a reciclagem, há uma forte divisão sexual do trabalho, que faz com que as mulheres estejam em situações de maior precariedade na cadeia.

Partindo da perspectiva de Loureiro (2012, 2019), entendemos que a EAC é uma dimensão intrínseca da ontologia do ser social. Não se pode pensar em transformação social, sem considerá-la. Dessa forma, acreditamos que a superação das opressões sofridas pelas mulheres, passa por um processo profundo de educação, pautado em aspectos como a ecopolítica, o anticapitalismo e a decolonialidade.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGARWAL, B. **The gender and environment debate:** Lessons from India. Feminist Studies, v. 1, n. 18, p. 119-158, 1991.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: Desafios de um setor. *In:* PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de Materiais Recicláveis:** um encontro nacional. Brasília: IPEA, 2016.

GARCIA, M. S. **Desfazendo os vínculos Naturais entre Gênero e Meio ambiente**. Revista de Estudos Feministas, 0, 163-168. 1992

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental:** questões de vida. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade,** v. 18, n. 2, p. 62-71; mai/ago de 2006.

MNCR. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis.** Publicado em: 21 de março de 2014.

Disponível em: http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas. Acesso em: 7 mai. 2020.

ONU Mulheres. **O futuro que as mulheres querem: uma visão do desenvolvimento sustentável para todos.** Nova Iorque: SUAZION, 2012.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 93, p. 31-58, 2011.

SHIVA, V. **Ciencia, naturaleza y género (Documento técnico).** Cuernavaca, México: CIDHAL, 1993.

VELÁSQUEZ, M. Hacia la construcción de la sustentabilidad social: ambiente, relaciones de género y unidades domésticas. *In:* TUÑÓN, E. (coord.). **Género y Medio Ambiente**. México: Plaza y Valdés. 2003.

WIRTH, I. G. **Mulheres na triagem, homens na prensa:** questões de gênero em cooperativas de catadores. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013.

2

Perspectivas feministas e interseccionais sobre as dinâmicas de ser-estar nas múltiplas fronteiras

Suéllen Soares Altrão [1]

Este estudo advém de uma pesquisa em andamento no âmbito da Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que trata da *precarização do trabalho de mulheres docentes que se encontram em contexto fronteiriço, durante a pandemia*. Para isso, realizo uma revisão bibliográfica, de base qualitativa, de análises de mulheres feministas que dialogam sobre os marcadores sociais da diferença. Como diz Lélia Gonzalez (2020), o feminismo latino-americano precisa estar articulado com o caráter multirracial e pluricultural da sociedade. Não há como falar da divisão sexual do trabalho sem relacioná-lo à dimensão racial e sexual. Portanto, quando me proponho a me debruçar sobre a dimensão trabalhista de mulheres docentes, também busco articular com os marcadores de raça, classe e gênero.

Coloco-me enquanto mulher pesquisadora, que se encontra no lugar fronteiriço condizente com a diversidade que compõe este contexto. Por isso, busco trazer alguns apontamentos de Lélia Gonzalez e Gloria Anzaldúa para refletir sobre este território. Tanto Lélia, quanto Gloria, elaboraram críticas potentes, acompanhadas de um discurso autobiográfico e de testemunho pessoal, como forma de denunciar os resquícios da colonialidade, que reificam práticas hegemônicas sexistas e racistas.

1 Mestranda em Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Construo este estudo a partir do território fronteiriço de Mato Grosso do Sul no qual há a relação com o Paraguai sobretudo entre as cidades de Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Neste território, vislumbramos uma forte aproximação entre essas duas cidades, os modos de ser, os sentidos e as linguagens são constantemente relacionados, se intercruzam e se mesclam construindo um forte elo entre as formas de vida e de comunidade.

Diante disso, por estar em contexto fronteiriço recorro as análises de Anzaldúa, quando tece que as fronteiras extrapolam dimensões apenas geográficas, políticas e econômicas e se constituem, sobretudo, a partir de dimensões simbólicas complexas e identitárias, imbuídas de sentidos e significações que constituem o ser-estar-viver neste contexto. Por isso, devido à forma dinâmica e fluída das vivências em fronteiras, observamos o desafio que tem sido para diversas/os pesquisadoras/es de áreas distintas se debruçarem sobre as constituições que marcam e delineiam as dinâmicas deste lugar. Anzaldúa está entre as principais autoras que contribuíram na construção da visão interseccional do feminismo, além de trazer elementos importantes para refletirmos acerca do choque cultural proporcionado por estar entre culturas, marcadas pela diferença de linguagem de ser e estar no mundo (COSTA e ÁVILA, 2005).

Cabe salientar que, no âmbito da pesquisa que venho desenvolvendo que se trata da *Precarização do trabalho de mulheres docentes que residem em contexto fronteiriço*, as colaborações do feminismo interseccional têm sido fundamentais para pensar acerca dos marcadores sociais da diferença. Devido a isso, a perspectiva interseccional pode auxiliar de modo significativo na compreensão das identidades fronteiriças, considerando a dinâmica flexível que é necessária para o estudo deste contexto.

A interseccionalidade, portanto, promove a interlocução entre várias pautas distintas, de forma fluída, aberta e plural. Por este motivo, no cerne da análise sobre a identidade fronteiriça, Anzaldúa destaca a relevância da política identitária e das políticas de alianças em contexto fronteiriço e a importância da flexibilidade de tais alianças, haja vista as complexas relações presentes neste âmbito.

No cerne da perspectiva elencada pela referida autora observamos a sua crítica em relação ao binarismo epistemológico e a sua consideração de que os marcadores das diferenças são espaços de poder. É neste percurso, que a autora busca ultrapassar este lugar da diferença fixa, binária, assimilacionista, para construir um feminismo migratório e interseccional que procura resistir a classificações e esquematizações identitárias (COSTA e ÁVILA, 2005). Observamos que as críticas tecidas por mulheres negras, lésbicas, operárias, *chicanas*, terceiromundistas, colaboram significativamente para colocar em xeque as binaridades e as visões reducionistas presentes também nas epistemologias geralmente construídas a partir de uma visão branca, heteropatriarcal e capitalista.

Gonzalez (2020) também foi uma das precursoras sobre a discussão da interseccionalidade, sobretudo quando tece críticas em relação ao mito da democracia racial que exerce uma violência sob os corpos das mulheres negras. Ela aborda com veemência a situação de opressão e invisibilidade vivenciada por mulheres negras no âmbito do trabalho, quando submetidas a trabalhos precarizados e subalternizados, bem como, o apagamento e a exclusão de suas histórias no campo educacional.

Anzaldúa (2019) também nos fala, que, em contraposição a esta episteme colonizadora enrijecida, o conhecimento é aquilo que está na vida, na relação com os outros, na relação com a cultura e com a experiência. É neste sentido que ela se contrapõe em sua escrita também

às epistemologias dominantes, produzindo uma escrita híbrida e questionando, portanto, os padrões acadêmicos.

Deste modo, podemos compreender que na visão do feminismo interseccional, há o questionamento em relação a "ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única" (AKOTIRENE, 2018, p.14). Por seu caráter múltiplo e dinâmico, há um anseio pela necessidade de contemplar as intersubjetividades complexas das pessoas que constituem a sociedade.

Assim, buscando o entrelaçamento entre pontos trazidos pelas autoras e aspectos tecidos na pesquisa em andamento, busco compreender os efeitos que a pandemia tem causado no trabalho e na vida de mulheres docentes que residem na fronteira e que experienciam marcadores sociais de raça, classe, gênero e território.

Por fim, procurei neste estudo, trazer algumas contribuições de Gonzalez e Anzaldúa sobre a interseccionalidade, pois compreendo que o feminismo interseccional pode auxiliar a entender a dinâmica da estrutura social na fronteira, bem como, as fronteiras identitárias e culturais que atravessam as mulheres, sobretudo as que vivenciam os marcadores sociais da diferença.

Por fim, como destaca Gonzalez (2020) apesar das importantes contribuições trazidas pelo feminismo, ainda se observa exclusões de mulheres negras e indígenas no movimento das mulheres e no contexto acadêmico. Ela destaca que essas exclusões se apresentam enquanto *racismo por omissão* e mostram um caráter de esquecimento das dimensões raciais, além de ser pautada numa perspectiva de mundo eurocêntrica e neocolonialista.

Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é Interseccionalidade. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

COSTA, C. L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". Rev. Estud. Fem. vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Zahar, pp. 139-150, 2020.

3

Trabalho, mulheres e exploração: uma discussão acerca da exploração do trabalho feminino no âmbito doméstico sob a ótica da teoria marxista, feminista e educação emancipatória

Julio Sylvester Vasconcelos Belchior [1]
Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto [2]

O presente trabalho tem como objeto de estudo a exploração do trabalho não remunerado feminino no âmbito doméstico, tendo como base a teoria marxista, a teoria feminista, mais especificamente se amparando nos estudos do feminismo negro, interseccional e marxista para compreender como a exploração do trabalho, especialmente do trabalho de mulheres no espaço doméstico funciona e é mantida na sociedade patriarcal, racista, capitalista e neoliberal.

Além disso, a pesquisa utiliza-se dos estudos da educação emancipatória defendida por Freire e hooks para demonstrar como a construção de uma educação emancipatória pode colaborar para a luta contra a exploração do trabalhador. O trabalho se motiva pelo avanço de reformas neoliberais contra a classe trabalhadora no contexto brasileiro, sendo as reformas trabalhistas exemplos de como a classe trabalhadora está perdendo direitos e garantias, pois reformas de cunho neoliberal avança.

---

1 Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Pesquisa nas linhas de gênero, sexualidade, educação e capitalismo.

2 Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará. Mestranda pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL). Pesquisa nas linhas: gênero, literatura distópica, letramento literário, educação, totalitarismo, autoritarismo, fundamentalismo religioso, discurso, ideologia, poder sobre a perspectiva da Análise do Discurso Crítica e neoliberalismo.

Além disso, a escolha pela temática também se justifica pelo contato constante com o assunto dentro e fora do ambiente acadêmico, também é interessante acentuar que o trabalho doméstico feito por mulheres é um assunto que nos atravessam, pois comumente observa-se que diversos arranjos familiares são chefiados e dependem do trabalho de mulheres, sendo também importante pontuar que as leituras e discussões nos movimentos sociais em relação ao trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres no sistema capitalista neoliberal, também motiva a escolha pelo tema.

Nessa perspectiva, o objetivo primordial do estudo é examinar como na contemporaneidade, o trabalho não remunerado feminino no espaço doméstico é explorado. Destarte, a pesquisa também objetiva analisar a dupla jornada de trabalho que mulheres enfrentam e como essa dupla jornada se relaciona com a desigualdade de gênero. Também se tem a finalidade de traçar discussões de acerca de raça e classe social como categorias fundamentais para entender a exploração do trabalho de mulheres, sendo mulheres negras, pobres, as mais exploradas no sistema capitalista.

Não obstante, a pesquisa tem a pretensão de demonstrar como a educação emancipatória defendidas por Freire e hooks, é indispensável para combater as estruturas patriarcais, racistas, capitalistas e desiguais que avançam na atual conjuntura nacional.

E por fim, o estudo visa apontar a relação entre o adoecimento psíquico de mulheres com a exploração do trabalho desse grupo social. Nesse contexto, a pesquisa parte das seguintes interpelações: Qual é relação entre o capitalismo neoliberal e a exploração do trabalho doméstico não remunerado feito pelo sexo feminino? Como o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres é explorado na contemporaneidade? De que forma a teoria marxista, feminista

contribuem para compreender a relação entre gênero, trabalho e neoliberalismo? Por que categorias como raça e classe social devem serem utilizadas para a discussão sobre trabalho doméstico? Como o trabalho na contemporaneidade está diretamente relacionado com o adoecimento psíquico e emocional dos trabalhadores? De que maneira a educação emancipatória corrobora para a luta contra o capitalismo?

Partindo dos pontos supracitados, a pesquisa tem como metodologia a pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo e exploratório, sendo utilizado como procedimento a pesquisa bibliográfica.

Para a construção da pesquisa foram selecionados materiais como livros, artigos, dissertações, teses e dados estatísticos. Ademais, os principais autores selecionados para a constituição do estudo são: Marx (2008, 2011), Federeci (2019, 2021), Carmo (2013), Ribeiro (2017), Gonzalez (2020), Scott (1995), Saffioti (2011), Freire (2012) e hooks (2013).

Para aprimorar a pesquisa também serão utilizados dados estatísticos atualizados que demonstra a exploração do trabalho doméstico feminino, sendo também utilizados dados para apontar a dupla jornada que mulheres possuem e como isso se relaciona com a desigualdade de gênero. A utilização de dados também será aplicada para explicitar a relação entre a exploração do trabalho com o adoecimento psíquico. Destaca-se também que os resultados obtidos apontam que mulheres geralmente exercem o trabalho doméstico não remunerado e são exploradas, por conseguinte, os dados coletados também visibilizam que o sexo feminino exerce uma dupla jornada, sendo essa dupla jornada um sintoma da desigualdade de gênero e do patriarcado, pois o patriarcalismo dificulta a ascensão social, a valorização do trabalho executado pelo sexo feminino.

Nesse sentido, também se acentua, que os dados coletados reforçam que o trabalho na contemporaneidade é uma fonte de adoecimento

psíquico para a classe trabalhadora. Defende-se a relevância do assunto por observar sua atualidade e como o tema se relaciona com questões de gênero, raciais, econômicas, sociais e políticas.

Além disso, diante das reformas neoliberais que prejudica a classe trabalhadora, debater a exploração do trabalho doméstico não remunerado se mostra um tema imprescindível. A pesquisa também ressalta que é de suma importância à produção de pesquisas e diálogos sobre o assunto dentro e fora do ambiente acadêmico, sendo fundamental que essas discussões e informações alcancem a população trabalhadora, pobre e sejam fontes de reflexões críticas, reflexivas e responsáveis.

Referências

CARMO, Roberto Coelho do. **Por um fio: o sofrimento do trabalhador na era do capitalismo flexível**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Tradução coletivo sycorax. São Paulo: Editora Elefante,2004.

FEDERICI, Silvia**. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução coletivo sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir. A educação como prática libertadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto Comunista**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Feminismos Plurais. Minas Gerais: Justificando, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1995. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf. Acesso em: 10 mai, 2021.

4

Trabalho feminino e divisão sexual do trabalho: o olhar de lélia para Souza-Lobo

Eliane Cristina de Carvalho Mendoza Meza [1]

O presente trabalho busca problematizar o clássico estudo de Elisabeth Souza-Lobo sobre a classe operária, sob o olhar da produção de Lélia Gonzalez sobre a mulher negra e, dentro desse contexto, entender as diferenças do estudo com a inclusão do eixo raça na produção que contemplou apenas gênero e classe social. O olhar interseccional deixa evidente algumas diferenças de análise sobre a mulher operária e no trabalho buscamos evidenciá-las, trazendo a visão de duas mulheres acadêmicas, militantes dos direitos das mulheres e que produziram na mesma época, mas que seguiram caminhos diferentes no que tange aos seus objetos de estudo. O presente não é uma revisão do trabalho de Souza-Lobo, apenas trazemos alguns apontamentos que poderia modificar a análise do capítulo "Trabalho feminino e divisão sexual do trabalho" com a perspectiva decolonial de Lélia Gonzalez.

O artigo de Hellborn e Sorj (1999) traz um balanço do percurso dos estudos no país, de onde podemos ressaltar que: um dos primeiros temas desenvolvidos pelas pesquisadoras feministas foi sobre gênero e trabalho (1960 a início de 1970); a partir da década de 1980 buscou-se entender a razão do aumento de mulheres em empregos industriais, mas ocupando postos de menor remuneração e qualificação; na década de 1990

1 Advogada, mestra em Políticas Públicas pela UFABC e doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Pesquisa com foco em gênero.

começaram os estudos sobre violência de forma desvinculada à desigualdade de classes.

Podemos observar que era predominante os estudos sobre gênero e trabalho e isso se dá porque a classe trabalhadora tinha mais necessidade da luta pela igualdade pela grande diferença entre o que era pago aos homens e o que era pago às mulheres. Outra questão imbricada à luta das mulheres é sobre a mão de obra excedente ser uma das condições de mantença do capitalismo e que para isso acontecer foi necessário que elas assumissem a posição de reprodutoras dessa mão de obra, ficando em casa, cuidando dos filhos e do marido. Foi assim que surgiu a divisão sexual do trabalho (Federici, 2017) e mesmo tendo acontecido entre os séculos XVI e XVII, essa condição se perpetra até os dias atuais, quando ainda temos que lutar basicamente pelas mesmas pautas. Salientamos que essa divisão sexual do trabalho se deu para as mulheres brancas e ricas, pois as mulheres trabalhadoras tiveram seus salários cada vez mais ínfimos e as mulheres negras e indígenas foram escravizadas e ou viviam na condição servil, como efeito da expansão do capitalismo em sua primeira crise (Federici, 2017). As práticas do capitalismo geraram histórias de violência principalmente contra as mulheres negras e indígenas, cujo processo de escravização contou com a violência física, sexual em todos os países que se utilizaram de escravizados para obtenção de lucros.

No Brasil, a abolição da escravatura de forma legal não veio acompanhada de qualquer ressarcimento ou ajuda aos escravizados, o que contribuiu para a criação de um profundo abismo social que se mantém. Para as mulheres negras a situação é ainda pior, para Silva (2013) “a discriminação de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza” (SILVA, 2013, p. 109). Somente na década de

1960 a divisão sexual do trabalho com os vieses de gênero, raça e classe começou a ser questionada (ainda que não da forma como entendemos hoje), quando as mulheres estadunidenses se revoltaram contra esse trabalho o repudiando abertamente (Frederici, 2019). Foi um processo de conscientização, pois "foi ficando claro que as categorias, como o próprio capital, são sexualmente cegas" (SOUZA-LOBO, 2021, p. 151).

Segundo Souza-Lobo (2021) desde a industrialização a partir da década de 1950 a maior quantidade de empregos femininos era na indústria têxtil, com a reformulação do setor para a produção de bens de capitalismo, as mulheres tiveram seus empregos reduzidos. Para Gonzalez (2020) essa dinâmica fez com que as mulheres negras perdessem seus lugares na classe operária; a exigência de "boa aparência" (não incluía a aparência da mulher negra) dificultou a colocação em outros postos de trabalho, cabendo a muitas delas somente a prestação de serviços domésticos.

Os estudos de mulheres operárias das décadas de 1970 a 1990 não tinham como foco o fator raça, e para entender a diferença que a falta que esse eixo de análise faz, trazemos uma comparação, entre Souza- Lobo (2021) e Gonzalez (2020) sobre a invisibilidade do trabalho feminino. Para a primeira, a hipótese da força de trabalho feminina como parte do exército industrial de reserva não dá conta de explicar o fenômeno, já Gonzalez (2020) não só ratifica o fenômeno, como também o expande e o confronta em relação às mulheres negras:

> No nosso caso, grande parte se torna supérflua e passa a constituir uma "massa marginal" em face do processo de acumulação hegemônico, representado pelas grandes empresas monopolistas (...) os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, "coincidentemente" pertencem exatamente às mulheres e à população negra (GONZALEZ, 2020, p. 27).

A não inclusão da variação raça nos estudos sobre mulheres demonstram a preocupação somente com gênero e classe social e levar em consideração somente esses dois eixos é invisibilizar a mulher negra, mais uma vez. Por esse motivo, feministas negras e do sul global desenvolveram uma nova perspectiva, interseccional e decolonial, incluindo os eixos gênero, classe e raça e problematizando as referências teóricas das feministas europeias (Crenshaw; Gonzalez; Lugones). Entendemos que o falecimento precoce de Souza-Lobo pode ter interrompido uma análise revisional de seu trabalho histórico, entretanto, no seu emblemático e inédito estudo, ao ignorar raça ela também ignora uma parte importante (quiçá a base) da engrenagem capitalista que mantém o jugo sobre a negritude a fim de manter o privilégio branco.

Referências

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, p. 17 –188, 1º semestre 2010.

FREDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva, tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEILBORN, SORJ. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. 3 ed.

5

Ledeci Coutinho: narrativas de vida, gênero e negritude no sul do Brasil

Liana Barcelos Porto [1]
Luciane Tavares dos Santos [2]

Ao consultar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para saber mais sobre Canguçu (IBGE, 2010), notamos as ausências no que se refere à população negra nesse município do Rio Grande do Sul. Não é à toa, o Estado e a Região Sul são marcados por um histórico violento em relação às pessoas negras.

Nesses espaçostempos da região sul, em Canguçu, nasce Ledeci Coutinho, no dia 24 de agosto de 1966, nasceu no interior do segundo distrito de Canguçu, Ledeci, uma mulher negra, de pele escura, de sorriso farto, muito afeto, no início da entrevista, diz não entender como sua narrativa de vida é especial, embora tenha "consciência de sua história enquanto mulher, negra, quilombola, desterrada".

Pensamos nas narrativas de vida com Elizeu Clementino de Souza (2007) e em diálogo com o que propõem os estudos dos cotidianos, refletindo com Inês Barbosa Oliveira (2016) e Regina Leite Garcia (2003). Entendemos a "noção do cotidiano, como espaço de criação e de circulação de conhecimentos múltiplos" (OLIVEIRA, 2016, p. 37) que constituem e são constituídos pelos sujeitos.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lianabarcelosporto@gmail.com. Professora dos Anos Finais da rede municipal de Canguçu/RS e Coordenadora do polo Pelotas PROEJA/IFRN.

[2] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: tavaressluciane@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Fizemos, então, uma pesquisa com os cotidianos e com os sujeitos com os quais dialogamos aqui, tanto Ledeci quanto as pessoas que povoam suas memórias, também nós, as interlocutoras/pesquisadoras, (OLIVEIRA, 2016; GARCIA, 2003). Dialogamos, sobretudo, com ela e com "[...] seus modos de existir e de se manifestar, de conhecer o mundo e de nele intervir" (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Além disso, fizemos adaptações metodológicas para adequar a pesquisa ao contexto pandêmico, mas o que não esvazia nossas possibilidades de encontros, de criação, de troca e de afetos. De acordo com Luciane Santos e Marcio Caetano (2020, p. 237), "[...] parte significativa da sociedade assistiu as redes de afetos tornarem-se online [...] Nesse caminho, a internet assumiu contornos imensuráveis e várias dinâmicas do trabalho produtivo entraram no estágio de home office". Diante dessa realidade, os encontros ocorreram de modo remoto, por meio das plataformas Google e WhatsApp.

Compreendemos que rememorar é muito mais do que trazer o passado para o presente, trata-se também de um instrumento para reavaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento, formações e é por este caminho que a memória alcança a identidade e reverbera para o coletivo.

Além disso, buscamos nos embasar em teóricas e militantes do feminismo negro, em uma perspectiva interseccional do gênero, pensando em como as experiências das mulheres negras estão sendo atravessadas pelo sexismo, misoginia, racismo, a violência de classe, dentre outras formas de opressão, como vão discutir: Jurema Werneck (2013), Lélia Gonzales (1984, 2020), Kimberle Crenshaw (1989, 1991, 2001) e tantas outras intelectuais negras.

Ledeci foi Secretária de Educação de Canguçu (a única mulher negra a ocupar essa pasta até hoje) e essa presença é invisibilizada por muitas

pessoas no município. Retomando aqui a questão que levanta sobre o reconhecimento da sua história, traz uma reflexão sobre a relação disso com a humildade. Segundo conta, na sua família, eram comuns falas sobre ser humilde em relação aos próprios feitos, conquistas. Ao rememorar, reflete sobre como ser humilde era uma forma de apagamento, de não reconhecimento: "ser humilde é não valorizar aquilo que a gente fazia". Mais de 40 anos de trabalho em prol da coletividade, hoje consegue fazer relações entre isso e o racismo.

Realizar esse trabalho foi um momento de *circularização* de saberes oportunizados pela homenageada Ledeci Coutinho. Nossa intenção aqui, no entanto, era extrapolar esse significado de homenagem, mas sim trazer visibilidade e reconhecimento para o legado, a contribuição dela para a Educação Canguçuense, Pelotense e, por que não, a educação do Estado do Rio Grande do Sul, tendo atuado na docência da creche à graduação, hoje diretora na rede estadual; bem como provocar reflexões com relação ao racismo estrutural sob o qual vivemos, às violências experienciadas e ao poder da mulher negra e à força da ancestralidade de povos africanos.

Na produção da narrativa de Ledeci, os percursos da vida são interpretados social e culturalmente. Ao narrar, esses saberes são formalizados e reconhecidos e podem reverberar em outras pessoas ou situações, assim sendo a história de vida dela pode se configurar como processo de formação para outras pessoas, homens e mulheres, sobretudo mulheres negras.

Referências

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, 10 (1), p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, Article 8, 1989.

GARCIA, Regina Leite. A difícil arte/ciência de pesquisar com o cotidiano. In: GARCIA, Regina Leite (org.). Método, métodos, contramétodo. São Paulo: Cortez, 2003.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano – ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. Censo 2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Cotidianos aprendentes: Nilda Alves, Regina Leite Garcia e as lições nos/dos/com os cotidianos. Momento, v. 25, n. 1, p. 33-49, jan./jun. 2016.

SANTOS, Luciane Tavares dos; CAETANO, Marcio. "Mamãe, vamos nos esconder": as artes crianceiras em tempos de monstruosidades necropolíticas. In: CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera (org.). Currículo e estética da arte de educar. Curitiba: CRV, 2020.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia histórias de vida e práticas de formação. EDUFBA, 2007. Disponível em: http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-04.pdf. Acesso em: jul. 2021.

6

Lélia Gonzalez: reflexões em tempos de pandemia

Andréa Cavalcanti de Mendonça [1]

A pandemia que estamos vivendo (sim, o Coronavírus ainda está entre nós, mesmo muitos ignorando o fato) acentua e escancara as desigualdades de raça, classe e gênero. De acordo com o Ministério da Saúde (PAINEL CORONAVÍRUS, 2021), até setembro de 2021, são mais de 21 milhões de casos e mais de 590 mil mortos. Dessas mortes, a ONU Mulheres aponta que a maioria são negros.

A ONU Mulheres (2020) traz alguns dados significativos:

> Habitantes de regiões periféricas, por sua vez, têm 10 vezes mais chances de morrer de COVID-19 do que os de áreas centrais (...) Apesar de a taxa de mortalidade da COVID-19 ser maior entre os homens, o impacto socioeconômico da pandemia é devastador para as mulheres e para a população negra. O Brasil entrou na pandemia já em um contexto de crise econômica e de aumento da pobreza em nível multidimensional. A taxa de desemprego encerrou 2019 em 11%, o que significou 12,6 milhões de pessoas desempregadas no país. Em agosto de 2020, a população fora da força de trabalho foi estimada em 75,2 milhões de pessoas.

Tendo em vista o impacto devastador da pandemia para mulheres negras e a situação ainda mais grave das trabalhadoras domésticas, esse texto tem a intenção de destacar contribuições de Lélia Gonzalez para

1 Professora da SME/RJ, pedagoga com especialização em Educação Transformadora: pedagogia, fundamentos e práticas pela PUCRS e mestranda do PPGEduc/UFRRJ.

refletir sobre esses impactos, através de uma pesquisa bibliográfica realizada a partir da análise de livros, artigos e sites.

Lélia Gonzalez, no final dos anos 70, já falava sobre o papel da mulher negra na sociedade e, apesar do tempo, sua obra é atual e muito pertinente levando em consideração, o avanço do conservadorismo no Brasil.

Vivemos a fantasia da democracia racial. Ainda insistem em dizer que no Brasil não tem racismo e que todos possuem os mesmos direitos, o que Lélia chama de neurose cultural brasileira (1980).

Gonzalez em um dos seus textos mais conhecidos, A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (1981), trata da mulata, mãe preta e a doméstica. Essa última é o foco desse texto.

Após um debate na Câmara dos deputados promovido pela Secretaria da Mulher, chegou-se à conclusão que as trabalhadoras domésticas foram um dos grupos mais vulneráveis com relação a pandemia:

> Dados do IBGE indicam que, no trimestre encerrado em fevereiro de 2019, havia 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 92% mulheres e 66% negras. No mesmo período de 2021, durante a pandemia, o contingente caiu para 4,9 milhões – apenas 26,7% com carteira assinada. O salário médio era de R$ 925. (Agência Câmara de Notícias, 2021).

Alguns estados incluíram as domésticas na lista de serviços essenciais durante a pandemia, o que deixou essa categoria numa situação de extrema vulnerabilidade. Trabalhadoras domésticas sendo expostas ao vírus. Sendo coagidas a trabalharem e até ameaçadas a pernoitarem na casa dos patrões sob pena de serem demitidas.

Vale ressaltar a importância desse texto emblemático de Lélia (1981) que trata de quatro pontos muito caros para a nossa reflexão: o mito da democracia racial, a tríplice discriminação da mulher negra, a mulher negra como doméstica e a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Lélia Gonzalez diz que "o racismo é uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial" (1981, p. 41) e a mulher negra é quem mais sofre. Pobre e com pouco estudo, sobra poucas opções no mercado de trabalho formal. No censo de 1950 (Ibid., p. 43), o trabalho de 90% das mulheres negras era na área de prestação de serviço pessoais.

Em outro texto (GONZALEZ, 1979) também muito importante para essa reflexão, Lélia também escreve sobre a situação da mulher negra que não acompanhou o crescimento das classes médias, ficando relegada à condição de empregada doméstica, merendeira, servente, ou seja, "a libertação da mulher branca feito às custas da exploração da mulher negra" (Ibid., p. 74). Com isso, o discurso do feminismo não contempla as necessidades dessas "mucamas permitidas" (GONZALEZ, 1980, p. 202) que estão na base da pirâmide, se tratando de discriminação.

Para corroborar a importância de Lélia em tempos tão sombrios, concluímos juntamente com ela que:

> A mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou das formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa. (GONZALEZ, 1981, p. 49).

Essa mulher negra que sustenta a sua família afetiva, moral e economicamente, desempenha o papel mais importante:

> Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel- apesar da pobreza, da solidão

> quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder. (GONZALEZ, 1981, p. 51).

Não restam dúvidas do quanto a obra de Lélia Gonzalez é importante, não só para domésticas e mulheres negras, mas para todos que desejam um mundo mais justo e com consciência de raça, gênero e classe.

Referências

Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19. **ONU MULHERES**. v. 2, 15 out. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em 15 set. 2021.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira, 1981. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa...Diáspora Africana: Filhos da África, 2018a. p. 34-53.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, Etnicidade e Trabalho, 1979. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa...Diáspora Africana: Filhos da África, 2018a. p. 54-56.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1980. In: GONZALEZ, Lélia**.** **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa...Diáspora Africana: Filhos da África, 2018a. p. 190-214.

Painel Coronavírus, 2021. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em 15 set. 2021.

Pandemia torna mais vulneráveis trabalhadoras domésticas, concluem debatedores. **Agência Câmara de Notícias**. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/757326-pandemia-torna-mais-vulneraveis-trabalhadoras-domesticas-concluem-debatedores/. Acesso em 15 set. 2021.

7

Gastronomia feminista: discussões de gênero e feminilidade nas cozinhas

Aline de Amorim Cordeiro Viana [1]

Resende e Melo (2016) expõem que o papel das mulheres na cozinha sempre remeteu ao trabalho doméstico circunscrito na sociedade patriarcal, que visava o incremento de suas habilidades para o gerenciamento do lar, enquanto o espaço público era destinado aos homens, com atividades que refletiam sua virilidade, força física e superioridade.

Não pretendemos definir aqui os estudos de gênero, que podem ser feitos em diferentes perspectivas, mas sinalizar ancoragens que nos foram importantes para compreensão dos imaginários sobre feminilidades.

A cozinha ainda é considerada, na maior parte dos lares, como um reduto de "poder" feminino, onde as mulheres são exclusivamente responsáveis por desempenhar este trabalho. Essa imagem ainda é predominante, uma vez que a ideia de funções atribuídas por gênero permanece, sendo as que demandam força atribuídas aos homens e as de cuidados as mulheres, que de acordo com a sociedade devem ser "treinadas" desde cedo para realizarem tais incumbências (HIRATA, 2017).

Metodologicamente, a presente pesquisa baseou-se em uma pesquisa bibliográfica de caráter descritiva e exploratória, no qual fez-se uso do aporte teórico dos estudos feministas, onde buscou-se divulgar com

1 Especialização em História Social e Contemporânea (FUNIP); Graduada em Gastronomia (Universo/Recife). pesquisaalineamorim@gmail.com

conceitos históricos e outros não menos relevantes, mostrar a importância de compreender como as práticas discriminatórias em relação à inserção das mulheres em profissões ainda compreendidas como masculinas estão ainda cristalizadas no imaginário social pertencentes ao sistema patriarcal.

A abordagem dicotômica entre gênero e sexo, gênero ligado à cultura e sexo à natureza, é contemplada – e contestada – em diferentes teorias. Em meados da década de 1970, Gayle Rubi apresenta o que nomeou de "sistema sexo/gênero", definido como "uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 1993, p. 2). Segundo entendimento da autora, mais do que desejar o fim da opressão das mulheres, os movimentos feministas deveriam sonhar com uma sociedade sem sexualidades obrigatórias.

Outras teorias surgem visando a superação da dicotomia sexo/gênero. Linda Nicholson (2000) dialoga com as ideias propostas anteriormente por Joan Scott, que publicou seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* após Rubin e imprimiu nova leitura para o termo: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 2016, p. 28).

Ou seja, para Scott (2016) gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais constituídas nas relações de poder. Ela considera que as diferenças biológicas entre os corpos são percebidas e não dadas, mas defende que o que realmente importa são os 'significados culturais' construídos a partir dessas diferenças e como eles são fundantes das relações hierárquicas e de desigualdade.

Por entender que o gênero é sempre relacional, o modelo de feminilidade, seja esse real ou não, é definido por Connell (1995) por

oposição ao de masculinidade, o que não significa dizer que existe uma masculinidade una que se opõe a uma feminilidade una – as características que formam a masculinidade e a feminilidade variam de acordo com a sociedade e a história.

Muito das condutas tidas como tipicamente "masculinas" são reflexo do machismo. A distinção entre o trabalho culinário realizado por homens como algo "superior" e por mulheres apenas como algo "do dia a dia" acaba por difundir a ideia de que a "boa cozinha" é apenas produzida por *chefs* homens.

Essa "masculinização na história da gastronomia" (DÓRIA, 2012, p. 260) é entendida como uma estratégia de exclusão das mulheres, a partir dos contextos e configurações históricas, políticas, econômicas e sociais:

> o comer, o cozinhar e o corpo feminino eram vistos como produtos de uma sociedade machista, na qual as tradições, os rituais, os hábitos alimentares e os significados e funções dos alimentos não desempenhavam qualquer outra função a não ser o de instrumentos da submissão feminina (BARBOSA, 2012, p. 181).

Para Hirata e Kergoat (2007) no campo da produção, as ocupações que exigem trabalho árduo e pesado em ambientes difíceis, sujos e inóspitos e o trabalho por turnos, geralmente costumam estar associadas a estereótipos masculinos que exigem coragem e determinação, enquanto as mulheres são constantemente relacionadas com o trabalho leve, simples, limpo, que requer paciência e detalhe.

Para além disso, a cozinha reflete ainda o domínio do patriarcado na sociedade. O enunciado "lugar de mulher é na cozinha" reflete o senso comum de que a cozinha, o lugar de preparo do alimento, é o ambiente "natural" para as mulheres. Mas não qualquer cozinha – o ideal é a cozinha de casa, uma vez que as cozinhas profissionais são lugares de homens.

Demozzi (2011) descreve que a gastronomia é entendida como um tipo de alimentação preparada e consumida não só como propósito de se alimentar, mas também para encantar ou transformar o momento da refeição em prazer. Portanto, analisar o trabalho nas cozinhas nesta perspectiva implica compreender que a primeira separação ocorre nas esferas pública e privada. Enquanto hoje, cada vez mais, a figura dos *chefs* e cozinheiros ganha visibilidade e prestígio social, cozinhar para a família, todos os dias, é uma tarefa que faz parte do conjunto do trabalho doméstico, invisível e socialmente desvalorizado (BRIGUGLIO, 2020, p. 139).

A relevância do trabalho feminino na cozinha é indiscutível e compreender a relação social que se estabeleceu entre as mulheres e o ambiente reservado à intimidade do lar é compreender como as relações de gênero em nossa sociedade são construídas.

A certa altura, a vida familiar, a casa – a cozinha – orbitam em torno das mulheres, responsáveis pelos rituais cotidianos que passam, muitas vezes, despercebidos, mas podem permanecer como lembranças. A memória culinária se destaca entre as recordações familiares e nos remete, novamente, à figura feminina, principal guardiã e transmissora do saber culinário popular, por meio das receitas.

Referências

BARBOSA, L. Os donos e as donas da cozinha. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, p. 171-201, 2012.

BRIGUGLIO, B. **Cozinha é lugar de mulher?** A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais. Tese de doutorado. Campinas, 2020.

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 185-206, 1995.

DEMOZZI, S. F. Cozinha do cotidiano e cozinha profissional: representações, significados e possibilidades de entrelaçamentos. **Revista História: Questões & Debates**. Editora UFPR. Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.

DÓRIA, Carlos Alberto. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 251-271, jul./dez., 2012.

HIRATA, H. Classe, gênero, raça e movimentos sociais: a luta pela emancipação. *In*: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, Maranhão, 2017.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do Trabalho. *In*: **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.32. São Paulo: Cebrap, set./dez. 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, 2000. p. 9-41.

RESENDE, A. M.; MELO, M. C. LUGAR DE MULHER É NA COZINHA? Uma análise com Chefs mulheres sob a lógica da dominação masculina. *In*: **IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, 2016, Porto Alegre.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a "Economia Política" do sexo**. Trad. Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, J. W. Uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História** UFPE, n. 11, 2016.

8

Quando nem pandemia é limite: empregos domésticos e a sujeição de corpos negros

Dinéa Ramos [1]
Fernanda Portela Ferreira [2]

Tendo em vista que existem vários estudos e denúncias que apontam para a precariedade do trabalho doméstico no Brasil e que a vulnerabilidade a que essa categoria está submetida consiste numa ausência de proteção social que configura uma de suas marcas mais fortes e permanentes, este estudo busca averiguar qual o limite entre a relação de trabalho e o direito à integridade física da população negra no Brasil, especificamente no que concerne a empregada doméstica durante a pandemia causada pelo COVID-19.

Desse modo, procura-se compreender a interação entre o emprego doméstico e a pandemia do novo coronavírus no Brasil, verificar em que medida a população negra foi mais atingida em sua integridade física e psíquica no que se refere à atividade profissional doméstica, durante a pandemia decorrente da COVID-19.

Na mesma linha, considerando que o trabalho doméstico foi tratado como serviço essencial de acordo com a definição por decretos federais e a submissão a tal serviço gerou uma série de sofrimentos às trabalhadoras domésticas, pois que, em muitos casos, foram proibidas de deixarem o local de trabalho, este trabalho buscou analisar de forma específica quais

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da UFBA
2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da UFBA

impactos essas mulheres sentiram ao serem submetidas a tais situações e quais reações ou atitudes precisaram tomar para que tal cessação do direito de ir e vir fosse abolido.

A pesquisa se justifica pois que o emprego doméstico é uma profissão tradicionalmente marcada por baixa remuneração, elevado grau de informalidade e precarização (MYRRHA et al, 2020), cujo mínimo reconhecimento de igualdade com os demais trabalhadores brasileiros ocorreu somente em junho de 2015, por meio da emenda constitucional que ficou conhecida como PEC das domésticas, as empregadas domésticas foram severamente afetadas pela situação pandêmica gerada pelo vírus sars-cov-2, causador da COVID-19. Já em tendência descendente de registros em carteira (formalização junto ao mercado de trabalho) desde 2017, associado ao baixo crescimento econômico e à flexibilização das leis trabalhistas (Reforma Trabalhista) no país, uma vez decretada a transmissão comunitária do novo coronavírus e a necessidade de isolamento social para proteção individual e coletiva, as trabalhadoras domésticas viram-se em contexto de exponencial aumento do desemprego, pois muitos empregadores, fazendo uso da condição precária do vínculo empregatício, romperam subitamente a relação de trabalho (MYRRHA, 2020).

Paralelamente à situação de vulnerabilidade causada pelo desemprego, constata-se a realidade daquelas cujos vínculos foram mantidos, mas, com isto, tornaram-se vulneráveis ao adoecimento, pois, impedidas de realizarem o distanciamento social como forma de proteção própria e de seus familiares, estavam então em um labor que demandava presença física em espaço de outrem, logo, com baixo controle seu aos riscos de exposição, uma vez que impedida de controlar os protocolos a serem adotados no ambiente, ou as interações com os moradores e entre estes e terceiros (PINHEIRO, TOKARSKI, 2020).

Ainda, é preciso considerar que os corpos dedicados ao trabalho precário aqui tratado são classificados em gênero e raça, sendo, em sua maioria, mulheres negras, e com isto, perpassados pelos levantamentos estatísticos da ONG Instituto Polis, que analisou casos da cidade de São Paulo entre 1 de março e 31 de julho, e constatou que homens e mulheres negros têm maior risco de infecção e de hospitalização, sendo, assim, os que mais morrem. Dados semelhantes são apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que mostrou que mulheres, negros e pobres são os mais afetados pela doença (PECHIM, 2020).

Diante disto, apresentamos a presente análise acerca da relação de trabalho doméstico frente a pandemia, e o que o quadro revela acerca da sujeição dos corpos negros, especialmente das mulheres negras, no Brasil. Para a construção do presente estudo utilizou-se como base a legislação vigente acerca da relação empregatícia doméstica e os normativos excepcionais, editados em virtude das demandas impostas pela pandemia pelo novo coronavírus, além de relatórios técnicos e levantamentos estatísticos acerca do impacto da pandemia sobre a profissão retrocitada e sobre os corpos perpassados pelo marcador de gênero feminino e raça negra, notadamente aqueles apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Ao compreendermos que o racismo que se estrutura na sociedade brasileira e que atinge prioritariamente e com muito mais força as mulheres negras são marcadores importantes para compreendermos o porquê de a pandemia causar tantas dores e sofrimentos às profissionais do serviço doméstico.

Entretanto, considera-se que apesar da necessidade da implementação de alguma forma de reparação, através de criação de políticas públicas, de modo a minorar as dores e sofrimentos a que essas mulheres foram submetidas para que lhes permitissem o distanciamento

social, até o momento nenhuma medida foi adotada em prol destas. Por outro lado, todos os empregadores que submeteram suas empregadas a situação de encarceramento privado, no instante em que lhes proibiram de retornar aos seus lares, deveriam ser responsabilizados por seus atos, mas até então nenhuma medida foi tomada para cessar tais abusos.

Além disso, o Brasil é o país com maior índice de profissionais domésticas no mundo, com aproximadamente 6,2 milhões de profissionais, na sua maioria constituída por mulheres negras, as quais desenvolvem suas atividades de uma forma bastante precária, o que envolve baixos rendimentos, à instabilidade, à informalidade, a frágil proteção social e a uma hiperexposição à discriminação e ao assédio (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).

Referências

PINHEIRO, Luana Simões; TOKARSKI, Carolina Pereira; VASCONCELOS, Marcia. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil.** INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791 Acesso em: 2 nov. 2021.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; QUEIROZ, Silvana Nunes de; SILVA, Priscila de Souza. **(Des)emprego doméstico e a COVID-19: impactos da covid-19 no (des)emprego doméstico. O que já podemos ver?.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020. Disponível em: https://demografiaufrn.net/2020/06/08/covid19-des-emprego-domestico/ Acesso em: 5 nov. 2021.

PECHIM, Lethicia. **Negros morrem mais pela covid-19.** Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/. Acesso em: 1 nov. 2021

9

Jovens negras e pobres: uma análise a partir das discentes do Instituto Federal do Ceará – Campus Baturité

Cristiane Gonzaga Oliveira [1]
Maria Jucilene Borges de Souza [2]

A pesquisa em questão discute a formação profissional e o mercado de trabalho das jovens negras pobres de Baturité. Resulta de um estudo sobre a relação entre o Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *campus* Baturité e a inserção das juventudes no mercado de trabalho, ainda em andamento.

Ao analisar os dados da RAIS/MTE, de 2018, verifica-se que dos 3.146 vínculos formais, apenas, 801 se enquadravam nas juventudes, ou seja, 25,46%. Isso posto, questiona-se: qual o lugar das jovens negras e pobres, ou o "não-lugar", nas relações de produção (NASCIMENTO, 1978).

Almeja-se avaliar a relevância desta instituição para a inserção das egressas, jovens, negras e pobres, no mercado de trabalho, de Baturité-CE. Compreende-se que as mais afetadas pelo desemprego e subemprego são as juventudes. Ao analisar os dados oficiais observa-se que as mulheres negras são as mais afetadas nesse contexto.

Para a realização deste estudo fez-se uma análise, quantitativa, dos dados obtidos através das respostas ao Questionário Socioeconômico, aplicados em 2019, pelo *campus*. Esses dados foram trabalhados em planilha eletrônica e analisados a partir da abordagem qualitativa, compreendendo o contexto em que estas juventudes estão inseridas e as

[1] Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, e-mail: cristiane.gonzaga@alu.ufc.br
[2] Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, e-mail: jucileneborges@alu.ufc.br

discussões sobre o conceito da interseccionalidade, categoria prático-téorica que nos ajuda a entender que o fenômeno da dominação/opressão vivida pelas mulheres negras é estruturalmente diferente da vivida pelas mulheres brancas. Pois, as mulheres negras vivem em seu dia a dia opressões simultâneas e múltiplas (racismo, patriarcado, exploração de classe, homofobia) que conjuntamente contribuem para a produção de sua experiência da dominação (COLLINS, 2017).

O conceito também ajuda a compreender que essas questões não são naturais, são resquícios de uma história pautada em dominação e exploração, com preconceitos enraizados e fundamentados no patriarcado e racismo estrutural refletidos no cotidiano. Consequentemente, para romper com um ciclo tão violento é necessário entender o passado para construirmos juntos/as um futuro ancorado na igualdade em direitos humanos efetivos para todos/as sem distinções de classe, gênero, raça ou geração e a educação é um desses caminhos.

Baturité situa-se na região norte do Ceará é, ainda, cidade polo do Maciço de Baturité, que é formado por 13 municípios. Àrea esta com economia voltada para os serviços e o comércio, com vocação para o turismo, e que congrega uma grande diversidade cultural, incluindo quilombolas, indigenas, povos do campo, de terreiro, entre outros. Consequentemente, o IFCE – *campus* Baturité tem seus cursos nos eixos do turismo, hospitalidade e lazer, exemplo disso, são os cursos superiores de Tecnologia em Hotelaria e Gastronomia.

A cidade possui uma população aproximada de 35 mil habitantes (IPECE, 2018), destes, mais de 17 mil eram homens e 18 mil mulheres. Enquanto os jovens perfaziam 9.542, ou seja, 26,82%. Destes 4.690 do sexo masculino e 4.852 do feminino. Ao analisar os dados sobre raça/cor/etnia em relação ao rendimento nominal mensal, a partir do Censo de 2010, constata-se que 24,68% das pessoas declararam ter

rendimento nominal mensal de 0,5 até 1 salário minímo (SM), enquanto 14,40% declararam ter até 0,5 (SM) e, 35,16% afirmaram não ter rendimento. Destes últimos 70,88% se declararam como pessoas pardas, 5,62% pretas, 23,15% brancas, 0,32% amarelas, e, 0,03 indigenas.

O que enseja em compreender que a maioria das pessoas negras encontram-se em condições econômicas de vulnerabilidade, em Baturité. Para tentar compreender esse contexto, e diante da dificuldade de encontrar dados oficiais em que se possa trabalhar de forma interseccional, utiliza-se nesta pesquisa do Questionário Socioeconômico, aplicado em 2019, pela instituição. Em que é possível verificar que dos 504 respondentes, 340 afirmaram não trabalhar, de um total de 846 discentes matriculados.

Dos que não trabalhavam 80,58% eram jovens, 67,35% mulheres, e 80,6% pessoas negras. Ao trabalhar de forma interseccional tem-se 45% desse total de que não trabalham como mulheres, negras e jovens. Enquanto que mulheres brancas e jovens perfazem apenas 6,76%. O que pode-se, de forma micro, enfatizar algumas das dificuldades pelas quais essas pessoas passam, que a priori se relaciona com a dificuldade de conseguirem se empregar ou se manter em seus empregos.

Compreende-se como uma das formas de se expressar o racismo sobre esses corpos, tendo em vista que, pessoas negras por vezes não são contratadas, simplesmente, por serem negras. Estas que em grande parte já pertencem a lares com vulnerabilidades socioeconômicas, o que pode ser verificado também através desse questionário. Das 504 pessoas 85,52% tem renda familiar até 1,5 (SM), e destas 38,51% são jovens mulheres negras, enquanto brancas perfazem 6,03%.

O que se observa é que estas pessoas pertencem a lares vulneraveis e tentam mudar essa realidade através da educação. Teoricamente maior escolaridade proporciona uma melhor inserção no mundo do trabalho,

todavia, quando averiguamos os dados oficiais, esse pressuposto não se mantém. O que se constata é uma redução dos postos de trabalho, e as vagas que existem, em sua maioria, são altamente precárias, principalmente em países de capitalismo dependente e associado como é o caso brasileiro.

O que se aferir a partir da análise dos dados socioeconômicos das discentes do IFCE – *campus* Baturité é que existe uma maioria de pessoas vulneráveis economicamente, que são marcadamente jovens, mulheres e negras. Que veem diante do aumento de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e das políticas de ações afirmativas a oportunidade de serem inseridas de forma igualitária no mercado de trabalho.

Porém, a partir dos dados do censo de 2010, o que se constata é que a maioria das pessoas negras ainda não possuiam sequer renda mensal. Consequentemente, o Censo de 2020, é de suma importância para compreendermos as efetivas mudanças, ou não, ocorridas nestes últimos anos. Um dos problemas encontrados durante a pesquisa foi, inclusive, o de não conseguir localizar dados que pudessem ser trabalhados de forma interseccional: raça, gênero, geração e classe.

Então, tem-se como pauta política a aplicação de cotas de 25% para pessoas negras em todos os tipos de empregos (CUNHA JUNIOR, 2021) e que o orçamento da assistência estudantil das IFES seja compatível, e crescente, diante das demandas existentes e das desigualdades.

Referências

COLLINS, Patrícia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Revista Parágrafo, v. 5, n.1. jan/jun. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar de 2020**. Brasília, DF, 2020. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar de 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS/MTE**. Acesso Online às Bases de Dados. PDET. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados/. Acesso em: 27 ago. 2020.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Municipal 2017 - Baturité**. Fortaleza, 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Conferência de Encerramento. [*S. l.; s. n.*], 2021. 1 vídeo (1h 50min 32s). Publicado pelo canal 3º Copene Nordeste. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v5ytbc5Sk3U. Acesso em: 29 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads. Acesso em: 01 nov. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico de 2020 (Ano-base 2019)**. Ceará 2020. Disponível em: https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2020.pdf/view. Acesso em: 04 out. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado**: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, 1978.

NUNES, Cicera; CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Reivindicações educacionais e propostas educativas da população negra no século XX: uma revisão histórica. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. INFÂNCIA, JUVENTUDE, E RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 22 a 25 ago. 2010. São Luiz, (MA). São Luiz (MA), 2010.

10

A sabedoria das mulheres negras nos cotidianos escolares: uma revolução em curso na reconstrução do mundo

Juliana Ribeiro [1]

O presente trabalho, foi pensado como parte integrante da pesquisa de doutoramento em educação "Pesquisas do fim do mundo: pensando a presença e os desdobramentos das produções de mulheres afro-latino-americanas nos cursos de formação em educação" desenvolvida por mim na linha de Cotidianos e Redes Educativas e Processos Culturais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa se dá principalmente com as alunas da graduação do curso de Pedagogia na UERJ, mas neste trabalho específico, pensamos com aquelas que já estão também nos ambientes escolares atuando como professoras na rede pública de ensino do Rio de Janeiro. Nele, proponho a elaboração de um pensamento sobre os *saberes/fazeres* (FERRAÇO,2003) das mulheres negras nos seus cotidianos (ALVES 2000,2015) escolares, em específico aquelas que, assim como eu, trabalham nas escolas de Educação Infantil.

Seu desenvolvimento se dá a partir das indagações acerca da legitimação ou não de determinados tipos de conhecimento, determinadas práticas e determinadas vozes em detrimento de outras, (des)legitimação

1 Doutoranda em Educação Proped/UERJ, Mestra em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares PPGEDUC/UFRRJ, Pedagoga UFRRJ, Professora Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

esta que tem se concretizado ao longo dos anos pelas práticas de violência da colonialidade como o epistemicídio da cultura negra e da cultura das populações de povos originárias na América Latina (SANTOS).

A partir de uma experiência própria, que no fazer desta escrita já não falam apenas de mim, mas de uma vivência coletiva (EVARISTO, 2007), é que começamos a constatar que as consequências se materializam nas ausências das vozes das mulheres negras (e seus saberes) nos currículos de formação de professores, apesar de sua presença significativa e dos seus conhecimentos nos cotidianos escolares.

Nosso objetivo é observar e tencionar o encontro (PASSOS, 2014) entre as práticas cotidianas destas mulheres e os conhecimentos estipulados na/pela academia como componentes curriculares, de modo a levar nossas interlocutoras à inquietação acerca da construção de um novo currículo, protagonizado pelas próprias praticantes, num movimento também de criação de um novo mundo. Tal investimento se dá a partir da ideia central da pesquisa a qual o trabalho pertence, qual seja a reconstrução epistemológica, afetiva e social de um mundo que está bagunçado pelo racismo, pelo sexismo e pelas diferenças de classe, feita a partir da educação e protagonizada principalmente por quem no decorrer dos tempos se tornou especialista em recomeçar apesar do fim do mundo, nós mulheres negras, mulheres do fim do mundo (Elza Soares, 2016).

Para isto, nos utilizamos principalmente da escuta atenta e amorosa (BAKHTIN, 2007) das narrativas cotidianas das mulheres negras nos ambientes escolares, levando em consideração a riqueza de saberes e a potência presente na transmissão de conhecimento a partir da / pela oralidade e a partir do / pelo afeto.

Seguindo o que bem nos ensinou Chimamanda Adichie (2018), é que também nos dispomos a ouvir as vozes plurais mas também com assinatura única destas mulheres como maneira de nos libertarmos das

armadilhas da colonização que nos impede de conhecermos o mundo para além daquilo que nos foi apresentado pelas histórias hegemônicas criadas pelo colonizador sobre o outro, ou sobre nossa própria cultura.

A discussão se dá na esteira do pensamento de Lélia Gonzalez acerca do protagonismo feminino negro da estruturação da sociedade, não apenas no lugar último das consequências de opressão e de racismo, mas sobretudo na tomada deste espaço como local de ressignificação da sua existência e de construção tática de um mundo que contém na tecitura de sua trama, suas histórias, suas manhas, suas mandigas, seus temperos, axés, sotaques, rezas, danças, ou seja, suas vozes e suas sabedorias.

Assim, pensamos que o diálogo com tais sabedorias revela a urgência de reconhecermos e fortalecermos uma revolução já em curso protagonizada por nós mulheres negras educadoras. Revolução curricular, epistemológica, afetiva e social, necessária e urgente dentro das próprias escolas, e principalmente a partir dos locais de formação para o magistério.

Referências:

11

O protagonismo das mulheres camponesas através das tecnologias sociais no sudeste goiano

Andréa Ferreira Souto [1]

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário, 35,6% das famílias no meio rural, possuem as mulheres sozinhas como responsáveis diretas (IBGE, 2017). No entanto, seus trabalhos na agricultura familiar, não são reconhecidos como trabalho de fato, o que corrobora para a invisibilidade das mesmas.

Tal situação, advém dentre outros fatores, da divisão sexual do trabalho, em que o valor deste está em quem realiza o trabalho e não no trabalho em si (KERGOAT, 2009). Apesar disso, as mulheres camponesas seguem protagonizando ações em prol da vida, realizando a produção de alimentos saudáveis (SILIPRANDI, 2016). Uma alternativa aos problemas enfrentados por essas mulheres agricultoras, são as tecnologias sociais que podem ser utilizadas no âmbito da economia solidária de modo que se possa empoderar as mulheres e as famílias do campo na criação de novos olhares através do enfrentamento e questionamentos frente ao sistema hegemônico que endossa a monocultura e perpetua o patriarcado econômico, político e social que preconiza o poder decisório do homem sobre a mulher e, ainda, intenta controlar as ações produtivas e reprodutivas das mulheres camponesas.

As tecnologias são uma das ferramentas de poder na sociedade capitalista e ao contrário do senso comum que imagina que elas estão

1 Mestranda, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, campus Catalão, GO. E-mail: aandreasouto@gmail.com

relacionadas apenas a eletrônica, como computadores, celulares, na verdade está relacionada a tudo o que o ser humano inventa para tornar a sua vida mais fácil ou mais agradável, podendo ser uma técnica ou uma prática.

Apesar disso, as tecnologias não podem ser vistas como neutras e não são, pois estão sempre aliadas a uma determinada perspectiva em prol do mercado e com isso, do capital. De acordo com Dagnino (2009), após a mecanização da agricultura, houve um intensa tecnificação no campo, e essa tecnologia mantida a serviço do mercado é chamada de convencional (TC).

Em uma perspectiva contra essa lógica voltada ao mercado, existem experiências alternativas, que foram inicialmente definidas por esse autor como, Tecnologias Sociais (TS) (DAGNINO, 2009). Desta forma, um dos problemas dessa pesquisa é se a utilização da Tecnologia Social pode ser vista como mecanismo de protagonismo e emancipação social. Com isso, este trabalho objetiva refletir sobre as possibilidades das mulheres camponesas no sudeste de Goiás, serem protagonistas através de um projeto que utiliza tecnologias sociais.

Para isso, houve uma análise documental, que contempla vídeos e demais documentos dispostos do projeto denominado Energia das Mulheres da Terra, que é realizado do estado de Goiás. O projeto, foi aprovado e financiado através do Fundo Socioambiental da Caixa no ano de 2017, e é composto por uma rede solidária e propõe a implantação de tecnologias sociais de energia renovável e recursos hídricos sob a liderança de mulheres camponesas. Possui, portanto, uma perspectiva de gênero, onde as mulheres e grupos de mulheres do campo, como agricultoras familiares, camponesas integrantes das Associações e Cooperativas de mulheres, são as beneficiárias do mesmo.

Essas reflexões são parte da dissertação de mestrado em curso, a partir das ações realizadas por mulheres camponesas que participam do referido projeto. Utilizou-se abordagem qualitativa (MINAYO, 2003) e para a reflexão houve a participação e observação participante em espaços de debate sobre os temas, e pesquisa bibliográfica acerca do feminismo camponês popular (PAULILO, 2016), do pensamento de GONZALEZ (2020) e sobre a metodologia participativa e emancipação freiriana (FREIRE, 2021).

Os resultados preliminares apontam que o protagonismo social e político pode colaborar para a participação dos indivíduos em processos decisórios. Outro apontamento que se faz é que apesar de lugares distintos, as mulheres camponesas mantêm características protagonizadas pelo bem comum, semeando solidariedade a partir de mutirões, demonstrando os laços com a comunidade e a preservação da vida na luta por alimentos saudáveis. A metodologia participativa realizada através das tecnologias sociais pode favorecer a autonomia das mulheres em sua comunidade.

Referências

DAGNINO, Renato. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. Tecnologia Social: Ferramenta para Construir uma Outra Sociedade. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 73-112, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, v. 43, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2wzsoU0>. Acesso em 10 de abr. de 2021.

KERGOAT, Daniéle. Dinâmica e consubstancialidade nas relações sociais. 2010. Disponível em: https://w.scielo.br/pdf.nec/n8/n86a05.pdf.> Acesso em 10 de abr. de 2021.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? Sociedade & Política- Florianópolis. Vol 15- Edição especial, 2016.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese. Universidade de Brasília - DF, 2009.

12

Mulheres negras e docência: afinal, esse lugar é meu?

Fernanda Maria de Vasconcelos Medeiros [1]

Pensar em espaços de trabalho para mulheres negras, é considerar lugares que podem ser desafiadores, frente a presença de marcadores como raça e gênero. Nesse sentido há uma perspectiva de relações hierarquizadas e definidas socialmente. O espaço da docência também tende a ser atravessado por essas determinações históricas, políticas e sociais, uma vez que não está isento das estruturas sociais dessa sociabilidade, ao contrário é parte dessa construção.

Venho refletindo o espaço da docência, principalmente no âmbito acadêmico, que envolve ensino, pesquisa e extensão, por considerar um lugar estratégico no que se refere mobilidade social, econômica e política com possibilidades de inserção de outras narrativas, (re) construídas de outros prismas.

Buscar desenvolver e compreender esse ambiente, é parte do projeto de mestrado que está sendo levado para uma investigação de dissertação, havendo o olhar para uma avaliação da implementação da política pública de ação afirmativa de acesso ao serviço público federal para população negra, lei 12.990/2014.

É a partir de uma trajetória de leituras, da própria qualificação e sugestões da banca que tenho buscado extrair outros elementos problematizadores que envolvam o âmbito acadêmico e a presença das professoras negras.

---

[1] Assistente Social (graduada pela UECE), servidora pública federal (IFCE) e mestranda em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – MAPP/UFC.

Nesse sentido, a experiência de conviver com mulheres negras e professoras despertaram o interesse e provocaram indagações que a cada reflexão, leitura mostram o quanto há elementos importantes para se descortinar a realidade acadêmica para mulheres negras enquanto docentes e pesquisadoras. Historicamente temos ocupado à docência, entretanto, ainda fortemente direcionada para educação infantil e/ou as primeiras séries do ensino básico.

Ao longo dos anos, das lutas que envolve movimento negro, mulheres negras e pessoas e/ou coletivos que reconhecem e participam ativamente dessas discussões, sabe-se que houve conquistas, ainda que com muitos obstáculos e questionamentos, sobretudo por quem quer manter seus privilégios. As mulheres negras têm avançado em ocupar espaços acadêmicos, ainda que seja difícil a permanência e a legitimidade das suas práticas e saberes.

Dito isto, parto da indagação, de quais sentidos e significados pode ter para mulheres negras e professoras que acessaram o serviço público federal a partir da lei 12.990/2014, em uma instituição educacional federal de ensino básico tecnológico e superior, pluricurricular, o seu acesso e permanência nesse espaço.

Uma outra questão posta, refere-se a própria instituição, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) avalia e/ou análise essa implementação de política pública, há uma perspectiva crítica da necessária adoção ou ainda se revela no cumprimento legal da medida? Nesse horizonte, as categorias analíticas de raça e gênero desenham-se de maneira fundamental para uma sustentação teórica que dê conta de discussões como racismo, sexismo, mulheres negras.

A dimensão de classe é um outro elemento presente, sendo posto o desafio de como elas se relacionam, se entrelaçam nas trajetórias das professoras negras na especificidade do IFCE. Ciente de ser uma pesquisa

que exige bastante, pois enquanto mulher negra, por muitos anos, fui apartada da minha história, das autoras e autores negras(os), das contribuições teóricas para outras epistemologias e o que deveria ser algo sistematizado ao longo da minha construção humana, parece surreal absorver tantas informações e conhecimentos, os quais não pude ter.

Preciso registar que ao longo do meu processo escolar, eu tinha indagações e dúvidas, mas não tinhas fontes de respostas através de professores(as), somente na universidade essas indagações e dúvidas começam a percorrer outros caminhos, que efetivamente trilham outros percursos com o encontro no IFCE com professoras(es) negras(os), a partir do ano de 2016 e participando do "Projeto Mulheres Negras Resistem: Processo Formativo Teórico-político para Mulheres Negras", vinculado ao Programa Integração UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Brasileira) : Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e da Diáspora (CeiÁfrica) nas Escolas, Quilombos e Rádio, no ano de 2018, um projeto sob a coordenação da professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

No que se refere a pesquisa, o desenho metodológico vem sendo (re)desenhado após a qualificação, ocorrida em agosto de 2021. Buscando informações junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do IFCE, até o presente momento foi disponibilizado uma planilha informando dados do concurso de 2016 quando houve 388 vagas para docência, das quais 66 destinadas aos negros(as), com resultado de 32 vagas preenchidas por professores negros e 20 professoras negras. As demais vagas de acordo com a planilha não foram preenchidas por pessoas negras, ainda que houvesse a reserva.

Para a referida pesquisa, a proposta é fazer uma abordagem de avaliação em profundidade, ancorando-se em Rodrigues (2008, 2011); Gussi (2016) e no paradigma experiencial de Lejano (2012), sendo

relevante, portanto, a interpretação das vivências e experiências das sujeitas com a política de ação afirmativa e o âmbito educacional, enquanto espaço de trabalho.

Para essa apreensão, vislumbra-se utilizar-se de grupo focal e entrevista em profundidade, caso necessário frente aos resultados da técnica de grupo focal. Para uma análise efetiva e fundamentada dos dados, das possíveis respostas e não respostas, ou ainda do dito e não dito, a base teórica de sustentação requisita apropriação de leituras que evidenciem mulheres negras, políticas de ações afirmativas, docência e avaliação de políticas públicas.

Para referenciar tais discussões, tem-se se buscado González (2020); Carneiro (2019); Moura (2019); Fonseca (2009); Davis (2016); Gomes (2012), dentre outros (as). Essa proposta tem tomado corpo ao longo do tempo, ainda não há informações efetivas do campo com as sujeitas, há elementos reflexivos da convivência, da observação e da movimentação dessas professoras negras na instituição, o que demonstra o quão importante é uma avaliação de política pública, considerando sua trajetória e efetivação, e no que se refere aos(as) sujeitos(as) que a demandam, em uma sociedade estruturada em profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero e que naturaliza lugares e não lugares sem problematizar as determinações do cotidiano de pessoas, sobretudo, negras(os).

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm Acesso em: 20 out. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas.** São Paulo: Selo negro, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v.33, n. 120, p. 727-744, jul.-set.2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breynner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em debate.** v.4, n.1, p. 83-101, 2016.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas:** fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012. p. 205 – 226.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** Artigos inéditos, 2008.

13

Narrativas e histórias de vida: mulheres negras e enfermagem brasileira

Paulo Fernando de Souza Campos [1]

Muito recentemente a historiografia brasileira incorporou a história das mulheres como perspectiva epistemológica (GONZALEZ, 1988; 2019; RAGO, 2019). A década de 1980 marca o momento em que a produção historiográfica sobre ações praticadas por mulheres ecoa nos meios acadêmicos e nesse interregno a escrita da história produzida não somente as retirou da penumbra, na qual foram duramente colocadas, mas questionou o modelo estanque e esquemático do conhecimento centrado no masculino (FEDERICI, 2017; HOLLANDA, 2019).

Na esteira desse processo, estudos caminham no sentido de invalidar o universalismo branco patriarcal hegemônico, que estrutura a ciência moderna ocidental colonialista (LANDER, 2005). Se raramente a História mencionava mulheres como protagonistas, essa dinâmica atingia com maior vigor mulheres negras e mesmo ao fazê-lo suas trajetórias eram expostas através de uma historicidade emanada do centro, ampliando ideais universais, centrados na experiência de homens e mulheres brancos, projetados como ideal e superior (MOTT, 1988; LAUDERDALE, 1992; DIAS 1995).

Os atravessamentos desse processo reverberam na fabricação da história oficial da enfermagem brasileira, a qual, mesmo centrada em

1 Doutor em História (UNESP), com pós-doutorado em História da Enfermagem (EE/USP/FAPESP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro - UNISA, São Paulo. Pesquisador CISGES/UNISA/CNPq e LEER-USP. pfcampos@prof.unisa.br

ações de mulheres ou escrita por mulheres raramente trata experiências antecessoras à profissionalização, vividas por mulheres negras, como parte do processo histórico da arte e da ciência do cuidado (CRUZ; SOBRAL, 1994; BARREIRA, 1997; FERREIRA; SALLES, 2019). Vale dizer, ao naturalizar a representação branca da enfermagem brasileira, a escrita oficial invisibilizou personagens e trajetórias de mulheres pretas e pardas, conscientes ou não de seus protagonismos na cultura dos cuidados no Brasil (SOUZA CAMPOS; OGUISSO, 2013; SOUZA CAMPOS, 2015a).

Ao tratar o tema no campo da profissionalização, narrativas clássicas da história da enfermagem reiteram estereótipos e traduzem as primeiras *nurses* como mulheres brancas. A consideração é resultado do processo negacionista das mulheres negras na história, isto é, do lugar do feminino negro na construção do conhecimento, pois desde o primeiro movimento de profissionalização da arte do cuidado no mundo mulheres negras foram simbolicamente excluídas (RIBEIRO, 1997; DEIAB, 2006).

Assim, ao evidenciar representações de mulheres pretas e pardas na enfermagem brasileira, a presente comunicação problematiza impactos dessa recusa histórica colonialista como possibilidade de releitura da formação e orientação profissional no Brasil (SOUZA CAMPOS, 2015b). A proposta trata, prioritariamente, significados forjados nas origens da profissionalização ou como a história da educação profissional da enfermagem brasileira evoca modos de exclusão racial e de gênero, para, a contrapelo, acessar a *colonialidade do gênero* que exige pensar a *amefricanidade*, proposições que emergem da epistemologia feminista interseccional (GONZALES, 1988).

Como material ou corpus documental destaca-se a coluna Página de Estudante dos Annaes de Enfermagem, primeiro periódico brasileiro organizado no âmbito da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, no início da década de 1920,

cujo exemplar consta do acervo da Biblioteca Wanda Horta, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, instituição que abriga o Centro Histórico-Cultural da Enfermagem Ibero-Americana. Na esteira desse processo, a presente comunicação remonta a trajetória de Lydia das Dores Matta, diplomada pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – EEUSP na primeira turma de Bolsistas SESP, mulher, negra, nascida em Belém, Pará, sua trajetória permite acessar questões que perpassam as relações de trabalho e educação no âmbito em que se insere (SOUZA CAMPOS; OGUISSO, 2013).

Nesse sentido, ao remontar representações forjadas sobre a participação feminina negra na história da enfermagem brasileira, a proposta implica pensar possíveis modos de reparação desse longo processo de exclusão do cuidado negro pré-profissional e profissional, ou seja, visibilizar a arte e ciência do cuidado como parte da história das mulheres negras no Brasil (GONZALES, 2019).

As análises se sustentam na interpretação (CHARTIER, 1991) de representações tratadas como construções discursivas, imagéticas e estéticas que atuam no campo da formação de opiniões e consciências, as quais, por sua vez, operam decisivamente nas práticas organizadoras do mundo social. A aplicação do conceito de representação desvela a formação de juízos e valores socialmente estabelecidos, seu emprego possibilita recuperar experiências coletivas, individuais, subterrâneas, resistências miúdas, mas não menos importantes para a compreensão de realidades mais amplas, no caso, permanentemente em tensão, isto é, permite a decodificação dos significados não como diferenciações culturais ou traduções de divisões imóveis, mas efeitos de processos dinâmicos, que autorizam percepções distanciadas de narrativas oficiais, de julgamentos apressados e hermeticamente fechados.

Referências

BARREIRA, I. A. Os primórdios da enfermagem moderna no Brasil. In: Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery, n. 0, julho de 1997. Disponível em https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-284416. Acesso em 26.06.2021

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. In: Estudos Avançados, n. 11, abril de 1991. Disponível em https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt. Acesso em 26.01.2021

CRUZ, I. C. F.; SOBRAL, V. R. S. Nem Ladies, nem Nurses: Sinhazinas e Mucamas. Por uma re-visão da história da enfermagem brasileira (e do sistema de Saúde). In: SEMANA DE ENFERMAGEM, 4., 1994, Niterói. Anais... Niterói: Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense, 1994.

DEIAB, R. de A. A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950). 2006. 207f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIAS, M. O. L. da S. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, L. O.; SALLES, R. B. B. A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n. 19, outubro de 2019. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7515177. Acesso em 26.06.2021

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro, n. 92-93, junho de 1988. Disponível em https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-lelia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/. Acesso em 26.06.2021

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, S. B. Pensamento Feminista Brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-256.

HOLLANDA, S. B. Pensamento Feminista Brasileiro. Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LANDER, E. Apresentação. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: LANDER. E. (org). Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.19-20.

LAUDERDALE, S. G. Proteção e Obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOREIRA, M. C. N. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, n. 3, fevereiro de 1999. Disponível em https://www.scielo.br/j/hcsm/a/X4GQft8dhcKTbyM8sZcFSbr/abstract/?lang=pt. Acesso em 26.06.2021

MOTT, M. L. de B. Submissão e Resistência. A mulher na luta contra a escravidão. Contexto: São Paulo, 1988.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, S. B. Pensamento Feminista Brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 371-387.

RIBEIRO, M. M. A Ciência dos Trópicos. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA CAMPOS, P. F. de. Cultura dos Cuidados: o debate entre história e enfermagem pré-profissinal nas aquarelas de Jean-Baptiste Debret (1816-1831). In: Cultura de los Cuidados, n. 43, dezembro de 2015a. Disponível em https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-147325. Acesso em 26.06.2021

SOUZA CAMPOS, P. F. Enfermeiras da Legião Negra: Representações da Enfermagem na Revolução Constitucionalista de 1932. In: Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher, n. 33, setembro de 2015b. Disponível em: https://facesdeeva.fcsh.unl.pt/?page_id=47. Acesso em 04.07.2021.

SOUZA CAMPOS, P. F. de.; OGUISSO, T. Enfermagem no Brasil. Formação e identidade profissional pós-1930. São Paulo: YENDIS, 2014.

14

O pensamento de Lélia Gonzalez para uma educação antirracista: diálogos e re(existência) do fórum de mulheres em luta da UFPB

Katarine da Silva Santana [1]
Maria de Lourdes Teixeira da Silva [2]

O texto ora apresentado tem como ponto de discussão, dialogar sobre o pensamento de Lélia González a partir do relato de experiência do Ciclo de Formação Antirracista do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB. Este grupo feminista auto organizado desenvolve ações no combate e enfrentamento as opressões e violência de gênero desde o ano de 2017.

Este coletivo é formado por mulheres docentes, discentes e servidoras técnico-administrativas da UFPB, e realiza atividades com a pauta de gênero e a luta de classe no Brasil. No ano de 2020, o contexto da pandemia, e os impactos do isolamento social expuseram desafios de toda ordem interferindo no nosso fazer enquanto grupo mobilizador de discussões e debates sobre a vida das mulheres.

Como estratégia de enfrentamento as adversidades e resistência, os ciclos de formação antirracista da UFPB tem como objetivo, ser um momento de exercício do pensamento crítico, político e interseccional bem como um espaço para troca de experiência a partir de autores e autoras negras (os).

Para o segundo módulo da formação foram selecionados dois escritos da autora e intelectual brasileira Lélia Gonzalez: Lugar de negro

1 Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Agrárias pela UFPB. kss@academico.ufpb.br

2 Ativista social no movimento feminista e da negritude. Bibliotecária. Mestra em Educação Profissional. lourdes@biblioteca.ufpb.br

(GONZALEZ, 1982) e Racismo e sexismo na cultura brasileira (GONZALEZ, 1984). A justificativa para tal debate, é registrado pelas ausências da academia na temática étnico racial, pela necessidade de combater o epistemicídio negro nesse espaço de produção do conhecimento, alicerçar conceitos que dialogam intimamente com a discussão de gênero e classe, dentre elas as negritudes no Brasil.

Como percurso metodológico para a realização dos Ciclos de Formação, realizamos inscrições via formulário google, e obtivemos a inscrição de 85 inscritas de vários estados do país. Os encontros aconteceram em quatro etapas entre os meses de março e abril de 2020, através da plataforma google meet. Os encontros foram construídos com momentos de chegança, com músicas, poemas e acolhimento das mulheres, seguida da apresentação da biografia da autora indicada, pontos centrais da obra selecionada, e abertura da roda de discussão com trechos e palavras geradoras extraídas do texto.

Nesse sentido, as discussões foram permeadas por contextualização da obra, ao momento conjuntural, e diálogos que associam-se a condição das mulheres negras em seus postos de trabalho e os enfrentamentos necessários para a superação do racismo e sexismo na sociedade, e cujo momento pandêmico aprofundou as desigualdades e violências contra as mulheres negras, seja pelo fator econômico, em que se alastrou o desemprego com a redução de frentes de trabalho, mas também pelo contexto político que o país enfrenta, onde podemos observar que discursos e práticas racistas têm sido potencializada por uma sociedade racista que pratica o genocídio em suas variadas nuances, seja na subalternização das pessoas negras no mundo do trabalho, seja pela interiorização e invisibilização da cultura afro-brasileira, ou seja este genocídio, legitimado pelo próprio Estado Brasileiro através do projeto de

extermínio da população negra, na negação de políticas assistenciais de acesso à saúde, moradia, educação, emprego e renda, ao lazer e a cultura.

Todas essas questões elencadas, fazem a sustentação da manutenção do *status quo* da sociedade brasileira "na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira" (GONZALEZ, p. 225, 1984). A esta análise conjuntural, cabe pontuar o pensamento de Lélia Gonzáles, ao citar a importância de assunção da nossa condição enquanto pessoas negras, assumindo nossa própria fala, nossa identidade cultural, combatendo o lugar que nos é relegado.

Lélia, ao trazer a classe trabalhadora, nos aponta as profissões que o racismo estrutural impõe às mulheres negras, quais sejam: cozinheiras, faxineiras, mães pretas... E deste lugar de subalternidade cultural, social e econômica, nos reportamos ao que ficou evidenciado na pandemia, devido às desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas, não é por acaso que a primeira vítima da covid-19 no estado do Rio de Janeiro/Brasil, foi uma mulher negra e trabalhadora doméstica, o que só reforça que a interseccionalidade, classe, raça e gênero têm sido fator determinante da manutenção das desigualdades.

A análise de Lélia sobre o lugar designado as pessoas negras na sociedade brasileira, a partir da perspectiva e disposição geográfica, nos possibilitou dialogar com conceitos e desdobramentos do racismo ambiental, a luta pela terra no Brasil, a questão da reforma agrária, e o fortalecimento da agroecologia e agricultura familiar como temáticas indissociáveis a discussão de gênero, raça e classe.

Deste modo, consideramos que os ciclos de formação antirracista têm nos proporcionado reflexões sobre o racismo, as mazelas enfrentadas pela população negra brasileira, como também, as formas de organização e resistência que ao longo dos anos vem sendo documentadas em diversos tempos históricos, destacamos quão importante é ler, reler, e dar voz as

intelectuais negras. Lélia nos convida a refletir preciosos direcionamentos da luta antirracista, partindo do reconhecimento de nossa diversidade enquanto população negras, e os atravessamentos da nossa identidade cultural e memória coletiva, distanciando-nos da valorização da cultura e da linguagem afro-brasileira, ao pretuguês como forma de continuação da linguagem e da memória ancestral.

Por fim, evidenciamos a condição das mulheres negras, sobretudo, nas organizações da negritude assumindo o protagonismo e, se fortalecendo na tomada de consciência sobre o lugar das mulheres negras, movimentando e resistindo frente as estruturas do sistema patriarcal e capitalista. Ao dialogarmos com os escritos de Lélia, vislumbramos caminhos possíveis para a luta anticapitalista e antirracista, partindo das considerações fomentadas nos diálogos realizados, fazendo o contraponto de análise da conjuntura econômica, político, social, tão fundamentais a práxis pedagógica na formação docente, e no fortalecimento em tornar-se negras, assumindo os espaços acadêmicos e na militância política.

15

“Estranhar o currículo”: refletindo questões de gênero, sexo, corpo e sexualidades na educação

Amanda Nunes do Amaral [1]

A partir da concepção acerca de corpos, sexualidades e gêneros, e seu entendimento enquanto categorias inerentes às relações de poder e aos discursos e práticas hegemônicas, Guacira Lopes Louro (2008) reflete sobre o modo pelo qual a heteronormatividade foi socialmente instituída, estabelecendo a heterossexualidade e a masculinidade como expressões naturais e consagradas do desejo e do gênero; outorgando, assim, o lugar do(a) negro(a), da mulher, do homossexual – e de outras formas “desviantes” de sexualidade – enquanto lugar de inferioridade e de desprezo. E legitimando, pois, os binarismos (masculino/feminino; heterossexual/homossexual) de modo a naturalizar atos de violência e extermínio contra aqueles (as) que são lidos (as) no lugar da diferença, isto é, aqueles (as) que se opõem à norma: à branquitude cis-heteropatriarcal.

Em vista de tal crítica, Louro (2008) se dedica a investigar como tais binarismos são reproduzidos nas instâncias pedagógicas, bem como o que pode ser feito para desestabilizá-los e propõe, no contexto educacional, uma problematização do currículo a partir de uma pedagogia queer, com vistas a questionar as identidades de gênero, bem como contestar e transgredir as convenções culturais e sociais que privilegiam

1 Doutoranda em Letras e Linguística, e especialista em Estudos Literários e Ensino de Literatura pela Universidade Federal de Goiás (2020).

determinadas experiências em detrimento de outras. Nesse sentido, Louro (2008, p. 63) sugere "tornar *queer* o currículo". O termo *queer* se coloca em oposição a tudo aquilo que é considerado "normal". "A palavra tem (...) mais de um significado: constitui-se na expressão pejorativa com que são designados (...) homossexuais (equivalente à bicha, sapatão ou veado) e corresponde, em português a estranho, esquisito, ridículo, excêntrico, etc." (LOURO, 2008, p. 63-64).

A partir da expressão utilizada por estudiosas anglo-saxãs: *queering the curriculum,* Louro (2008) sugere a transformação da palavra em um verbo, chegando à expressão: "estranhar o currículo". "Quando pretendemos 'estranhar o currículo' [...] seria um movimento de desconfiar do currículo (tal como ele se apresenta), tratá-lo de modo não usual; [...] colocar em situação embaraçosa o que há de estável naquele 'corpo de conhecimentos'" (LOURO, 2008, p. 64).

Louro (2008) afirma que ao reconhecermos o currículo como um texto "generificado" e "sexualizado", percebemos nele "[a] premissa que afirma que determinado sexo indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, indica ou induz o desejo". (LOURO, 2008, p. 65). Tal premissa é concebida e instituída como algo natural, pré-discursivo e a-histórico, de modo que os sujeitos que promovem uma descontinuidade dessa lógica são vistos como sujeitos antinaturais, e, portanto, considerados como "minoria", sendo marginalizados dentro de um currículo que é pensado para a "maioria". "Não há lugar, no currículo, para a ideia de multiplicidade (de sexualidade ou de gênero) – essa é uma ideia insuportável". (LOURO, 2008, p.67)

Judith Butler (2018) defende que o gênero é uma realização performativa, isto é, o modo pelo qual os corpos produzem significados culturais se dá através da ritualização e dramatização de atos corporais, por meio de gestos e movimentos encenados, a saber, performances

sociais contínuas. Desse modo, na visão da filósofa, o gênero não é uma identidade estável, homogênea e pré-estabelecida, mas possui uma natureza mimética, é uma construção realizada por meio da estilização de certos atos que se repetem ao longo do tempo, de modo a criar o corpo generificado. De acordo com Butler (2019) o sexo é tão socialmente construído quanto o gênero, de modo que o gênero seria também o meio discursivo e cultural pelo qual o sexo é entendido como "pré-discursivo" e anterior à cultura. Desse modo, na visão da teórica, não há inteligibilidade para o sexo fora do gênero.

Auad (2006) nos aponta como as relações de gênero, quando entendidas como construtos sociais, correspondem a relações de poder. É no campo da imposição dos papéis de gênero – definindo o que é cor de menina, cor de menino; brincadeira de menina, brincadeira de menino; lugar de menina e lugar de menino – que as violências de gênero são justificadas e naturalizadas. E a escola é, pois, um dos espaços que reproduzem o gênero, isto é, um dos aparelhos ideológicos do estado que produz discursos para sexualizar os corpos (LAURETIS, 1987).

Tendo em vista as discussões relativas aos gêneros e às sexualidades na educação, este estudo tem dois objetivos principais, que estão relacionados entre si. Primeiro: refletir sobre como a reprodução de condutas e formas hegemônicas de ser e de viver os gêneros e as sexualidades nos espaços pedagógicos – seja através do currículo, ou do despreparo em lidar com a diversidade dentro da sala de aula – refletem no processo de formação dos sujeitos, e contribuem para a manutenção das desigualdades institucionais. Segundo: perceber como é, também, nesses mesmos espaços, que essas formas podem ser questionadas e problematizadas, a partir de um estranhamento do currículo, como propõe Guacira Lopes Louro (2008): "Que tal se uma pedagogia queer colocasse em crise o que é conhecido e como nós chegamos a conhecer? ".

Para tanto, a metodologia adotada incorpora a pesquisa bibliográfica, partindo dos estudos de gênero e da crítica feminista. Dessa forma, o campo teórico que sustentará a discussão relativa às concepções de sexo, gênero, corpo e sexualidade está calcado nas formulações de Guacira Lopes Louro (2008); Joana Maria Pedro (2005); Judith Butler (2018, 2019); Joan Scott (1989), dentre outras. Utilizaremos, ainda, os estudos de Tomaz Tadeu da Silva (2017) e Daniela Auad (2006) para pensar o currículo e as relações de gênero na educação.

Em vista disso, a importância deste estudo se reflete no âmbito da discussão e da defesa de um currículo inclusivo, que não marginalize nenhuma sexualidade, nenhum gênero e nenhuma experiência. Um currículo inspirado na teoria queer é um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído. A teoria queer – essa coisa "estranha" – é a diferença que pode fazer a diferença no currículo (SILVA, 2017, p. 109).

Referências

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006, p.13-23.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de leituras*, n.78, 2018. Disponível em: < https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/> Acesso em: 09 mar. 2021.

_____. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2019.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, n. 14, 2000, p. 45-86.

LAURETIS, Teresa de. The Technology of Gender. In: LAURETIS, T. *Technologies of Gender*. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Estranhar o currículo In: _. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autentica, 2008, p.55-73

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v.19, n.2 (56), 2008.

_____. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997, p. 14-36.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *História*, n.1, v.24, São Paulo, 2005, p.77-98.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. São Paulo: Autentica, 2017, p.85-109.

SCOTT, Joan. *Gender*: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf > Acesso em: 11 mar. 2020.

16

Alba Cañizares do Nascimento: educadora, intelectual e feminista católica do período republicano

Anna Clara Granado [1]

Pensando no perigo da história única (ADCHIE, 2019) e em como diversas mulheres, relacionadas ao campo da educação, foram invisibilizadas das mais diversas formas, me propus a pesquisar e investigar uma mulher que foi silenciada e apagada da história da educação brasileira. Desse modo, possuo como tema de pesquisa a análise e apresentação de alguns fragmentos da trajetória de vida e história de Alba Cañizares do Nascimento mulher republicana, professora, feminista e escritora atuante entre os anos de 1920 a 1940.

Alba Cañizares se fez presente nos jornais republicanos, militando a favor de uma educação pública e de qualidade, no qual fazia sentido para ela, que os estudantes conhecessem a filosofia com caráter religioso, no qual se pensassem na evolução moral e espiritual dos cidadãos. Para ela, o conceito de laicidade e leigo eram termos em disputas[2], que deveriam ser fortemente aprofundados e debatidos, para que estudantes e docentes não corressem o risco de se levarem ao ceticismo, que para ela era considerado uma imoralidade.

Para Alba Cañizares o termo leigo e laicidade precisavam ser contextualizados para que o seu uso não fosse utilizado de forma

1 Mestra em educação e Pedagoga, pela UFF, annaclara@id.uff.br.

2 Pode-se que esses termos ainda continuam em disputas e continuam sendo construídos e discutidos nos dias atuais. Cabendo a todos nós esclarecer o que pretendemos dizer com esses termos.

equivocada, além de estabelecer que as escolas tidas como leigas, fosse um local que promovesse o diálogo e debates sobre as questões filosóficas, desenvolvendo nos estudantes uma formação ética, de caráter moral e relacionada aos bons costumes.

Essa pesquisa[3] só foi possível a partir da análise de documentos de circulação do período, como a revista "A Escola Primária" e o jornal "A Cruz", além da interpretação de parte do seu acervo pessoal, disponibilizado pela sua família, no qual pude investigar o conteúdo a partir de leituras, utilizando como lente metodológica o paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Dessa forma, esse trabalho foi possível a partir da análise e interpretação dessas fontes e dados de pesquisa. Ao longo desse trabalho, foi possível contextualizar a história do Brasil, dos anos de 1920 a 1940, no qual o positivismo foi um movimento aliado ao período histórico, no qual era baseado no amor e valorização da República.

Alba Cañizares[4] do Nascimento foi uma personagem da República, nascida no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1893, filha de Emília Cañizares do Nascimento e de Nicanor Queiróz do Nascimento, ela contribuiu como professora, escritora, filósofa e inspetora escolar. Formou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, atuou como Inspetora Escolar[5], docente de psicologia na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, como escritora, colaborou em jornais e conferências ligadas à educação, participando de meios de sociabilidade e intelectualidade cariocas.

3Essa pesquisa foi desenvolvida como dissertação de mestrado, com o título: ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: Professora e feminista católica da Primeira Republica, sob a orientação do Prof. Dr. José Antonio Sepulvida, pelo PPG em educação, na UFF, concluída em setembro de 2021.

4 Optei por manter a escrita do seu nome da seguinte forma: "Cañizares", pois Alba o escreve dessa forma. Em outras bibliografias encontramos Cánizares ou Canizares.

5 Cargo administrativo da prefeitura

Como educadora e professora, defendia uma educação voltada para o ensino religioso, indo na posição contrária ao que era discutido e implementado pela Constituição de 1891, que estipulava que a educação na Primeira República fosse de caráter laico (CUNHA, 2017). Alba Cañizares do Nascimento buscava meios de agregar a religiosidade nas escolas públicas cariocas, principalmente nas aulas de filosofia, ensinando e voltando atenções aos autores que acreditavam na religião como forma plena de educação. Para ela a educação devia instruir para e pela moral, sem que as crianças fossem levadas ao ceticismo.

O ensino religioso havia sido retirado das responsabilidades do Estado, através do Decreto Lei 119ª de 1890, no qual ficava a cargo dos estados e municípios a organização desse ensino, de maneira que a educação ser religiosa ou não havia se tornado um elemento paradigmático (CUNHA, 2017). Com a diminuição da hegemonia católica no governo e nas escolas, não demorou muito para que a Igreja promovesse formas de se organizar e reconstruir o seu papel social junto às escolas públicas, organizando centros de formação intelectual leigos como o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica, a fim de unir forças para reconquistar o seu poder (SEPULVEDA e SEPULVEDA, 2017).

É importante mencionar que Alba Cañizares do Nascimento nasceu e viveu durante toda a Primeira República, estando, portanto, enraizada na cultura e nos costumes desse período. Escritora sobre as causas educacional e feminista, ela reivindicava o progresso feminino, porém sem uma efetiva mudança de *status quo*. Para ela, as mulheres eram as guardiãs da moral e as inspiradoras do homem.

À guisa de aproximar-se as considerações finais, saliento a importância desse trabalho, de modo a demonstrar algumas das perdas da trajetória e história da educação e das mulheres no Brasil. No qual precisamos cada vez mais, buscar através de Congressos ligados a essas

temáticas que resistam a todos e quaisquer movimentos contrários que busquem a digressão, o silenciamento ou até mesmo a invisibilidade de lutas, correntes e vertentes históricas de informação e cultura. Precisamos resistir ao meio caos, doenças e, principalmente, ao desgoverno que ainda nos impede de muitas conquistas.

Referências

ADICHIE. C.N. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CUNHA, L. A. **A primeira onda laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais:** Morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GRANADO, Anna Clara. **ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: Professora e feminista católica da Primeira República**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J.M. **A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas**. Educação. Santa Maria, v. 42, n. 1, jan./abr. 2017.

17

Empoderamento feminino como dispositivo de controle das violências entre as meninas na escola

Juliana Lamas Souza [1]

Trazemos aqui o relato de um projeto desenvolvido na Escola José Maria Cardoso da Veiga, escola pública e estadual de Santa Catarina, localizada no município de Palhoça, bairro Enseada de Brito no ano de 2018. No início deste ano letivo começaram a ocorrer muitas brigas (envolvendo violência física) entre as meninas, e compreendendo a violência também como uma herança cultural de disputa feminina, iniciou-se um trabalho sobre Empoderamento Feminino, com as alunas do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio. O diálogo ocorreu apenas com as alunas (sem a presença dos alunos), utilizando de imagens e vídeos, atingindo 17 turmas.

O objetivo principal desse trabalho era propiciar um momento de troca e escuta entre as meninas, abordando a construção das desigualdades de gênero, identificando situações e vivências que levam (as vezes inconscientemente) a reprodução de estereótipos e comportamentos machistas, misóginos e preconceituosos por parte homens e também de algumas mulheres, e que em alguns casos geram uma rivalidade e disputa entre as mulheres. A conversa se inicia explicando que essa temática é importante para meninos e meninas, mas em um primeiro momento o

1 Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC), especialista em Educação Sexual (UDESC), especialista em Administração, Supervisão e Orientação Escolar (UNIASSELVI), bacharel em Ciências Sociais (UFSC) e licenciada em Pedagogia (UDESC), Orientadora Educacional na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. http://lattes.cnpq.br/0095779459684526

diálogo será apenas com as meninas, pois se espera dessa maneira que as meninas consigam absorver a temática sem sofrer nenhuma interferência e nem comentários dos meninos, que provavelmente por parte de alguns meninos seriam comentários machistas.

A primeira questão colocada é quando se inicia a desigualdade de gênero. E o debate tem início desde o momento em que a mulher está grávida já começam as divisões, seja na escolha das roupas, quarto e todo o enxoval do bebê. As meninas sempre identificadas com a cor rosa e os meninos com a cor azul. As diferenciações continuam quando o bebê cresce e começam a ser visíveis nos brinquedos e nas brincadeiras. Para visualizar a divisão nos brinquedos e brincadeiras foi realizada uma pesquisa por imagem no Google e apresentado os resultados. Brinquedos para meninas: kit de maquiagem, boneca (bebê), utensílios de cozinha e mini fogão, todos na cor rosa. Brinquedos para meninos: kit de ferramentas, carrinho, robô e bicicleta.

A pesquisa no Google mostra que as meninas desde muito pequenas são levadas a brincadeiras que são um "treino" para a maternidade e cuidados da casa, assim como a cuidados estéticos. Já os meninos existem mais possibilidades de exploração e de desenvolver outras habilidades. O espaço da rua é para os meninos que podem explorar e brincar de bicicleta, enquanto o espaço para a meninas é dentro de casa, aonde é seguro e estão sobre a vigilância de alguém.

Sabendo da importância dos brinquedos e brincadeiras na formação e desenvolvimento de habilidades foi realizada nova pesquisa de imagens no Google. Brinquedos educativos para meninas: Mini fogão, utensílios de cozinha, carrinho de supermercado, comidas de plástico e kit de limpeza. Brinquedos educativos para meninos: Kit cientista (Químico) e kit de engenheiro. A pesquisa de brinquedos educativos é ainda mais nítida as

possibilidades que são colocadas para os meninos e as limitações para as meninas.

Em seguida assistiram ao vídeo *Mulheres Cientistas*[2], onde algumas alunas são questionadas quem são os cientistas que conhecem na escola e citam vários homens. Quando questionadas sobre cientistas mulheres que aprenderam na escola não conseguem citar nenhuma, e o vídeo encerra com uma lista de mulheres inventoras. Logo depois assistiram o vídeo *Barreiras a ascensão profissional*[3], que mostra um jogo que são mostradas as dificuldades que as mulheres passam no ambiente de trabalho.

Conversado sobre o comportamento esperado para meninos e meninas e o vídeo *Como uma Garota – Like a girl*[4]. Em seguida é apresentado o *Guia da boa esposa* (publicado em 1953) e discutido os tópicos do mesmo. Fazendo uma ponte com publicações recentes e como as mulheres são retratadas na mídia atualmente. São apresentadas algumas manchetes de alguns sites com frases machistas e como essas manchetes deveriam ser. As manchetes sempre exaltando apenas o corpo da mulher, e cobrando que as mulheres estejam sempre maquiadas e "glamorosas".

Apresentado o vídeo *Seja mais gentil consigo mesma*[5] que traz essa discussão e fala que devemos quebrar os padrões estéticos. Em seguida o Vídeo *Como Me Vejo*[6] mostra uma pesquisa realizada nos EUA, aonde algumas mulheres falam de suas características físicas para um desenhista florense (que não está vendo elas) e outras mulheres fazem o mesmo sobre ela (elas foram deixadas um tempo juntas para que pudessem se conhecer e conversar). Depois os dois desenhos são colocados lado a lado e é nítido

2 Disponível em: https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/videos/

3 Disponível em: https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/videos/

4 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aM-ZRggWTjw

5 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vwfIme6ygno

6 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qqVuGRwmASw

como a própria mulher se vê de uma maneira carregada, salientando apenas os defeitos. O desenho em que a outra mulher fala de suas características é muito mais bonito e próximo da realidade. Discutido como na maioria das vezes enxergamos apenas os nossos defeitos e deixamos de enaltecer nossas qualidades, tornando-se visíveis até para uma pessoa que conhecemos a pouco tempo.

Apresentado o termo sororidade e a importância da união entre as mulheres para o fim das desigualdades de gênero, nenhuma das alunas sabia o significado do termo. Encerrado com o vídeo *Empoderamento das Mulheres*[7] dando uma explicação geral do termo.

Houve muita participação das meninas nesse diálogo, inclusive percebendo situações do seu cotidiano por outra ótica, principalmente quando refletimos sobre as vantagens e desvantagens de ser mulher (momento em que elas pararam para refletir e escrever a respeito). O termo empoderamento foi trabalhado sob o viés que nos é apresentado por Joice Berth, "que não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de inverter os polos de opressão, e sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade". (BERTH, 2020, p.23). Fundamental que as meninas tenham o entendimento, que o empoderamento feminino não quer a superioridade da mulher, mas a equidade de direitos. E se unir a outra mulher, é fundamental para essa busca/luta. Coincidência ou não, as brigas entre as meninas terminaram.

Referências

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneio; Jandaíra, 2020. (Feminismos Plurais)

7 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6RSc_XYezig

18

O abortamento como expressão da democracia

Bruna Santana da Encarnação [1]

O presente resumo expandido tem como objetivo abordar a Teoria Feminista quanto a legalização do abortamento no Brasil, uma vez que a prática de abortar, para essa teoria, é a manifestação da autonomia da mulher e, portanto, é intrínseca a países democráticos.

No Brasil, o abortamento induzido é considerado crime conforme o Código Penal, em seus artigos 124 a 128, tendo como exceções o quando realizado como forma de salvar a vida da gestante, quando a gravidez é produto de estupro e, por fim, de acordo com a ADPF nº 54 do STF, quando o feto for anencefálico. Apesar disso, constata-se que a legislação brasileira sobre o abortamento é obsoleta, uma vez que mesmo com sua penalização, as mulheres brasileiras abortam, porém, de forma insegura e bastante arriscada.

Sobre esse fato, aponta-se um dado do DataSUS (apud jornal G1) que dispôs que cerca de 80,9 mil mulheres foram atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), depois de tentarem realizar abortamentos ilegais, no primeiro semestre de 2020. Ademais, ainda de acordo com o DataSUS, foram realizadas mais de 80 mil curetagens e aspirações pelo SUS, procedimentos geralmente realizados quando o aborto foi provocado.

Dessa forma, o presente estudo visa elucidar a seguinte problemática: o Brasil, sendo um país democrático, está respeitando a autonomia da mulher quanto a sua política de abortamento?

1 Acadêmica de Direito, cursando o oitavo semestre do curso no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Estagiária no escritório Cavalcante & Pereira – Advogados Associados. E-mail: brunasantana.academico@gmail.com.

Ademais, é interessante debater, nesse âmbito, se a mulher está sendo vista como sujeito de direito ou, apenas, como um objeto reprodutor e, ainda, busca-se responder o que pode ser feito para que a mulher tenha seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos.

O presente ensaio visa, portanto, discutir como a autonomia da mulher deve influenciar sua decisão em interromper ou não uma gravidez, visto que se trata de uma mudança que afeta, primordialmente, seu corpo e, consequentemente, sua saúde física e mental. Desse modo, é objetivo do presente estudo, também, relacionar a Teoria Feminista, que defende a autonomia da mulher, com o Estado Democrático de Direito, tal qual o Brasil é.

Além de outros aspectos, o estudo sobre abortamento feito neste resumo expandido é imprescindível para debater a igualdade de direitos em uma democracia e, igualmente, contribuir com a discussão sobre a legalização do abortamento.

Portanto, esse estudo beneficia, essencialmente, a mulher brasileira, além de ser um meio de abordar as leis brasileiras sobre o abortamento, que são ultrapassadas e, por conseguinte, urgem por mudanças que se adequem não só a realidade do século XXI, como o salutar funcionamento da democracia. Ressalta-se que esse é um tema que, apesar de ser frequentemente discutido em nossa sociedade, ainda precisa alcançar mais visibilidade, já que as alterações necessárias ainda não foram realizadas.

Ato contínuo, para a confecção desse trabalho, utilizou-se o método dedutivo, ou seja, foram analisados materiais previamente constituídos, como artigos, matérias jornalísticas online e entre outros. Ao seu turno, como principal referência teórica, têm-se a professora e cientista política Flávia Biroli, mais especificamente, seu texto publicado em 2014 intitulado de “Autonomia e justiça no debate sobre o aborto: implicações teóricas e políticas”.

À vista do exposto previamente, passa-se a discutir a temática mais profundamente. Conforme o art. 1º, III da Constituição Federal de 1988, o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos. Dessa forma, ao criminalizar o abortamento, o Estado não está respeitando a autonomia da mulher e, também, não a vê como um sujeito dotado de direitos inerentes a uma democracia.

Assim, é nesse ponto que a Teoria Feminista inicia sua defesa ao acesso ao abortamento seguro, pois esse é um direito individual básico da mulher e, assim, a teoria acena para o fato de que ocorre uma assimetria em se tratando do abortamento, já que essa limitação ao direito de dispor sobre o próprio corpo recai, apenas, na mulher e, portanto, essa se torna uma questão de desigualdade de gênero (BIROLI, 2014).

É nesse ínterim que se observa que a mulher tem um papel pré-determinado na sociedade, isto é, espera-se que toda mulher seja mãe e, consequentemente, quando essa determina que não quer esse papel para ela ou que não é o momento certo, o Estado optou por retirar um de seus direitos reprodutivos e, então, a força a seguir com uma gravidez que é prejudicial a ela em diversos aspectos, fazendo com que a mulher se torne menos que uma cidadã (BIROLI, 2014).

Dessa forma, é evidente que são necessárias mudanças na legislação brasileira sobre o tema, já que essas são consoantes a uma democracia, além de não corresponderem com a realidade, pois mesmo sendo penalizado, o abortamento é recorrente. À guisa de conclusão preliminar, então, evidencia-se que o abortamento deve ser legalizado no Brasil, como forma de respeitar a autonomia da mulher, que necessita ser vista como uma cidadã plenamente capaz de decidir e, não, como um objeto feito, apenas, para a maternidade.

Para tanto, pode-se tomar como exemplo países como o Uruguai, que permite o abortamento legal até a 12ª semana da gestação indesejada e, dessa forma, concede autonomia à mulher, bem como garante um de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, torna-se a ressaltar que em uma sociedade misógina tal qual a que se vive, a gravidez e posterior maternidade afeta de forma diferente a vida da mulher quando comparada a de um homem, isto é, as maiores responsabilidades são impelidas à mãe que, por vezes, precisa pausar todo um plano de vida devido a uma gravidez a qual não havia planejado. Dessa forma, mudanças se fazem necessárias e, como dispõe a Teoria Feminista, essas modificações devem estar pautadas na autonomia da mulher que, por sua vez, é uma forma de expressar a democracia.

Referências

ACAYABA, Cíntia; FIGUEIREDO, Patrícia. SUS fez 80,9 mil procedimentos após abortos malsucedidos e 1.024 interrupções de gravidez previstas em lei no 1º semestre de 2020. **G1 São Paulo**, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/20/sus-fez-809-mil-procedimentos-apos-abortos-malsucedidos-e-1024-interrupcoes-de-gravidez-previstas-em-lei-no-10-semestre-de-2020.ghtml. Acesso em: 23 de out. 2021.

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 15, p. 37-68, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141503. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QbtCQW64LCD8f7ZBv4RBSDL/?lang=pt&format=html. Acesso em: 30 out. 2021.

MARANHÃO, Fabiana. Brasileira conta como é aborto no Uruguai: "No Brasil, quase fui presa". **UOL**, 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/11/15/aborto-no-uruguai-e-legal-e-seguro-mas-doloroso-relata-brasileira.htm. Acesso em: 16 de out. 2021.

19

A perspectiva gonzaleana e a mulher em situação de rua: reflexões e diálogos possíveis

Júlia Gabrielle Pompeu Dias dos Santos
Peter Augusto da Silva

O presente estudo propõe discorrer uma reflexão crítica a respeito da política pública das pessoas em situação de rua, em especial, as mulheres, a partir de considerações da perspectiva teórica e política corroborada por Lelía González. O interesse pela temática supracitada é de costurar um possível diálogo com a perspectiva gonzaleana e propiciar elementos de discussão para estudos acadêmicos e profissionais no âmbito das políticas públicas e de sublinhar o lugar de (re) existência vivenciado por essas mulheres.

De saída, é importante ressaltar que o objetivo deste estudo é de apresentar um panorama teórico que pode nortear a atuação dos trabalhadores das políticas públicas, bem como subsidiar a leitura dialética das demandas apresentadas e na garantia de direitos do público citado. Nessa esteira, o presente trabalho tem como ponto de partida o seguinte: como a teoria gonazelana contribui na leitura do público atendido pela política da população em situação de rua, em especial às mulheres?

Destarte, é imprescindível citar que o contingente das pessoas em situação de rua, compondo o quadro de exclusão social, como expressão da questão social, é decorrente de questões econômicas, políticas, históricas e culturais (Bursztyn, 2003). Não obstante, também da ineficaz gestão do Estado neoliberal, além dos marcadores sociais de raça, gênero e classe que atravessam essas diversificações de exclusões.

Antes de avançar à luz da perspectiva gonzaleana, é de suma necessidade contextualizar quem são essas mulheres e quais são os marcadores sociais que atravessam suas existências. Para tanto, faz-se necessário elucidar quem é essa população em situação de rua, caracterizada como:

> um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009)

Segundo a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada entre os anos de 2007 e 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, no Brasil, a presença masculina é superior, contabilizando 82% em relação às mulheres. Em geral, a população em situação de rua é composta por jovens em idade ativa, no entanto, a mesma pesquisa relata que existe uma leve prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos. No que tange a raça ou cor, 39% da população em situação de rua se considera parda.

Compreende-se que, embora existam mulheres em situação de rua, os homens, jovens e negros compõem a maior parte dessa população Brasil (2009). Há poucos saberes acerca da presença das condições que elas vivem. A Síntese dos resultados do I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, realizado em 2006, mostrou que 18% (4.964 pessoas) da população de pessoas em situação de rua, eram mulheres.

A situação de rua, enquanto uma expressão da questão social, vem sendo refletida e discutida por diferentes políticas públicas, tendo em sua

complexidade enquanto fenômeno a necessidade de intervenção por diversos campos como por exemplo: a política de saúde, habitação, cultura, educação e outros. De acordo com a literatura, a população em situação de rua possui suas vivências marcadas pelo não acesso aos direitos sociais, constituindo-se assim como um sujeito à margem de uma sociedade que possui em seu cerne a exclusão, conforme Abreu e Salvadori (2015).

Rosa e Brêtas (2015), afirmam que algumas mulheres relataram que a vida na rua foi a saída encontrada para se livrar da violência doméstica, outras, o uso de drogas foi o principal responsável pela situação de vida nas ruas. Com o tempo, foram deteriorando seus vínculos familiares; comprometendo as relações de trabalho, estudo, cuidado aos filhos, que, somada à escassez de recursos financeiros e a ausência de instituições que lhe garantisse segurança e proteção, moldaram seu trajeto de vida até a situação de rua.

Segundo a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (2009), os principais motivos relatados para ida pras ruas, é o uso abusivo de álcool e outras drogas (35,5%), conflitos familiares (29,1%), desemprego (29,8%) e escolha pessoal, não aparece com frequência, mas deve ser levada em consideração, a justificativa se dá pela sensação de liberdade, como principal motivo. No que tange especificamente ao grupo de mulheres a mesma pesquisa identifica que (22,56%) das mulheres estão em situação de rua devido a perda da moradia, (21,92%) devido a conflitos familiares e (11,69%) referente ao alcoolismo e drogadição e (8,8%) relatam que do desemprego foi o causador das idas para as ruas.

As mulheres em situação de rua vivenciam em seu cotidiano as mais diversas formas de violência e violações de seus direitos, seja pela condição do gênero, seja pela condição de classe e raça. Sobrevivem em meio aos

preconceitos pelo fato de ser população em situação de rua, e também devido à cultura machista e racista existente na sociedade.

Nesse contexto, retomamos a perspectiva gonzaleana sobre a noção de lugar, como efeito de um enunciado de outros lugares e falas. A partir dessa lente, Lélia Gonzalez aponta para um desvencilhamento do véu legitimado pelo patriarcado eurocêntrico, supostamente, universal. Dito de outra forma, à luz da teoria cunhada por Lélia, é possível articular os elementos que orbitam em torno do lugar de enunciação, como efeito de um lugar social do sujeito, como a raça, classe, sexo e poder. Essa chave de leitura provoca um desvelar das "estruturas de dominação de uma sociedade". (GONZALEZ, 1988b, p. 138).

Nesse ínterim, Lélia oferece um repertório que possibilita uma leitura dos lugares do sujeito a partir das astúcias da memória, pelas mancadas do discurso da consciência. De saída, aponta para a substancialidade de não ignorar a relação entre um dito e seu lugar de enunciação. Nesse sentido, diz, que o racismo articulado com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

De forma admirável, a autora parece antecipar o debate sobre o conceito de interseccionalidade, cunhado Kimerblé Crenshaw, compreendido como um conceito que proporciona uma leitura das interações entre estruturas de poder, sublinhando os efeitos e consequências de diferentes de formas de opressão e dominação, em suas intersecções. Essa perspectiva, também é corroborada por outras pensadoras como Patrícia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis e Carla Akotirene.

Essa dimensão gonzaleana contribui para colocar em xeque o universalismo da modernidade ocidenal e aponta para a particularidade de sujeito e de onde se fala e de onde se é falado. Essa perspectiva de Lélia, aliada ao repertório da psicanálise, implica que a fala deve ser apreendida

não em sua transparência e nem como ocupação de um lugar enunciativo, e sim, como lugar dialético, de construção, de perspectiva e não de essencialidade.

Gonzalez dirá: "o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo" (GONZALEZ, 1983, p. 224). Essa postulação aponta para a substancialidade de recorrer a essa lente teórica-prática no cotidiano das políticas públicas que atendem mulheres em situação de rua, pois é a partir dessa lente, que a escuta da/do profissional estará conscientizada para a interseccionalidade e na compreensão de vivências que essas mulheres em situação de rua experimentam nas configurações opressoras e variadas, no espaço público da rua e outros.

Para tanto, a presente provocação considera que é imperioso aos profissionais de políticas públicas que estejam alinhados ou busquem refinar sua escuta, a partir de obras como de Lélia Gonzalez, pois seu pensamento direciona para a valorização de saberes subalternos, visando contribuir para a descolonização do feminismo, pois esses saberes - que são marginalizados - costuram teorias feministas que dialoguem mais proximamente com as mulheres negras, lésbicas, brancas pobres, mulheres em situação de rua e indígenas, e outras nascidas de experiências particulares.

Referências

ABREU, D.D.; SALVADORI, L.V**. Pessoas em situação de rua, exclusão social e rualização: reflexões para o serviço social**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina,2015.

BRASIL. (2009). **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.Rua:Aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF. 2009. Disponívelem:

<<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf&gt>;. Acesso em: 30 de out. 2020.

BURSZTYN, Marcel (organizador). **No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

GONZALEZ, Lélia. "**Por um feminismo afrolatinoamericano"**. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **"Racismo e sexismo na cultura brasileira"**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

ROSA, A.D.S.; BRÊTAS, A.C.P. **A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil**. Botucatu: Interfaces, 2015.

20

Uma análise de "Beijo na face" e "Luamanda", de conceição evaristo sob a ótica da teoria feminista interseccional

Thais Pereira de Oliveira [1]
Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto [2]

O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise dos contos *Beijo na Face* e *Luamanda*, da escritora Conceição Evaristo, tendo como base a teoria feminista interseccional, mais especificamente se amparando nos estudos do feminismo negro, para compreender como as personagens negras dos contos vivenciam os afetos estando interceptadas por diferentes formas de opressão.

Os contos estão presentes na obra *Olhos D'água,* livro publicado em 2014, sendo uma das obras mais conhecidas de Evaristo. Destarte, o livro reúne uma série de contos com temáticas que contemplam as discussões de gênero, raça, classe social, sexualidades e resistências. Os contos selecionados são marcantes por apresentarem enredos densos, críticas contundentes, linguagem poética e protagonistas mulheres negras com profundidade, complexidade e sem estereótipos.

Em relação à escritora é importante sublimar que Conceição Evaristo é uma das grandes representantes da literatura afro-brasileira, do

1 Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará. Mestranda pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL). Pesquisa nas linhas: gênero, raça, identidades, literatura afro-brasileira, afetividade, feminismo negro, interseccionalidade, sob a perspectiva da Teoria literária e da análise do conto contemporâneo afro-brasileiro escrito por mulheres.

2 Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará. Mestranda pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL). Pesquisa nas linhas: gênero, literatura distópica, letramento literário, educação, totalitarismo, autoritarismo, fundamentalismo religioso, discurso, ideologia, poder sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica e neoliberalismo.

feminismo negro e da luta antirracista no Brasil, sendo uma escritora premiada e consagrada no espaço literário, militante e acadêmico, embora a autora tenha sido reconhecida tardiamente, pois há anos está produzindo, sempre buscando retratar personagens negras a partir da experiência de quem tem lugar de fala.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivos, analisar como as personagens femininas dos contos *Beijo na Face* e *Luamanda* constroem os afetos e redescobrem a sexualidade ao longo do percurso das narrativas. Além disso, o trabalho tem a finalidade de compreender como as opressões de gênero, sexualidade e raça atravessam as personagens femininas nos respectivos contos. Também se tem a pretensão de refletir como as personagens construídas por Evaristo são mulheres transgressoras, resistentes.

Além disso, a pesquisa visa levantar discussões sobre gênero e sexualidade a partir do feminismo interseccional. Nessa perspectiva, o trabalho parte das seguintes indagações: Como os afetos são constituídos nos contos supracitados, precisamente como os afetos são construídos para/com as personagens femininas negras? Que opressões atravessam as personagens, bem como, elas agem, reagem ou não diante das estruturas patriarcais, racistas, elitistas, desiguais, estigmatizadas e violentas que as cercam? De que forma a literatura evaristiana, especialmente os contos selecionados dialogam com os estudos de gênero e sexualidades? Por que a literatura afro-brasileira, principalmente a literatura de Evaristo é de extrema relevância para a cultura, sociedade e intelectualidade brasileira? Como a literatura afro-brasileira e o feminismo interseccional podem dialogar?

Considerando os pontos mencionados, o trabalho utiliza a pesquisa qualitativa, bibliográfica, com incursões na fortuna crítica da escritora e de intelectuais do feminismo negro. Para a construção da pesquisa os

principais teóricos utilizados foram: hooks (2019, 2020, 2021), Carneiro (2003, 2011), Federici (2019), Ribeiro (2018, 2019), Gonzalez (2020), Akotirene (2019), Kilomba (2020), Souza (2021) e Cuti (2010). Os resultados apontam para a constatação da importância da escrita de Evaristo para evidenciar como as opressões perpassam os sujeitos femininos negros e como apesar dessas estruturas, resistimos, vivemos e constituímos vínculos, redes de afetos.

Também é perceptível que a literatura evaristiana é imprescindível para compreender como no Brasil atual há a estigmatização e subalternização de determinados grupos sociais, ou seja, as obras de Evaristo são produções literárias de cunho poético, pulsante, político, cultural e social. Além disso, é essencial que os estudos e discussões sobre as obras da autora sejam difundidos e fontes de reflexões críticas, já que perpassam às relações afetivas da população negra além do debate antirracista.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019. 124 p.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p.117-133.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 192 p.

EVARISTO, C. **Olhos D'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. 116 p.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019. 460 p.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020. 530 p.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. 376 p.

_____. **Teoria Feminista - Da Margem ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2020. 246 p.

_____. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. / bell hooks; tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021. 272 p.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020. 213 p.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo de Feminismo negro?** 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 165 p.

_____. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 65 p.

_____. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019. 89 p.

SILVA, L. (CUTI). **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. 152 p.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. São Paulo: Zahar, 2021. 179 p.

21

Engrossa essa voz: a masculinidade tóxica no ambiente escolar

Luan Menezes dos Santos [1]
Adejan Santos Dias Batista [2]

O pensamento conservador machista não apenas submete, mas também produz as identidades de gênero a características físicas e psicológicas consideradas permanentes. Por meio desta ideia, assim como a mulher seria naturalmente gentil, dócil e passiva, o homem seria naturalmente corajoso, agressivo e arrojado. Por efeito, homens que apresentarem outras características tipificadas como não-masculinas, logo, serão alvo de crítica.

Por esse motivo, crianças do sexo masculino, que não se enquadram ao padrão cis heteronormativo, frequentemente são alvos de chacotas dentro das escolas, sendo, muitas das vezes, silenciadas pelos próprios profissionais da educação, ainda presos a modelos convencionados de masculinidade. Por isso, é possível entender que uma educação, comprometida com a diminuição das desigualdades, possui o enorme desafio, não só de desestabilizar os paradigmas das identidades subalternizadas pelo machismo, mas também de problematizar as masculinidades tóxicas.

1 Mestre em Ensino das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pós-graduado em Gestão do Trabalho Pedagógico, pela Faculdade Vale do Cricaré (FVC), e Inclusão e Diversidade na Educação, pela (UFRB), graduado em Pedagogia, pela Faculdade do Sul (UNIME/FACSUL). E-mail: luann_menezes@hotmail.com.

2 Mestrando em Educação, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pós-graduado em Ensino de Geografia, pela Universidade Candido Mendes (UCM), e História e Cultura Afro-brasileira e indígena, graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: adejandias@hotmail.com

Para tanto, serão utilizados os conhecimentos de Muszkat (2018); Connell; Messerschmidt (2013); Miskolci (2017), para falar a concepção do que é ser homem; será também utilizada a concepção de diferença como campo possibilidade para existência da masculinidade Seffner, 2003.

O tipo de masculinidade imposta pela sociedade, de certa forma, silencia os alunos de sexo masculino que não adotam o padrão cis heteronormativo. É comum percebermos que a sociedade se constitui em uma mescla de comportamentos oriundos de indivíduos diversos.

Estas características, tidas como "naturais", classificam mulheres como dóceis e amáveis, enquanto, o oposto, é atribuído aos homens. Como bem aposta Muszkat (2018), um homem sente-se reconhecido como tal quando se mostra forte, corajoso e sexualmente varonil. Se ele irá utilizar essas características para proteger ou profanar outro ser, pode depender menos da ética do que sua ansiedade, mesmo que isso redunde em covardia.

A visão patriarcal, pretensamente universal, nos leva a crer que homens de verdade são aqueles que expõem a virilidade e que, portanto, ratificam o modelo convencionado de "macho" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Diante do exposto, dentro do ambiente escolar, meninos que gostam de brincar de boneca, andar no meio de meninas e expressar de forma delicada, são repreendidos pelos colegas e pelos professores, com frases do tipo: "isso é coisa de menina, você não pode fazer isso".

Como bem aponta Muszkat (2018), para ser homem é necessário submeter-se a renúncias submeter-se à vivência dramática da separação para salvaguardar sua masculinidade. Em outras palavras, é preciso esconder a subjetividade, quando ela escapa os modelos convencionais de macheza, para ser aceito por aqueles que consideram que só existe um tipo ideal de masculinidade. Por esta razão, é preciso problematizar os

pressupostos que defendem a tese de que há uma expressão de gênero fixa para cada sexo.

Presentes desde muito cedo na criação e educação de crianças e jovens, esses pressupostos hoje, mais do que nunca, geram mais violência e desrespeitam a diversidade como uma característica inerente à vida humana. É por isso que precisamos falar sobre formas de combater modelos de masculinidades tóxicas dentro da escola, pois elas são prejudiciais, tanto para as mulheres, como para os homens que não se enquadram no padrão de "masculinidade universal".

Seffner (2003) afirma que, para existir a humanidade, é necessário existir diferenças. Ou seja, é nesse campo de possibilidades que aparecem os vários tipos de masculinidades: não só as masculinidades tóxicas (ou seja, características que a sociedade tende a atribuir de maneira estereotipada ao sexo masculino, sendo estas nocivas ou restritivas aos próprios homens), mas também uma masculinidade que permite ao homem ser sensível, doce, compreensivo e que fuja da realidade comumente retrata o dito do "Machão".

Atualmente, é muito comum observar no cotidiano escolar situações em que meninos são alvos de gozação e piada pelo fato de terem comportamentos que escapam a masculinidade convencionada. Esses comportamentos podem estar ligados aos trejeitos, à forma de vestir e aos modos de inserção nos grupos sociais. Como bem aponta Miskolci (2017) que o conflito injusto e desigual nos leva a pensar como a educação ainda é despreparada para lidar com as diferenças, uma vez que comportamentos destoantes e subversivos sempre parecem gerar desconfortos na equipe pedagógica.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola municipal do Ensino Fundamental I, situada na região periférica da cidade de Itabuna – BA, atendendo crianças, na sua maioria, negras e da baixa renda.

Além da oficina com os estudantes do 4º e 5º ano, foi realizada uma entrevista semi-estruturada, tanto com esses discentes como também com os docentes e a equipe gestora. O objetivo destas atividades foi pensar em estratégias para combater a violência contra estudantes não-heteronormativos dentro da escola, violência esta que, além de psicológica, em alguns casos, gera agressões físicas.

A partir do trajeto da pesquisa e das atividades aqui esboçadas, compreendemos que grande parte dos profissionais da educação escolar ainda não se encontram preparados para lidar com os desafios em torno do sexo, gênero e sexualidade. É preciso que o Estado, os setores da sociedade, a família e diversas outras esferas da sociedade contribuam para entender a complexidade que contorna o tema, principalmente porque os profissionais da educação, sozinhos, não poderão assumir questões que, como está, excedem o chão da sala de aula.

Além da importância de levar e discutir as masculinidades na escola com os discentes é interessante que os profissionais da educação discutam em suas salas de aulas outros temas complexos como, identidade de gênero e orientação sexual. Assim, as atividades aqui relatadas foram planejadas com vistas a problematizar e desconstruir a masculinidade tóxica, entendendo-a como produto de modelos sociais. Em outras palavras, a ideia consistiu em deixar evidente que ser homem ou ser mulher não deriva naturalmente de atributos biologicamente impostos, mas é fruto de uma construção social, reiterada em atos e representações.

Referências

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. : repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferença. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 84 p. (Cadernos da Diversidades; 6).

MUSZKAT, Malvina E. **O Homem subjugado**: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus, 2018. 175 p.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade:** representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Cap. 8.

22

(In)visibilidades de educadoras sapatão e sapatonas na educação básica: silenciamentos e potencialidades

Daniele Silva Caitano [1]

Esta investigação pretende romper silenciamentos históricos quanto às existências de sapatão/sapatonas, focando em suas práticas docentes na Educação Básica. Nesse sentido, apostou-se na coleta de relatos de professoras sapatão/sapatonas e na análise desses como espaço possível para que as existências des participantes e de tantes outres expressem-se por meio de seus atravessamentos e de situações de assédio pelas quais podem passar nas instituições de ensino em que atuam, e, além disso, como intenção de que manifestem suas potencialidades quanto às intervenções e debates que podem construir, abarcando, nessas iniciativas, demais integrantes da comunidade escolar.

Tais proposições visam ao combate às LGBTfobias e a outras formas de opressão, como racismo, machismo, gordofobia, capacitismo e intolerância religiosa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual considerou as narrativas como base teórico-metodológica e que dialoga com trabalhos nacionais ancorados em discussões acerca de gêneros, orientações afetivas-sexuais e heterocisnormatividade compulsória.

Foram analisados relatos de seis professoras da rede pública e privada de São Paulo. A partir de questões presentes em uma carta, as colaboradoras foram convidadas a narrar suas experiências, levando em

1 Caipiracicabana, psicóloga e professora com crianças. Macumbeira e sapatão não-binárie.

conta acontecimentos relacionados às suas sexualidades e às reflexões tecidas acerca dessas circunstâncias.

Os resultados desta investigação mostram invisibilidades quanto às existências dessas professoras. Contudo, também foram trazidas cenas em que as participantes se posicionaram, micro politicamente, quanto às pautas que lhe são caras, e, assim, ensejaram brechas fundamentais para que suas existências sapatonas sejam consideradas.

O desejo de escrever o presente trabalho foi costurado há algum tempo, tessitura essa constituída em/a partir de experiências tanto de ordem íntima quanto de dimensão pública: circulando pelas ruas de São Paulo, por espaços de localidades brasileiras outras e enveredando-me por caminhos existenciais, de modo a esmiuçar percursos, acontecimentos e percalços relacionados à minha contínua construção enquanto sapatona não binárie, psicóloga e professora.

Nesses enredos, frequentemente deparo-me com atravessamentos de violências de gêneros, as quais se concretizam, por exemplo, em diversas formas de opressão às mulheres: verbal, psicológica, física e moral. Quando citamos o termo "mulheres", é fundamental colocar em cena de quem/para quem estamos falando, ou seja, não há como tratar dessas concepções de maneira inclusiva, decolonial e democrática sem fazer referência às interseccionalidades: identidades de gênero, orientações afetivas-sexuais, etnicidades, raças, classes, dentre outras possíveis.

Diante desses atravessamentos, tornou-se primordial refletir sobre as condições em que tais violências são produzidas, legitimadas e perpetuadas, sobretudo, uma vez que o foco desta investigação trata de invisibilidades e de potencialidades de professoras sapatão/sapatonas em contextos educativos. Além disso, tem-se feito tarefa cotidiana pensar em espaços, tempos e relações em que possamos dialogar acerca da multiplicidade de temas que a Educação Sexual abarca, ainda que em

lugares onde imperam, mesmo que de maneira tácita, conservadorismos, práticas colonialistas, racismos e LGBTQIA+fobia.

Assim, este estudo pretende trazer à baila as diversidades de corpos, identidades de gênero e de orientações afetivas-sexuais a fim de evidenciar a indissociabilidade da abordagem dessas temáticas em relação aos projetos curriculares das escolas, pois, mesmo quando omitem e silenciam tais existências, não deixam se ser atravessadas por elas enquanto microcosmos político e social.

Com o intuito de referenciar o processo de pesquisa e possibilitar uma compreensão mais aprofundada das questões individuais que cada sujeite participante desta investigação pode trazer, consideramos as seguintes macro-questões: o que situações de invisibilidades podem infligir às professoras sapatão/sapatonas, no tocante às suas subjetividades? Em quais circunstâncias as potências envolvidas em suas existências enquanto corpos políticos podem compor experiências de desconstrução de práticas heteronormativas no âmbito educativo?

Nesse contexto, o objetivo geral desta investigação foi identificar, por meio da coleta e da análise de depoimentos de educadoras que atuam na educação formal e não-formal, quais discursos presentes em suas narrativas legitimam as normas socioculturais relacionadas à heteronormatividade, aos binarismos, ao patriarcado e às perspectivas epistemológicas coloniais, ainda que tantas possibilidades de leituras da realidade e dos corpos existam. Com isso, pretendeu-se refletir sobre quais condições ambientais e/ou subjetivas - ainda que no campo da micropolítica - permitem romper invisibilidades e impedir que situações de lesbofobia aconteçam. O intuito aqui é justamente o de levantar questionamentos, fomentar problematizações e estranhar formatos pré-estabelecidos.

Atravessando a seara dos depoimentos compartilhados, foi possível perceber que há experiências comuns aos cotidianos escolares de professoras sapatonas no tocante às maneiras como determinadas invisibilidades afetam suas subjetividades: medo, angústia, incômodo, culpa, cobranças internas e intensos processos de romper ou não com silenciamentos foram constantes nos relatos recebidos, demonstrando os conflitos e negociações que envolvem a presença de corpos dissidentes em espaços historicamente marcados por não-ditos. Tais vicissitudes acarretadas aos funcionamentos psíquicos dessas educadoras marcam suas vivências para além dos entornos institucionais, expondo a fragilidade das fronteiras entre público e privado, de modo a convidar-nos a repensá-las.

Ademais, expõem situações em que são colocadas em xeque posturas e discursos institucionais que caracterizam situações de assédio. Uma vez que se compactua com lesbofobia e outras formas de LGBTQIA+fobia, também se está praticando opressão. Esse âmbito não nos pode escapar enquanto pessoas engajadas com a Educação.

Por meio do contato com as narrativas de professores sapatão e sapatonas, foi possível refletir sobre práticas, encaminhamentos e formas de resistências, surpreendendo-me, inclusive, com instituições em que situações de assédio não foram relatadas, embora possa se considerar que, pelo fato de os temas de identidade de gênero e de sexualidades não comporem o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, essa já é uma forma de LGBTfobia.

Como assinala Butler (2018)[2], aparecer, no sentido de ocupar espaços a partir de existências e de corpas/es dissidentes não é simples, pois é preciso desenvolver práticas éticas de aparecimento, como pudemos

2 Comunicação feita por Helena Vieira, durante o curso "Introdução ao pensamento de Judith Butler". 2021.

observar nos relatos coletados. Nesse contexto, cabe a seguinte indagação: quais práticas consolidamos como exercícios de olhar frente a outros corpos? Tal questão apresenta-se como fundamental, uma vez que a construção de alianças demanda a constituição de experiências de miradas e de escutas. É preciso romper com a paixão pela identidade, ainda que isso nos coloque incessantemente frente ao risco de (nos) perdermos.

Referências

ABRAHÃO, Maria; BRAGANÇA, Inês. Histórias de vida de educadores/as sociais em pesquisa narrativa (auto) biográfica. **Revista Brasileira de pesquisa (auto) biográfica**, Salvador, v. 05, n.13, p. 16-23, abril, 2020.

ANZALDÚA, Gloria. Queer(izar) a escritora: loca, escritora y chicana. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Org.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2000). Florianópolis: Edufal; Editora da UFSC. 2017.

_____. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106 Acesso em 27 maio 2021.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos** - relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto. 2020.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 abr. 2021.

BERTH, Joyce. **Empoderamento**. São Paulo: Jandaíra. 2020.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais; SOARES, Mayana. **Lesbianidades plurais**: outras produções de saberes e afetos. Bahia: Editora Devires. 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

CARVALHO, Tatiana. **Professoras lésbicas na Educação Básica de São Paulo**: rupturas e construção de visibilidades. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CROCHIK, Leon. Preconceito e Inclusão. **Revista do instituto cultural judaico Marc Chagall**, v.3 n.1 (jan-jun) 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/viewFile/22359/13016. Acesso em: 27 maio 2021.

ESCOURA, Michele; LINS, Beatriz. MACHADO, Bernardo. **Diferentes, não desiguais**. A questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta. 2019.

ESPINOSA, Yuderkys. **Escritos de una lesbiana oscura**: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina. 2007. Dsiponível em: http://www.reduii.org/cii/sites/default/files/field/doc/Escritos%20de%20una%20lesbiana%20oscura.pdf Acesso em 14 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra. 2017.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra. 2017.

HALBERSTAM, Jack. **A Arte Queer do fracasso**. Recife: CePe Editora. 2000.

LORDE. Audre. Irmã outsider- Ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica. 2020.

_____. **Sou sua irmã**. São Paulo: Ubu. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2021.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2020.

_____. (org). **O corpo educado** – Pedagogias da sexualidade. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

_____. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2020.

MOCHI, Luciene. **Afinal, do que é feita uma família?** Maternidades lésbicas na escola. Rio de Janeiro: Metanoia.2019.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra. 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org). **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2020. p. 84-95.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha. 2019.

RODRIGUES, Alexsandro. (org). **Crianças em dissidências**. Narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires. 2018.

ROLNIK, Sueli. **Esferas da insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições. 2019.

SAUNDERS, Tanya . Revista Periódicus. n. 7, v. 1 maio-out. 2017 p. 102-116.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: Uma categoria útil de análise. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 35, p. 23-36 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Editora Ubu. 2020.

23

Diálogos entre Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins e o ensino de artes visuais: um debate sobre modernismo no Brasil

Ellen Bento Alves [1]

O texto estabelece uma reflexão sobre a representação da mulher negra nas obras do modernismo brasileiro "A Negra" (1923) de Tarsila do Amaral e "Samba" (1925) de Di Cavalcanti no contexto escolar. A análise está pautada pelos estudos étnico-raciais, dando ênfase na forma como Lélia Gonzalez analisa o contexto brasileiro. Pretende-se debater o conceito de imagens de controle formulado por Patricia Hill Collins para auxiliar as reflexões acerca da corporeidade negra.

A partir do meu entendimento enquanto mulher negra, arte educadora, artista visual e pesquisadora, a questão da representação da mulher nas artes visuais é algo que me atravessa. Em consonância com as leis de ação afirmativas proponho uma análise de imagens em diálogo com as questões étnico raciais, para isso foi elencado duas intelectuais negras que trazem o suporte teórico para esse trabalho: Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins.

No que tange ao ensino das artes visuais, para uma educação em consonância com as diretrizes antirracistas se têm por meta, "promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil" (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17

1 Mestranda em Artes Visuais pelo Programa de Artes Visuais PPGAV - UFRJ. Especialista em Ensino de Artes Visuais pelo Colégio Pedro II. Licenciada em Belas Artes pela UFRRJ. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Veiga de Almeida.

DE JUNHO DE 2004). Assim como um olhar crítico, com a revisão de práticas e currículos.

Nesse aspecto, a partir da formulação do ditado patriarcal exposto por Gilberto Freyre (1900-1987) "Preta pra cozinhar/mulata pra fornicar/ e branca pra casar", iremos nos debruçar na questão: Quais são os estereótipos que permeiam a identidade da mulher afro-brasileira? De que forma o ensino de artes visuais pode contribuir para uma formação antirracista?

Diante disso nos propomos a analisar a representação da mulher negra nas artes visuais do Modernismo brasileiro, tecendo um olhar crítico em torno das imagens veiculadas durante esse período cronológico. Iremos nos concentrar em alguns artistas, são eles: Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti.

A relação entre raça e gênero está presente em toda obra de Lélia Gonzalez no qual a autora analisa a conjuntura no país. Nessa perspectiva, iremos nos concentrar no texto: A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica, publicado no livro Primavera das Rosas Negras. A produção acadêmica da autora abrange: críticas à persistência do racismo, o sexismo na cultura brasileira, a psicanálise pensando aspectos culturais e políticos no Brasil e na América Latina. A autora também reflete sobre a dominação e resistência na América Latina. Em muitos de seus textos a temática da mulher "é gatilho para se pensar as formas de dominação e as ideologias políticas que replicam representações coloniais, que produzem e reforçam desigualdades no cotidiano" (GONZALEZ, 2020, p. 14).

Com base na discussão estabelecida, foi elencado algumas obras que norteiam a discussão sobre a representação das mulheres negras no contexto do modernismo brasileiro e as implicações na perpetuação do racismo.

Segundo Cardoso (2014 apud GONZALEZ, 1983, p. 230.) a figura da mulata[2] abrange dois significados: o tradicional e o outro. O primeiro é consequência da mestiçagem e o segundo é resultado da "exploração econômica, no qual representa: mercadoria, produto de exportação". Na contemporaneidade a figura da mulata adquire uma nova designação, durante os desfiles de carnaval a figura da mulata atinge seu ápice, no qual ela sai do anonimato e "se transforma em uma Cinderela: adorada, desejada e devorada por aqueles que foram até lá justamente para cobiçá-la" (GONZALEZ, 2020, p. 165).

Patricia Hill Collins (2019) ao estipular o conceito de imagem refere-se: a mammy, a matriarca, a jezebel e a mãe beneficiária de assistencialismo. No qual, argumenta que é uma forma específica de representação de mulheres negras que impacta na forma como são tratadas e vistas. Segundo Carrera; Meirinho (2020), apesar de Collins (2002) estabelecer esse conceito com estabelecendo tendo como parâmetro os Estados Unidos, podemos estabelecer uma relação com a conjuntura brasileira devido a proximidade histórica de uma sociedade escravocrata, que permeou os dois países. Portanto isso faz com que essas imagens de controle sejam comuns também ao cenário brasileiro. (CARRERA; MEIRINHO; 2020, p. 66).

Ambas as autoras são referências do pensamento feminista afrodiaspórico e nos ajudam a pensar os efeitos do pós-colonialismo nas mulheres negras. Seja pelos efeitos do racismo ou a construção de estereótipos que se apresentam como empecilhos para o processo de autonomia das mulheres racializadas.

Ao analisarmos mais atentamente a obra "A Negra" (1923) de Tarsila do Amaral, nos deparamos com a imagem de uma mulher negra,

[2] [Pejorativo] Pessoa que provém da mistura entre brancos e negros (acepção pode ser considerada ofensiva).

desprovida de vestes, cabelos e ouvidos. O título da obra nos remete a ausência de nome, sendo caracterizada somente pelo corpo e a cor. O seio à mostra é evidenciado por se apresentar no centro da figura, é possível estabelecer uma conexão com a configuração colonial e o papel relegado às mulheres negras. O estigma da escravidão é presente na obra, devido o caráter passivo que "A Negra" se apresenta.

A obra Samba (1925) de Di Cavalcanti, apresenta um grupo de seis pessoas, quatro homens e duas mulheres negras, apenas as mulheres se encontram despidas, com os seios à mostra. O quadro tem cores vivas, as moças se encontram no centro do quadro e ao redor delas os homens estão em poses distintas, no canto superior direito há um homem negro tocando cavaquinho, um pouco mais abaixo um homem está contemplando as duas mulheres. É possível estabelecer um diálogo com as musas do carnaval, no qual se encontram em uma posição de objetificação. Estabelecendo um diálogo com Cardoso (apud Gonzalez,1983, p. 239) "a percepção da mulata como invenção do português, nos remete à instituição da "raça negra como objeto" pelo colonizado".

Deste modo, a representação das mulheres negras nas obras de Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti acarretam uma noção equivocada sobre a identidade das mulheres racializadas. Compreendemos o papel que esses artistas tiveram na construção do modernismo brasileiro, porém é necessário um olhar atento ao discurso veiculado durante o século XX.

Portanto, tratar as pinturas modernistas em diálogo com as ações afirmativas em consonância com uma pauta curricular contemporânea, contribuem para que a escola seja um espaço mais democrático e consciente, despertando nos estudantes novas posturas críticas para a vida social.

Referências

CARDOSO, Cláudia. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Debate Colonialidade do Gênero e Feminismos Descoloniais • Rev. Estudo. Fem. 22 (3) • Dez

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 1, de junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.

COLLINS, PATRICIA H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciencia e a política de empoderamento/ Patricia Hill Collins; tradução Jamille Pinheiro Dias - 1 ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Primavera das Rosas Negras. Coletânea organizada e editada pela UCPA União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diásporas Africanas. 2018.

GONZALEZ, Lélia.Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional,Santiago, v. 9, p. 133 - 141, 1988.

24

Ocupar a margem?
O jornalismo do *Nós, mulheres da periferia*

Bárbara Lima [1]

Esta é uma pesquisa de mestrado em andamento que parte da experimentação do espaço do jornal *Nós, Mulheres da Periferia*. O jornal é formado por um coletivo de mulheres negras e periféricas, criado em formato de site em 2014, e que se mantem até hoje por financiamento coletivo, pelo Catarse e com projetos colaborativos. Em uma das seções do jornal, o "Quem somos", as editoras comunicam que os interesses para a criação deste jornalismo foram a partir da repercussão de um artigo publicado pelas fundadoras e integrantes do jornal, em 2012, na seção Tendências/Debates da Folha de São Paulo, em que mulheres também moradoras das periferias de São Paulo compartilharam das mesmas inquietações dessas editoras, quanto às invisibilidades e segregações socioeconômicas, espaciais urbanas e no jornalismo. A maior distribuição de conteúdo ainda é pelo site, mas a circulação é ampliada para as redes sociais e em formato de *podcast*, com o "Conversa de Portão" nas plataformas Spotify, Deezer, Sound Cloud e de forma livre no YouTube.

Compreendemos que o jornalismo em circulação do *Nós*, é um *jornalismo de beiradas*, a partir dos estudos sobre o que seriam as margens. Venna Das e Deborah Poole (2008), ao dizerem de uma *antropologia das margens,* repensam as dinâmicas de um Estado, entre o que é o centro e a periferia; público e privado. Das e Poole (2008)

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. Linha Textualidades Mediáticas. E-mail: barbaralimam55@gmail.com

reinterpretam o conceito de Agamben de "estado de exceção" enquanto uma ameaça suspensa e de um "passado fantasmagórico", para dizer que, na verdade, o que se considera dentro ou fora da jurisdição do Estado é visto nas práticas do presente, cotidianamente, e não em estados extremos como guerras. Praticas estas que também atravessam dinâmicas do corpo: quem tem o direito à "vida" e é *cidadão*?

Esta *margem* é um ponto de partida, como sugere Milton Santos, por uma outra chave teórica, a pensar nas zonas opacas/lisas nas cidades urbanas, que dizem de *relações de sociabilidade*: "espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão" (SANTOS, 2006, p. 221). Não queremos aqui romantizar essas *margens*, entendemos que elas não são estáticas, e estão em negociação permanente. O que significa, portanto, ocupar esta margem?

A nossa questão se verte por perceber como são construídas e ocupadas as relações margem-periferia pelo *Nós, Mulheres da Periferia*, nessa dinâmica de sociabilidade e espaço-temporal. A noção de *perspectiva*, cunhada pela teoria feminista nos parece fundamental para localizar os corpos que habitam e ocupam esta margem, como também compreender esta margem com um posicionamento crítico e situado. A pesquisadora feminista Donna Haraway (1995), defende que "o lugar de onde se vê determina nossa visão do mundo" (HARAWAY, 1995, p.14), assim, segundo a autora, ter uma *perspectiva parcial* é ter responsabilidade crítica, já que o conhecimento sempre será parcial e posicionado. Por uma leitura filosófica e antropológica, a pesquisadora feminista latino-americana Lélia Gonzalez, também propõe a *perspectiv*a atentando-se para a "força do local", em contraposição a estratégias universais. Ou seja, a categoria "América Ladina" ou "Améfrica" insere na América uma descendência africana até então *encoberta*, tanto em uma

perspectiva cultural como histórica. Este gesto "centraliza" o que era posto a margem, e *situa* os corpos no território.

Dessa forma, o *jornalismo construído nas beiradas* é uma das fundamentações teóricas que queremos traçar na pesquisa, a partir das discussões sobre o que são *margens*. Para dizer de um "jornalismo de beiradas", compreendemos o jornalismo como uma instituição de poucos autores, um singular-coletivo (JÁCOME, 2017), que não admite a existência de margens. Habitar estas margens, portanto, é um gesto de continuar existindo mesmo com as tentativas de apagamento tanto em aspectos socioeconômicos e institucionais, como da história oficial. Estamos em processo de investigação nesta pesquisa de mestrado, portanto, ainda não obtivemos conclusões ou considerações finais.

Referências

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes**. Etnografias comparadas. Cuadernos de Antropología Social. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008, p. 19-52.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 127-138.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu. Campinas, 1995.

JÁCOME, Phellipy. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

25

As mulheres do movimento #elenão: as redes sociais utilizadas como armas a favor da democracia e dos direitos humanos

Ludimilla Santana Teixeira [1]
Liliane Alcântara de Abreu [2]

O presente resumo tem o objetivo de tratar da experiência vivida por um grupo virtual que tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, principalmente da mulher (seja ela cisgênero, transgênero ou travesti), e do meio ambiente, através das atividades de educação para autoconhecimento e tomada de consciência do outro, gerando assim a consciência social.

Surgido inicialmente no facebook em agosto de 2018 como oposição ao então candidato à presidência do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e, portanto, o nome inicial era "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro" (MUCB). Com sua eleição e as leis sobre terrorismo implantadas, mudamos para "Mulheres Unidas Com o Brasil" para proteção dos membros e evidenciar a preocupação com as transformações profundas e necessárias na sociedade brasileira.

[1] Bacharela em Comunicação Social pela Universidade Católica de Salvador/Salvador, Brasil (2005), Publicitária, Servidora Pública Federal do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Educadora do Programa de Educação Previdenciária (PEP), ativista de Direitos Humanos e da Anistia Internacional (Salvador, Brasil). Militante de movimentos sociais, criadora e administradora geral do Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, grupo que criou o movimento #EleNão. Também é uma das organizadoras do Levante das Mulheres, coletivo que criou o movimento #MulheresDerrubamBolsonaro. E-mail: ludimilla3105@gmail.com

[2] Pesquisadora especialista em comportamento e consumo, professora especialista em neurociência pedagógica, designer especialista em Artes Visuais e arteterapeuta. Bacharelanda em Psicologia pela Universidade Paulista/São Paulo, Brasil (UNIP). Ex-professora de nível técnico à pós-graduação da Faculdade SENAI CETIQT - Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil/ Rio de Janeiro, Brasil (2011-2014). Ativista e voluntária em projetos sociais e de Direitos Humanos. Administradora do Mulheres Unidas Contra Bolsonaro. E-mail: liaabreu01@yahoo.com.br

Martins (2019), Meneses e Sarriera (2005), Miranda Junior (2013), Santos (2013), Steber e Massoni (2017), Santos e Santos (2014), e, Dias, Doula e Cardoso (2017) trazem fortemente essas as relações contemporâneas sobre redes sociais e sociedade, e como isso impactou na participação política nas redes sociais, mas que igualmente dispararam o discurso de ódio muito presente na internet. O grupo evoluiu sua consciência social, e se reafirma cada vez mais na sugestão, promoção, colaboração, coordenação e execução de ações e projetos, visando a manutenção dos direitos humanos que apoiem as minorias psicológicas caracterizadas por mulheres de todas as etnias, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e outras minorias.

O grupo igualmente promove uma maior participação feminina na política, na sociedade, demais espaços de poder e decisões, assim como amplia a importância do feminismo e da preservação do Estado Laico. Ademais, a luta contra o racismo, o machismo, a misoginia, a LGBTQIfobia, gordofobia, xenofobia e outros preconceitos, foi intensificada através da criação de estruturas educativas, auxiliando na quebra de paradigmas que perpetuam discriminações e com fortes inspirações em nomes que desenvolvem essas temáticas como o professor Sílvio Almeida (2019), Angela Davis (2016), Grada Kilomba (2019) e Sueli Carneiro (2011) e tantos outros.

Especificamente, as administradoras do grupo começaram a perceber que havia um potencial de educação ali dentro que se encaixavam com os pressupostos que Paulo Freire (2016) trazia em suas obras como na "Pedagogia da autonomia", e que se encaixava muito bem com Lev Vygotsky (2000) e Alexis Leontiev (2004) sobre novas formas de ensinar, aprender e evoluir o psiquismo enquanto ser social e individual.

Com o advento da *internet*, é possível reinventar novas formas de ensinar e aprender, e que podem ser muito enriquecedoras, pois alcança a

quase todos mesmo em locais diferenciados e ao mesmo tempo. Teixeira e Abreu (2020) e Carlini (2019) trazem que este é um dos pressupostos principais da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, justamente com o intuito de diminuir as diferenças humanas e sociais.

Essa percepção de ampliação do social a partir de si mesmo é trazida por muitos sociólogos e psicólogos, como Kurt Lewin (MAILHIOT, 2013) e Silvia Lane (1989), Emanuel Vieira e Verônica Ximenes (2008), Aroldo Rodrigues, Eveline Assmar e Bernardo Jablonsky (2009), Maritza Montero (2010), Adolfo Pizzinato (2010). Todos entendem que o processo de autoconscientização influencia positivamente os membros de um grupo. É esta construção que foi se precipitando dentro do MUCB e fortalecendo psiquicamente uma grande parte de suas "*membras*".

Essa conduta educativa foi ampliando-se proporcionalmente, e devido a observação das administradoras de que os próprios membros do grupo (mulheres cis na maioria) reproduziam os mesmos discursos análogos àquilo que combatem. Nesse caminhar, ainda nos incomodava muito a continuidade da reprodução de ataques ao feminino, desqualificando as mulheres do movimento #EleNão. Adjetivos e insultos como "burras" e "loucas" foram proferidos com intensidade em 2018, e não cessaram até 2021.

Ademais, traremos as bases cientificistas que comprovam que essas mulheres não estavam "loucas" em suas percepções viscerais sobre o perigo de Bolsonaro. Isto é comprovado por neurocientistas através dos estudos de "neurônios-espelho". Isto é trazido pelos neurocientistas italianos Giacomo Rizzolatti et. al. (1996; 2006) e Iacoboni et al. (2005) fizeram em 1994, de os "neurônios-espelho" precipitam não somente a empatia, mas em certos indivíduos eles se ampliam de uma concentração originária apenas em uma área do córtex, e transformam-se em um

sistema-espelho por todo o cérebro, sendo, portanto, um processo evolutivo.

Logo, aqueles sujeitos que os desenvolveram em maior amplitude, serão capazes de "ler" com muita antecedência e exatidão, e antes de qualquer ser humano dito como "normal", o comportamento, emoções, sentimentos, sensações, intenções e distorções de conduta de outro sujeito. E é por isso que as mulheres do movimento #EleNão decodificaram as ações e detectam antecipadamente o potencial negativo e as intenções de Bolsonaro e seus associados, inclusive já pronunciando frases como "vai destruir tudo pelo caminho", "vai ser um vírus mortal", "como peste negra", "'coiso' do Apocalipse", "genocida", "nazifascista", e muito antes do próprio advento da COVID-19, ou da antropóloga e pesquisadora Adriana Dias (2018; apud DEMORI, 2021) anunciar julho de 2021 as cartas que comprovam a relação de Bolsonaro com células e grupos nazifascistas desde pelo menos 2004.

Portanto, as mulheres do movimento estão muito longe do rótulo de "burrice" ou "loucura". Como resultado, esperamos continuar consolidando a estrutura do grupo e que vem se mostrado uma grande oportunidade nessa nova tomada de consciência global através de ferramentas virtuais ao nosso alcance, e estar de fato promovendo uma condução de educação de Direitos Humanos às minorias e excluídos, gerando assim, o benefício do desenvolvimento geral da comunidade mais próxima aos membros do MUCB e à eles mesmos, assim como a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos Direitos Humanos, da democracia e de outros valores universais.

Referências

TEIXEIRA, Ludimilla Santana; ABREU, Liliane Alcântara de. **Os desafios da educação em direitos humanos no século XXI: a contribuição do MUCB no autoconhecimento e desenvolvimento sociopolítico de mulheres através das redes sociais.** In: Anais

de Artigos Completos do V CIDHCoimbra 2020 - Volume 3 / César Augusto R. Nunes et. al. (orgs.) [et al.] – Campinas / Jundiaí: Editora Brasílica / Edições Brasil / Editora Fibra, 2021. p. 287-300.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARLINI, Angélica. **Direitos Humanos.** São Paulo: Editora Sol, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. Revista LOLA Press, nº 16, novembro 2001. Durban, África do Sul: Lolapress, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMORI, Leandro. **Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004**. The Intercept Brasil. 28 jul. 2021, 19h28. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaroneonazismo/?fbclid=IwAR2kQThb1EeYEfiKlgAXArsTPH85gbUfCk16yymDMfSgGGG7MnJfR9IC4xU>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DIAS, Diana Leonardo; DOULA, Sheila Maria; CARDOSO, Poliana Oliveira. **Participação política nas redes sociais: um estudo com jovens universitários**. REVISTA SOCIAIS & HUMANAS - VOL. 30 / Nº 1 – 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/24940>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. 2018. 1 recurso online (366 f.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IACOBONI, Marco. Understanding others: Imitation, language and empathy. In: HURLEY, Susan, CHATER, N. (Eds.). Perspectives on imitation: From neuroscience to Social Science (Vol. 1: Mechanisms of imitation and imitation in animals - Social Neuroscience). Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

____; MOLNAR-SZAKACS, I.; GALLESE, V.; BUCCINO, G.; MAZZIOTTA, J. C.; RIZZOLATTI, G. (2005). Grasping the intentions of others with one's own mirror neuron system. Plos Biology. 2005 Mar;3(3):e79. DOI: 10.1371/journal. pbio.0030079. PMID: 15736981; PMCID: PMC1044835.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANE, S.T.M. O Processo Grupal. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.78-98.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do psiquismo.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MAILHIOT, G. B. **Dinâmica e Gênese dos Grupos:** atualidade das descobertas de Kurt Lewin. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARTINS, Anna Clara Lehmann. **Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro:** o caso M. Rev. direito GV. vol.15. no.1. São Paulo, 2019. Epub May 02, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201905>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MENESES, María Piedad Rangel; SARRIERA, Jorge Castellá. **Redes sociais na investigação psicossocial**. Aletheia, n. 21. Canoas jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n21/n21a06.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MIRANDA JUNIOR, Jaime. **Redes sociais e a educação.** Especialização mídias na educação. 2. ed., Florianópolis, IFSC. 2013.

MONTERO, Maritza. **A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político**. In: LACERDA, JR; GUZZO, R.S.L. Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas: Alínea, 2010. p. 65 - 82.

PIZZINATO, Adolfo. Psicologia da Libertação. In: SARRIERA, J.C.; SAFORCADA, E.T. **Introdução à Psicologia Comunitária:** bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 113-138.

RIZZOLATTI, G.; FOGASSI, L.; GALLESE, V. (2006). Mirrors of the Mind. **Scientific American,** 2006 Nov; 295(5):54-61. PMID: 17076084. DOI: 10.1038/ scientificamerican1106-54.

____; FADIGA, L.; GALLESE, V.; FOGASSI, L. Premotor cortex and the recognition of motor actions. **Brain Res Cogn Brain Res.** 1996 Mar;3(2):131-41. PMID: 8713554. DOI: 10.1016/0926-6410(95)00038-0

Rodrigues, Aroldo; Assmar, Eveline Maria Leal; Jablonsky, Bernardo. **Psicologia Social**. ed. 27. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 97-146; 147-176.

SANTOS, Valmaria Lemos da Costa; SANTOS, José Erimar dos. **As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas.** HOLOS, Ano 30, Vol. 6. 2014. DOI: 10.15628/holos.2014.1936. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu. br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1936>. Acesso em: 19 jun. 2020.

STUEBER, Ketlen; MASSONI, Luis Fernando Herbert; MORIGI, Valdir Jose. **Direitos humanos, redes sociais e informação:** reflexões sobre o papel do Humaniza Redes. Alabastro: revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP, São Paulo, ano 5, v. 1, n. 9, 2017, p. 90-103. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172673/001060164.pdf?seq uence=1>. Acesso em: 19 jun. 2020.

VIEIRA, Emanuel Vieira; XIMENES, Verônica Morais. **Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia**. Psicologia e Argumento, Curitiba, v. 26, n. 52, p. 23-33, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324630701_ CONSCIENTIZACAO_Em_que_interessa_este_conceito_a_psicologia>. Acesso em: 25 jun. 2020.

VYGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

26

Saberes localizados: divulgação científica feminista como ativismo epistemológico

Jade Bueno Arbo [1]

Contrariando uma divisão dicotômica entre prática e teoria, entre teoria e ativismo, o presente trabalho pretende discorrer, primeiramente, sobre a forma como o fazer teórico feminista se configura em uma prática política, e a forma como a divulgação científica feminista pode consistir também em uma forma de ativismo, um ativismo epistemológico que abre espaços em instituições de ensino superior e mostra àqueles que já ocupam ou que pretendem ocupar esse lugar de poder novas formas de se produzir conhecimento e de se fazer ciência.

Se considerarmos que falar é agir, se a nossa linguagem age sobre o mundo, então pensar e repensar as linguagens com as quais interpretamos o mundo é uma forma de prática. No caso da teoria feminista, o interesse teórico não vem, portanto, de uma recusa à política, mas é uma das diversas formas de comprometimento com o fazer político que nos são acessíveis. Nas palavras de Sarah Ahmed (1998):

> O feminismo precisa tornar explícito seu enquadramento teórico e isso é necessário justamente para repensar a relação entre teoria e prática. Isso significa que o feminismo deve debater sobre quais são as melhores formas de entender como as relações de gênero operam, e como essas relações podem ser desafiadas da forma mais efetiva. A teorização explícita é precisamente pensar a necessidade e possibilidade de mudança social. É sobre justificar as

1 Doutoranda em Literatura, Cultura e Tradução pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestra em Filosofia e bacharela em Letras pela mesma universidade. E-mail: jade.arbo@ufpel.edu.br

> decisões que tomamos, a linguagem que usamos, como lemos, como falamos umas com as outras, e as nossas próprias formas de organização política. (p. 10)

Ahmed nos coloca que seu compromisso com a teoria não surge por uma falta de preocupação imediata com o político, mas "porque a minha preocupação com o político me força a indagar os conhecimentos e a formação do próprio feminismo" (p. 11). A teorização, para Ahmed, não vem de uma suspensão da convicção política, e sim surge para dar conta dessa convicção e fornecer ferramentas para as práticas que dela surgem.

Em uma convergência entre prática teórica e prática política, proponho apresentar nessa comunicação meu projeto de divulgação científica feminista chamado "Saberes Localizados", um perfil no Instagram que surge como forma de aproximar o público da teoria feminista, fazendo um convite para que os leitores entrem em contato com alguns dos textos e contextos importantes dos debates feministas, inclusive reconhecendo suas fraturas, seus conflitos e contradições para que, dessa forma, possam atuar a partir de uma perspectiva feminista nas áreas do conhecimento nas quais essas pessoas se encontram.

O título do projeto surge inspirado pelo texto de mesmo nome da filósofa e bióloga feminista Donna Haraway (2009), no qual repensa o conceito de objetividade para acomodar o fato de que a nossa visão sobre aquilo que relatamos é sempre parcial, e, segundo coloca "O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar particular." (p. 33)

Donna Haraway (2009) escreve de um ponto de vista feminista sobre as questões de epistemologia e filosofia da ciência. A epistemologia feminista surge a partir da crítica feminista da ciência, e as várias abordagens feministas dessas críticas se constroem a partir da observação de que a exclusão das mulheres da produção de conhecimento tem

consequências que são constantemente ocultadas pela ilusão da imparcialidade do sujeito conhecedor, dos métodos que esse sujeito conhecedor utiliza e dos objetos que considera dignos de análise (ANDERSON, 1995).

Uma das maiores contribuições da epistemologia feminista é a forma como repensa o sujeito do conhecimento como sendo corporificado. Conceber o sujeito do conhecimento como possuindo um corpo, uma localização, uma situação limita a universalização de perspectivas que são particulares, evitando a ilusão de neutralidade da ciência. Assim, para Haraway (2009), para que façamos uma teoria e uma ciência de melhor qualidade, mais verdadeira, mais fiel às nossas experiências enquanto sujeitos, precisamos tanto reconhecer que o sujeito que produz conhecimento não é neutro quanto fazer um esforço ativo para que o fazer teórico e científico seja permeado por mais sujeitos trazendo mais perspectivas.

Partindo da observação de que a teorização hegemônica é feita à imagem e semelhança sujeito masculino branco, burguês, heterossexual, cisgênero, como apontam filósofas como Haraway (2009), Anderson (1995), Harding (1993), dentre outras, a presente comunicação pretende discorrer sobre a divulgação científica feminista como forma de convite para um maior engajamento com espaços de produção de conhecimento na tentativa de fazer teoria de uma forma diferente, desconstruindo por dentro a academia excludente.

A divulgação científica feminista configura-se, assim, em uma forma de ativismo que atua tanto internamente, movimentando o espaço acadêmico, quanto externamente, mostrando novas possibilidades para um se pensar fenômenos as quais podem despertar o interesse de sujeitos que talvez não se sentissem contemplados pela academia e, portanto, desmotivados a ocupar o espaço acadêmico.

Referências

ANDERSON, Elizabeth. **Feminist Epistemology:** An Interpretation and a Defense. Hypatia, v. 10, n. 3, p. 50–84, 1995.

AHMED, Sara. Differences that matter: feminist theory and postmodernism. Cambridge, UK ; Cambridge University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In**. Revista de estudos feminista**. v. 1, n. 1, Rio de Janeiro CIEC/EC/UFRJ, 1993.

27

A dupla maternidade lésbica nas redes sociais

Merli Leal Silva [1]

Este resumo descreve a maternidade lésbica partilhada e visível nas redes sociais, em especial, no Instagram. As redes digitais se configuram em espaço de expressão cultural da comunidade de mães lésbicas. São vários perfis relatando a dupla maternidade sob vários ângulos. A abordagem é exploratória — através do método bibliográfico e com o aporte dos estudos culturais, descreveremos como a rede social tornou visível a dupla maternidade. O presente resumo se justifica pela falta de debate sobre o tema, parte identidade lésbica que, em função de políticas públicas de apoio e proteção aos casais, tornou a dupla maternidade ato possível.

Considerando a cultura como expressão coletiva da identidade de determinada sociedade, podemos definir que cada grupo social tem sua cultura própria. No caso da cultura LGBTQIA+, há uma rede de significados partilhados pela comunidade que demonstram manifestações culturais autênticas, inovadoras e expressivas. Nesse sentido, pode-se observar que, desde 2003, houve avanços nas políticas públicas de inclusão de grupos historicamente excluídos. Além de buscar igualdade e respeito, a luta por reconhecimento civil das uniões homoafetivas e a possibilidade de ter filhos mudou o panorama das famílias brasileiras. Se o mundo impõem constantemente, através da cultura de massa, o padrão

1Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: merlisilva@unipampa.edu.br

heteronormativo, o movimento LGBTQIA+ se constitui esteio pela expressão livre de gênero e sexualidade.

Em números, conforme o IBGE, há 60 mil casais homoafetivos no país, sendo (47,4%) católicos e mulheres (53%). Os dados são da pesquisa realizada com base no Censo 2010, o primeiro com dados (parciais) da orientação sexual das famílias. No Brasil, o movimento gay ganhou visibilidade a partir da década de 1980, quando as questões de gênero e liberdade sexual romperam o conservadorismo da ditadura militar (1964-1985) e passaram a ser assunto de Estado. Desde 2013, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é permitido legalmente. Ficam para trás anos de invisibilidade, de ocultamento, de medo, de negação da cidadania. Nos últimos 40 anos, ser lésbica era doença, desvio de caráter, algo censurado.

> Mesmo com todas as amarras sociais levando à rede de dominação patriarcal e à heteronormatividade, o amor entre mulheres surge e renasce, arraigando-se, subvertendo e produzindo novos saberes e campos a serem investigados. Assim, cabe ir mais além e analisar como, de fato, essa resistência organizou-se em território nacional. ” Wermuth, Maiquel Ângelo Dezordi; Canciani, Pamela. (2018, p. 1373)

O conservadorismo e falta de um programa de governo inclusivo deixaram à sombra muitos casais que construíram patrimônio e família ao revés das leis. A dupla maternidade era ignorada pelo Estado: é recente duas mulheres acessarem métodos de concepção assistidos. A maternidade não era parte da vida das lésbicas e muitos casais sublimaram o desejo de construir uma família. Legalmente, era complexo e havia muitos riscos. Inexistem dados precisos sobre quem conseguiu resistir e ter sua família. O caso da cantora Cássia Eller, falecida em 2002, colocou em alerta a comunidade lésbica. Além da união não ter amparo legal (bens, herança), a guarda do filho foi disputada, na Justiça, pela companheira de

Cássia. O fato tomou proporção nacional e o debate gerou reflexão para a busca direitos para as famílias construídas por duas mulheres. Certamente, Cássia, Chicão e Eugênia foram fundamentais para que o sistema fosse revisto e chegássemos ao que vivemos hoje.

A Pesquisa Estatística do Registro Civil feita pelo IBGE mostra que, entre 2013 — ano da Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconhecendo o casamento entre pessoas de mesmo sexo — e 2019, o Brasil realizou 24.593 celebrações no civil entre cônjuges femininos. Casadas, essas mulheres foram em busca de aumentar a família. A dupla maternidade é um direito para o casal que tem filho com a técnica de reprodução assistida, adoção e o reconhecimento voluntário da maternidade socioafetiva. A notícia tão esperada: todos os cartórios de registro civil do país devem emitir o registro de nascimento da criança adequado para que constem os nomes das duas mães, sem referência à distinção quanto à ascendência paterna ou materna. Parecia tudo caminhar bem para as mulheres com poder aquisitivo para arcar com os custos. A luta, então, passou a ser conseguir os procedimentos (caros) pelo SUS.

Segundo Castells (1999), o processo de construção de uma identidade coletiva se constitui a partir de três premissas: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. Para os fins de análise desse resumo, a identidade de resistência incorpora os elementos característicos das comunidades lésbicas, uma vez que são oprimidas pelas identidades legitimadoras. A resistência é uma ação cultural de não aceitação do preconceito e discriminação pela orientação sexual, que se mobiliza por meio de manifestações e ações em organizações não governamentais, órgãos ligados ao poder público e outras ações pontuais na busca dos direitos equiparados aos dos heterossexuais.

As organizações culturais são também as instituições que difundem ideologias de um modo geral: através do que divulgam em massa e de forma acrítica, geram padrões de comportamento, valores e condutas que excluem o que não está em conformidade com o sistema hegemônico. Nesse sentido, as redes digitais inverteram a máxima do meio é a mensagem. Atualmente, a mensagem está dispersa de forma transmídia, ocupando formatos originais e chegando a audiências mundiais. Uma grande comunidade de mães que vivem a dupla maternidade nasceu no esteio da pós-modernidade: jovens, independentes, livres, com recursos básicos para bancar os filhos, elas estão nas redes partilhando a experiência, trocando ideias, encorajando e dando suporte a outros casais em busca de filhos na dupla maternidade. As crianças estão na faixa de zero a cinco anos, e, através das redes, criam laços de solidariedade e acolhimento. No total, são mais de 200 perfis, mulheres de vários lugares do Brasil e do mundo. Uma forma de pensar o futuro com esperança de dias melhores a partir de famílias que surgem da luta e do amor.

Referências

CASTELLS, M. 1999. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1.

Fonte perfil: https://www.instagram.com/amor.de.maes/ acesso em 02-11-2021

Wermuth, Maiquel Ângelo Dezordi; Canciani, Pamela: **Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas?** Quaestio Iuris vol. 11, nº. 02, Rio de Janeiro, 2018. pp. 1362 – 1377.

28

Vozes digitais queer: a autoria dos corpos LGBTQI+ na cibercultura

Fábio dos Santos Coradini [1]

O presente trabalho busca analisar como as autorias e narrativas queer de existência e luta da comunidade LGBTQI+ estão sendo construídas nas redes, compreendendo esse movimento como um fenômeno da cibercultura, entendendo essas ações como uma manifestação política, social e científica na cultura digital. Baseando-se nas transformações da cultura de acesso ao digital em rede, torna-se possível acerca dos impactos sociais compreender o quanto estar conectado tornou-se uma forma de evidenciar e legitimar os papéis sociais dos corpos LGBTQI+.

Trata-se então de um estudo baseado na metodologia ciberpesquisa-formação, em que a observação se construirá na interface cidade-ciberespaço. Essa rede rizomática e colaborativa será mapeada para que justamente possamos entender como essas autorias se constroem perante os atos digitais de existência. Ao nos apropriarmos do termo autoria, nos deslocamos para outras esferas que diretamente são impactadas por essa autorização, principalmente pela existência das vozes digitais.

Autoria, autorização, autorizar-se, são atos de transformação e persistência, principalmente quando muitos destes atos são silenciados pelas cisgeneridade, branquitude e normatividade heterossexual. Destas

1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEduc / Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC) / Email: fabiocoradinic@gmail.com

autorizações, os corpos LGBT se apropriam das suas construções de conteúdos críticos, científicos e de formação social-política. Portanto, através deste estudo desejamos avançar na quebra do elemento segregador com a comunidade acadêmica científica e a universidade, buscando polarizar os espaços com estes corpos que não podem mais serem utilizados nos diversos TCCs, Dissertações e Teses apenas a partir das suas vivências, mas sim a partir das suas obras, dos seus conteúdos e principalmente de suas autorias.

"Nasci menino, nasci menina" e quem define esse nascimento é a sociedade e o tempo ao qual estamos inseridos, olhamos assim para o órgão genital para sermos enquadrados como homem ou mulher. Butler (2015) afirma que a cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Visando compreender que a autoria da comunidade LGBTQI+ é um importante fenômeno da cibercultura, mapeando um percurso que se constrói através das narrativas de vida e ao mesmo tempo da necessidade de se fazer pertencer a um espaço complexo e excludente denominado sociedade, este estudo se perfaz nas problemáticas e ocultações dos discursos de gênero presentes nas mais variadas interfaces digitias disponível no ciberespaço.

A cibercultura funciona como um abre alas para as autorias no digital, permitindo que os indivíduos possam performatizar nas mais diferentes direções, apresentando-se no palco da sua comunidade, abrindo espaço para novas ondas onlines e estabelecendo fortes conexões entre ser, viver e resistir. As pessoas LGBTQI+ representam e se apresentam na rede através do seu ativismo, das suas narrativas e da sua existência. Para Josso (2004) os objetivos das narrativa de vida são se constroem a partir do sujeito aprendente, aspectos centrais das histórias de vida e sua definição como metodologia de investigação e formação e o conjunto de experiências

e propostas que atualizam estas abordagens na concepção de dispositivos de formação.

A estas narrativas de vida, chamamos de vozes digitais. Também conhecidas como brados, falas, palavras, rumores, barulhos, berros, boatos, clamores, conselhos, as vozes me conjunto de constituem em representatividade. Neste ciberespaço do "vogue", a dança marcada por poses e caras e bocas é online, digital e virtual, pois se constitui como um movimetno de reafirmação de identidade de gêneros e suas sexualidades.

Compreender o ciberespaço e sua relação com o gênero, nos propicia entender quem são os corpos que se apresentam para a cocriação desses diálogos que são capazes de promover mudanças sociais. Através destas expressões no ciberespaço, que também pode ser chamado de "rede" (LEVY, 1999, p. 14). Para entender o fenômeno dos diálogos de gênero e suas performatividades na cibercultura, nos permitirá compreender as narrativas construídas a partir das vivências experimentadas e praticadas no cotidiano, assim como os personagens de sua constituição. Para além do digital, as práticas são vivenciadas e espelhadas em uma ótica no ciberespaço, fundamentada por importantes questões, como a sua propagação em rede. Estas histórias precisam ser catalogadas, registradas e etnógrafadas.

Pela história a autoria se torna vida, pelo discurso se apresenta como elemento político de resistência e como significação alimenta os espaços de opressão em busca de minimizar impactos distorcidos pelo patriarcado masculino e cis-normativo. Nesse campo de possibilidades, a cibercultura segundo Santos (2009), vem promovendo novas possibilidades de socialização e aprendizagens mediadas pelo ciberespaço e, no caso específico da educação, pelas interfaces digitais de aprendizagem. Ainda, de acordo com a autora "o ciberespaço é muito mais que um meio de comunicação ou mídia. Ele reúne, integra e redimensiona uma infinidade

de mídias [..]. A rede é a palavra de ordem do ciberespaço. O genêro construído na cibercultura, se estabelece em um diálogo com os corpos físico e digitais presentes nesta relação, ou seja, de acordo com Louro (2000, p. 6) "os corpos ganham sentido socialmente, e dessa forma, a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. Louro (2000, p. 7) continua afirmando que com as possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. Em contrapartida, as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Portanto, ressaltamos que a autoria nasce a partir de uma autorização. Sabe-se que muitas pessoas LGBTQI+ carregam em suas bagagens, histórias que perpassam o abandono, a violência, a invisibilidade de seus corpos e notoriamente a exclusão de sua existência. Para além do local e lugar de fala, o corpo LGBTQI+ vive, se relaciona e se autoriza nos mais diversos espaços que possam permitir a sua forma. Na cibercultura esse corpo se digitaliza, navega, conecta, pluraliza, performatiza e empodera-se. Por mais vozes digitais e autorias LGBTQI+ ciberculturais.

Referências

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004. 285 p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. SP: Editora 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura** / Edméa Santos. – Teresina: EDUFPI, 2019.

29

O grupo gay da Bahia e seus boletins como método de resistência

Jhon Wanderson Nogueira Santana [1]

O estudo emergiu após as considerações do historiador Paulo Roberto Souto Maior Júnior sobre as contribuições do Grupo Gay da Bahia no princípio do movimento homossexual nacional. Após essa experiência surgiu o interesse de refletir sobre a relevância do Grupo Gay da Bahia para resistência contra a homofobia no nordeste brasileiro. A pesquisa tem como objetivo analisar a fundação do grupo em Salvador pelo antropólogo Luiz Mott em 28 de fevereiro de 1980, e como seus primeiros boletins foram significantes para conscientização política de homossexuais. O "Boletim do GGB" nasce com o objetivo de notificar as ações do grupo, debater questões pertinentes a comunidade homossexual e propagar notícias relevantes, tanto em nível nacional quanto internacional.

Ademais, apresenta quantos homossexuais, que obtiveram conhecimento, foram assassinados nos país. Os humanizando ao não expor apenas uma pesquisa quantitativa, mas também seus nomes, região e causa da morte. Na apresentação de sua primeira edição é declarado o interesse que o periódico ultrapasse as barreiras regionais e nacionais. Além disso, é nítido ser uma publicação não destinada apenas aos homossexuais. Pois, há o interesse de distribuição do material para outras comunidades sem grande representatividade social: feministas, negros, indígenas, trabalhadores e ambientalistas.

1 Graduando de Licenciatura em História na Universidade Federal da Bahia. E-mail para contato: jhonwnogueira@gmail.com.

Por meio dos boletins o Grupo Gay da Bahia ocupa o espaço, no norte e nordeste, deixado vazio com o fim do jornal Lampião da Esquina. Utilizando como metodologia a análise das fontes impressas considerando quem são os idealizadores do conteúdo e realizando análise dos discursos, compreendemos as motivações que nortearam a publicação dos boletins e o destaque dado as informações contidas nesses materiais. Observamos que desde sua criação o coletivo político-social se debruça integralmente na questão da homossexualidade. É evidente que diferente de antigos grupos aliados, como o Somos (SP), o GGB surge com a identidade homossexual consolidada em seu próprio nome.

Porém, foi através da publicação dos seus boletins, após mais de um ano desde sua fundação, que o Grupo Gay da Bahia mostrou estar consolidado e estruturado, apesar das limitações econômicas. A participação de integrantes do GGB no 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste, a primeira comemoração do Dia Internacional do Orgulho Gay na Bahia e o evento "Chegay, sou Gay" são descritos no boletim para que o máximo de pessoas possíveis saibam da luta de sujeitos que fogem da norma cisheteronormativa. Com os apontamentos críticos sobre a sociedade cis-heteropatriarcal e ao " 2º Concurso de Beleza Gay", os membros do GGB demonstram a capacidade de fazer reflexões críticas a respeito do próprio mundo. Um mundo que não crê que podem ser inteligentes e capazes.

Já a segunda edição do boletim, publicada em outubro de 1981, destaca-se o texto "Mais cuidado com os gays", uma carta aberta do Grupo Gay da Bahia ao presidente e participantes do 36º Congresso Brasileiro de Dermatologia, e ao Ministro da Previdência Social. Após o Dr. Newton Guimarães, diretor da Faculdade de Medicina da UFBA, declarar que os índices das doenças venéreas estarem sendo impulsionados pelos gays, o GGB organizou uma pesquisa em Salvador para refutar tal acusação. No

Pelourinho, uma das principais áreas de prostituição da cidade, foram realizados exames médicos com homossexuais residentes da área e obtiveram dados que se contrapõe com as afirmações do médico.

Por conseguinte, o boletim relata uma pesquisa nacional realizada com 131 entrevistados diversos e que 66% afirmam não ter contraído nenhuma doença sexualmente transmissível, e 95% dos que tiveram buscaram tratamento médico. Após a coleta de dados Guimarães retificou e negou suas declarações acerca da população homossexual brasileira. Conclui-se que o Grupo Gay da Bahia, mais antiga associação em defesa da comunidade ainda em atividade, e a publicação de seus boletins foram cruciais para conter a homofobia. Refutando estereótipos e colaborando na organização política sem limitar-se as barreiras geográficas.

Referências

CARNEIRO, Ailton. "Salvador dos homossexuais: militância homossexual e homossociabilidade na Bahia nos anos 1980". Temporalidades, Belo Horizonte, UFMG, v. 7, n. 3, set./dez. 2015, p. 17.

Cavalcanti, C., Barbosa, R.B. & Bicalho, P.P.G. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. Psicologia: Ciência e Profissão, 38(n.spe.2), 175-191, 2018.

JÚNIOR, Paulo Roberto Souto Maior. O 'assumir' na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 171-197, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassazeni (Org). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111 - 154.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. "Prefácio". Boletim Grupo Gay da Bahia. Salvador: GGB, 2011.

30

O ciberespaço como potência feminista: um estudo de caso a partir das geografias feministas

Cíntia Cristina Lisboa da Silva [1]
Hortência Brito [2]

Ao refletirmos sobre as cegueiras de gênero (MONK; HANSON, 2016 [1982]) e de outras colonialidades (como do poder, saber e do ser) (PIOVESAN, 2019) na geografia, observamos que ausências e silenciamentos são reproduzidos em seu discurso (SILVA, 2009). Durante a pandemia de coronavírus, em uma rápida busca online, notamos o aumento de perfis profissionais e de divulgação científica, bem como a cobrança de produção contínua de conteúdos (muitas vezes acompanhadas de danças).

Podemos inferir o ciberespaço como um território desigual e hierárquico, que está em constante disputa para a manutenção e reprodução de diversas narrativas e imaginários científicos, e sociais (*e.g.* vozes dissidentes que têm ganhado espaço no ambiente virtual). Para Silva e Tancman (1999) o ciberespaço é entendido como uma dimensão da sociedade em rede, sendo uma nova forma de materialização da sociedade capitalista, retornando a ideia da disputa sobre este território.

A disputa por uma narrativa e um imaginário social não seria diferente também nas ciências, onde a voz hegemônica dita o que se

[1] Geógrafa - Universidade Federal Fluminense/UFF Campos. Atualmente mestranda em Gestão do Território no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade estadual de Ponta Grossa/UEPG - cintia.slisboa@gmail.com;

[2] Hortência Gomes de Brito Souza. Licenciada em Geografia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Atualmente mestranda em Gestão do Território no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade estadual de Ponta Grossa/UEPG - brittohortencia@gmail.com.

convém pensar, aceitar e legitimar como campo de atuação e objeto de pesquisa. Na geografia, esta disputa é histórica e marcada por tensões (ORNAT, 2008), pois, no século XIX, a geografia se ancorava em uma análise material e da diferenciação territorial, e já na sua fase crítica, iniciando em 1970, se coloca majoritariamente a pensar nas estruturas das desigualdades e diferenças de classe. Ainda nas últimas décadas do século XX, com a ascensão dos movimentos feministas, temos também a incorporação de temas relacionados aos gêneros, racialidades, e às sexualidades na geografia, por mais que tenham ganhado força apenas no século XXI.

Este trabalho aborda a compreensão do ciberespaço como um território virtual em disputa, que por meio de perfis alternativos em mídias sociais hegemônicas é capaz de construir imaginários e discursos de resistência. Tal objetivo se deu via análise de um estudo de caso das geografias feministas em seu ativismo via redes sociais, através do perfil no *Instagram* intitulado: *@geografiafeminista*[3].

O que compreendemos e apresentamos como estudo de caso, refere-se ao acompanhamento do perfil desde o seu surgimento, em maio de 2020. A análise que fazemos aqui é qualitativa, e diz respeito ao crescimento da página, gênero das/os/es seguidoras/us/es, faixa etária, principais regiões e cidades destas pessoas, além de explorarmos as publicações mais curtidas, compartilhadas e salvas.

A partir dos dados disponibilizados na página[4], buscamos relacioná-los com as fontes teóricas que nos cercam. Em relação ao número de seguidoras/us/es da página, temos um crescimento lento, mas contínuo,

[3] O perfil pode ser acessado no seguinte link: <https://www.instagram.com/geografiafeminista/>.

[4] A coleta de informações foi realizada no próprio perfil do *Instagram*, na sessão de *Insights*, no dia 27 de outubro de 2021, às 15h21. Estes dados correspondem a um período de 90 dias, do dia 29 de julho a 16 de outubro de 2021, período máximo disponibilizado pelo *Instagram*.

com uma média de 9,6%[5]. Já em relação ao gênero[6], desde o início há predominância de mulheres, atualmente estando com as métricas de 70.2% de mulheres e 29.8% de homens.

Sobre a faixa etária, a média geral se concentra entre 25 a 34 anos (42,1%), no entanto, quando dividido por gênero há uma leve diferença, onde a maioria dos homens e mulheres também estão entre 25 a 34 anos, porém, a segunda faixa etária com maior número de homens é de 35 a 44 anos (22,5%), enquanto a das mulheres é de 18 a 24 anos (28,5%). Já as principais localizações de nossas/es/os seguidoras/us/es são as cidades Rio de Janeiro (7,8%), São Paulo (6%), Belém (2,2%) Fortaleza (2,1%) e Campos dos Goytacazes (1,8%), sendo 4 capitais, onde 2 são da região Sudeste, 1 da região Nordeste e 1 da região Norte.

As temáticas com o maior número de curtidas, compartilhamentos e salvamentos[7], são respectivamente: postagens de divulgação de eventos e indicações de textos, assim como publicações de humor com uma crítica social[8]; publicações de humor crítico e divulgação de eventos[9]; indicações de leituras e explicações de conceitos[10].

Conforme Lemos (2007), novas reterritorializações são possíveis através de dinâmicas de controle e acesso à informação, e isso ocorre como tendência global. Podemos ainda entender o perfil como uma reterritorialização que congrega um certo perfil de pessoas que têm interesses em comum, seja na geografia humana, crítica, feminista ou em temáticas mais amplas dos feminismos e diversidades, identificados como

[5] No momento da coleta dos dados, a conta contava com um número de 5.476 seguidoras/us/es.

[6] A categorização do *Instagram* se restringe entre "homens e mulheres", sendo uma falha da plataforma de não reconhecer outras identidades de gênero.

[7] Esses dados são referentes ao período de 20 de maio de 2020, data do primeiro post da página, ao dia 27 de outubro de 2021, e foram coletados às 15h21.

[8] O maior número de curtidas que tivemos em uma única postagem foi 509.

[9] O maior número de compartilhamentos que tivemos em uma única postagem foi 212.

[10] O maior número de salvamentos que tivemos em uma única postagem foi de 157.

estratégias ciberespaciais para driblar o constrangimento, ameaças, e outras violências dos espaços físicos.

Neste momento, o perfil *@geografiafeminista* ao usar o ciberespaço como potência feminista se converte em ciberfeminismo, entendido como um movimento que declaradamente combate aos pilares do patriarcado moderno, de acordo com Reverter-Bañón (2013), e acrescentamos, combate também as colonialidades e suas múltiplas opressões, como as de sexualidades, gênero, raça, idade, etc., uma vez que praticamos aquilo que Jesus (2018) chama de interseccionalidade 2.0.

Finalizamos indicando que a explosão de perfis de divulgação científica, aqui voltado às geografias feministas, pode ser entendida como um possível resultado de ações político-sociais que entendem o ciberespaço como um território em disputa para narrativas de resistências, do mesmo modo que se torna um "lugar" ao congregar um conjunto de pessoas que compartilham anseios, vontades, lutas e saberes, transformando-se em uma rede de apoio e solidariedade feminista.

Referências

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 1, p. 5 - 24, 2018.

LEMOS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. *In*: MÉDOLA, Ana; *et al* (orgs). **Imagem, visibilidade e cultura midiática.** Livro da XV COMPÓS. Porto Alegre: Sulina, p. 277 - 293, 2007.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (orgs). **Geografias feministas e das sexualidades:** Encontros e diferença. Toda Palavra, Ponta Grossa, p. 31 – 54, 2016 [1982].

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.

PIOVESAN, Betina. Ecofeminismo para a decolonização e despatriarcalização do direito: Caminhando para o bem viver. **I Colóquio de direto e diversidades "a defesa dos direitos em tempos de crise"**, p. 9 - 11, 2019.

31

O uso das redes sociais pelas mulheres indígenas como meio de visibilidade política e seus impactos na defesa da vida

Geanne Gschwendtner [1]
Giórgia Gschwendtner [2]

As redes sociais estabelecerem uma comunicação que deixa os modelos tradicionais, nos quais prevalecem funções hierarquizadas como grupo, organizações e instituições, para apresentar-se de forma descentralizada, privilegiando, em tese, a existência de um discurso mais democrático (GUZZI, 2010).

Inserido nesse contexto contemporâneo, o estudo se justifica pela importância de compreender uma possível correlação entre o uso das redes sociais pelas mulheres indígenas como meio de visibilidade política e endereçamento de suas pautas. Para tal, utiliza-se da metodologia etnográfica digital e bibliográfica, a fim de traçar parâmetros para questionar se a participação das mulheres indígenas no ambiente digital repercute em efeitos de visibilidade no campo político da defesa dos interesses da vida.

Estabelece, portanto, a participação destas representantes na 'cultura virtual', utilizando-se de uma experiência complementar ao posicionamento físico, no qual ampliam suas reivindicações a partir de outra simbologia (CASTELLS, 2016). Assim é verificada certa apropriação

1 Pós-graduanda em Criminologia, Política Criminal e Justiça Restaurativa (Católica-SC), Bacharela em Ciências Jurídicas (Univille). Pesquisadora na área de Direitos Humanos com ênfase em Estudos de Gênero (http://lattes.cnpq.br/5555303818364815). E-mail: geanneg2@gmail.com

2 Pós-graduada em Análise e Produção de Conteúdo para Mídias Digitais (Universidade Positivo-PR), Bacharela em Ciências Sociais - Habilitação em Jornalismo (Universidade Positivo). E-mail: giorgia.gsch@gmail.com

da rede social '*Instagram*' pelas mulheres indígenas como ferramenta de reivindicação e ampliação do alcance de suas vozes.

Assim, a partir da observação etnográfica do ambiente digital (AMARAL, 2013), o presente estudo problematiza como as mulheres indígenas têm utilizado este espaço para a visibilização de suas lutas e empoderamento perante a crise humanitária vivenciada. Compreende-se ainda que essa pauta se estende às reclamações democráticas de direitos anteriormente presente em seus cotidianos (VUKÁPANAVO: REVISTA TERENA, 2020).

Assim, dentro a análise evidencia que a linguagem adotada pelos perfis das indígenas corrobora com o atual cenário e a preservação da vida, abrindo espaço para interatividade com os demais participantes da rede a partir de suas próprias visões de mundo (LÉVY, 1999).

Observando que o cenário em questão se torna viável, possibilitando a ampliação do movimento, em decorrência da popularização dos aparelhos celulares, do acesso à internet, e do uso das redes sociais (CASTELLS, 2016). Nessa direção, se suprime o entendimento e a separação entre a parcela de pessoas 'evoluídas', compreendendo que todos os seres humanos são pertencentes e constituem a sociedade, bem como devem exercer e reivindicar seus direitos, sendo legítima a articulação e a busca democrática pela via *online* (GUZZI, 2010).

Como principal objetivo, o estudo visa ampliar a produção crítica sobre o empoderamento das mulheres indígenas e as implicações da utilização do meio online através das redes sociais para estabelecer diálogo com a sociedade e expandir suas reivindicações em defesa da vida. A narrativa compartilhada pelas mulheres indígenas na atualidade visa denunciar situações como demarcação de terras, genocídio indígena, ecocídio e o agravamento da situação por conta da pandemia (ABIP, 2021).

A utilização dos perfis nas redes sociais pelas mulheres como ferramenta de amplificação de sua representatividade enquanto lideranças indígenas femininas. Assim, unem o crescimento e visibilidade dos canais digitais em movimento de participação e cobertura em convergência com uma atuação presencial, a exemplo da presença de mais de 40 representantes dos povos originários durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), realizada em Glasgow (Escócia/Reino Unido) (GUAJAJARA, 2O21). Como forma de estabelecer os perfis que foram objeto de estudo, foi considerado que a capilaridade dessa rede '*Instagram*' é compreendida pela conexão entre os usuários por meio de uma ação intitulada 'seguir'.

Dessa forma, os perfis de cada indivíduo se interrelacionam. E, dentro dessa lógica, acaba-se identificando o alcance de uma pessoa neste canal pelo número de pessoas que se tornaram seus "seguidores", sendo que, quanto maior o número, mais notório se torna o engajamento. Além de atualmente ser compreendido que existe um potencial de alcance dos nanoinfluenciadores, ou seja, perfis mais específicos de determinadas comunidades, de nicho e altamente engajado (YOUPIX, 2020).

Partindo dessa compreensão, foram selecionados os seguintes perfis: Célia Xakriabá (@celia.xakriaba, com 80 mil seguidores), o movimento Apib - Articulação dos povos indígenas do Brasil (@apiboficial com 170 mil seguidores), Sônia Bone Guajajara (@guajajarasonia com 445 mil seguidores), Walelasoetxeige Suruí (@walela com 30,5 mil seguidores) e a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (@anmigaorg com 20 mil seguidores). Como resultado do presente estudo realizado, são apontados que essa articulação simultânea entre o universo *on* e *offline* abarcam uma percepção do confronto à colonialidade do poder e desconstituir o eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocêntrico (QUIJANO, 2009).

Ante a invisibilidade dos povos indígenas brasileiros e o preconceito com o acesso à tecnologia e aos avanços de integração social. Portanto, fica evidente que as redes sociais e seu alcance representam possibilidades atuais e legítimas de um real envolvimento e participação das mulheres e líderes femininas em busca de um exercício democrático, impulsionadas pela repercussão que obtêm, conquistam e assumem um protagonismo sem precedentes e rumam a uma sociedade com maior representatividade (BIROLI, 2014).

Sendo necessário reconhecer o diálogo e as reivindicações das mulheres indígenas nesse espaço como um exercício democrático dessas cidadãs de direito dentro e fora do contexto das redes sociais. Reforçando que, é necessário ver e valorizar as dimensões que podem ser alcançadas pelas mulheres indígenas no Brasil no cenário contemporâneo por meio do uso das redes sociais como um espaço legítimo e de visibilidade para o constantemente reafirmar e compartilhar de sua cultura.

Para além das telas e análises, verifica-se propostas concretas em resposta a estas mobilizações em uma ação histórica de governos e doadores privados que durante a COP-26 anunciaram o compromisso de destinar 1,7 bilhão de dólares (9,66 bilhões de reais) diretamente para povos indígenas e comunidades tradicionais entre 2021 e 2025 (ABIP, 2021). Uma conquista cuja realização torna-se um novo objeto de estudo e que necessita o acompanhamento para efetividade, comparando-se a constante luta democrática enfrentada pelos povos originários há mais de cinco séculos.

Referências

AMARAL, Adriana. FRAGOSO, Suely. RECUERO, Raquel**. Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

ANMIGA. Instagram: @anmigaorg. Disponível em https://www.instagram.com/anmigaorg/. Acesso em: 14/04/2021.

APIB. **Acampamento Terra Livre.** Instagram: @apiboficial. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CNN8UywHXvj/. Acesso em 14/04/2021.

BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. Edição do Kindle.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. Edição do Kindle.

BIROLI, Flávia. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia.** Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 59, n.3, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede.** Vol. 1. 17. ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2016

CÉLIA XAKRIABÁ. Instagram: @celia.xakriaba. Disponível em https://www.instagram.com/p/CNOAgsnH92g/. Acesso em: 14/04/2021.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

MULHERES INDÍGENAS AS KARUANA. Instagram: @as_karuana. Disponível em: https://www.instagram.com/as_karuana/. Acesso em: 14/04/2021.

PELAS MULHERES INDÍGENAS. Instagram: @pelasmulheresindigenas. Disponível em: https://www.instagram.com/pelasmulheresindigenas/. Acesso em: 14/04/2021.

QUIJANO, Aníbal. **Epistemologias do Sul**. org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES) ISBN 978-972-40-3738-7. 2009.

SONIA GUAJAJARA. Instagram: @guajajarasonia. Disponível em: https://www.instagram.com/guajajarasonia/. Acesso em 14/04/2021.

VUKÁPANAVO: REVISTA TERENA. **Pandemia da Covid-19 na vida dos povos indígenas.** Edição n. 3. Mato Grosso do Sul: out./nov. 2020.

YOUPIX. Dossiê nanoinfluenciadores. 2020. Disponível em: https://medium.youpix.com.br/dossi%C3%AA-nanoinfluenciadores-dc485ebdaca8. Acesso em novembro de 2021.

32

Culpa e exaustão materna em Conceição Evaristo: uma representação humanizada da mulher-mãe

Sandy Karelly Freitas Falcão [1]

A experiência da maternidade atravessa todas as mulheres, com ou sem filhos, e, em sua complexidade, é uma questão profundamente marcada pelas ambivalências que nos fazem humanos. A instituição do patriarcado, no entanto, construiu modelos idealizados de maternar, nos subjugando na medida em que reforça a desigualdade do poder nas relações de gênero (BEAUVOIR, 1980; RICH, 1995; FIDALGO, 2003; DEL PRIORE, 2009; BADINTER, 1985; 2011).

A mulher é desumanizada quando lhe tiram os direitos, como ocorre sempre que há um sistema de opressão. Assim, a busca pela liberdade de qualquer sujeição é um princípio fundador dos feminismos, motor dos questionamentos levantados ao longo do século XX, reivindicatórios de mudanças nas normativas identitárias (hooks, 2020).

Enquanto movimento social e teoria crítica, os feminismos contribuíram para o deslocamento radical de perspectiva nos estudos da cultura (HALL, 2003; 2011), quando estes adotam, como ponto de partida de suas análises, o direito dos grupos subalternos à significação e à representação de suas realidades históricas, afastando-se do referencial eurocêntrico ao compreender como intrínseca a relação entre linguagem, poder e identidades culturais (SAID, 2007; SPIVAK, 2010; BHABHA, 2013; GONZALEZ, 2020).

[1] Aluna do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: sandyfalcao@gmail.com.

Desse modo, com a não distinção entre público e privado, temas como a maternidade são trazidos ao espaço da contestação política, atravessados também pelas questões de raça e classe. Apesar de, na literatura dita canônica, as personagens mães serem apagadas, silenciadas e reduzidas pelo discurso patriarcal — que se mostra ainda mais opressor quando se consideram as mães negras —, a literatura de autoria feminina tem favorecido a desconstrução da figura idealizada da mãe e, por conseguinte, a humanização dessa mulher, por meio de personagens que espelham o caráter heterogêneo da maternidade em vários âmbitos.

A pesquisa acerca das autoras contemporâneas é, portanto, uma decisão feminista de pesquisa. Nesse sentido, compreendendo a literatura enquanto discurso, com potencial para reforçar ou subverter relações assimétricas de poder, analisamos como a representação da mãe é (des) construída por Conceição Evaristo no conto *Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos*, presente na obra *Olhos d'água* (2016). Observamos que, em sua prosa poética, Evaristo humaniza a mulher-mãe, ao desvelar o caráter ambivalente dessa função que envolve ternura, mas também muita culpa e exaustão, especialmente num contexto de vulnerabilidade social.

A figura idealizada da mãe — abnegada, santa, sempre paciente e bondosa — não encontra espaço no conto, pois não se sustenta quando a autora expõe a difícil realidade da personagem, violentada em diversos níveis: uma mãe solo, moradora de uma comunidade, que, aos 34 anos, tem quatro filhos, e que se aflige diante do envolvimento de um deles com o tráfico.

O leitor tem acesso às sensações de medo, culpa, raiva, impotência e exaustão dessa mulher, que dividem lugar com o zelo e o cuidado pelos filhos. O que há de feio e doloroso na existência convive com as singelezas e os afetos, e essa humanização do marginal é uma marca da escrita literária da autora mineira.

Com isso, Conceição Evaristo subverte diversos estereótipos: a presença de mães negras na literatura, tendo em vista que as mulheres negras têm sido representadas como estéreis na produção eurocêntrica, masculina e branca (EVARISTO, 2003; VASCONCELOS, 2015); o destaque da personagem mãe na narrativa, em contraponto com o papel secundário ocupado pela maternidade no "cânone" literário; a ruptura com a visão idealista de maternidade, ao retratar uma mãe que, cansada e emocionalmente ferida, sente raiva, grita, bate nas crianças.

Evaristo não romantiza a exaustão materna, mas problematiza o sentimento de culpa e promove a reflexão sobre a necessidade de uma rede de apoio para quem quer que seja responsável pela criação de filhos. Desse modo, compreendendo que as escolhas estéticas e políticas de Conceição Evaristo contribuem para novos olhares acerca dos papéis de gênero, destaco a importância da literatura de autoria feminina e dos aportes teóricos feministas, que nos permitem construir referências mais humanas de maternidade/parentalidade.

Referências

BADINTER, E. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, mentalidades e maternidade no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

EVARISTO, C. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) em dupla face. *In*: **Seminário Nacional X Mulher e Literatura** / I Seminário Internacional Mulher e Literatura. UFPB, 2003.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FIDALGO, L. **(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo, 2020. posição 585-815.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

RICH, A. **Of woman born**.: motherhood as experience and institution. New York: WW Norton & Company, 1995.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VASCONCELOS, V. **No colo das iabás**: maternidade, raça e gênero em escritoras afro-brasileiras. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

33

Mulheres e loucura: a que corpos permitimos a violência?

Amanda Castellain Mayworm [1]
Clarice Ribeiro Bulhões [2]
Mariana Porto da Silva Cordeiro Fernandes [3]

A Carta de Bauru (1987) afirma: "manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo na sociedade". Assim, a patologização da loucura é ligada à propagação da racionalidade moderna, sendo os hospícios herança dos antigos leprosários, um espaço de exclusão dos socialmente renegados. Com a ascensão do capitalismo, deu-se início a formalização do descarte de indivíduos considerados não produtivos e reprimendas aos dissidentes. Hospício era lugar de alienado, quem não se encaixava nas identidades outorgadas pela classe dominante.

Nesse sentido, aposta-se na compreensão dos manicômios como dispositivos da colonialidade ao perpetuar e se construírem pela violência dos corpos marcados por gênero e raça. Assim, o presente trabalho objetiva relacionar loucura e gênero, apresentando um panorama histórico-social e investigando como tais se expressam na atualidade, a fim de que, enquanto psicólogas em formação, questionemos sobre como uma violação de direitos humanos tão explícita ainda ocorre de forma silenciada. Para tal, elaboramos uma pesquisa bibliográfica de caráter

[1] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). amandacastellain@id.uff.br

[2] Pós-graduanda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). claricerbulhoes@gmail.com

[3] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). portomariana@id.uff.br

exploratório-descritivo através de Federici (2017), Engel (2006) e Cunha (1989) e com dados do Ministério da Saúde (2019) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2021).

Em vista disso, segundo Federici (2017), o desenvolvimento do capitalismo foi sustentado por violências, sendo a acumulação primitiva feita a partir da dominação e subjugação de corpos, terras e saberes. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho significou um distanciamento entre os processos de reprodução da mão de obra e de produção, as mulheres foram colocadas como não trabalhadoras: enquanto à elas cabiam os afazeres do lar e da família por amor, aos homens, os trabalhos assalariados. Os papéis de gênero, progressivamente construídos e fortalecidos pelo discurso médico-científico, flutuavam conforme as demandas do crescente sistema capitalista. Com a colonização, o discurso gendrado e sexista antes restrito à Europa, tornou-se universal.

Diante disso, retomando a Carta de Bauru, para Magali Engel (2006), os psiquiatras apontavam as etapas do ciclo menstrual, situando a mulher como sempre à beira dos nervos, uma predisposição biológico-hormonal à loucura; na qual justificava-se a maternidade compulsória, o fervor sexual feminino e as sexualidades dissidentes como uma desregulação desse ciclo. Somado a isso, ao estudar os casos das mulheres internadas no Hospício do Juquery no século XX, Maria Clementina Cunha (1989) afirma que a opressão de gênero foi responsável por internar e violentar diversas mulheres. Encontra-se casos de mulheres internadas por serem independentes, trabalhadoras, com dinheiro próprio, dispensando matrimônio. Seguindo uma lógica burguesa do papel da mulher, o manicômio funcionava como um lugar às “desajustadas sociais”.

Concomitante ao atravessamento de gênero existiam também os de raça. Durante o século XIX, o psiquiatra Nina Rodrigues elaborou aspectos psicossociais supostamente típicos de cada uma das raças, atribuindo aos

negros e “mestiços” uma maior periculosidade e impossibilidade de “melhoramento genético” por políticas de embraquecimento. Fundamentou-se o enclausuramento massivo de negros e negras em manicômios. Enquanto as mulheres negras eram diagnosticadas como imbecis ou degeneradas, as brancas não eram obrigadas a trabalhar, podiam dispor de alojamentos individuais, escapavam de procedimentos e em seus laudos constavam apenas a loucura (CUNHA, 1989).

Assim, compreende-se que mesmo com o processo de desinstitucionalização em curso no Brasil propondo serviços substitutivos, as opressões ainda marcam presença nos dispositivos atuais de Saúde Mental. Segundo o Ministério da Saúde (2019), as comunidades terapêuticas são instituições de acolhimento voluntário a pessoas em uso prejudicial de substâncias psicoativas. Não integram o SUS, mas são consideradas equipamentos da rede suplementar de atenção, recuperação e reinserção social. Portanto, seu uso seria favorável a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial. No entanto, no relatório realizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2021), são apontadas as condições de privação de liberdade, maus tratos, torturas, superlotação e deficiências estruturais. Além disso, sob um olhar generificado, em uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre as CTs em 2017, observa-se que a maioria dessas são exclusivamente masculinas e que há uma especificidade do tratamento ofertado às mulheres. Percebe-se que as próprias são negadas desse serviço por serem consideradas culpadas pelo seu uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Os próprios diretores das CTs entendem que essas são mais difíceis de tratar e, assim, não as oferecem vagas.

Nota-se, assim, a urgência de uma intensificação da luta antimanicomial, exigindo serviços de saúde mental condizentes com as propostas da Reforma Psiquiátrica; além de um entrelaçamento com uma

luta feminista em intersecção com raça. Ademais, faz-se necessário que essa discussão também esteja presente no processo de formação de psicólogas e demais profissionais da saúde mental a fim de construir outras práticas. Afinal, a que corpos permitimos a violência?

Referências

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). **Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. 2021. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 04 Nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. **Capacitação de Monitores e Profissionais das Comunidades Terapêuticas (COMPACTA)**. Florianópolis, 2019. Disponível em : <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/2310 2020_senapred_compacta.pdf>. Acesso em: 04 Nov. 2021.

CARTA DE BAURU. **Encontro Nacional** "20 anos de luta por uma sociedade sem manicômios". Bauru, 2007.

CUNHA, Maria. Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. **Revista Brasileira de História**, 9(18):121-144. São Paulo: Marco Zero/ Anpuh, ago.-set. 1989.

ENGELS, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 8ª ed., São Paulo: Contexto, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

34

REVIF: Ensinando e Aprendendo a SER Feminista

Izandra Falcão Gomes [1]
Liliane Viana da Silva [2]
Sandra Maria Gadelha de Carvalho [3]

A vasta literatura produzida por mulheres (em maioria) e homens abordando as temáticas feministas reflete não apenas o grande interesse, mas o aumento substancial na produção científica, ao mesmo tempo em que se verifica uma gradativa participação de mulheres que se autodeclaram feministas. Assumir tal posicionamento político, em certa medida, resulta das experiências individuais e coletivas, como também de processos pedagógicos formais e não formais.

Embora, do mesmo modo, se verifique com muita recorrência ataques discursivos aos movimentos feministas, sobretudo nas redes sociais, visivelmente se observa, na última década, um crescente movimento de adesão às ideias feministas, como os movimentos da Primavera Feminista, ocorridos em 2015, do movimento do #elenão, nas eleições de 2018, e outras múltiplas manifestações locais e pelas redes sociais. Esse espírito marca as mulheres deste tempo e as convoca para um engajamento político cuja característica marcante é o agir; um agir coletivo

1 Doutoranda em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho/PT, Mestra em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

2 Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará e Mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente encontra-se como professora da Educação Básica no Estado do Ceará.

3 Profa. Dra. em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutorado em Sociologia da Educação na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Professora do Curso de Pedagogia e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE/UECE). Graduada em Serviço Social/UECE.

e comprometido com as lutas tão necessárias para todas as mulheres e para a humanidade. Estamos aprendendo e ensinando a ser feminista de forma pulsante, fenômeno que pode explicar o nascimento de novos espaços que, como bem diz Hooks (2017), assumem um engajamento com as lutas feministas. O REVIF se configura como um espaço de engajamento e luta filiado a uma epistemologia interseccional.

Este texto reflete as formas como as mulheres e homens vem se mobilizando dentro do espaço do [Re]existência: Escritas e Vivências Femininas (REVIF). É analisado por lentes de Teorias Feministas e das Pedagogias Feministas, em diálogo com as Pedagogias da Libertação pelo viés freireano (MACEDO, 2021; SANDERBERG, 2011). .

Ensinando e aprendendo o feminismo: o revif como espaço aglutinador e desencadeador das ações e lutas

O movimento de ensinar e aprender o feminismo vem sendo descrito como Pedagogias Feministas (PF), e, embora seja um construtor bastante recente, do ponto de vista das pesquisas cientificas, é um fenômeno identificado que atravessa o tempo e a história dos movimentos feministas. A expressão PF surgiu na década de 1960, a partir dos grupos de mulheres americanas que se reuniam para o estudo e a reflexão, acolhida de mulheres e de organização enquanto estratégia de conscientização de outras mulheres para o enfrentamento às opressões impostas, seguindo algumas características que se deslocam de um polo a outro, como seja da passividade para a participação ativa; da omissão para o resgate da memória; do silêncio para a palavra; da impotência para a tomada de poder (SOLAR, 1998, 2013, 2019; LAPRON, 2016; SANDERBERG, 1997). Mais recentemente, é associada às ações de mulheres professoras na educação superior, que, além das produções acadêmicas, têm mantido diálogos com os movimentos sociais e grupos organizados de mulheres (MATOS, 2017).

O REVIF segue essa perspectiva. Nasceu em 2017, pós-golpe da Presidenta Dilma Houssef, materializando as intencionalidades de um pequeno grupo de professoras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), da Universidade Estadual do Ceará. Naquela ocasião, não se registrava nenhuma iniciativa formal naquele ambiente acadêmico. As intenções iniciais eram aglutinar as mulheres em busca de fortalecimento coletivo e de alianças para enfrentar as diferentes demandas das mulheres do campus e da comunidade local, além de mobilização frente aos ataques projetados às iniciativas de conscientização protagonizadas por professoras da FAFIDAM, das escolas de educação básica, e dos ataques ao Assentamento Zé Maria do Tomé que, dentre outros aspectos, tem forte implicação de gênero em sua organização política e produtiva. Concretizou-se no REVIF o apelo geral de que "#ninguém solta a mão de ninguém".

Nessa perspectiva, a memória do evento registra a capacidade que adquiriu em aglutinar diferentes pautas de lutas. Inicialmente, em 2017, além das três professoras, o evento contou com participação da pescadora profissional Sidnéa Lusia e com ela problematizamos a masculinização dominadora na profissão da pesca. Em 2018 abrimos um espaço para a Literatura Feminina, sobretudo de escritoras negras. Em 2019 alargamos as temáticas e assumimos uma perspectiva mais aglutinadora, trazendo para junto as mulheres do grupo "Mãos Que Criam" e o "Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe – as Girassóis".

Nessa ocasião, os grupos mencionados também passaram a compreender que o REVIF era (e é) o espaço de todos os movimentos de mulheres da região. Em 2020, chegaram as mulheres do "Movimento de mulheres do Vale do Jaguaribe" e mulheres do "Partido Socialismo e Liberdade" (PSOL). Em 2021, o evento foi integralmente virtual e se propôs a discutir as temáticas do ecofeminismo, em interlocução com as

denúncias sobre as violências contra mulheres cis e trans, quando, efetivamente, chegaram as professoras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Após a avaliação do 5º REVIF, o grupo decidiu criar um espaço virtual na plataforma da rede social Instagram, com o objetivo de denunciar, mobilizar e debater sobre temas de maior relevância social que afetam as mulheres cis e trans. Iniciado no segundo semestre de 2021, o espaço deu voz às mulheres trans, em razão do aumento de mortes desse grupo em todo o Brasil, particularmente no Nordeste.

Os conhecimentos e ideias feministas funcionam como esteios para todas as mulheres do grupo que epistemologicamente assumem uma perspectiva interseccional e pós-colonial. As práticas assumidas vêm alimentando uma solidariedade e um espírito de comunidade e pertencimento entre as mulheres do Vale do Jaguaribe. Paralelamente, os debates que ocorreram nas várias edições do REVIF contribuíram para uma maior expressividade da temática no ambiente do ensino superior, proporcionando uma formação não contemplada no currículo oficial, mesmo em cursos majoritariamente de mulheres, como Letras e Pedagogia.

Uma das ideias-força do evento é não se deter em debates teóricos acadêmicos, mas efetivar um diálogo entre estes e as ações feministas dos Movimentos de Mulheres na região. O exercício de ampliar e flexibilizar debates não busca consenso, mas diálogo, que tem possibilitado uma ressignificação do exercício de poder, da escuta e da fala, e do ensinar e aprender com as outras.

Referências

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Tradução B. Marcelo. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LAMPRON, Eve-Marie. Pour une pédagogie féministe de l'enseignement des méthodologies (féministes), **Recherches féministes**, 29, 1, p. 169-178, 2016.

MACEDO, E. **Pedagogia Freiriana e Pedagogias Feministas**: (Des)Encontros e Diálogos (Im)Possíveis? Revista Ideação, 23(1), p. 202-222, 2021.

MATOS, M. **Pedagogias feministas decoloniais**: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2018.

SARDEMBERG, C. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. **Revista Ensino e Gênero: perspectivas transversais**, pp. 17-32, 2011.

SOLAR, C. **Pédagogie et équité.** Montréal: Logiques, 1998.

SOLAR, C. Les femmes et l'université: une conquête inachevée, dans Pierre Chénard et autres (dir.), L'accessibilité aux études postsecondaires: un projet inachevé. Québec, **Presses universitaires du Québec**, p. 227-243, 2013.

SOLAR, C. La Toile de l'équité et le débat. Activités de formation pour l'égalité des sexes. **Revue GEF** (3), p. 24-41, 2019. Disponível em: https://revuegef.org. Acesso em: 05 nov. 2021.

35

É possível uma educação que previna a violência para nossas meninas?

Ingrid Nascimento Euclides [1]

A educação tem o potencial para modificar estruturas como racismo, machismo, LGBTQIA+fobia e outras formas de discriminação, pensando nisso, este ensaio tem como objetivo explorar as potencialidades da educação para a prevenção à violência, principalmente para meninas.

Durante a pandemia de Covid-19 afetou diversos setores no mundo todo, as consequências se mostram na economia, saúde, educação e nas próprias relações interpessoais, observado com o aumento de denúncias de casos de violência doméstica durante este período.

Focando no campo da educação, o recorte de gênero fica evidente ao analisar a evasão escolar decorrente da pandemia. As meninas que evadiram têm se dedicado mais aos cuidados domésticos, seja cuidando de casa ou de seus familiares. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) contínua, 11,5% das meninas que evadiram da escola durante esse período, o fizeram por esse motivo. A outra razão que leva as meninas a abandonarem seus estudos é a gravidez precoce. Além disso, há uma dificuldade de acompanhar o conteúdo e realizar essas duplas jornadas, com afazeres domésticos ou cuidando de seus filhos, pais ou avós.

1 Bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, mestranda no programa de pós-graduação Educação e Saúde na Infância e Adolescência na Universidade Federal de São Paulo. Bolsista CAPES- DS. contato: ingrid.euclides@gmail.com

Este fenômeno ocorreu diante de uma sociedade patriarcal que coloca mulheres no papel de submissão e serventia, sendo considerado “natural” o cuidado do lar, da mesma forma que a violência sofrida é culpa da vítima, dentro deste contexto é necessário se questionar se essa educação vigente pode modificar e ser um meio de mudança na formação, podendo prevenir casos de violência, tornando-se relevante investigar estas potencialidades.

Foi realizada uma revisão integrativa de literatura sobre o tema, com o intuito de ser mais abrangente. As palavras-chaves utilizadas nos buscadores de pesquisa foram: “adolescentes”; ” mulheres”; ” violência”, “educação”. Não foi especificado um período ao certo para esta pesquisa, que se encontra em estado inicial, se configurando mais como um ensaio, podendo ser aprofundado futuramente.

Para fundamentar a opinião diante da temática, foram utilizadas autoras que trabalham com a questão de gênero, patriarcado, educação e violências.

O direito à Educação está previsto na Convenção sobre direitos da Criança, documento ratificado em diversos países inclusive o Brasil, onde com mudanças de concepção sobre a infância ampliou-se até a adolescência. O documento prevê que a educação aconteça em um ambiente seguro e de paz, com condições para que o espaço possa ter uma questão de inclusão, respeito à diversidade cultural e religiosa de crianças e adolescentes e suas famílias, nos quais também sejam aplicados princípios básicos de saúde, com a intenção de que se sintam protegidos e seguros, para que sua saúde físico, mental, espiritual, moral ou social não seja afetada (UNICEF, 2019)

As parcerias com instituições educacionais e saúde são importantes para poder articular ações para tratar de diversos temas. Existem limitações de como definir e executar estas ações, por parte das escolas, pela necessidade de estabelecer vínculos formativos considerando a

formação de educadores e demais funcionários envolvidos, que se faça parte do currículo, com intervenções pedagógicas eficazes, principalmente neste caso de prevenção à violência, onde se tem estigmas sociais que prejudicam na divulgação das informações (MORAES e VITALLE, 2021)

A UNESCO (2019) revisou suas orientações técnicas de como trabalhar educação para sexualidade nas escolas e incluiu o tópico de violência e garantia de direitos, que propõe objetivos de aprendizagem dos 5 até 18 anos e mais, trabalhando em blocos como identificar casos e procurar auxilio.

> O fomento de medidas de prevenção no intuito de aumentar o comportamento de ajuda, tanto no sentido de buscar apoio quanto no de oferecer auxílio nesses contextos, requer, segundo Soares et al. (2013), mudanças na forma de se pensar o sistema de atenção à saúde quanto à prevenção à violência e promoção de saúde com vistas o desenvolvimento de relações saudáveis. (SANTOS e MURTA, 2016, p 760).

Santos e Murta (2016) destacam a importância de capacitar crianças e adolescentes com ferramentas e confiança para tomar decisões diante de casos de violência, sabendo distinguir o que é saudável ou não, promovendo relações saudáveis, que os educadores de pares sejam encorajadores destes comportamentos, que além de altamente benéfico, evidencia a eficácia de que a educação pode ser uma estratégia de prevenção à violência é um campo a ser explorado. A educação pode prevenir a violência? Principalmente para nossas meninas? Ao que tudo indica nesta etapa inicial de pesquisa, existem potencialidades para que ocorra no plano teórico, uma vez que as propostas de diversas instituições deslocam seu olhar para que a vítima tenha auxilio, trabalhando a temática desde a infância até início da vida adulta, o que indica sinais de que já houve uma mudança e reconhecimento das questões de gênero.

Vivemos numa sociedade capitalista e patriarcal, em um momento no qual o Brasil encontra-se em um mar de conservadores, principalmente por causa do governo vigente, o que torna esta pesquisa importante para a posteridade, por evidenciar que existem políticas públicas e acordos internacionais que buscam a prevenção para as meninas, que não foram cumpridas.

Referências

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA). Contínua. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdfU

MORAES, Silvia Piedade de VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Educação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos na adolescência [livro eletrônico] – Maringá, PR: Uniedusul, 2021. Acesso em out de 2021. Disponível em <https://www.uniedusul.com.br/publicacao/educacao-em-saude-e-direitos-sexuais-e-reprodutivos-na-adolescencia/>

Santos, Karine Brito dos e Murta, Sheila Giardini Influência dos Pares e Educação por Pares na Prevenção à Violência no Namoro. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2016, v. 36, n. 4 [. Acessado 9 novembros 2021], pp. 787-800. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000272014>. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/1982-3703000272014

UNESCO, Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: abordagem baseada em evidências. 2ª edição revisada. -- Brasília: 2019. 148 p., il

UNICEF BRASIL, Cidade Aprendiz. A Educação que protege contra a violência. Julho de 2019. Disponível <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-que-protege-contra-violencia>.

36

Mulheres e violência: reflexões sobre a cultura do estupro no Brasil

Joyce Cristina Farias de Amorim [1]

No que diz respeito às mulheres, como a cultura do estupro molda a criação, o comportamento e/ou define a forma como são vistas na sociedade brasileira? E de que forma o feminismo contribuiu e/ou vem contribuindo para o combate à violência de gênero?

O principal objetivo deste trabalho é promover reflexões e colocar no centro dos debates, nos mais diferentes meios, a cultura do estupro no Brasil a partir do livro "Abuso" da jornalista e escritora Ana Paula Araújo. O presente estudo se constitui por meio da leitura e análise do livro de Araújo com base nos pressupostos de Heleieth Saffioti (2015) sobre Gênero, patriarcado e violência e nos pressupostos de Lélia Gonzalez (2020), com base no livro Por um feminismo afro-latino-americano.

De acordo com Ana Paula Araújo (2020) "o estupro é um dos crimes mais recorrentes no Brasil e, mesmo assim, é pouco denunciado, não há estatísticas confiáveis e o tema ainda é considerado um tabu". E considerando que até hoje, mesmo com o surgimento de leis de proteção à mulher, a legislação apresenta muitas falhas durante a sua execução, e dessa forma acaba muitas das vezes permitindo a impunidade dos abusadores/agressores e, consequentemente, reforçando o olhar de

[1] Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC-UNAMA). Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem do Inglês como Língua Estrangeira (UNAMA). Especialização em Docência em Libras (ESAMAZ). Especialização em Educação e Novas tecnologias (UNINTER). Lic. em Letras hab. Português/Inglês (UNAMA). Lic. Letras Espanhol (UNAMA). Docente efetiva de Língua Inglesa da SEDUC -PA, atualmente lecionando na EEEM Inácio Moura do município de Sto. Antonio do Tauá-PA.

preconceito enraizado na sociedade em relação às vítimas, o que contribui para que muitas delas silenciem. Além disso, é importante considerar que os agressores/abusadores "agem independentemente de lugar, classe social, roupa, circunstância ou horário e que, enquanto esse não for um crime discutido e combatido, jamais as mulheres terão seus direitos garantidos" (ARAÚJO, 2020). Dessa forma o presente trabalho contribui para essa discussão com o intuito de chamar a atenção para essa questão.

O presente trabalho se constitui como uma pesquisa de caráter bibliográfico que se constrói em torno da temática da cultura do estupro no Brasil apresentada por meio das narrativas que constitui o livro Abuso de Ana Paula Araújo. O livro foi analisado à luz das perspectivas de gênero, patriarcado e violência de Heleieth Saffioti e com base nos estudos de Lélia Gonzalez sobre a mulher negra organizados no livro Por um feminismo afro-latino-americano, situando a presente discussão na ideia de que a violência afeta de forma diferente mulheres brancas e negras.

Em termos gerais, a cultura do estupro é visto sob o aspecto da banalidade e da normalidade pela sociedade, sociedade esta que de certo modo compactua e incita essa cultura sob as mais diferentes formas e situações. E "apesar dos avanços legais em torno dessa questão, a violência contra a mulher ainda é uma realidade, o que se agrava ainda mais quando se trata das camadas mais empobrecidas" (SAFFIOTI, 2015).

No entanto a cultura do estupro faz parte de um sistema ainda maior, o patriarcado. "A violência contra mulheres é uma prática antiga e muito presente" (SAFFIOTI, 2015) nos dias de hoje. De acordo com uma pesquisada apresentada por Saffioti (2015, pág. 20) entre 1988 e 1992, a teórica afirma, sobre as vítimas de abuso sexual, que a esmagadora maioria são 90% mulheres e que os agressores sexuais são homens, aproximadamente entre 97% e 99% . E entre estes estão os pais biológicos, em segundo lugar padrastos, seguidos de avós, tios e primos

(SAFFIOTI, 2015, pág. 20-21). De certa forma, mostra que a maioria dos abusadores são homens que têm alguma proximidade com as vítimas.

Antes de mais nada, faz-se necessário dizer que o sistema patriarcal consiste na estrutura do pensamento que se baseia na dominação masculina sobre as mulheres. Inclusive se baseia na crença de que a mulher é objeto de propriedade e de prazer do homem. O que de certa forma esse pensamento acaba que sendo usado para validar e justificar toda e qualquer violência contra a mulher, em especial o estupro.

No livro Abuso, Ana Paula Araújo analisa diversos casos ocorridos em várias partes do Brasil, e mostra ao longo de sua análise o quanto o estupro está enraizado nos alicerces machistas e patriarcais da formação da sociedade, historicamente. A jornalista e escritora apresenta dados atuais e levanta alguns questionamentos sobre as falhas na execução das leis existentes e sobre as violências institucionais que ass vítimas sofrem quando tentam buscar ajuda e/ou justiça.

É notório que mesmo que o abuso ocorra com muita frequência, as denúncias não ocorrem com a mesma quantidade, seja por medo, sensação de injustiça sempre, entre outros fatores, mas ao se pensar e discutir quem são essas vítimas, é muito importante e necessário também refletir o que diz Lélia Gonzalez (2020, pág.) quando diz que o racismo articulado ao sexismo “produz efeitos violentos (ainda maiores) sobre a mulher negra em particular”, isso falando das mais diferentes formas de violência, mas é possível refletir sobre o silenciamento de mulheres negras que são assediadas e/ou estupradas, por exemplo, no contexto do trabalho doméstico, trabalho ao qual muitas dessas mulheres foram relegadas ou ainda em outros contextos.

Em suma, é importante, necessário e urgente discutir sobre o tema, sobre as mais diferentes óticas, como por exemplo, identificar quem são essas mulheres vítimas, considerando que não se pode universalizar esse

sujeito, bem como analisar a forma como a legislação e o poder executor (não) garante proteção e/ou justiça a todas, considerando o prisma da interseccionalidade. Por isso a importância dos movimentos e dos estudos feministas e suas mais diferentes vertentes, que lutam a partir de suas causas particulares e/ou coletivas, principalmente no que diz respeito à garantia de direitos.

O debate sobre as mais diferentes formas de violência no Brasil se faz necessário e cada vez mais urgente, e mais específicamente o crime de estupro, a considerar que é prática antiga, foi naturaliado socialmente, e muita das vezes se culpabiliza a vítima e na grande maioria os abusadores ficam impune. A discussão sobre tal temática tem se ampliado devido a mobilização e a força dos movimentos sociais pela luta dos direitos humanos e, especialmente, a mobilização feminista que vem ganhando cada vez mais espaço e força.

Referências

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso**: A cultura do estupro no Brasil. Ed. Globolivros, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** Ed. expressão popular, 2015.

37

As marcas do patriarcado na universidade: contribuições das estudantes feministas para pensar a universidade

Camila Tomazzoni Marcarini [1]

Este trabalho é fruto de pesquisa realizada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu objetivo foi identificar as contribuições das estudantes feministas para pensar a universidade e a formação humana, a partir da experiência dos espaços de auto-organização. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com as Diretoras de Mulheres da União Nacional de Estudantes (UNE), no período de 2003 a 2015, e a análise das cartas dos Encontros de Mulheres Estudantes (EMEs) que ocorreram no mesmo período. Neste resumo apresento um recorte da pesquisa: **as marcas do patriarcado na universidade**. Trata-se de uma das unidades de sentido que emergiram das entrevistas com as diretoras e das cartas dos EMEs, a partir das contribuições metodológicas de Minayo (2012). Uma importante contribuição para pensar o patriarcado foi de Saffioti (2015). Segundo ela: "A dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado" (SAFFIOTI, 2015, p. 146).

A **primeira marca** trata do tema da violência contra a mulher no espaço da universidade que se manifesta nas salas de aula, laboratórios,

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

trotes/calouradas, casas do estudante. Um exemplo dessa realidade foi a criação em 2015 da Comissão Provisória de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa de São Paulo com o objetivo de debater os inúmeros casos de violações de direitos humanos nas universidades paulistas. As estudantes denunciam a negligência e impunidade das universidades, assim como a ausência de protocolos e punições diante das denúncias. As estudantes acabam por ser as responsáveis por acolher e acompanhar as estudantes vítimas de violência, assim como orientá-las sobre seus direitos. Na fala de uma das diretoras esse aspecto fica evidente a partir da denúncia de violência sexual em uma festa estudantil que ocorreu na universidade: “Teve o caso de uma menina de Juiz de Fora [...] Eu sentei e chorei, aí respirei... cobrar a universidade, fazer os processos, ajudar as meninas. Uma menina super novinha [...] tinha sido abusada por seis caras”.

A **segunda marca** é o racismo que se associa à violência patriarcal. As manifestações do racismo nas universidades ocorrem de diferentes formas, desde a ausência de mulheres negras como professoras, pesquisadoras, gestoras, nos referenciais teóricos estudados, até as ações racistas explícitas. Segundo Chauí (2005) a universidade pública carrega consigo o passado autoritário e escravagista. Na UFRGS, em 2007, nos dias que antecederam a votação da política de cotas, frases racistas como "Negros só se for na cozinha do restaurante universitário" ou "Voltem pra senzala, cotas não" foram pichadas nos arredores da universidade e do restaurante universitário. Se o racismo atinge negros e negras, sobre a vida das mulheres ele é duplamente perverso. Como lembra Gonzalez (2000, p. 160) “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. ”

A **terceira marca** é a invisibilidade da contribuição intelectual e do protagonismo histórico das mulheres. Nas cartas e entrevistas as estudantes refletem sobre os limites da ciência moderna androcêntrica que subestima e invisibiliza as contribuições das mulheres em distintas áreas do conhecimento. Segundo elas: "A universidade continua tratando a nós, mulheres, como seres invisíveis à ciência, o que ajuda a manter as relações de poder na sociedade" (Carta 3º EME). A invisibilidade das mulheres na história, na construção do conhecimento, nos referenciais teóricos dialoga com o Perrot (2009) afirma ser uma espécie de esquecimento intencional das mulheres e que contribuiu para perpetuação desigualdades nos espaços de construção do conhecimento.

A **quarta marca** trata da sub-representação das mulheres nos espaços de decisão e gestão da universidade. As estudantes denunciam a realidade de desigualdades nos espaços de poder da universidade e a relacionam com a divisão sexual do trabalho que naturaliza as mulheres como responsáveis pelas casas, filhos, idosos, impactando suas trajetórias acadêmicas como estudantes, professoras, pesquisadoras, gestoras. Como lembrou uma das diretoras: "Por exemplo, a USP, minha universidade, em 70 anos nunca tinha tido uma mulher [...] o clássico debate da presença, da participação políticas das mulheres é o mesmo debate transposto para as estruturas de poder da universidade". No caso das mulheres negras a sub-representação é ainda maior. Collins (2015) contribui para pensar o racismo institucional que se expressa por exemplo na pouca representação política das mulheres negras. Um exemplo é que no Brasil apenas em 2013 tivemos a primeira reitora mulher negra, Nilma Lino Gomes, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

As estudantes provocam questionamentos e brechas que desnaturalizam o patriarcado no espaço da universidade, articulando-o ao racismo e ao capitalismo. Refletir a partir da categoria do patriarcado

auxilia a compreender a luta histórica das mulheres bem como desvelar a trama que se constrói para sua perpetuação nas diferentes instituições sociais.

Referências

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COLLINS, COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015. 96 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4).

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávio (org.); LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: Ciência e Saúde Coletiva, Ciênc. saúde coletiva vol.17 no.3 Rio de Janeiro. mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 02 nov. 2019.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução Angela M. S. Côrrrea. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CARTA DAS MULHERES ESTUDANTES BRASILEIRAS. Carta do 3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. Belo Horizonte, 03 de maio de 2009.

38

Tecendo o cuidado: acolhimento às mulheres em situação de violência em um Hospital Regional de Pernambuco

Janaina Caroline Cavalcanti da Silva [1]
Camila Marques Beserra [2]
Daniela Romeiro Souto Lima [3]

A violência contra a mulher é apontada como um fenômeno persistente, multiforme, de várias tipologias e diversas naturezas. Considerada como a expressão de uma cultura patriarcal e machista, revela desigualdades entre homens e mulheres na sociedade contemporânea. É considerada uma epidemia global de saúde e uma das violações de direitos humanos mais praticadas e menos reconhecida no mundo.

Estima-se que aproximadamente uma a cada três mulheres em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou terceiros durante toda a vida. Dentre os setores da administração pública que recebem as mulheres em situação de violência, o setor de saúde é considerado como a maior porta de entrada destas mulheres. Os agravos à saúde, causados pela violência contra a mulher são queixas frequentes nos serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, e raramente são reconhecidos e abordados como tal. Nesse contexto, a equipe de saúde tem papel importante na visibilização do atendimento dessas mulheres. Diante

1 Psicóloga. Especialista em Atenção Hospitalar com Ênfase em Gestão do Cuidado. janaina.cavalcantisilva@gmail.com.

2 Psicóloga. Mestre em Saúde Mental. Hospital Regional Dom Moura (HRDM). Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA). danielaromeiroas@gmail.com.

3 Psicóloga. Especialista em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial. Especialista em Atenção à Saúde. Hospital Regional Dom Moura (HRDM). Universidade Federal de Alagoas (UFAL). camilacmb26@hotmail.com.

disso, a referida pesquisa convida a olhar para o cuidado à mulher em situação de violência a partir da seguinte pergunta norteadora: Como é realizado o acolhimento a mulher em situação de violência em um hospital regional?

Diante deste cenário, esse estudo propõe-se a contribuir com os modos de cuidado da equipe multiprofissional em saúde através da elaboração de um protocolo de atendimento às mulheres em situação de violência e da promoção de espaços de reflexão onde sejam coletivamente produzidas novas formas de cuidado destinadas a essas usuárias. Além disso, esse estudo objetivou identificar como é realizado o atendimento as mulheres em situação de violência na instituição hospitalar e integrar o serviço hospitalar com a rede de enfrentamento a violência contra a mulher através de parceria com o município.

Buscando respeitar os preceitos éticos envolvidos em pesquisa com seres humanos, esse estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa, sendo aprovado sob Parecer nº 4.368.706. Utilizou-se a metodologia de pesquisa-ação e de abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como público alvo a equipe multiprofissional de um Hospital Regional no Agreste de Pernambuco. Os dados coletados foram analisados à luz da perspectiva de análise de Conteúdo de Bardin. O estudo foi realizado em oito etapas.

Participaram da coleta de dados 60 profissionais do setor escolhido respondendo o questionário on-line através do ambiente virtual Google Forms®. Ressalta-se aqui que os dados quantitativos foram analisados levando em consideração a diferente compreensão da violência de gênero entre homens e mulheres. Foram considerados na análise quantitativa os 5 itens a seguir: 1) participantes por cargo na instituição hospitalar; 2) participantes que reconhecem os tipos de violência praticados contra às mulheres; 3) participantes que realizaram atendimento a mulheres em

situação de violência; 4) participantes que conhecem alguma mulher que sofre ou sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar, 5) participantes que vivenciaram discussões acerca do tema violência contra a mulher durante a formação profissional. Os resultados qualitativos obtidos com a realização da pesquisa construíram-se quatro categorias, fundamentadas na Análise de Conteúdo: 1. "A compreensão do conceito de violência contra a mulher"; 2. "Dificuldades no atendimento às usuárias em situação de violência"; 3. "Dispositivos da rede para encaminhamento" e 4. "A importância de um protocolo para o acolhimento às usuárias em situação de violência".

A partir da fala dos profissionais de saúde, evidencia-se a necessidade de uma compreensão mais ampla e aprofundada da violência contra à mulher. Ressalta-se que compreender a questão da violência contra às mulheres é importante para que os profissionais de saúde possam romper com lógicas tradicionais, trabalhando com uma nova concepção que incorpore não apenas as necessidades imediatas das mulheres, o risco eminente ou potencial, mas o histórico dessa violência e todas as dúvidas e incertezas que possam apresentar no percurso que realizem em busca de ajuda.

Nesse contexto, a equipe de saúde pode ter papel importante na visibilização do atendimento dessas mulheres. Ressalta-se que, em muitos casos, esta é uma das únicas oportunidades que elas têm para romper o silêncio que envolve as situações de violência, em especial a perpetrada por parceiro íntimo. No que se refere as dificuldades encontradas no atendimento às usuárias em situação de violência, ressalta-se a partir dos discursos, principalmente, as características da falta de preparo da equipe multiprofissional e a ausência de capacitações na temática.

Os profissionais de saúde formulam um discurso ambivalente em relação às intervenções sobre violência de gênero. Eles reconhecem a

importância do acolhimento as mulheres em situação de violência, conhecem a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, porém não se sentem capacitados para atender os casos. Por não se sentirem capazes e preparados em prestar atenção integral às mulheres em situação de violência, limitam-se a tratar as lesões físicas e a referi-las ao setor policial. Ressalta-se que a oferta de atendimento humanizado às mulheres que passaram por situações de violência nos serviços de saúde ainda é um desafio em todos os níveis de atenção.

Pensando nos objetivos propostos para esse estudo, percebe-se que foi possível proporcionar aos profissionais de saúde subsídios que contribuem com sua atuação, a partir do produto gerado com essa intervenção, como o protocolo. Além disso, foi possível construir espaços de integração entre os diferentes dispositivos da rede de enfrentamento a violência contra a mulher, a partir de reuniões e parcerias firmadas com as instituições. Evidencia-se, no entanto, a importância de construir espaços de reflexão e de Educação Permanente em Saúde voltada para o cuidado da mulher em situação de violência, a partir de capacitações, que se constituem como estratégias na transformação da práxis do cuidado.

Por fim, entende-se que ações de Educação Permanente em Saúde são essenciais na construção de um cuidado humanizado e integral a mulher em situação de violência.

39

A mulher e a violência legitimada pela religião

Daiane Martins Batista [1]
Sandra Morais Ribeiro dos Santos [2]

A violência contra a mulher continua a ser um assunto recorrente. Não é uma característica das sociedades moderna ou contemporânea, desde os primórdios até nossos dias pode-se identificar inúmeros registros de comportamentos violentos contra as mulheres, muitos legitimados por uma religião. Inúmeras histórias podem ser encontradas nos textos sagrados religiosos corroborando a violência. (RAKOCZY, 2004). Assim, neste ensaio buscou-se identificar se a religião legitimiza a violência sofrida pela mulher. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos, com o objetivo de conhecer estudos que já foram realizados acerca desta temática.

Os dados da Organização Mundial da Saúde revelam que 30% das mulheres do mundo são agredidas fisicamente ou sexualmente pelo seu parceiro íntimo. Mundialmente, são 736 milhões de mulheres e meninas submetidas a algum tipo de violência sexual ou física. Uma em cada 4 mulheres tem entre 15 e 24 anos. (World Health Organization, 2021). Uma pesquisa realizada pela teóloga Valéria Vilhena revelou que 40% das

1 Mestranda em Educação pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Especialização em Metodologia do Ensino Religioso, Docência em Educação a Distância e Políticas Educacionais. Bacharel em Comunicação Social e Teologia. Licenciada em Letras-Português e Pedagogia. daianemartinsbatista78@gmail.com.

2 Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR). Doutorado em Teologia em andamento pela PUC PR. Especialização em Docência no Ensino Superior, Docência em Educação a Distância e em História das Religiões. Bacharel em Teologia pela Universidade Leonardo da Vinci (SC) e Licenciatura em Pedagogia e Filosofia pelo Centro Universitário Internacional Uninter. kaluribeiro@gmail.com.

mulheres que se declararam vítimas de agressões físicas e verbais de seus maridos são evangélicas.

Nas religiões podem ser encontrados inúmeros relatos e exemplos de atitudes fundamentalistas ou justificadoras de violência. O próprio cristianismo no seu processo de disseminação ao longo dos séculos foi marcado por inúmeros atos violentos e ações intolerantes e discriminatórias. Tais fatores constituem-se no principal desafio das religiões na sociedade hodierna, marcada pela eclosão de diversidades. Recorre-se a Deus, aos livros sagrados, a religião para legitimar e justificar violações dos direitos humanos através de atitudes de exclusão e discriminação.

No Brasil, especificamente atos violentos em nome de uma determinada religião ainda são perpetrados. Através deste ensaio pretende-se uma reflexão sobre algumas destas questões relacionadas especificamente às questões de gênero, numa proposta de releitura que gere espiritualidades e práticas emancipatórias em direção a um Deus que propaga o amor, dentro de uma perspectiva ecumênica e inter-religiosa. As grandes religiões mundiais – cristianismo, islã e o judaísmo, ensinam paz e construção de paz, mas é comum observar-se atos violentos ocorrendo, tanto em ambientes públicos como também particulares.

Os ensinamentos de Jesus são pacificadores, de cuidado e preocupação para com o outro, de valoração do ser humano. Entretanto é possível notar como o patriarcalismo penetra a sociedade ainda em nossos dias, reforçando comportamentos misóginos. Dentro desta perspectiva, todas as mulheres são inferiores aos homens devendo por isso mesmo ser subservientes. Religião, violência e patriarcado estão entrelaçados e, como afirma René Girard, violência e religião são inseparáveis na medida em que perpetuam comportamentos. Inclusive, nos relatos escriturísticos a violência contra as mulheres pode ser observada através de narrativas

descritivas de comportamentos violentos, tendo como base a situação de subserviência da mulher.

É na esfera familiar, no ambiente doméstico, que o patriarcado exerce um poder violento, quando por meio do controle social impõe a superioridade masculina em detrimento à fragilidade feminina, restringindo oportunidades de educação, com controle econômico, acusações, humilhações, etc. Neste processo, a religião é utilizada para legitimar a violência contra a mulher, violando a dignidade humana, numa defesa da opressão em nome de Deus, e infelizmente de forma passiva, o que acaba reforçando ainda mais tais comportamentos sociais, num processo mimético como afirma Girard. (RAKOCZY, 2004)

O Jesus dos evangelhos precisa ser resgatado, seus atos de tolerância, de valorização, de amor e compaixão com homens e mulheres, numa comunidade de discípulos que juntos compartilhavam o pão da comunhão, ou em suas palavras – "Bem-aventurados os pacificadores", ou ainda "amar a teu próximo como a ti mesmo". Tais palavras são desafios ao patriarcalismo, à quebra de paradigmas cristalizados ao longo dos anos, na medida que as Boas Novas resgatam a dignidade da mulher como filha de Deus e digna.

Ao realizarmos uma análise aprofundada das Escrituras, percebe-se inúmeras falhas na interpretação de textos que são utilizados como base para propor a submissão cega da mulher em relação ao homem. Mas, trata-se principalmente de um posicionamento humano, do homem em relação a mulher. Pensamento fortalecido durante a Patrística, pelos Pais da Igreja. Acerca do posicionamento das religiões segundo Mary Grey citada por Toldy, num texto sobre a relação entre religião e violência contra as mulheres (1997: 504), "[...] o facto de as mesmas se recusarem a evidenciar a ligação existente entre as suas autoridades masculinas e o

abuso de poder, assim como a violência contra mulheres e crianças, constitui um erro crasso".

Essa dominação masculina sobre as mulheres que é reforçada em algumas religiões, oculta a violência em relação as mulheres, já que o homem se sente no direito e a mulher, sem reconhecimento correto da sua identidade, submete-se à violência. Entretanto, ao observarmos a atitude de Jesus Cristo retratada nas Escrituras, percebe-se que ele não sustentou ou afirmou esse tipo de comportamento, pelo contrário, ao longo do seu ministério terreno ele procurou quebrar os paradigmas da época, tratando as mulheres com igualdade.

A violência contra a mulher ocorre principalmente devido a opressão exercida pelos homens em relação ao papel da mulher na sociedade. Durante muito tempo ficou escondida nos lares, sendo tratada como problema privado familiar. Paradoxalmente, isso ainda ocorre em pleno século XXI, algumas vezes por medo, outras por vergonha. Apesar de diversas leis serem direcionadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, fracas sanções legais ainda corroboram para que o quadro não mude. (BRABO, 2015).

São imprescindíveis intervenções educacionais que incluam discussões em escolas, universidades, ambientes religiosos, associações, etc. sobre a questão da igualdade de gêneros. A transformação desta realidade de legitimação da violência de gênero passa pela mudança de mentalidade e conscientização de que uma religião precisa revelar o rosto de amor de Deus e não ser um meio para denegrir e subjugar o ser humano (TOLDY, 2010). Qualquer ação que conduza ao respeito, à tolerância e à dignidade humana é uma ação divina, e isso precisa se refletir na sociedade e mais ainda na vida daqueles que apregoam uma crença religiosa.

Referências

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Mulheres, gênero e violência**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmcia, 2015.

Devastatingly pervasive: 1 in 3 women globally experience violence. World Health Organization Disponível em: https://www.who.int/news/item/09-03-2021-devastatingly-pervasive-1-in-3-women-globally-experience-violence. Acesso em: 13/03/2021.

RAKOCZY, Susan. Religion and violence: the suffering of women. **Agenda Feminist Media, Empodering Women for Gender Equity**, n. 61, Religion and Spirituality, 2004, p. 29-35. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4066596 .>. Acesso em 06 out. 2021.

Respect Women. Preventing violence against women. World Health Organization. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/312261/WHO-RHR-18.19-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13/03/2021.

TOLDY, Teresa Martinho. A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, jun. 2010, p. 171-183. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/3761>. Acesso em 06 out. 2021.

VILHENA, Cristina Valéria. **Um olhar de gênero sobre a trajetória de vida de Frida Maria Strandberg (1891 – 1940)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. São Paulo, 2016.

40

Políticas públicas e violências baseada no gênero: o enfrentamento à violência contra as mulheres no Distrito Federal [1]

Valéria Rondon Rossi [2]

A violência é um fenômeno social, complexo e multifatorial que afeta pessoas, famílias e toda a sociedade. Todavia, determinados grupos são mais vulneráveis a violências intra e extrafamiliar, tais como mulheres, idosos, adolescentes e crianças.

Em 25 de novembro de 2019, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres – data instituída pela Organização das Nações Unidas –, na capital federal do Brasil,[3], "O gramado da Esplanada dos Ministérios amanheceu com 1.206 cruzes fincadas na grama. [...] cada uma representa[ndo] uma vítima de feminicídio no país em 2018"[4].

O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades do Brasil. A realidade brasileira nos mostra, de acordo com os dados do 13°Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)[5], que a cada hora quatro meninas de até 13 anos são estupradas; 16 milhões de

1 O presente trabalho é proveniente de leituras realizadas pela autora no decorrer do curso de Especialização Projetos Sociais e Políticas Públicas do Centro Universitário Senac (2019-2020), e pelos estudos de gênero iniciados no Doutorado em curso em Psicologia na Universidade Católica de Brasília - UCB.

2 Psicóloga e Professora de Psicologia. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Católica de Brasília – UCB. Mestra em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2018). Especialista em Projetos Sociais e Políticas Públicas pelo Centro Universitário SENAC (2021); Especialista em Direito Sanitário pela FIOCRUZ (2014) e Especialista em Gestão em Saúde pela UNESP (2012).

3 No Distrito Federal está localizada a capital da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: http://www.df.gov.br/historia/. Acesso em: 25 nov. 2019.

4 Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/25/interna_cidadesdf,808904/df-registra-em-media-41-casos-de-violencia-contra-a-mulher-por-dia.shtml. Acesso em: 25 nov. 2019.

5 Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica. Acesso em: 03 out. 2019.

mulheres com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência física, psicológica ou sexual; a cada dois minutos uma mulher registra uma denúncia por violência doméstica; e que a violência sexual atinge principalmente as mulheres mais vulneráveis, geralmente agredidas em suas casas – por seus pais, padrastos, tios, vizinhos ou primos.

Desde 2006, no Brasil, a violência contra a mulher foi tipificada pela Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha[6], estabelecendo as formas da violência doméstica e familiar contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, bem como criando mecanismos para intimidar, prevenir e punir qualquer violência doméstica e familiar contra a mulher. A promulgação dessa lei impulsionou a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011). E, a partir de 2015, a Lei nº 13.104/2015[7]alterou o código penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado contra a mulher, o feminicídio.

Diante disso, é possível compreender a violência doméstica e familiar como sendo toda ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida.

Desse modo, o presente estudo buscou problematizar como o Distrito Federal (DF) está enfrentando o problema social da violência contra a mulher, temática de investigação, questionando: Como a política pública social de enfrentamento à violência contra as mulheres está sendo implementada no âmbito do atendimento às mulheres em situação de violência de gênero no DF?

6 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25 nov. 2019.

7 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 25 nov. 2019.

Por isso, interessou, como objetivo geral, analisar a implementação, especificamente pela Secretaria de Estado da Mulher, da política púbica de enfrentamento da violência contra as mulheres no âmbito da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero no DF[8].

Nesse sentido, ressalta-se que a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011).

Reconhecendo a perspectiva interdisciplinar de tal problemática, o presente estudo visou promover uma discussão teórico-crítica, por meio de uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivo descritivo. Para isso, foram realizadas pesquisas de caráter bibliográfico e documental, utilizadas para contextualizar as políticas em foco, dialogando com aspectos sociais e culturais naturalizados em nossa sociedade, destacando as contribuições dos Estudos Feministas para a ruptura com o paradigma androcêntrico de ciência, com base em Heleith Saffioti (2004; 2013), Mary Del Priore (1997) e Miriam Grossi (1993), entre outras.

Para a análise conjuntural, foram considerados os dados extraídos do sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do DF[9], cruzados com dados extraídos do sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Mulher[10], especificamente, do "Observatório da Mulher do DF"[11]. Tais dados

8 No Distrito Federal, está localizada a capital federal do Brasil, Brasília, bem como mais 31 regiões administrativas que compõem essa unidade federativa. Disponível em: http://www.df.gov.br/historia/. Acesso em mar. 2020.

9 A Secretaria de Segurança Pública do DF disponibiliza relatórios de análise dos crimes cometidos contra mulheres. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/violencia-contra-a-mulher/. Acesso em 20 mar. 2020.

10 Disponível em: http://www.mulher.df.gov.br/.Acesso em 20 mar. 2020.

11 O Observatório da Mulher regulamenta a Lei n.º 6292 de 23 de abril de 2019, que institui a Política Distrital para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, Observa Mulher-DF, cujo objetivo é "produzir

evidenciaram crescimento da violência doméstica contra a mulher nos últimos dez anos e uma ascensão crítica no ano de 2019, e demonstraram que os números[12] de casos de violência contra a mulher na capital do país são alarmantes não só pela frequência, mas também pela quantidade de ocorrências. Somente em 2019, foram registrados 16.549 casos de violação à Lei Maria da Penha e 33 mulheres vítimas de feminicídio, levando o DF a ocupar o 5º lugar entre as unidades da Federação com a maior taxa de feminicídios no Brasil.

Constata-se que o objeto do presente estudo compreende um fenômeno multideterminado e multifacetado como o da violência, sendo que as violências baseadas no gênero foram culturalmente naturalizadas dentro de um processo histórico de base patriarcal, configurando uma grave violação dos direitos de todas as mulheres. Observa-se que políticas voltadas para a eliminação da violência contra mulheres carecem de priorização por parte dos governos e isso fica evidente na análise ora realizada, com o olhar específico para o DF.

A violência de gênero urge ser problematizada como única forma de se atuar na prevenção do feminicídio contra as mulheres, para, então, ser possível efetivar a concretização da política pública na proteção e defesa da dignidade e igualdade de direitos e oportunidades para todas as mulheres. E o caminho pode estar na integração da prevenção da violência contra as mulheres com políticas sociais e educacionais, em prol da igualdade de gêneros e social.

conhecimento e publicar dados, estatísticas e mapas que revelem a situação e a evolução da violência contra a mulher no Distrito Federal e também estimular a participação social e a colaboração nas etapas de formulação, de execução e de monitoramento de políticas públicas efetivas e adequadas à realidade da mulher vítima de violência[...]". Disponível em: http://www.observatoriodamulher.df.gov.br/o-que-e/. Acesso em 20 out. 2020.

12 Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/violencia-contra-a-mulher/. Acesso em: 16 mar. 2020.

Referências

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

GROSSI, Miriam Pillar. **Enfoque de Gênero na História Social.** Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), RIO DE JANEIRO, v. 1, n.1, p. 215-216, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular: 2013.

41

A cultura do linchamento: o genocídio das mulheres negras no sistema patriarcal racista

Vivianne Caldas de Souza Dantas [1]
Maria Thárgilla Larissa Silva [2]

Este trabalho busca analisar o conto "Maria", de Conceição Evaristo (2016), enquanto veículo de denúncia do genocídio das mulheres negras no Brasil. Desde a época colonial, a população negra sofre com a exploração e a violência física e psicológica que perduram, constituindo-se em problemas, notadamente, para as mulheres, que enfrentam, além do racismo, o machismo.

A cultura de dominação do homem branco, autorizada e legitimada pelo estado e pela sociedade, alimenta o racismo, o sexismo e o machismo, presentes nas sociedades contemporâneas, que exploram, estupram e matam as mulheres negras no país.

Além disso, o modelo de sociedade capitalista, excludente e machista, intensifica a desigualdade racial e naturaliza a morte de homens e mulheres negros diariamente. Por isso, se faz importante ressaltar as contribuições do feminismo negro e dos movimentos sociais do povo negro, que resistem à opressão, e questionam a realidade vivenciada por

[1] Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Especialista em Língua Portuguesa e Matemática em uma Perspectiva Transdisciplinar pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, mestranda na área de Linguagens e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –UERN. E-mail: viviannecsd@gmail.com

[2] Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Pós-graduanda em Língua Portuguesa e Matemática em uma Perspectiva Transdisciplinar pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –UERN. E-mail: thargillalarissa@gmail.com

homens e mulheres de cor, mesmo depois de mais de quatrocentos anos de abolição da escravatura.

Isso posto, discutiremos, a partir do protagonismo da mulher negra, no conto *Maria,* de Conceição Evaristo, a realidade desigual e sofrida da personagem, sob a percepção feminista afro-latino-americana, de Lélia Gonzalez. Embasamo-nos, pois, nos estudos da "amefricanidade", de González (2011), a partir do conceito de "patriarcado capitalista", responsável pela "alienação", engendrada por políticas públicas, como as voltadas para o embranquecimento da população, e a ideologia e disseminação do "mito da democracia racial".

Dessa forma, a autora propõe o conceito de "racismo por omissão", de acordo com a qual analisaremos a permanência até os dias atuais da cultura do linchamento. Ribeiro (2017, p. 16) aponta o "alto índice de feminicídio de mulheres negras, partindo da constatação de que as mulheres negras ainda são maioria no trabalho doméstico e terceirizado, dentre tantos outros exemplos".

Ao trazer à tona a realidade da mulher negra e periférica, Conceição Evaristo propõe reflexões e discussões pertinentes sobre violência, exclusão e vulnerabilidade no conto e, consequentemente, na sociedade.

Metodologicamente, nosso estudo se encaixa no método qualitativo, de natureza bibliográfica, visto que dialogamos com a denúncia da voz feminina do conto, e interpretamos a realidade descrita, sobretudo, com base nos estudos feministas de autoras negras, sobre a vivência da mulher negra.

Tratando-se da análise do conto, é perceptível ver, nos discursos de Maria, a revolta, o medo e uma crítica à "necropolítica colonialista moderna, cruzando capitalismo, imperialismo ocidental e racismo estrutural" (AKOTIRENE, 2019, p. 31), responsável pela manutenção da violência contra a mulher negra. Portanto, "uma vez estabelecido, o mito

da superioridade branca que, colonizadamente, nos quer fazer crer que o Brasil é um país racialmente branco e europocêntrico, comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta" do povo negro (GONZALEZ, 2011, p.15).

No país, a violência ao povo negro prevalece pela permanência da supremacia branca em detrimento da negra, a exemplo notícia publicada no jornal El País (2014) "*E se ela fosse culpada?* ", que nos traz a fatídica história de Fabiane Maria de Jesus, mulher e mãe covardemente linchada e morta por pessoas que a confundiram, a partir de um retrato falado na internet, com uma sequestradora de crianças, caso ocorrido no Guarujá-SP.

A partir do conto e da referida notícia, preocupamo-nos em expor como a realidade de violência física contra mulheres tem se constituído em uma ação banal, sendo o restante da população omissa ao linchamento, assim como o Estado, que nada faz para mudar a realidade apresentada aqui. O "racismo por omissão" denunciado no conto de Evaristo se materializa pela falta de socorro à Maria que, assim como Fabiane, era inocente, reforçando a cultura do linchamento à mulher negra e a falta de intervenção do poder público.

Postulamos, ainda que a presença das mulheres negras na literatura, de forma autoral ou personificada, é uma resistência ao epistemicídio, assim como uma forma de intervir no combate à alienação, como bem ressalta Berth (2019, p. 114): "um resgate lento e gradual daquilo que fomos e que podemos retomar para continuar sendo". Através de nossos resultados e discussões propostas, compreendemos que o conto escolhido, assim como a notícia propõem uma forte denúncia à marginalização do povo negro, e à mulher, que mesmo hoje, ainda são respectivamente, escravos e vítimas de sua história, estando sujeitos a violências e extermínio.

Referências

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** – 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TONDO, Marlei Castro. **A violência contra as personagens femininas nos contos de Olhos d'Água da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo.** 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

E se ela fosse culpada? | Sociedade | EL PAÍS Brasil (elpais.com)

42

O direito de acesso a informação e a Lei Geral de Proteção de Dados das vítimas de violência doméstica

Semíramis Regina Moreira de Carvalho Macedo [1]
Tatiana Ribeiro de Campos Mello [2]

O presente trabalho visa abordar as políticas públicas relacionadas ao acesso a informação e aos dados pessoais das vítimas de violência doméstica. Através de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, buscará descrever de forma breve a aplicabilidade e a importância da Lei de acesso a informação e a Lei geral de proteção de dados nos casos que envolvam violência doméstica e família contra a mulher.

O acesso às informações públicas, principalmente relacionadas a políticas de enfrentamento a violência, é um direito garantido tanto no âmbito Internacional, na esfera dos direitos humanos, direitos estes protegidos por Tratados e Côrtes especializados, como na esfera nacional (MARTINS, 2019).

É direito de todos buscar, receber e difundir informações e ideias, principalmente informações que se encontram em posse do poder estatal. Obtendo assim o conhecimento necessário para que os cidadãos decidam sobre quais atitudes cotidianas devem tomar, formando com isso suas próprias convicções sociais (MARTINS, 2019). Assim é obrigação dos Estados garantir e proteger esse direito, através da adoção de leis específicas, assim como políticas públicas adequadas para esse setor.

1 Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes, advogada e professora universitária.

2 Pós Doutora em Saúde Pública pela UNICAMP, coordenadora do curso de odontologia e do programa de mestrado da Universidade de Mogi das Cruzes

Nessa mesma linha de obrigações, em 2011, o Brasil reconheceu a Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei 12.527/2011), conhecida como LAI. A promulgação dessa Lei consolida o sistema de transparência pública do país, estabelecendo aos órgãos públicos, de todas as esferas de governo, o dever de fornecer acesso à dados, documentos e outras informações solicitadas pela população (BRASIL, 2011).

Levando em conta os desafios apontados por Martins (2019), discute-se a aplicação da LAI aos direitos das mulheres. Para a autora, deve haver uma democratização no uso da LAI, principalmente a sua utilização pelas mulheres, que para ela "ainda há muito a se fazer, estão as informações importantíssimas as mulheres, informações como a participação social e política da mulher, as ações de promoção da igualdade, as políticas de combate à violência [...]" (MARTINS, 2019, p. 31).

De fundamental importância foi a adoção do acesso à informação pela Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), em 1979, no primeiro Tratado Internacional que dispõe de uma forma bem ampla sobre os direitos das mulheres, buscando assim, a implantação da promoção de igualdade de gênero e a repressão de qualquer forma de discriminação contra as mulheres nos Estados – parte. (MARTINS, 2019)

Outro avanço legislativo brasileiro foi a criação da Lei de Proteção de dados, Lei 13.709 de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, cujo objetivo é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL, 2018).

Indo além do que a lei se aplica na vida dos cidadãos, deve-se analisar uma questão em particular quanto a proteção de dados e a sua aplicabilidade na violência contra as mulheres. Deve-se dar atenção

especial aos funcionários que tratam dados pessoais de mulheres vítimas de violência, para que estes possam entender a extensão e a importância da LGPD (DOUETTES, 2021).

Segundo Douettes (2021), para se trabalhar com dados pessoais, deve-se conhecer sem conhecer a LGPD e sua aplicação nos vários seguimentos e se adequar a ela. Assim, existe uma extrema necessidade de conferir transparência à mulher, para a sua escolha nas instituições, acessando informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre o tratamento de seus dados pessoais.

Observa-se um cenário de um ciclo vicioso, onde primeiro as mulheres precisam de informações para uma participação maior e mais eficiente visando a modificação de políticas e práticas públicas que se apresentem como discriminatórias e ineficientes, que por muitas vezes ignoram os direitos e interesses das mulheres, enquanto, simultaneamente, a cultura discriminatória e violenta contra as mulheres cria obstáculos ao acesso as informações públicas. Para que esse direito seja amplamente garantido, é necessário que se quebre o ciclo vicioso, estando o acesso à informação como uma necessidade emergencial.

Ademais, para coleta de dados deve-se ater somente aos dados necessários, pertinentes, proporcionais e não excessivos, em definitiva, que sejam suficientes para atingir a finalidade desejada. O tratamento de dados pessoais deve ser realizado para finalidade legítima, específica, explícita e sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades, segundo art. 6º da LGPD deve-se observar a boa-fé, a adequação, o livre acesso, a qualidade dos dados, a transparência, segurança e não discriminação. Deve-se ainda verificar quais entidades podem compartilhar os dados e o cumprimento correto dos prazos de conservação de seus bancos de dados, sendo fundamental a

garantia pelas instituições do exercício dos direitos das mulheres titulares desses dados em todo o período de arquivamento (BRASIL, 2018).

O artigo 46 da LGPD trata da segurança da informação e exige que se tomem todas as "medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito" (BRASIL, 2018).

Aplicando a Vítima de violência doméstica, Douettes (2021), a finalidade do tratamento dos dados e análise das situações delicadas e excepcionais nas quais são coletados, pode-se afirmar que existem razões para que a segurança da informação seja um ponto capital para evitar a exposição da vítima.

A legislação brasileira se preocupou ao tratar do acesso a informação com as vítimas de violência doméstica, desde a segurança dos seus dados, até o acesso seguro por elas, para que essas informações facilitem a sua proteção e reestruturação. Entretanto se questiona o preparo de quem vai colher e manipular essas informações, que devem ser tratadas de forma delicada, tendo em vista as circunstâncias em que se encontram as vítimas e o impacto que a repercussão dessas informações pode causar na vida delas.

Referências

BRASIL. Lei 12.527/2011. Lei de acesso a informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

BRASIL, Lei 13.709/2018. Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm> acesso em: 03 nov. 2021.

CEDAW, Convenção sobre a Eliminação de Formas de Discriminação contra Mulher de 1979, disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-nternacionais/

Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/o%20que%20e%20CEDAW.pdf.> Acesso em 03 nov. 2021.

DOUETTES, Ludmila. O combate à violência contra mulheres na perspectiva da LGPD, 2021. disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-combate-a-violencia-contra-mulheres-na-perspectiva-da-lgpd-12032021#_ftn2. Acesso em: 03 nov. 2021.

MARTINS, Paula. Parte 1: 2 O acesso à informação pública sobrea a violência contra mulheres no Brasil. In: PASINATO, Wania; MACHADO, Bruno Amaral; AVILA, Thiago Pierobom (coor.). Políticas Públicas de Prevenção à Violência Contra a Mulher. SÃO PAULO, Fundação Escola, 2019.

43

"Corpo-mulher-negra em vivência": a violência contra a mulher em *Insubmissas lágrimas de mulheres* [1]

Luciane de Lima Paim [2]

Falar e escrever sobre a literatura de autoria feminina e mais ainda sobre a literatura de autoria feminina negra acabou tornando-se uma ferramenta de resistência e denúncia, já que se vive em tempos tão hostis. Nas narrativas de Conceição, algumas das personagens estão marcadas pela condição de subalternidade. São empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e mendigas. Mulheres marcadas pela baixa escolaridade e pela pobreza, sendo as principais vítimas de todos os tipos de violências existentes na sociedade.

Nesse contexto, o problema de pesquisa nasceu juntamente com o desejo de conhecer e aprender um pouco mais sobre as narrativas ficcionais que relatam os diversos tipos de violência contra as mulheres, além de obter conhecimento sobre como as obras são escritas por mulheres que representam essa realidade através da ficção e quais as violências são acometidas a essas personagens. Por isso, o objetivo desta pesquisa é identificar os tipos de violência que as personagens femininas sofrem na obra "Insubmissas Lágrimas de Mulheres" (2011), de Conceição Evaristo.

---

1 Esta pesquisa faz parte de um recorte da dissertação da autora, intitulada como "**Nunca vão nos calar: Um debate sobre a violência contra a mulher nos contos de Conceição Evaristo",** defendida em fevereiro de 2019. Disponível em: < Https://Repositorio.Ufsm.Br/Handle/1/20545>.

2 Autora, Mestra em Letras pelo programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda em Letras pelo programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: lucianeletras15@gmail.com

Assim, este tipo de estudo justifica-se devido ao aumento do número de feminicídios brasileiros, que têm ocorrido gradualmente, fato que a mídia tem explorado minimamente. São relatos de violência doméstica, violência sexual, assassinatos e mesmo com a sanção da Lei Maria da Penha a epidemia de violência contra a mulher parece só aumentar. E nessa onda de denúncias e exposição, a literatura entra como uma ferramenta de resistência e apelo, aproximando cada vez mais a ficção da realidade.

Nos treze contos analisados, são apresentadas as vivências de mães, idosas, jovens, homossexuais, heterossexuais, donas de casa e empregadas domésticas que contam suas lutas e suas conquistas através de uma narradora que consegue enxergar dentro da alma dessas mulheres. Assim, as análises das narrativas foram guiadas sob o viés bibliográfico. Metodologicamente, a obra teve os contos selecionados e divididos quanto às violências físicas, sexuais, patrimoniais e simbólicas.

Em busca de alcançar o objetivo geral através da análise dos contos, imergiu-se na leitura desses, a fim de absorver a forma primorosa com que a autora das narrativas apresenta a cultura afro-brasileira. Além do mais, cores, sabores, mitos, relações fraternais e história são elaborados através de uma linguagem totalmente "evaristiana", de onde a poesia surge como pano de fundo, regada de termos que se interrelacionam, compondo uma grande corrente que mais lembra o arco-íris, metáfora símbolo da aliança entre os personagens principais dos contos.

Os verbos, substantivos, adjetivos e advérbios foram concebidos com toda cautela, deixando a esteira textual cada vez mais rica, contando histórias do povo de origem africana que aportou no Brasil, para trabalhar na agricultura para os "senhores donos de tudo". A cultura afro-brasileira construída no enredo de Evaristo é peça fundamental e serve de suporte para as questões sociais que estão ali presentes. Principalmente, porque,

em sua "escrevivência", Conceição traz à tona os vínculos entre elementos africanos transculturados de seu povo e as condições sociais que são impostas a muitos negros brasileiros até hoje. Como diz Cuti, "a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação". A obra de Conceição Evaristo tem o objetivo claro de revelar a desigualdade velada da sociedade, de recuperar uma memória sofrida da população afro-brasileira em toda sua riqueza e sua potencialidade de ação.

Dessa forma, com base nas análises realizadas pode-se afirmar que as "escrevivências" de Conceição Evaristo retratam de modo muito evidente a presença da violência no contexto da mulher, em diferentes versões de vivência. Conceição apresenta personagens femininas que nem sempre são idealizadas ou representadas da maneira convencional. São mulheres que nem sempre têm atitudes que se espera de uma personagem feminina, visando a garantia de sua sobrevivência e de sua família. A literatura afro-brasileira de Evaristo é feita como um ato de luta, recusando o silêncio e confrontando a cultura dominante, que minimiza as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres.

Referências

ADEKOYA, Olumuyiwá A. Yorubá: **tradição oral e história**. São Paulo, Terceira Margem, 1999.

ADICHIE, C. N. **Sejamos Todas Feministas**. 1ª. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

ARAÚJO, B. **Conceição Evaristo: literatura e consciência negra.** Entrevista concedida com Blog Blogueiras Feministas, em 30 de set. de 2010. Disponível em: http://blogueirasfeministas.com/2011/11/conceicao-evaristo/. Acesso em 16 abri. de 2017.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. In: **Estudos Avançados** 17, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006>. Acesso em 25 de mai. 2018

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, J. "Sujeitos do sexo/gênero/desejo". In: **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: http://minhateca.com.br/Angela.Rojo/Galeria/ARTES/BUTLER*2c+Judith.+Problemas+de+Genero+1-2,15243929.pdf>. Acesso em 24 abr. 2017.

DUARTE, C. L. "Pequena história do feminismo no Brasil". In: CARDOSO, Ana Leal; GOMES, Carlos Magno. **Do imaginário às representações na literatura**. São Cristóvão: Ed UFS, 2007.

DUARTE, E. A (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. vol. 1, 2 e 3.

_____. "Entre Orfeu e Exu, a afrodescendência toma a palavra". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e Afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Volume 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. In: **Revista Palmares***:* cultura afro-brasileira. Ano I, n. 1, agosto 2005 – ISSN 108 7280. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em 28 de mai. 2018.

_____. **Literatura negra*:*** uma voz quilombola na literatura brasileira, 2010. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/evaris.ctf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. :I**nsubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

44

Constelação familiar e revitimização de mulheres no judiciário

Diana Yoshie Takemoto [1]

No atual cenário de isolamento social e aumento das desigualdades pela pandemia de Coronavírus, observa-se que 24,4% das mulheres brasileiras sofreu algum tipo de violência em 2020 (FBSP, 2021, p. 10; 26), dos quais 72,8% correspondem à violência doméstica e intrafamiliar e 43,5% de autoria de companheiros ou ex-companheiros.

Portanto, este trabalho inicia diálogo sobre Justiça Restaurativa em casos de violência contra a mulher, quanto suas possibilidades e impactos, observando-se necessidade de repensar práticas judiciais e embasamento teórico-metodológico empregado, em especial, à constelação familiar. Observa-se, por meio de pesquisa exploratória bibliográfica, reincidência de violências e silenciamento de vítimas.

A Justiça Restaurativa, em casos de violência contra às mulheres, prevê medidas como frequência do agressor a centro de educação e reabilitação, bem como acompanhamento psicossocial como complemento às medidas protetivas de urgência, Art. 22 e 45 da Lei Maria da Penha. Contudo, estas medidas possuem caráter discricionário, portanto, arbitrárias, enfraquecendo sua efetividade. Este modelo encontra-se alinhado ao novo Código de Processo Civil Brasileiro que busca meios alternativos de resolução de conflitos e amplo acesso à Justiça,

1 Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Bacharela Interdisciplinar em Humanidades pela UFOB e Técnica Administrativa atuando em Gestão de Pessoas na UFOB. Contato: diana.takemoto@hotmail.com.

esta última revigorada e pautada no reparo à pessoa vitimada, afastando-se do reucentrismo. Conforme Brancher (2010, p. 153-154), esta ocorre contrário à justiça retributiva, que distanciava comunidades do exercício da função de justiça, delegando seu exercício à responsabilidade dos agentes imbuídos de poderes institucionais, promovendo uma heteronomia, logo, não agenciando uma justiça emancipatória, de responsabilização aos sujeitos e comunidades.

Esta nova abordagem embasa-se na recomendação da ONU por meio da Resolução nº 2002/2012, Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal, estabelecendo que não somente vítima e agressor possam participar do processo, mas também membros da comunidade afetados, utilizando-se mediação, conciliação, reunião familiar ou comunitária e círculos decisórios, com resultados como reparação, restituição e serviço comunitário, almejando, em ordem de importância, reparação da vítima, tomada de consciência no âmbito do conflito, responsabilidade do ofensor e reconciliação com a comunidade, reintegrando tanto vítima quanto ofensor (SABADELL, 2020). Assim, o Conselho Nacional de Justiça aprovou Resolução nº 225/2016, Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, que acrescenta o §3º à Resolução CNJ 128/2011:

> §3º. Na condução de suas atividades, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar deverá adotar, quando cabível, processos restaurativos com o intuito de promover a responsabilização dos ofensores, proteção às vítimas, bem como restauração e estabilização das relações familiares.

A expressão estabilização das relações familiares é alvo de críticas (SABADELL, 2019, p. 6), pressupondo-se prerrogativa de obrigação da mulher em aceitar a violência para manutenção familiar. Nesse sentido,

crível a adoção da constelação familiar em Justiça Restaurativa, conforme o Conselho Nacional de Justiça (2018), aplicada em 16 Estados e no Distrito Federal para diversos temas familiares, sendo realizada pelos próprios juízes, psicólogos ou mediadores voluntários com diversas formações, em alternativas anteriores ou associadas ao processo judicial.

Para além do desarrazoado uso de técnicas consideradas psicoterapêuticas por diversos profissionais não especializados, deve-se observar que a teoria criada por Bert Hellinger se fundamenta epistemologicamente nas "ordens do amor", as leis do pertencimento, equilíbrio e hierarquia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Críticos da prática, como Almeida (UOL, 2020) e Sabadell (2019) analisam que há reprodução de hierarquias patriarcais e de responsabilização de violências para as mulheres, demonstrando-se por meio da proposta do livro "Religião, Psicoterapia e Aconselhamento Espiritual" (2005), quais posturas, favoráveis aos seus algozes, devem ser adotadas pelas vítimas de abuso sexual e estupro, como não comentar, evitando despertar indignação; perdão; ou nascimento de um vínculo pelo estupro, portanto, devendo-se amar o violentador. Intermediariamente aos dois temas, apresenta-se o conceito de moral, pesando-se a ordenação dos assuntos, por temas, como descrito por Hellinger (*ibidem*, p. 37), portanto, reconhecendo-os como interligados. Consta que, pela moral (*ibidem*, p. 55), funesto não é o incidente, mas o que os justos pensam e dizem, mas se fossem justos, haveria compaixão. Ademais, como conduta, deve-se aceitar como aconteceu, com dor, curiosidade e prazer, como experiência humana.

No Judiciário brasileiro, há grande atuação do juiz Storch, publicizado por meio de seu blog (2015), exemplificando com caso do réu sob acusação criminal de abuso sexual de 11 crianças, aplicou-se psicodrama e "esclareceu" o padrão de exclusão do genitor como fator de

vulnerabilidade das vítimas. Ainda neste, o ator que representava o acusado foi colocado na cadeia e atuou como não arrependido ou regenerado, demonstrando sentir-se agredido e injustiçado. Pela interpretação da teoria, pode-se inferir que o juiz busca a compaixão citada como moral dos justos. Nessa toada, o juiz indica que, caso não haja tratamento adequado aos autores desse tipo de crime, logo, a melhor defesa está na estruturação das famílias de crianças e jovens. Considera-se gravíssima a responsabilização das vítimas e suas famílias pelos crimes e indução de responsabilização para com seus agressores, recorrendo a estratégias de "moralização" das famílias e dos atos de "compaixão". Deste modo, consideramos um processo de revitimização e de silenciamento, pois na teoria:

> [...] é importante deixar que **a alma familiar** trabalhe o sistema familiar do constelado; isso justifica a regra de não se oferecer à pessoa trabalhada nenhum tipo de acompanhamento terapêutico. Logo depois de uma constelação é comum o constelador pedir que se evite comentar sobre o que aconteceu para que o efeito sistêmico se fortaleça (MARINO; MACEDO, 2018, p. 27).

Destarte, considera-se inaceitável fundar uma alternativa ética para a Justiça baseada em uma teoria que insufla violências. Mesmo que inicialmente, recomenda-se o impedimento de profissionais das diversas áreas a atuarem em práticas psicoterapêuticas, pela realidade multiversa dos atendidos e pelos desdobramentos decorrentes, podendo agravar e reificar violências diversas, como a culpabilização das vítimas, como propagado pela constelação familiar. Por conseguinte, orienta-se pelo descrédito e impedimento da aplicação desta teoria no Poder Judiciário, bem como demais esferas.

Referências

BRANCHER, L. Justiça Restaurativa: para além do perdão e da vingança. *In:* UNESCO (Org.). **Cultura de paz: da reflexão à ação.** Brasília; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p.

BRASIL. Lei n.º 13.105, DE 16 DE MAIO DE 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/3/2015, Página 1 (Publicação Original)**.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em 01 nov. 2021.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1 - 8/8/2006, Página 1, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm#art 46> Acesso em 26 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde**. Portaria nº 702 de 21 de março de 2018**. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares-PNPIC. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsms. saude.gov.br/bvs/saudelegis/ gm/2018/prt0702_22_03_2018.html> Acesso em 26 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **RESOLUÇÃO Nº 225, DE 31 DE MAIO DE 2006.** Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. DJe/CNJ, nº 91. P 28-33. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289> Acesso em 25 out. 2021.

FARIELLO, L. Constelação Familiar no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF. S.l., 2018, **Agência CNJ de Notícias**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ constelacao-familiar-no-firmamento-da-justica-em-16-estados-e-no-df/> Acesso em: 29 out. 2021.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICO. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 3ª edição, 2021. 43 p. Disponível em: < https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> Acesso em: 24 out. 2021.

HELLINGER, B. **Religião, Psicoterapia e Aconselhamento Espiritual**. São Paulo: Cultrix, 2005.

MARINO, S.; MACEDO, R. M. S. A Constelação Familiar é sistêmica?. **Nova Perspectiva Sistêmica,** v. 27, n. 62, p. 24-33, 9 fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.38034/nps.v27i62.441> Acesso em: 24 out. 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2002/12**. Disponível em: http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacaovol 4/parte-vi-miscelanea/nacoes-unidas-conselho-economico-e-social. Acesso em 26 out. 2021.

SABADELL, A. L. Diálogos Entre Feminismo e Criminologia Crítica na Violência Doméstica: Justiça Restaurativa e Medidas Protetivas De Urgência. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 153/2019, p. 173–206, 2019. Disponível em: < https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Di%C3%A1logos_entre_feminismo_e_criminologia_cr%C3%ADtica.pdf> Acesso em 25 out. 2021.

_____. Justiça Restaurativa e violência de gênero. Brasil: **Escola Paulista da Magistratura - EPM – Oficial**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=32IHGK4I3TU> Acesso em: 27 out. 2021.

STORCH, S. Constelação mostra que crimes sexuais podem ser consequência da exclusão do pai da vítima. **Direito Sistêmico**, 2015. Disponível em: <https://direitosistemico.wordpress.com/2015/09/22/constelacao-mostra-que-crimes-sexuais-sao-consequencia-da-exclusao-do-pai-da-vitima/?fbclid=IwAR2ehEnQJNYkmG4si2C62A6YbJP-1ZQWmsC6nYGIIqtRCmHMlrzD3DzoHfM> Acesso em 29 out. 2021.

Sobrevivência e resistência de mulheres camponesas: a violência de gênero no meio rural

Sylvia Iasulaitis [1]
Carmen Pineda Nebot [2]
Ana Carolina Fernandes [3]
Larissa Fassa La Scalea [4]

O objetivo desta investigação é analisar a violência contra a mulher rural no contexto brasileiro e tipificá-la, caracterizando a forma perpetrada, em que situações é exercida, se é denunciada, notificada e combatida, assim como identificar a efetividade da rede de apoio.

A violência de gênero é, ao mesmo tempo, componente e produto da estrutura patriarcal que constitui a sociedade brasileira e, por conseguinte, atravessa todas as relações sociais que permeiam este tecido. Não obstante, apesar desta forma de violência se manifestar em diferentes classes e contextos sociais, alguns elementos sócio-históricos influenciam no grau de vulnerabilidade das vítimas. É justamente sobre um importante - mas pouco conhecido - aspecto desta complexa rede no qual se centra este trabalho: a violência praticada contra mulheres campesinas, que tem suas singularidades.

No Brasil, em 1994 ocorreu a Convenção de Belém do Pará, onde se definiu que a violência contra a mulher é "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou

1 Professora Doutora, da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciências Sociais.

2 Licenciada em Direito pela Universidade Complutense de Madrid e licenciada em Ciências Políticas e Administração pela Universidade Autónoma de Madrid.

3 Doutoranda em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp-FCLAr).

4Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com ênfase em Ciências Políticas.

psicológico a mulher, tanto na esfera pública como na privada" (Convenção de Belém do Pará, 1994). O conceito de violência contra as mulheres é bastante amplo e compreende diversos tipos de violência.

A Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres reconhece os diferentes tipos desta prática. Nesse estudo foi realizada a tipologia geral da violência de gênero, que consta no documento oficial da Secretaria Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres (SNEVM) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal brasileiro, elaborada em 2011.

A violência de gênero no meio rural ainda está associada à invisibilidade e é um problema que antes de ser reconhecido deve ser conhecido. As desigualdades de gênero na zona rural brasileira se incluem dentro de um conjunto de outras desigualdades sociais, que afetam em especial as mulheres. Conforme afirma uma das mulheres entrevistadas no estudo: "é mais difícil permanecer na terra do que conquistá-la". Isto porque são inumeráveis as adversidades as quais enfrentam as mulheres rurais em assentamentos agrícolas no Brasil, que incluem a feminização da pobreza, a precarização das condições de vida, o baixo acesso às políticas públicas e as profundas assimetrias de gênero, cuja forma mais aguda é a violência.

A investigação é um estudo de caso no qual diversas técnicas foram utilizadas: visitas de campo, entrevistas em profundidade com as mulheres rurais e as responsáveis institucionais e análises de dados.

Os dados revelam que uma a cada três mulheres já sofreu algum tipo de violência: psicológica (57%), moral (56,82%), assédio sexual (47,73%), física (36,36%), patrimonial (34%), perseguição (31,82%), violência institucional (23%), cárcere privado (20%), exploração sexual (9,09%) e estupro (9,09%). 63% relataram que as agressões ocorriam em sua própria casa, 25% afirmaram que as agressões ocorreram tanto em sua

casa quanto na rua, sendo seus agressores em 88% dos casos, marido, companheiro (ou ex) ou pai.

Por meio das visitas de campo, buscamos identificar e analisar a realidade das circunstâncias em que se encontram as mulheres que vivem em assentamentos da reforma agrária, no interior do estado de São Paulo e realizar um diagnóstico situacional da violência de gênero. A análise empírica foi realizada no assentamento Bela Vista do Chibarro, no interior do estado de São Paulo, localizado no município de Araraquara, com uma área de 3.427 hectares e 212 famílias.

A partir da leitura dos dados recolhidos e de suas análises, podemos destacar que a violência é uma categoria que se intersecciona aos demais fatores estruturais, como a dependência econômica, a dependência afetiva e estrutural patriarcal (Therborn, 2006) própria de nossa organização histórica, que reproduz constantemente uma relação de poder de gênero na qual as mulheres ainda se encontram submetidas. O caminho a ser percorrido pelas mulheres até a ruptura efetiva com a violência é longo, e as que residem nas zonas rurais são mais vulneráveis, devido à dificuldade de acesso aos serviços públicos.

Somadas a estes fatores, as assimetrias de gênero são ainda mais visíveis no meio rural, pois as mulheres estão inseridas em um contexto masculinizado, qual seja: o campo (Scott; Rodrigues; Saraiva, 2012).

Compreendendo a violência doméstica como um tema político, podemos associá-la a um campo de experiência histórica das lutas sociais, rompendo com uma visão determinista de que essas mulheres estão fadadas a tais circunstâncias.

É evidente que as possibilidades de ruptura com esta condição são mais viáveis com a formulação de políticas públicas considerando e dando voz às próprias mulheres enquanto sujeitos políticos participantes desta nova construção. Não obstante, existem ações das próprias mulheres que

são dignas de menção. A constituição de uma associação de mulheres no interior do assentamento estudado é uma iniciativa de disputa de poder capaz de gerar um giro desestabilizador nas bases reducionistas, que ultrapassa a inteligibilidade do poder em relação ao domínio jurídico e econômico da autoridade estatal.

Portanto, é possível constatar que as mulheres dos assentamentos da reforma agrária plantam cotidianamente sementes, com o potencial para transformá-las em árvores de emancipação feminina. Em termos gerais, se percebe que todas as dificuldades as tornam mais resistentes: “Mulher é forte. Não é o sexo frágil não. É muito forte”. “E quem te disse que a mulher não luta? Mulher é boa para lutar, porque as pessoas não acreditam muito e é aí que dão com os burros n’agua”. “Essa luta do dia-a-dia a gente aprendeu muito com os movimentos sociais.” “E não desistir não. Desistir jamais!”

46

Saúde feminina no sistema prisional: violação dos direitos reprodutivos e sexuais

Maria Alice Alves [1]

A história da consolidação do sistema carcerário brasileiro denuncia um histórico de ausência de direitos femininos, visto que os presídios eram construídos para o público masculino e as mulheres tinham que cumprir pena na mesma instituição. Somente em 1942, as alas femininas foram separadas das masculinas, surgindo assim uma instituição própria. Hoje esse direito é previsto na Carta Magna de 1988, art. 5º, e assegura que: "a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado" (BRASIL, 1988; DA SILVA E RIBEIRO, 2013).

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), todo ser humano possui direitos que são inerentes a sua condição de dignidade humana. No entanto, no que se refere ao direito da mulher, fica evidente uma grande desigualdade de gênero, embora elas tenham ganhado visibilidade nas políticas nacionais no Brasil durante século XX, ainda que fosse ações específicas à saúde reprodutiva, a vulnerabilidade feminina ainda existe, principalmente para as mulheres em situação de cárcere (SILVA, 2021).

De acordo com Silva (2019), as principais violências sofridas por mulheres carcerárias têm relação com suas especificidades biológicas-femininas. O pré-natal, o parto humanizado, assistência durante a

1 Universidade do Delta Parnaíba; alice.psi.31@gmail.com

gravidez e puerpério são essenciais para fazer valer os direitos reprodutivos daquelas em regime prisional. Tendo em vista que a maioria das mulheres presas no Brasil estão em idade fértil, ou seja, possuem de 18 a 45 anos, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), logo as prisões deveriam ter condições necessárias para efetivar os direitos das carcerárias.

Nessa perspectiva, este estudo apresenta-se emergente, haja vista a constante supressão do direito reprodutivo e sexual das mulheres em situação de cárcere, este trabalho tem por objetivo identificar as falhas sobre a saúde feminina no sistema prisional brasileiro na efetivação do direito reprodutivo e sexual.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica para o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos (FONSECA, 2002). Com a finalidade de atingir as metas da pesquisa, foi realizada uma busca sistemática de artigos na íntegra durante o mês de agosto de 2021, nas bases de dados digitais SCIELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online) e GOOGLE SCHOLAR. Em cada base foram utilizados os seguintes Descritores de Saúde: Direitos Sexuais e Reprodutivos, Vulnerabilidade e Saúde (mulheres encarceradas), Saúde Feminina. Por fim, o processo de análise foi realizado a partir do material selecionado, lidas na íntegra de forma crítica e criteriosa a partir dos títulos e resumos primeiramente e depois todo o trabalho.

Após a leitura sistemática do arcabouço teórico sobre a saúde feminina no sistema prisional, foram incluídos neste estudo 07 artigos, tendo sido encontrados dois tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica (N = 2) e pesquisa de campo (N =05). Observa-se que os anos de maior publicação foram os anos de 2019 e 2021, com dois artigos em cada ano, seguidos de um artigo em 2013, 2017, 2018, além disso, foi realizada uma

classificação da formação dos autores, e foi possível observar que a maioria dos artigos foram publicados por estudantes de Direito, Ciências Sociais, Serviço Social e de Enfermagem

Em dezembro de 2010, a 65ª Assembleia Geral da ONU aprovou as "Regras Mínimas para Mulheres Presas", uma importante norma internacional, que reconheceu as necessidades específicas desta parcela da população carcerária, bem como o déficit existente no sistema prisional feminino vigente. A Cartilha da Mulher Presa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi criada para esclarecer os direitos e deveres das mulheres presas, e nela consta que toda mulher encarcerada tem direito a tratamento digno, independente de classe e raça (STEFANELLO E STIEVEN, 2019).

No que se refere ao direito à assistência à saúde da mulher, a cartilha expressa que devem ser respeitadas as especificidades de sua condição feminina. Devendo ser atendida por equipe multiprofissional composta por: clínico geral, ginecologista, obstetra, odontólogo, psiquiatra e psicólogo. No entanto, o acesso aos serviços compreendidos no processo gestacional e puerperal não são atendidos, pois as mulheres que engravidam no interior das penitenciárias não usufruem de um local específico para vivenciar os diferentes processos da gestação e maternidade, com acompanhamento e consultas de qualidade (NASCIMENTO, 2019).

A literatura evidencia que o acesso à saúde sexual por parte das mulheres do sistema prisional é precário, tendo em vista que as atividades de prevenção na prisão são mais voltadas às palestras centradas em temáticas heterossexuais, do que às lésbicas e bissexuais (ARRUDA, 2017; DE BRITO BRAGA *et al,* 2021).

Nesse contexto, saúde reprodutiva e ginecológica ainda é um desafio a ser enfrentado quando se trata da saúde da população carcerária

feminina no Brasil. Dessa maneira, quando há intervenções em atendimentos clínico-ginecológico, são feitos baseados em práticas médicas heteronormativas, ou melhor, com foco no ciclo gravídico-puerperal e impedimento de futuras gestações, com a utilização de contraceptivos que não abrangem a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), tampouco a saúde da mulher lésbica (ARRUDA, 2017; DE BRITO BRAGA *et al,* 2021).

Os resultados evidenciados mostram a necessidade de se abordar sobre a saúde sexual e reprodutiva de mulheres no Brasil, inclusive das mulheres em prisão.

Diante do exposto, fica claro que apesar da legislação brasileira ser clara sobre os direitos da mulher no sistema prisional, sem exceção, percebe-se que na realidade são negligenciados no tocante a atenção à saúde sobre boa parte dessas mulheres. Do mesmo modo, no caso de mulheres bissexuais e lésbicas, percebe-se uma saúde voltada apenas para as demandas heteronormativas.

Ademais, observou-se também que existem muitas questões a serem discutidas para ajudar na elaboração da atenção à saúde e de qualidade às mulheres em privação de liberdade. Por exemplo, uma equipe multiprofissional capacitada que atue de acordo com as singularidades e demandas de cada mulher, com ética e sem atitudes preconceituosas; espaços e atendimentos específicos para as grávidas viverem o processo de gestação com tranquilidade; propor debates que se atentem à reestruturação de políticas sobre a lógica carcerária vigente no Brasil, para que assim possa ser criado uma realidade carcerária digna, que condiga com os direitos humanos adquiridos pelas mulheres.

Referências

ARRUDA, Amanda Kelly Silvestre. Saúde feminina e sistema prisional: entre real e ideal. 2017. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru. Disponível em: http://200-98-146-54.clouduol.com.br/bitstream/123456789/814/1/SA%C3%9ADE%20FEMININA%20E%20SISTEMA%20PRISIONAL%20ENTRE%20REAL%20E%20IDEAL. Acesso em: 23/08/2021.

BRAGA, G. d. B. et al. Condição de saúde das mulheres no sistema carcerário brasileiro: uma revisão da literatura. SANARE-Revista de Políticas Públicas, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1556/790 Acesso em: 21/ 08/2021.

DA SILVA, E. F.; RIBEIRO, E. R. Atenção à saúde da mulher em situação prisional. Revista Saúde e Desenvolvimento, v. 4, n. 2, p. 160-172, 2013. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/188. Acesso em: 13/08/2021.

FONSECA, E. N. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1986.

INFOPEN (2017). Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional. Recuperado em: https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/maisinformacoes/relatorios-infopen

NASCIMENTO, Jessica Adriana Dias de Lima. Atenção à saúde de mulheres sob privação de liberdade: uma revisão integrativa. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2019. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/8222/JESSICA%20ADRIANA%20DIAS%20DE%20LIMA%20NASCIMENTO%20-%20TCC%20%20EN. Acesso em: 20/08/2021.

São Paulo. Mães no cárcere: Observações técnicas para atuação profissional em espaços de convivência de mulheres e seus filhos .2018

SILVA, Isabella. Maternidade no cárcere: uma análise acerca do exercício da maternidade no sistema prisional e as mudanças ocorridas após a concessão do HC 143.641 pelo Supremo Tribunal Federal. 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação

em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14304/1/IASMS09052019.pdf. Acesso em: 22/08/2021.

STEFANELLO, C.T.; STIEVEN, P. L. DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES APENADAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. Revista Jurídica Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea, v. 3, n. 1, p. 107-122, 2019. Disponível em: http://periodicos.fw.uri.br/index.php/rev_jur_direitoecidadania/article/view/3443. Acesso em: 15/08/2021.

47

Patriarcalismo e feminicídio: problemas brasileiros diretamente proporcionais

Cibele Cristina Marcon [1]
Fernanda Rabello Belizário [2]

O aumento de feminicídios e o fortalecimento de uma cultura machista e patriarcal pautaram a escolha do tema. Direitos fundamentais como vida e igualdade são, ainda hoje, sob a égide da Constituição Cidadã, frequentemente desrespeitados, especialmente quando se analisa os direitos das mulheres negras e periféricas, as quais, diariamente e cada vez mais, são vítimas de uma cultura que alimenta o ciclo da violência.

Ao lado que crescem os discursos machistas, de caráter discriminatório e preconceituoso em relação às mulheres, situação agravada por nossos governantes e seus apoiadores, também cresce o número de feminicídios no país, sendo que, segundo dados do Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2021 (ABSP 2021), em 2016 foram mortas 929, em 2018, 1229 mulheres e em 2020 foram 1350 mulheres que perderam a vida por condição de sexo feminino. As graves violações aos direitos das mulheres são consequência de um Estado brasileiro cada vez mais misógino, que vai contra a cidadania das mulheres.

Tivemos como objetivo analisar o patriarcalismo e o feminicídio a partir dos ensinamentos de Lélia Gonzalez, conhecida internacionalmente

1 Mestranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa “Parlamentos Latino americanos ” e "Mulher, Sociedade e Direitos Humanos". E-mail: cibele_marcon@hotmail.com

2 Mestranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista CAPES/PROSUC. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa “Estado e Economia no Brasil” e "Mulher, Sociedade e Direitos Humanos". E-mail: rabello.fehbelizario@gmail.com

pelo seu pioneirismo ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo, bem como estabelecer um diálogo com pensamentos de Silvia Federici e Pierre Bourdieu. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida sobre o método indutivo, através de uma análise qualitativa de dados. Ademais, utilizou-se bibliografia pertinente, bem como levantamento de dados oficiais e exame da legislação brasileira.

De início, faz-se um estudo introdutório acerca dos direitos da mulher, abordando a eternização das estruturas da divisão sexual do trabalho, da inserção precária da mulher no mercado assalariado, transpassando pela mecanização do corpo feminino como fornecedor de mão de obra, explorando questões como trabalho doméstico, reprodução e luta feminista, até chegar no feminicídio no Brasil.

A eternização das estruturas da divisão sexual e de seus princípios e a lógica da dominação androcêntrica como construção social naturalizada dos gêneros, que fundamenta a realidade e sua representação, advém da gradual transformação do processo histórico em natural. E são as estruturas sociais que perpetuam a diferença e a reprodução da divisão de gêneros (BOUDIEU, 2002).

Esses são os ensinamentos de Pierre Boudieu que demonstra como a perpetuação do *habitus* foi implementada socialmente até os dias atuais. É dessa maneira que o casamento se constitui como economia de troca simbólica e *status* social, bem como o nome e a linhagem da mulher.

No Brasil, as formas de dominação e consequentemente, de violência, que perpetuados contra as mulheres, encontra recorte no desenvolvimento capitalista desigual e dependente. Isso foi o que levou a mulher negra à exploração, não só econômica, mas também psicológica, cultural e ideológica. Assim, encontramos essa mulher submetida à internalização e reprodução do comportamento do dominador, através do mito da democracia racial. Nas palavras de Lélia Gonzalez.

> Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos "mulata" e "doméstica" são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 2020)

À mulher branca, resta esvaziada suas funções domésticas, uma vez que a mulher negra é responsável pela limpeza e cuidados com os filhos. À mulher negra cumpre, ainda, cuidar da própria casa, família e trazer suporte financeiro.

Outro dado alarmante, que afeta mais as mulheres negras, é o feminicídio (homicídio qualificado praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino). Em 2020, duas em cada três vítimas de feminicídio são negras, representando 61,8% das mortes e 81,5% das mulheres foram mortas por companheiros ou ex-companheiros (ABSP-2021), a denotar que a mulher negra se vê mais objetificada e sujeita a tentativa de imposição de poder pelo homem, que se sente imbuído do poder de dominar e domesticar, se achando no direito de tolher a vida de outrem. Como mencionado acima, esse aumento no número de mortes acompanha o aumento dos discursos machistas.

Assim, a importância do entrelaçamento do debate entre raça e gênero se faz mister no Brasil, em especial para o fortalecimento do feminismo negro, que sempre foi tido como menos relevante que o feminismo de pauta branca. Debate esse que merece, pois, destaque frente ao cenário de violência a que as mulheres são vítimas.

Esta pesquisa se apresenta, então, como uma contribuição relevante e necessária. Ademais, não querendo roubar lugar de fala de mulheres

negras, certo é que são elas as maiores vítimas desse tipo de violência no país, sendo, pois, fundamental, o esforço de todas na busca das causas e possíveis soluções, a fim de que todas mulheres vivam uma cidadania plena. Por fim, verificou-se intima relação entre o avanço do machismo e do aumento nos números de feminicídio no Brasil, a denotar, estreita relação entre tais problemas sociais, confirmando, a hipótese inicial deste trabalho de que são questões diretamente proporcionais.

Referências

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf. Acesso em 28 out. 2021.

BOUDIEUR, Pierre. **A Dominação masculina**. Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição Brasileira (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado,1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Brasília, DF, Diário Oficial da União.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro Latino Americano**. Zahar. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa:** Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva. 1 ed. Elefante. 2019.

48

Violência doméstica: uma abordagem interseccional

Naira Mariana Ferraz Gomes [1]

Este resumo expandido é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado em andamento, na Universidade Federal do Oeste da Bahia, que versa sobre violência de gênero no município de Barreiras - Bahia. Trata-se a violência doméstica de uma questão de saúde pública. A Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, é o instrumento normativo que traça diretrizes de enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar. O objetivo desta pesquisa é demostrar que o combate à violência doméstica deve estar interligado à supressão das desigualdades de gênero, raça e classe.

Com relação a metodologia, foi adotada uma abordagem bibliográfica ancorada no feminismo decolonial e dados catalogados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021.

A lei 11.340/2006, no art. 5º, conceitua à violência doméstica e familiar contra a mulher como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". Ela ocorre nas situações em que as pessoas envolvidas em um relacionamento não "cumprem" os papéis e funções de gênero presumidas como naturais pelo parceiro, culminando em atos de coerção física ou psicológica em que se estabelece relação de controle e poder, havendo a dominação do homem e a submissão da mulher.

1 Bacharela em Direito, Pós- Graduada em Direito Processual do Trabalho, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.

A violência de gênero é associada como "violência contra a mulher" por ser esta o alvo principal. Este tipo de violência deriva de uma organização social de gênero estruturada em uma cultura de submissão da mulher e superioridade masculina. De acordo com TELES e MELO:

> A violência de gênero ou contra a mulher está de tal forma arraigada na cultura humana que se dá de forma cíclica, como um processo regular com fases bem definidas: tensão relacional, violência aberta, arrependimento e lua de mel. (TELES e MELO, 2012, p. 23)

A violência contra às mulheres centra-se na questão de gênero, compreendido como construção social do masculino e feminino. Ela ressalta às desigualdades socioculturais entre homens e mulheres, que repercutem na vida pública e privada, impondo papéis sociais diferenciados aos sexos, papéis estes que foram construídos historicamente. Trata-se de uma maneira de significar relações de poder, estruturando os modos de perceber e organizar à vida social. De acordo com Joan Scott:

> O gênero é, portanto, um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares, situadas em contextos específicos como a política constrói o gênero e o gênero constrói política. (SCOTT, 1986, p.70 e 71)

A violência de gênero está interligada a outros marcadores que atravessam às relações sociais: especificamente, os de raça e classe. Muitas mulheres encontram-se inseridas em um ciclo de violência social, econômica e cultural dadas às circunstâncias em que estão postas sem possibilidade de escolha. Trata-se da senzala feminina de Ivone Gebara

(2000), uma senzala móvel, que acompanha às mulheres em decorrência da pobreza e situações de opressão em que estão contextualizadas.

> É prisão imposta pela cultura da pobreza e dependência. É prisão da condição humana acentuada pelos mecanismos de uma sociedade construída sobre a injustiça e a exclusão. É finalmente prisão doméstica, com relativa mobilidade porque se pode andar, mas, mesmo andando, os passos estão amarrados, os caminhos estão fechados em meio à imensidão de possibilidades sem acesso permitido. (GEBARA, 2000, p. 17)

A violência doméstica e familiar está imbricada a questões econômicas, fazendo com que mulheres pobres sejam mais vulneráveis e tenham maiores dificuldades de romperem relações de violência, pois na maioria das vezes não possuem condições de proverem à própria subsistência, o que inevitavelmente faz com que suportem um ciclo de violência por muito mais tempo.

Ademais, a violência doméstica também está interligada às questões raciais: De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, as mulheres negras são as que mais sofrem violência de gênero (28,3%) seguida das pardas (24,6%) e das brancas (23,5%). Por conseguinte, uma perspectiva feminista decolonial calcada numa abordagem transversal e interseccional, poderá trazer contribuições importantes no combate às desigualdades de gênero, pois, estuda o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo penetra nas relações sociais. Esta perspectiva, busca compreender à mulher em suas múltiplas vivências e identidades, através de uma interpelação histórica.

As questões sociais imbricadas na discussão de gênero, decorrem do processo histórico de constituição da sociedade brasileira, a partir do colonialismo europeu. O mesmo consolidou-se através da exploração capitalista e racial, em que os indígenas e posteriormente, os negros eram

categorizados de acordo com o dimorfismo biológico e em uma organização patriarcal das relações sociais.

Ainda que se tente apostar no mito da democracia racial e de que não existe racismo no Brasil, o que sucedeu à época colonial, conforme Lélia González é que "casamentos inter-raciais nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)." (GONZÁLEZ, 2019, p. 50)

O colonialismo que se instaurou no território nacional através da subjugação de corpos e territórios durante a colonização, perpetua-se até hoje, através da cultura patriarcal. Os casos de violência doméstica revelam relações de territorialização do corpo feminino, uma vez que, o homem vê o mesmo como seu "espaço", objeto de sua propriedade, assim como os colonizadores viam os corpos dos negros e indígenas.

Diante do exposto, depreende-se que o combate à violência doméstica deve pautar-se numa abordagem interseccional, interligando às desigualdades de gênero a outros marcadores sociais: especialmente os de raça e classe, pois estes também constituem a identidade social das mulheres, fazendo com que algumas estejam em situação de maior vulnerabilidade.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Ano 15. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em: 01 de agosto de 2021.

GEBARA, Ivone**. A mobilidade da Senzala Feminina**: **mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo**. São Paulo: Paulinas, 2000.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro -Latino-Americano:** ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flavia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em 14 e dezembro de 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de**. O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Braziliense, 2012.

49

O espetáculo da morte: banalização das imagens dos cadáveres das mulheres pretas

Iris Viegas Francisco [1]

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar como a mídia retrata as imagens dos cadáveres das mulheres pretas. E para compreender essa complexa dinâmica social que as mulheres pretas brasileiras estão inseridas é de suma importância ressaltar a palavra Maafa, termo em kiswahili que significa "o grande desastre" e que tem como objetivo designar todo o sofrimento dos povos africanos a partir do movimento diaspórico forçado e de escravização. Pois, tais processos foram o início dos múltiplos mecanismos utilizados para a continuação do holocausto negro. E com base nestes marcos históricos inicia-se uma manutenção de um processo que abrange todos os tipos de violência cometidos contra os africanos continentais ou diaspóricos (LIMA, 2019). Assim, o genocídio dos corpos pretos no Brasil é mais uma das facetas do ciclo da Maafa, que se apoia no passado para reproduzir mecanismos constantes no presente e desta forma se perpetuar no futuro.

A psicóloga Grada Kilomba (2019, p. 207) destaca que "o desmembramento dos povos africanos simboliza um trauma colonial, pois trata-se de uma ocorrência que afetou tragicamente não apenas aquelas e

1 Pesquisadora da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Especialista em Direitos Humanos (UNICAP). Pós-graduada em Diplomacia e Negócios Internacionais (FADIC). Graduada em Relações Internacionais (FADIC). Membro do Coletivo Afronte. Atualmente, cursando extensão universitária na Universidade de Tel Aviv e Especialização em Direito Internacional e Direitos Humanos na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atua principalmente nos seguintes temas: Relações Internacionais com ênfase nas Relações entre Brasil, África e Oriente Médio. Como foco em Mídia; Direitos Humanos e Mulherismo Afrikana.

aqueles que foram levadas/os para o exterior e escravizadas/os." Uma vez que as feridas deste trauma sangram e por vezes infeccionam afetando todas as sociedades de maneira direta ou indireta.

Com esse alicerce historiógrafo a metodologia desenvolvida será baseada em um estudo qualitativo de caráter exploratório, utilizando-se do método de abordagem dedutivo para propor observações a partir de uma revisão de literaturas correlatas ao tema. E para compreender a realidade especifica das mulheres negras brasileiras a metodologia teórica de estudo será o da interseccionalidade desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (2002) na qual consistisse em refletir acerca da inseparabilidade estrutural do patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações de opressão sofridas pelas mulheres negras. Pois, quando as situações de opressão se interseccionam sobre as mulheres negras, as vivencias de opressão se transformam em silenciamento, apagamento e, sobretudo, em relações e laços sociais estabelecidos pela ausência: ausência da masculinidade, ausência da brancura, e, talvez ausência de se mesmo. Grada Kilomba (2019).

Alicerçado nesta base teórica o presente estudo propõem abordar dois casos: o primeiro será o de Cláudia da Silva Ferreira, que teve o corpo arrastado por 350 metros por uma viatura militar. Após ser baleada no pescoço e nas costas durante uma troca de tiros entre traficantes e policiais do 9º Batalhão do Rio de Janeiro. As fotos e filmagens de Cláudia sendo arrastada pela rua foram exibidas em vários meios de comunicação. E o segundo caso analisado será o da moradora de rua identificada por Diana que foi espancada até a morte pelo companheiro e seu corpo aquebrantado e seminu foi encontrado em um estacionamento privado no Recife Antigo. A foto do cadáver de Diana que enfocava parte de sua genitália descoberta foi selecionada para a capa do jornal Aqui PE de 01 de setembro de 2017. Com base destes casos pode-se observar um espetáculo midiático, o qual

consiste-se no uso repetido e massivo dessas imagens até estas serem banalizadas socialmente.

As imagens dos cadáveres das mulheres pretas tornam-se assim um show midiático. O qual é impregnado de um discurso ininterrupto da supremacia que o status quo atual faz a respeito de si mesmo. Segundo Debord (1997) em sua obra a Sociedade do Espetáculo a espetacularização é um autorretrato do poder vigente e se caracteriza como um monologo laudatório que conecta pessoas através das imagens. Todavia tal conexão é ilusória já que os indivíduos continuam separados da realidade complexa. Ligados apenas por um espetáculo que banaliza, achata e simplifica a realidade transformando está em um produto. E desta forma, conduzindo os espectadores a um mundo irreal, mediado por imagens esvaziadas e massificadas.

De acordo com Susan Sontag (2010) em sua obra Sobre Fotografia, a autora relata que o ato de fotografar não é feito como uma arte. Pois, é sobretudo um rito social, uma proteção contra a ansiedade pós Revolução Industrial. Entre os vários exemplos emblemáticos citados pela autora um deles é: que enquanto as pessoas estão se matando no mundo real o fotografo se põe atrás da câmera, criando um pequeno elemento de outro mundo: o mundo-imagem. O qual é usado como fundação para a criação de uma realidade fragmentada. Este fragmento imagético é carregado de significado e deve ser estudado e analisado cuidadosamente. Afinal, às vezes uma imagem pode valer mais que mil palavras.

50

Resistir: teatro feminista num país feminicida

Mirian Almeida dos Santos [1]

Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* de países com maior índice de homicídios femininos do mundo. O número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. Definitivamente, o Brasil não é um país seguro para as mulheres: apenas nos primeiros vinte dias de 2019, foram registrados 107 casos de feminicídio, segundo estudo realizado pelo professor Jefferson Nascimento, doutor em Direito Internacional pela USP. De acordo com o levantamento, 68 casos foram consumados e 39 foram tentativas. Segundo a Organização Mundial da Saúde, as mulheres negras são ainda mais violentadas. Entre 2003 e 2013, houve aumento de 54% no registro de mortes de mulheres negras, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Em combate a esses números alarmantes que não param de crescer, o movimento feminista também ganha força e visibilidade na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O objetivo principal deste trabalho é pesquisar as formas estéticas da resistência artística feminista no teatro brasileiro. A pesquisa foi dividida em duas etapas. Iniciamos com estudos teóricos sobre os temas centrais, a saber, feminicídio, feminismo, relação mulher-sociedade, silenciamento feminino, revolução das mulheres, criação das mulheres e teatro

[1] Graduada no Curso de Bacharelado em Artes Cênicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. e-mail: miihalmeida4@gmail.com. Orientação: Profa. Dra. Lúcia Regina Vieira Romano. Pesquisa realizada com bolsa de iniciação científica PIBIC-CNPq.

brasileiro. Em paralelo à pesquisa teórica, com a finalidade de aprofundar a experiência com os conceitos teóricos e compartilhar uma primeira camada de compreensão da investigação realizada, criamos uma *performance*, a partir do tema do feminicídio no Brasil, nomeada "*Quem Chora Por Elas?"*.

Durante a segunda etapa do processo, focamos na pesquisa teórica sobre os termos teatro feminista e teatro da mulher, além de aprofundarmos os estudos sobre os grupos **Mal-Amadas - Poética do Desmonte Grupo de Teatro Feminista,** já reconhecido por suas *performances* e peças artivistas, ao lado do grupo teatral paulistano **Coletivo Solto de Teatro,** iniciante na junção entre teatro e militância pró-mulheres. Buscamos questionar a maneira que estes grupos de gerações distintas abordam o tema Mulher e investigar como buscam provocar uma reflexão no público através da arte teatral.

O feminicídio é o ápice fatal de um agregado de violências a que a mulher é submetida. No entanto, a violência de gênero não é um fenômeno novo. Historicamente, esse tipo de agressão tem sido tratado como um fato comum da vida privada, dizendo respeito somente às partes diretamente envolvidas; onde se reafirmava a tão famosa frase, dominante no senso comum, que "em briga de marido e mulher, não se mete a colher". O movimento feminista dedicou boa parte dos seus esforços para mudar essa interpretação, denunciando que a prática de violência contra a mulher é um problema político, social, de direitos humanos e de saúde pública.

Para promover a difusão dessas ideias, os grupos feministas mobilizaram-se em torno da difusão de cursos, debates, pesquisas e campanhas, assim como na formação de centros, clínicas de saúde, SOS, Casas da Mulher. Manifestações culturais, artísticas e diversas outras formas de expressão estão incluídas nas práticas do movimento; cuja atuação está focada nas esferas doméstica e pública, no ambiente de

trabalho e em todas as áreas em que as mulheres podem transformar as relações interpessoais, sempre perante uma perspectiva em que a mulher não ocupe o polo inferior na dupla dicotomia homem-mulher.

O grupo **Mal-Amadas Poéticas do Desmonte** surge em 1992 na casa de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, casa Beth Lobo Serviço, da prefeitura de Diadema. Marta Baião, atriz, dramaturga e diretora é convidada a montar uma peça, juntamente com as mulheres em situação de atendimento na casa, visando a celebração do dia 8 de março. Esse processo de formação do grupo possibilitou um espaço de fala para as mulheres através do teatro, configurado em lugar de resistência contra a violência no ambiente doméstico e familiar. **Mal-Amadas - Poética do Desmonte Grupo de Teatro Feminista**, nome atual do coletivo, é um dos raros grupos que nasceu feminista e assim continua, beirando aos trinta anos de atuação. O ativismo esteve presente em muitas das criações do grupo, nascidas em resposta à violência sexista e tendo como mote disparador a violência e o sofrimento comum às mulheres.

Já o **Coletivo Solto de Teatro,** também grupo de reflexão deste trabalho, iniciou seu processo em 2016, no módulo performativo da *SP Escola de Teatro*, em que o *feminismo* era o tema para as criações do semestre. O material disparador era o disco da Elza Soares *"A mulher do Fim do Mundo"*, e a música *Solto* foi a sorteada pelo grupo (que posteriormente se autonomeou como Coletivo Solto de Teatro). Para a construção do espetáculo, o grupo pesquisou sobre o feminismo, baseando-se nos estudos de Chimamanda, Tie, e nas peças da Angélica Liddell, além de promover e participar de algumas palestras sobre feminismo.

Entre os programas de ação feminista nos dois coletivos, que representam duas aproximações entre teatro e feminismos, no trato das questões da violência contra as mulheres, o primeiro grupo, inserido no

trabalho teatral de aspecto social, apenas ao longo de sua trajetória parte da "militância" para o campo da criação estética profissional. O segundo, por sua vez, criado dentro de um curso profissionalizante, seguiu caminho oposto: da escola, para a sala de ensaios, e desta para o palco do teatro. São dois caminhos importantes para a luta de todas e todos contra o feminicídio.

Neste trabalho, por meio dos relatos das integrantes do grupo pesquisado, juntamente com as leituras teóricas e experimentações práticas, percebe-se a importância e necessidade de um teatro que lute pelos direitos das mulheres, sem medo de denunciar e buscar diálogos. Será, portanto, uma arte que instiga questionamentos que, muitas vezes, ficam no esquecimento, “invisíveis”. Esse teatro artivista, que não se cala, é libertador, num contexto assustador.

Referências

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo* São Paulo: Brasiliense,1982.

ANDRADE, Ana Lúcia Vieira de; CARVALHO, Ana Maria de Bulhões. *A mulher e o teatro brasileiro do século XX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

51

Violência contra a mulher e suas consequências psicológicas: autocompaixão como estratégia de enfrentamento

Mara Dantas Pereira
Leonita Chagas de Oliveira
Karine David Andrade Santos

A violência contra a mulher (VCM) é uma violação de direitos humanos e se constitui como um fenômeno multifacetado e complexo (ANTUNES et al., 2021). A VCM pode ser conceituada como qualquer ato de violência de gênero, que ocasiona ou tem possibilidade de resultar em prejuízo ou sofrimento físico, sexual ou mental às mulheres (OLIVEIRA et al., 2020).

Dentre as diversas situações de violência em que a mulher se encontra, a violência psicológica (VP) é uma delas. A VP é descrita "como toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem" (BRASIL, 2011, p. 41).

De acordo com um levantamento realizado pela World Health Organization (WHO), em 2018, e publicado em 2021, estima-se que 53,54% da população feminina mundial sofre violência psicológica do parceiro íntimo (WHO, 2021). Segundo a entidade, os seus impactos implicaram negativamente na saúde física e mental destas mulheres.

De acordo com Pereira et al. (2021), as consequências psicológicas da VCM são, muitas vezes, mais sérias do que os efeitos físicos. A violência afeta com frequência a autoestima e predispõe a mulher a maiores riscos

de repercussões na sua saúde mental como, por exemplo, sintomas de depressão e ansiedade, fobias, abuso de álcool e drogas, e transtorno de estresse pós-traumático.

Diante destas constatações, torna-se relevante rastrear quais mecanismos psicológicos podem ser fatores de proteção para a saúde mental da mulher em situação de VCM. Mais especificamente, este estudo busca conhecer o papel do mecanismo da autocompaixão como estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher.

Para tanto, adotou-se a metodologia de revisão de literatura, abrangendo estudos de origem nacional e internacional, entre o período de 2010 a 2021. A pesquisa foi feita em livros, portais governamentais e bases de dados da SciELO e do Google Acadêmico, utilizando-se os termos-chave "violência contra a mulher", "violência psicológica" e "autocompaixão". Ao final, foram selecionados 9 estudos que versavam sobre os objetivos desta pesquisa.

Este estudo justifica-se pela importância de se discutir sobre o papel fundamental da autocompaixão como um mecanismo chave para o enfrentamento à VP contra mulheres. Nas palavras de Neff (2021), "por intermédio da autocompaixão, podemos enfrentar melhor a dor da injustiça, sem sermos sobrecarregados ao encontrar a força e a energia para lutar pelo que é preciso" (p. 40, tradução nossa). Inicia-se a discussão, realçando que no contexto de VCM, as consequências da violência psicológica comprometem toda a estrutura psíquica, física e social da mulher (SIQUEIRA; ROCHA, 2019).

Segundo os autores mencionados, a vítima perde o interesse nas atividades sociais, apresenta esgotamento mental e há uma tendência de se isolar, impactando na sua qualidade de vida. Em face do exposto, Hatzenberger et al. (2010) evidenciaram que o comportamento pós-traumático é prevalecente entre as mulheres que sofreram violência, pois

apresentam culpa por abandonar o parceiro, e, como consequências psicossociais, as vítimas exibiram sintomas ansiosos e depressivos, sentimento constante de medo e o uso de medicamentos psicotrópicos.

Em relação à autocompaixão como estratégia de enfrentamento à VCM, Ashfield, Chan e Lee (2021) reportaram um treinamento de autocompaixão para mulheres com traumas complexos advindos de exposições a vários tipos de violência, incluindo a psicológica.

Nessa pesquisa, foi evidenciado que as mulheres participantes do treinamento se tornaram mais assertivas, menos submissas e se sentiam mais capazes de lidar com os obstáculos diários, e consequentemente, tornaram-se compassivas em diversos aspectos da vida. Da mesma forma, Allen et al. (2020) constataram que as mulheres que vivem em um abrigo para VP cometida pelo parceiro íntimo, aprenderam sobre autocompaixão em um grupo de apoio, e com isso, se sentiram significativamente mais fortalecidas e capazes de se manterem seguras.

Considerando o exposto, observou-se que é necessário fortalecer as intervenções de enfrentamento à VCM centradas na autocompaixão, tornando esse mecanismo uma ferramenta importante para promoção de uma melhor saúde mental em mulheres que sofreram VP.

Referências

ALLEN, A. B. et al. Self-Compassionate Responses to an Imagined Sexual Assault. **Violence Against Women**, v. 27, n. 3-4, p. 574–596, 2020.

ANTUNES, P. F. S. et al. Características dos casos de violência contra crianças e adolescentes do sexo feminino entre 10 e 19 anos notificados no Nordeste do Brasil (2015-2019). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. 1-13, 2021.

ASHFIELD, E.; CHAN, C.; LEE, D. Building “a compassionate armour”: The journey to develop strength and self-compassion in a group treatment for complex post-traumatic stress disorder. **Psychology and psychotherapy**, v. 94, n. 2, p. 286–303, 2021.

BRASIL. **Viva:** instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências. Brasília: Ministério da saúde, 2011. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/sinan/viva_instrutivo_not_viol_domestica_sexual_e_out.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

HATZENBERGER, R. et al. Transtorno de estresse pós-traumático e prejuízos cognitivos em mulheres vítimas de violência pelo parceiro íntimo. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, p. 94–110, 2010.

NEFF, K. (2021). **Fierce Self-Compassion:** How Women Can Harness Kindness to Speak Up, Claim Their Power, and Thrive Hardcover. New York: Harper Wave.

OLIVEIRA, W. et al. Violência por parceiro íntimo em tempos da covid-19: scoping review. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 21, n. 3, p. 606-623, 2020.

PEREIRA, J. C. et al. Consequências psicológicas da violência doméstica: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review,** v. 4, n. 4, p. 14736–14752, 2021.

SIQUEIRA, C. A.; ROCHA, E. S. S. Violência Psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 1, p. 12–23, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violence against women prevalence estimates, 2018**: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. 2021. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/341337/9789240022256-eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 out. 2021.

52

Afinal, o que a violência contra as mulheres tem a ver com as milícias?

Giselle Nunes Florentino [1]

O presente artigo trata da violência contra mulheres na Baixada Fluminense/RJ em um momento de consolidação e expansão das milícias como um projeto político do Estado pensado para áreas periféricas e faveladas. Busca-se discutir e apontar as especificidades dos casos de feminicídios que ocorrem em áreas controlada por frações de milícias. Haja vista, que identificamos, através de sistematização de dados e coleta de depoimentos realizadas pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial – IDMJR, que em territórios dominados por milícias ocorreu um aumento nos casos de feminicídios na Baixada Fluminense nos últimos anos.

A Baixada Fluminense no pós-ditadura empresarial-militar assistiu a ascensão do poderio dos esquadrões da morte e matadores locais, que não apenas cerceavam direitos de liberdade de ir e vir nas ruas, mas também, o controle político eleitoral, as redes de extorsão e os assassinatos e execuções por encomendas.

Entendemos a milícia não como um único grupo homogêneo, pelo contrário há diferentes frações de poder que disputam territórios que são altamente rentáveis. Pois, além da extorsão de comerciantes e a prestação do serviço de agiotagem, o grupo explora o sinal de TV clandestino,

1 Graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Río de Janeiro e Coordenadora Executiva da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. E-mail: florentino.giselle@gmail.com

transporte alternativo, o fornecimento de gás, cesta básica e de água. Também temos serviços ilícitos em empresas de gás e de terraplenagem para lavagem de dinheiro e falsificação de bebidas e cosméticos na região.

Uma das principais ações lucrativas realizadas pelas milícias ocorrem nos condomínios do Programa Habitacional "Minha Casa Minha Vida", do Governo Federal com a locação e cobrança de taxas dos moradores. E por fim, com a parceria com determinada facção do varejo de drogas, a venda de drogas na região. Pois, ao contrário do mito difundido: há tráfico de drogas nos territórios comandados pelas milícias.

Um dado importante para ressaltar é a morfologia das frações de milícias, as grandes lideranças das milícias são homens brancos e em sua maioria agentes ou ex-agentes de segurança pública do Estado. As milícias agem com o véu da legalidade do Estado e aproveitam da legislação que legitima e isenta o abuso policial, bem como, do aparato da segurança pública para lucrar, dominar, assassinar e violar corpos, em sua maioria pretos e que utilizam poderio simbólico e material da Polícia para garantir a impunidade.

A subjugação da mulher perpassa por todas as instâncias sociais desde jornadas triplas de trabalho, menor remuneração, objetificação e sexualização do corpo, pouca representatividade política e em altos cargos empresariais e até mesmo ser assassinada por nascer mulher. Afinal, para as mulheres existe uma categoria de assassinato específica devido apenas a sua condição de gênero, o feminicídio. São mortes violentas de mulheres motivadas pelo menosprezo e discriminação ao sexo feminino.

Em 2020, foram registrados 77 feminicídios no Rio de Janeiro, aproximadamente 34% desses assassinatos ocorreram somente na Baixada Fluminense, representando um total de 26 mortes de mulheres, um aumento de 13% em relação ao ano de 2019.Em relação ao perfil das vítimas, cerca de 87% dos feminicídios na Baixada ocorrem com mulheres

negras, entre 30 a 59 anos e com baixa escolaridade. Em 73% dos casos os agressores são companheiros e ex-companheiros das vítimas e utilizam-se de agressões físicas e verbais nos atos de violência contra as mulheres.

As mulheres negras continuam sendo as principais vítimas em casos de violações de direitos humanos, são as que mais sofrem com feminicídios, violência doméstica e obstétrica, homicídios, mortalidade materna e a criminalização do aborto.

Identificamos que em territórios dominados por milícias ocorrem um aumento também nos casos de feminicídios. O município de Duque de Caxias lidera o ranking das mortes de mulheres na Baixada Fluminense, com 23,4% dos casos de feminicídios na Baixada, seguido por Belford Roxo (19,1%) e Nova Iguaçu (18,1%). São áreas urbanas que justamente passam pela mudança do poderio armado, saindo do controle de facções do tráfico para o comando das milícias.

Em relação aos municípios mais afetados com operações policiais, Duque de Caxias e Belford Roxo registram o maior volume de operações policiais. Ao longo de quase 1 ano e meio de monitoramento de operações policiais realizado pela IDMJR, ocorreu um total de 292 operações apenas nesses territórios.

Ou seja, metade de todas as operações que ocorre na Baixada Fluminense, acontecem especificamente em Caxias e Belford Roxo. São áreas de controle já consolidados de uma fração de milícias específica, a Firma, comandada pelo Ecko, que foi assassinado durante uma operação da polícia. Ademais, apenas 15º BPM e o 39º BPM realizam quase a metade de todas as operações policiais registradas na Baixada Fluminense, aproximadamente 45% de todas as operações que ocorre na região são comandas apenas por esses dois batalhões, justamente os batalhões de Caxias e Belford Roxo.

Ressaltamos os impedimentos e dificuldades para o acesso para o atendimento destas mulheres violadas em áreas controladas pelas milícias para acessar as redes de saúde e assistência social pública, dado o processo de cerceamento e controle destes aparelhos públicos na Baixada Fluminense por frações de milícias do território. Portanto, gostaríamos de levantar questões a cerca da relação íntima entre feminicídios e segurança pública e a necessária e urgente responsabilização do Estado pelos assassinatos dessas mulheres, em sua maioria mulheres negras adultas moradoras de áreas periféricas e faveladas.

Dentro desses territórios, a população é cerceada e a lei do silêncio impera, já que qualquer comentário sobre feminicídios e violência contra mulheres são duramente reprimidos pelo poder local. Por isso, não basta apenas responsabilizar o agressor, a estrutura do patriarcado garante a impunidade que também é chancelada pelo Estado, seja por participação ativa com a não elucidação dos casos ou pela omissão.

Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda, quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso, o feminicídio é uma violação de Estado.

53

Direito ao reconhecimento como instrumento de afirmação da autonomia das mulheres negras

Mariana Gonçalves de Souza Silva [1]

Discute-se nesta pesquisa as vulnerabilidades das mulheres negras e como tais vulnerabilidades limitam o direito ao reconhecimento e, consequentemente, a autonomia dessas mulheres.

Assim, a justificativa repousa exatamente na necessidade de análise das citadas vulnerabilidades, com intuito de refletir se configuram obstáculo para o reconhecimento desse grupo minoritário, e se o direito ao reconhecimento impacta na autonomia e na autoestima das mulheres negras.

Têm-se como objetivos: refletir sobre as vulnerabilidades das mulheres negras brasileiras e compreender como o reconhecimento de tais vulnerabilidades impactaria na autonomia das mesmas.

Nesse sentido, pergunta-se: a partir do enfrentamento das vulnerabilidades decorrentes do racismo e do sexismo, o direito ao reconhecimento seria um instrumento para a concretização da autonomia da mulher negra?

Quanto aos aspectos metodológicos, utilizou-se metodologia qualitativa, a partir do levantamento bibliográfico pertinente, bem como análise de dados públicos divulgados por instituições.

1 Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito "Novos Direitos Novos Sujeitos" pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto e Especialista em Ciências Penais IEC pela PUC MINAS. Procuradora do Município de Coronel Fabriciano/MG e professora no curso de Direito da Faculdade Única de Ipatinga/MG e Timóteo/MG. marigonc7@hotmail.com

Inicialmente, utiliza-se o conceito de "vulnerabilidade" de Mekelvik, de "autonomia" de Daniel Sarmento, e de Feminismo Afro Latino Americano de Lélia Gonzalez.

Melkevik entende que a vulnerabilidade é inerente à condição humana e que todos seriam vulneráveis, dependendo da situação fática na qual se encontra. Entende-se que as vulnerabilidades sejam um problema quando configuram um obstáculo ao direito ao reconhecimento, ou seja, quando impedem o reconhecimento, a identificação com respeito de determinados indivíduos e viola a própria autonomia, o exercício de direitos e de liberdade.

A partir da ideia de que o indivíduo é constituído na relação com o outro, é vital o reconhecimento pelo outro para que as pessoas possam, livremente, realizar-se e desenvolver sua personalidade, sendo que a falta desse reconhecimento oprime, frustra a autonomia e causa sofrimento (SARMENTO, 2016).

Segundo Silva (2010), a afronta ao direito ao reconhecimento se concretiza quando uma característica ou prática ligada à determinado grupo é um impeditivo de gozo de direitos, ou também quando há um sentimento de inferioridade na sociedade.

Portanto, o reconhecimento exige a existência da vulnerabilidade para dizer que determinado grupo tem maior dificuldade para tomada de decisão, acesso, por supressão de escolhas ou alternativas. Contudo, o reconhecimento das vulnerabilidades é necessário para que determinado grupo ou indivíduo progrida no processo de tomara de consciência durante o processo de socialização e criação de personalidade.

A ideia de autonomia privada está relacionada com o "respeito à faculdade da pessoa de se autodeterminar" (SARMENTO, 2016, p. 139), de definir qual sua concepção de "vida boa" e de fazer suas próprias escolhas. Já a autonomia pública está ligada ao poder do indivíduo, como detentor

de direitos e deveres na ordem constitucional, de fazer parte das deliberações da sua comunidade política.

Contudo, a autonomia tem caráter situacional, ou seja, "as escolhas que as pessoas fazem são em boa parte condicionadas pela cultura em que elas estão inseridas" (SARMENTO, 2016, p. 155), sendo moldadas de acordo com a sociedade na qual se está inserida.

A partir do reconhecimento das vulnerabilidades de determinado grupo social, é possível que enxergar as especificidades daquele grupo, e direcionar ações no sentido de auxiliar o processo de aquisição de "autonomia".

Diante do exposto, como o direito ao reconhecimento concretizaria a autonomia das mulheres negras, a partir do reconhecimento e combate às vulnerabilidades específicas desse grupo social?

Inicialmente, cabe aqui o recorte de raça e gênero a partir do conceito de Feminismo Afro Latino Americano, de Lélia Gonzalez. A autora apresenta as especificidades da mulher negra e relaciona suas raízes ao sistema patriarcal e racista escravocrata. Assim, ser mulher negra no Brasil engloba lutar contra os três sistemas de opressão e exclusão, quais sejam, a raça, o sexo e a classe, que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas (CARDOSO, 2014, p. 974).

A mulher negra é a maior vítima em relação às desigualdades sociais, econômicas, culturais, educacionais, tendo sido negados a elas direitos fundamentais básicos, como o próprio direito de existência. A cultura sexista, racista e classista tem, sistematicamente, excluído essas mulheres da vida política, econômica e cultural, como uma forma clara de perpetuação da lógica escravagista patriarcal de outrora.

Para ilustrar as vulnerabilidades relacionadas às mulheres negras brasileiras, segundo o Atlas da Violência de 2020, no período entre 2008

e 2018, a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, enquanto a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. O mesmo estudo revela que 68% das mulheres assassinadas no Brasil em 2018 eram negras, apresentando uma taxa de mortalidade 5,2 por 100 mil, enquanto entre mulheres não negras essa taxa foi de 2,8 por 100 mil, ou seja, metade.

Em relação à saúde integral da mulher, segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2020), no Brasil, em 2016, os dados mostram disparidades de acesso ao atendimento pré-natal relacionadas à cor ou raça, indicando que as gestantes brancas possuem maior acompanhamento pré-natal adequado, correspondendo a quase 78%.

Outro dado assustador é em relação à morte obstétrica, sendo esta uma das maiores causas de mortalidade materna. Segundo o Rasem, em relação à mortalidade materna por cor ou raça, verificou-se, em 2016, que o percentual de óbitos de mulheres negras representou 66,2% do total, ao passo que a mortalidade de mulheres brancas foi de 32,4%. Há, portanto, uma completa negação de direito básicos das mulheres negras, que escancara a desigualdade social e as condições de vulnerabilidade das mesmas.

Dessa forma, considerando que as vulnerabilidades de determinado grupo social impedem o acesso a determinados direitos básicos, bem como dificultam a identificação desses grupos com respeito, é notável que tais vulnerabilidades constituem verdadeiros obstáculos ao direito ao reconhecimento, já que há negação sistêmica da dignidade da pessoa humana a tais grupos, com a opressão e a frustração da autonomia. Assim, o direito ao reconhecimento se mostra como um importante instrumento de afirmação da autonomia.

Referências

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. Ipea, FBSP. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020. Acesso em 05 de nov. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – Rasem. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/publicacoes-1/SPMRaseamdigital.pdf. Acesso em 28 julho 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, Dec. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Abril de 2021.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia [Orgs.]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Camilla de Magalhães. Os sujeitos do performativo jurídico – relendo a dignidade da pessoa humana nos marcos de gênero e raça. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 871-905, Junho 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000200871&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 fev. 2021.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia [Orgs.]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro/2014. p. 935 a 952. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf. Acesso em 11 fev. 2021

MELKEVIK, Bjarne. Vulnerabilidade, direito e autonomia. Um ensaio sobre o sujeito de direito. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, n. 71, pp. 641 -

673, jul./ dez. 2017. Disponível em: https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1877. Acesso em 10 fev. 2021.

RODOTÁ, Stéfano. Autodeterminação e laicidade. Revista Brasileira de Direito Civil. Belo Horizonte, v. 17, p. 139-152, jul./set. 2018. Disponível em: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/ rbdc/article/view/275/233. Acesso em 12 fev. 2021.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os Estudos feministas e o racismo epistêmico. Vol. 16, nº 2, p. 7-32. Revista GÊNERO – Niterói, Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: http://www.periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31232/18321. Acesso em 26 out. 2019.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 25, supl. 2, p. 4211-4224. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000680 4211&lng=en&nrm=iso. Acesso 13 fev. 2021.

SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 135-188; p. 241-298.

54

Apontamentos para uma análise genderizada da criminalização do racismo a partir de Lélia Gonzalez

Samara Tirza Dias Siqueira [1]

Lélia Gonzalez teve uma imensa contribuição para os estudos sobre relações raciais e de gênero no Brasil. Ao denunciar a condição social das mulheres negras, a autora aponta violências específicas diluídas em pautas de mulheres brancas e homens negros. Isto é, mostra as mulheres negras como alvos de violações próprias em razão de processos de classe, raça e gênero que incidem sobre suas vias.

Dessa forma, pretende-se investigar como o pensamento de Lélia Gonzalez sobre mulheres negras pode ser uma chave de leitura para análise da criminalização do racismo. Para isso, é necessário compreender como a autora analisa a situação das mulheres negras, como ocorreu a tipificação do racismo no ordenamento jurídico brasileiro e como a legislação antirracismo pode ser analisada à luz do pensamento de Lélia Gonzalez.

Será realizada pesquisa bibliográfica em textos de autoria da intelectual, que discutam a situação das mulheres negras no Brasil, bem como trabalhos sobre a incorporação do racismo como crime na legislação. Além disso, será realizada pesquisa documental na Lei nº 7.716/ e na Constituição Federal de 1988.

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPa. Pós-graduanda em Análise de Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPa. E-mail: samara.tirza31@gmail.com.

Eleger Lélia Gonzalez como lente de análise para pensar a criminalização do racismo no Brasil é essencial para destacar que vítimas de crimes raciais não são sujeitos universais, mas pessoas atravessadas por diversas violências que se interseccionam com o racismo.

Lélia Gonzalez (2020a) contextualiza a condição social de mulheres negras no Brasil com base no legado da escravização sobre suas vidas. A autora explica que nesse período, elas eram divididas nas seguintes funções: trabalhadora do eito e mucama. Trabalhadoras do eito eram aquelas que labutavam no dia a dia ao lado dos homens negros, já as mucamas eram responsáveis pelos afazeres domésticos da casa-grande.

Após a abolição da escravização, as mulheres negras ocuparam os piores lugares na estrutura social. Como decorrência do racismo e do sexismo, Lélia Gonzalez (2020c) explica que as mulheres negras somente podem estar em duas profissões na sociedade brasileira: mulata ou doméstica.

A mulata do carnaval se tornou uma categoria própria de objeto sexual e uma profissão, esta última como uma decorrência específica do capitalismo no Brasil (GONZALEZ, 2020b). Este ofício é exercido por mulheres negras jovens e magras que, após um processo de alienação imposto pelo sistema, entende que pode ascender socialmente sendo uma mulata. A verdade é que apenas se torna um produto de consumo para a burguesia nacional e turistas (GONZALEZ, 2020a).

Todavia, a mulata é um instrumento perfeito de atualização do mito da democracia racial, pois esconde a realidade de grande parte das mulheres negras no país: a relegação ao emprego doméstico (GONZALEZ, 2020c). A empregada doméstica é a figura esquecida e invisibilizada, mas essencial para o funcionamento das casas de classe média e alta do país, tal qual a mucama era para a casa-grande.

Lélia Gonzalez (2020c) explica que as mulheres negras foram naturalizadas em lugares de subserviência, como cozinheiras, serventes e faxineiras. A empregada doméstica é responsável pela sua família e a dos outros, é uma mucama permitida. Exatamente por isso ela é o lado oposto da exaltação da mulata, pois ela está no cotidiano (GONZALEZ, 2020c).

A análise proposta por Lélia Gonzalez nas obras citadas, demonstra como os efeitos do racismo e do sexismo incidem na vida de mulheres negras, de maneira que as deixam na base da pirâmide social, bem como as reduzem a meros objetos sexuais, atualizando o estereótipo da hipersexualização. Situar a condição social de mulheres negras como sendo moldada pelo racismo e pelo sexismo, aponta para a demanda de uma proteção específica que não dê conta somente do racismo, mas do sexismo também.

A Constituição Federal de 1988 inovou ao trazer no seu corpo normativo, especificamente no art. 5º, inciso XLII[2], o mandamento de criminalização do racismo. Em 1989, foi promulgada a Lei nº 7.716/89, para regulamentar o supracitado inciso, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito.

Segundo Carmem Fullin (1999), a criminalização do racismo é uma demanda antiga dos movimentos negros. Inicialmente, foi proposta em 1945, ao final da ditadura varguista. No entanto, somente em 1951, com a criação da Lei. nº 1.390, a discriminação racial foi tornada contravenção penal. Contudo, isso não foi suficiente, pois muitas condutas racistas passavam à margem do que a lei considerava que deveria ser punido.

No processo constituinte de 1987, houve intensa organização e mobilização dos movimentos negros para proporem pautas relativas aos direitos que deveriam ser incorporados ao texto constitucional. Das

[2] Art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal: "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

diversas propostas, poucas foram mantidas, entre elas, a criminalização do racismo (FULLIN, 1990).

O art. 20 da Lei nº 7.716/89 é o mais comumente reconhecido como crime de racismo. Para Ivair Santos (2015), é uma das maiores conquistas através da legislação antidiscriminatória, pois foi possível ampliar o entendimento do que é a discriminação racial, ante a dificuldade no enquadramento nos outros artigos.

No entanto, a partir do entendimento de Lélia Gonzalez (2020c), há um duplo fenômeno – o racismo e o sexismo – que forja a condição das mulheres negras na sociedade brasileira. Dessa forma, a presente pesquisa permite inferir que a análise interseccional da intelectual aponta para a necessidade de uma proteção específica das mulheres negras, pois não são alvo somente do racismo.

Portanto, a criminalização do racismo, personificada em uma legislação antidiscriminatória, deve visar proteger e garantir direitos não a um sujeito universal, mas para sujeitas/os plurais, cujas vidas são atravessadas por opressões sociais que estão interseccionadas com o racismo.

Carla Akotirene (2019) ensina que uma legislação que vise combater a violência de gênero ou a violência racial, deve ser pensada e gestada a partir de uma visão interseccional, sob pena de excluir grupos de sua proteção, como as mulheres negras. Logo, a tipificação de condutas consideradas racistas e a aplicação da legislação antidiscriminatória, devem considerar a existência do sexismo como violência imbricada ao racismo, para melhor tentar garantir o direito à igualdade para mulheres negras.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

FULLIN, Carmen Silvia. **A criminalização do racismo: dilemas e perspectivas**. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 158-170.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 75-93.

SANTOS, Ivair. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. 2ª reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

55

A perpectiva interseccional e a politização do movimento feminista

Danilla Aguiar [1]

Este trabalho se insere nos debates críticos sobre o feminismo hegemônico, liberal, que não dialoga com a realidade da grande maioria das mulheres do subcontinente. Objetivamos avançar na construção de um feminismo que dê conta de responder às particularidades e necessidades de todas as mulheres, incluindo decisivamente as mulheres negras, periféricas, trabalhadoras, subempregadas. Partimos da perspectiva interseccional apresentado nas obras de Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks e Carla Akotirene e do feminismo anticapitalista de Angela Davis e Lélia González para pensar esse avanço no sentido da politização do movimento feminista.

O ponto nevrálgico desse feminismo sem barreiras – sejam patriarcais, de etnia, religião, gênero ou de marcações geopolíticas – é que fundamentalmente não dissociam a luta feminista da luta de classes em favor de outra forma de organização da sociedade, denunciando a falência e inviabilidade do neoliberalismo, sendo as sociedades meridionais campo de experiência ainda mais brutais deste falacioso sistema.

Mas, que feminismo é esse? Por que esse feminismo é o que nos interessa e nos contempla? Entendemos que um dos movimentos sociais mais importantes atualmente é o movimento de mulheres negras. Entre

[1] Professora do Departamento de Educação, na UFRN. Doutora em Ciências Sociais pela UFCG. Pesquisadora do Grupo Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq) e do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais – LENTE (UFRN/CNPq). Email: danilla.aguiar@ufrn.br.

as suas principais características está o fato de serem movimentos sociais internacionalistas e de orientação de esquerda, alinhados com uma práxis política, de intervenção na sociedade e que pretende, fundamentalmente, disputar seus rumos. Historicamente, a opressão pelo gênero delega às mulheres a condição de "subproletariado", o exemplo limite de uma subalternização para quem eram negados espaços sociais e até o direito de decidir sobre o próprio corpo. O corpo feminino pode ser pensado como o primeiro 'território' a ser conquistado e ocupado pelo colonizador, caracteristicamente homem, branco, cristão, europeu e heterossexual. Na esteira dessa reflexão, "a mulher do terceiro mundo", a mulher negra, indígena, trabalhadora terceirizada, desempregada seria a personificação desse cruzamento entre a luta de classes e o marxismo, pós-colonialismo e feminismo. Esta situação só pode ser superada pela organização, educação – num sentido amplo do termo, envolvendo também e decisivamente mudanças culturais – e ação política protagonizada pelas mulheres.

A luta das mulheres vem se destacando nos últimos anos na América Latina e no mundo, trazendo verdadeiras ondas de mobilizações, protestos e greves em centenas de países, demonstrando grande politização do movimento. As mulheres apresentam-se como protagonistas dos conflitos sociais e representam uma importante frente de luta pela democratização da sociedade, destacando pautas democrático-radicais que permitem apresentar elementos de combate para superar o atual modelo de organização da sociedade.

A luta dessas mulheres é uma luta silenciada – e não silenciosa – e ultimamente tem promovido fissuras na hegemonia patriarcal, colonial e capitalista do mundo. Essa fissura tem sido chamada de "nova primavera feminista", ou "primavera das mulheres", sendo marcantes as manifestações no dia internacional da mulher, oito de março, quando as

mulheres vêm convocando a um par de anos uma Greve Internacional de Mulheres rebatendo os Estados e o empresariado através do mote *se nossas vidas não importam, produzam sem nós*, que tomou força no ano de 2017. Mesmo antes de 2017, o movimento de mulheres da Argentina, por exemplo, foi um dos que primeiro referendou esse dia de luta, ainda em 2015, respondendo aos feminicídios e à violência machista com a campanha por *#NiUnaMenos*, que mobilizou mais de um milhão de pessoas em todo o país. Em 2016, se realizou a primeira greve nacional de mulheres, organizada em paralelo com vários países da América Latina e de várias partes do mundo. Esse feminismo para os 99% que se torna um chamado internacional para a greve geral de mulheres deste ano denuncia justamente a "impotência do feminismo liberal para responder às contradições vitais que afetam as mulheres após longas décadas de neoliberalismo" como a negação aos direitos básicos a exemplo da saúde pública e garantia de vida. Particularmente sobre o feminismo para os 99%, é um importante marco teórico a publicação lançada em 8 de maio de 2019 simultaneamente em diversos países, incluindo no Brasil, *Feminismo para os 99%: um manifesto*, obra de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, organizadoras entre vários coletivos de mulheres da Greve Internacional das Mulheres (Dia sem mulher), um chamado potente sobre a necessidade de um feminismo mais amplo, anticapitalista, antirracista, antiLGBTfóbico e indissociável da perspectiva ecológica, alargando, assim, o universo feminista.

Somos, hoje, maioria da humanidade numa nova situação histórica onde 40,5% da força de trabalho é feminina e precarizada. Desta forma, a força e o desafio dos movimentos feministas se apresentam fundamentalmente em reconhecer a pluralidade das diferentes opressões como possibilidade de construir uma frente de resistência coletiva. Em algumas breves conclusões, ao mesmo tempo que destacamos as

fundamentais contribuições trazidas contemporaneamente – a partir da década de 1990 – da metodologia interseccional, em nossa hipótese, se faz fundamental citar a crítica de Davis à interseccionalidade que aparecem no livro *Interseccionalidade* de Carla Akotirene, (2020). Conforme sugerido pela primeira vez nos textos de Crenshaw, Davis aponta o paradoxo neste prisma "por sugerir paz e justiça social através da legitimidade do Direito moderno, condenado politicamente pela seletividade racial e estereótipos pós-coloniais", delegando ao Estado plenos poderes (AKOTIRENE, 2020, p. 61). Não menos importante, Davis ainda indica a ausência da referência às feministas negras estadunidenses na perspectiva interseccional de Crenshaw. Esta pesquisa em andamento, pretende aprofundar este debate em diálogo com outras autoras contemporâneas que têm se destacado nos estudos interseccionais e que alargam ainda mais este conceito em termos políticos, sem caírem em um esvaziamento do termo. O movimento feminista abre enormes possibilidades na luta contra a opressão e a exploração através da intervenção política.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

56

Interseccionalidade: uma reflexão racial

Janaína Sandra Pereira [1]

Este estudo surgiu a partir da inclusão da autora Lélia Gonzalez como uma das referências de leitura nos grupos de pesquisa "Feminismos Negros e as Amefricanas do Brasil" e "Gênero, Sexualidade e Direito", que despertou reflexões sobre o silenciamento do discurso de mulheres negras, no que se refere à interseccionalidade entre gênero e raça. Assim, objetiva retratar o pensamento interseccional, a partir das opressões que mulheres negras enfrentam e seus marcadores sociais, promovendo uma reflexão no que se refere à racialidade. As bases para a elaboração deste trabalho pautam-se em três artigos da autora Lélia Gonzalez, "Racismo e Sexismo na cultura brasileira" (1984), "A categoria político-cultural de amefricanidade" (1988) e "Por um feminismo afro-latino-americano" (2011), nos quais aborda questões referentes à raça, classe e gênero, assim como a participação da mulher negra na construção da democracia racial no Brasil. O Grupo de Estudos (G.E) é um dispositivo para estudo e pesquisa sobre o tema "Interseccionalidade: uma reflexão racial". Os encontros acontecerão semanalmente, será aberto, online, gratuito. Com intuito de promover um fazer circular a palavra entre os interessados, sejam estudantes, profissionais ou quaisquer pessoas que queiram participar deste diálogo, propondo uma interlocução no campo da psicanálise, e interfase entre a interseccionalidade e o racismo.

[1]Graduada pelo Curso de Psicologia pela FACED- Sociedade Dom Bosco de Educação e Cultura do ano 2015. Pós Graduada em Saúde Mental pela PUC Minas (2016 – 2017). Membro do Parlêtre: Psicanálise –Pesquisa -Transmissão desde 2016. Email: janainasandrap@hotmail.com.

Lélia Gonzalez foi responsável por destacar a consciência da mulheridade negra no campo da sociologia e antropologia. Apontando o trabalho doméstico das mulheres negras no cotidiano brasileiro, ainda considerado subalterno. Evidenciando o lugar político, econômico e cultural das trabalhadoras domésticas negras no Brasil, articula o racismo enquanto sintoma, característica da cultura brasileira.

No artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (1984) a autora trata da figura da mulata, a figura doméstica e da mãe preta. Essa tríade é necessária para articularmos como a mulher negra se situa no discurso de identificação do dominado com o dominador e os processos constituintes do colonialismo.

Identificando que o lugar no qual se situa o fenômeno do racismo e do sexismo é pensado de maneira fragmentada, Gonzalez defende que só é possível compreender o fenômeno de identificação do dominado com o dominador, se entendermos o racismo enquanto uma forma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. As categorias centrais para melhor compreensão da lógica de dominador e dominado são as noções de consciência e memória articuladas na relação dialética. A consciência seria o lugar do desconhecimento, da alienação e até do saber, enquanto a memória seria entendida como não-saber que se conhece, um lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita. A dialética acontece à medida que a consciência exclui o que a memória inclui.

Segundo a autora, no carnaval o mito da democracia racial é atualizado, ocorrendo uma inversão: a mulher negra sai do anonimato dos papéis da doméstica e da mãe preta para se tornar a "Cinderela do asfalto"; a "mulata deusa do meu samba". "É por aí, também, que se constata que os termos mulatos e domésticos são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas." (GONZALEZ, 1984, p.228).

Para Gonzalez o carnaval expõe uma ambigüidade de sentidos em torno da tríade: mãe preta, mulata ou doméstica. O mito da democracia racial no Brasil é exposto através do carnaval de forma invertida, produzindo um status na sociedade brasileira altamente hierarquizada em suas relações sociais. Admitir que não somos racistas, não existindo negros e indígenas, segundo a autora, seria nosso delírio acreditar que somos todos brancos, quase europeus. Gonzalez nomeia este complexo como a neurose brasileira. Essa negação sobre o passado escravocrata, racista e hierárquico da sociedade brasileira produz o racismo enquanto sintoma do "racismo à brasileira", o qual seria a denegação da nossa latina amefricanidade que se volta contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma ("democracia racial brasileira") (GONZALEZ, 1988, p. 69).

A autora identifica duas formas de racismo: o racismo aberto e o racismo disfarçado. O racismo aberto é encontrado nos países de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa que estabelece que negras sejam pessoas com antepassados negros. E, o racismo disfarçado ou racismo por denegação presente nas sociedades de origem latina, no qual prevalecem as "teorias" da miscigenação, da assimilação e da "democracia racial". Nesse recalque e denegação presente no racismo à brasileira, a mulher negra, é quem mais sofre. Estando em uma posição de ambiguidade entre a mãe preta e a mulata do carnaval, passando pela mucama.

O objetivo desta proposta será compreender a interseccionalidade através de um grupo de estudos o qual se oriente pela história da memória da mulher negra na sociedade brasileira que se estrutura em termos da linguagem no mito da democracia racial. O que ocorre no âmbito das relações sociais é negado pelo discurso e o espaço social não comporta, não delimita uma consciência discursiva favorável a essa fala. Entretanto, o lugar que ocupamos socialmente produz experiências distintas, sendo necessário reconhecer esse discurso para admitir essa neurose brasileira

negacionista e violenta. Assim, o GE será uma ferramenta para compreendermos a interseccionalidade como instrumento normativo, para que mulheres negras possam ser vistas e faladas a partir do seu próprio lugar na experiência pós-colonial. Logo, para que e porque estudar interseccionalidade? Com intenção de perceber os muitos fatores atravessadores das experiências – sejam de raça, gênero, território ou de classe, na tentativa de fomentar debates que se desdobrem em incitar diálogos para legitimação de políticas públicas que combatam racismo e sexismo.

Referências

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

~~**A categoria**~~ **político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.º 92/93. (jan.jun.), p. 69-82. 1988.

~~**Por um fem**~~**inismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. (2011). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino. Acessado em 05.11.2021.

57

Guiança de mestra: a filosofia brincante de Ana Maria Carvalho

Vanessa Soares [1]

A vida não nos exige nada,
apenas que compartilhemos
o que ela nos oferece.
Ana Maria Carvalho

As culturas tradicionais de matriz africana são fundamentadas e constituídas de valores civilizatórios que potencializam à vida (SANTOS, 2019). Como oralidade, memória, ancestralidade, comunitarismo, corporeidade, musicalidade, religiosidade, espiritualidade, ludicidade. É um sistema que compreende a vida numa travessia de relações que não só é diferente, mas divergente do *capitalismo patriarcal supremacista branco* (hooks[2], 2018), que institui uma cultura branca colonial hegemônica que pasteuriza a vida. A brincadeira popular é um organismo vivo, rico e complexo que nos ajuda a compreender o processo histórico através da narrativa da subjetividade negra. Habitar um território existencial, das pessoas negras como sujeitas de sua própria história.

A Mestra Ana Maria Carvalho[3] traz em seu fazer, uma colocação, compreendida pela autora, como filosofia de uma vida brincante, que nos

[1] Mestra e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba na linha de pesquisa Educação, Comunidade e Movimentos Sociais

[2] Gloria Jean Watkins, adotou como pseudônimo o nome bell hooks, de sua avó e, prefere que a grafia seja feita em minúsculo.

[3] Ana Maria Carvalho é mestra de cultura popular tradicional, nascida em Cururupu no Maranhão, radicada em São Paulo há quase trinta anos, cofundadora do Grupo Cupuaçu, juntamente com Mestre Tião Carvalho e fundadora do Grupo Pé na Dança.

ilustra bem sobre os valores civilizatórios no brincar e traz uma reflexão bastante rica sobre a relação com a intenção de religiosidade na perspectiva de matriz africana:

> Eu costumo falar que a minha religião é a minha cultura. Porque nessas manifestações a gente dança, a gente reza, a gente toca, a gente se alimenta, a gente celebra o tempo todo. Então, a gente ocupa todo esse espaço com nossos rituais. Todos esses rituais. Então pra mim já faz parte dessa religião. É essa a minha religião. (Ana Maria Carvalho, 2018)

Sergio F. Ferretti (2007), nos ajuda a refletir sobre o pensamento de Mestra Ana Maria. Ele nos convida a pensar a relação brincadeira-religião no contexto das festas populares. A festa é uma atividade importante na cultura popular, é uma das maneiras em que as manifestações culturais, os folguedos e brincadeiras se exteriorizam. A festa não é apenas brincadeira, na concepção de prazer e divertimento, mas também é *obrigação* (FERRETTI, 2007). Enquanto a brincadeira, pelo senso comum, é vista apenas como divertimento, passatempo, entretenimento, sobretudo infantil e obrigação tem o caráter de seriedade, dever, imposição. O que ocorre na religiosidade e brincadeira popular é uma mistura, como exemplo: "no terreiro de tambor de mina existe a obrigação de oferecer brincadeiras para determinadas entidades sobrenaturais" (FERRETTI, 2007, p. 5). Neste território da religiosidade, a obrigação não vem como imposição ou meramente cumprimento de dever. Esta se estabelece como compromisso pautado no agradecimento e no afeto (OLIVEIRA, 2018). Embora cada comunidade religiosa ou de cultura popular tenha suas características próprias, nas tradições afro-brasileiras o compromisso estabelecido com a ideia do segredo e do mistério é fundamental (FERRETTI, 2007).

Débora Oliveira (2018) em sua pesquisa, conta sobre sua obrigação com a benzedeira D. Alzira:

> D. Alzira não me pedia nada, no entanto eu sentia uma espécie de dever, obrigação, tal como ela mesma sempre me dizia quando eu a presenteava. [...] O que de fato passei a sentir nesta relação entre os deveres e as obrigações era na realidade o sentimento de gratidão, e a troca de tarefas ou presentes não era o que de fato importava, mas o trânsito singelo de sentimentos mediados pelo afeto e pela lealdade que se representavam nas coisas simples, que muitas vezes nem tinha um valor material relevante [...], eram apenas objetos simbólicos por trás do afeto que nos conectavam. Assim como MANO (2010) reportou a seu modo de tradução a palavra gratidão, passei a comungar desta mesma descrição em meio a experiência vivenciada.
>
> [...] sentido a carência do menor afeto e do menor gesto de cuidado – o mundo miséria – há, de forma limpa e transparente, de forma quase cristalina, quase brilhante, a presença do maior sentimento: a gratidão. Acredito nessa palavra como parte mais simples do sentimento e ato de amar (MANO, 2010, p. 61-62). (OLIVEIRA, 2018, p. 26).

A relação de obrigação que Oliveira (2018) estabelece com a benzedeira, é a mesma relação na brincadeira para com o misterioso que aponta Ferretti (2007). Nas festas, oferta-se a brincadeira em agradecimento e lealdade ao Santo, ao Orixá, ao Divino. Contudo, em momentos como este, há a dificuldade de delimitar religião e cultura popular. Estão inter-relacionadas. A obrigação relacionada ao sagrado. "A brincadeira apesar do nome, configura-se muitas vezes como trabalho e obrigação" (SAURA, 2008, p. 71).

Sendo assim, a Mestra Ana Maria Carvalho na sua relação de obrigação, ao pronunciar sua filosofia de vida brincante, nos convoca a um estado de gratidão, como nos conta Oliveira (2018) sobre sua relação com a Benzedeira D. Alzira. Pois na sua lida de vida a brincadeira não é qualquer coisa, é coisa séria, inteira, sagrada. A dimensão do sagrado na

brincadeira, como obrigação, pois, há sagrado no profano da brincadeira. Com Ana Maria é tecido um fio de guiança como inspiração no exercício espiritual da vida. Podemos analisar da fala da Mestra Ana Maria, que não há necessidade de uma religião em si, para manifestar seu intento religioso na vida, neste caso do brincar, que é a própria vida. Pois a brincadeira, esta pautada em valores civilizatórios complexos e profundos sobre constituição de modos de vida em comunidade, que é também espiritual, representa e sustenta todos os significados e simbologias necessárias para se exercer com afeto a fé e a celebração da vida em honra, dor e alegria. No mesmo instante em que se agradece por ela, na intenção de obrigação com quem – deus, orixás, divino, o misterioso, os santos, ancestrais - nos oferta e nos fortalece para seguir a jornada do viver.

Meu divino espírito santo
Vós queira me proteger
Me dê força e coragem
Pra seu festejo eu fazer
(Cantiga das Caixeiras do Divino, MA)

Referências

CARVALHO, Ana Maria. **Cacuriá, Caroço e Brincadeiras Brasileiras** [S.l.:s.n.], 2018. 1 vídeo (3min49). Publicado pelo canal Igarapé Cultura e Arte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=isfOLPTqEew>. Acesso em: ago. 2018.

FERRETTI, Sergio F. **Religião e Festas Populares.** Comunicação apresentada na Mesa Redonda 06 Religiões / Culturas Populares, na XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas en América Latina, realizada em Buenos Aires de 25 a 28 de setembro de 2007. Disponível em: <https://goo.gl/ZQUQDT>. Acesso em: jan. 2019.

OLIVEIRA, Debora. P. **O encontro com a história de vida de uma mulher benzedeira.** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Ciências Humanas e Educação. Sorocaba: Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2018.

SANTOS, Vanessa S. **CULTURA POPULAR E O MODO DE VIDA BRINCANTE:** costurando linhas de vida na perspectiva das africanidades. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Ciências Humanas e Educação. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2019.

SAURA, Soraia C. **Planeta de Boieiros:** culturas populares e educação de sensibilidade no imaginário do Bumba-meu-boi. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

58

Celebridades negras, relações inter-raciais e a dicotomia público/privado: o Caso Orochi

Camila Maria Santos Meira Moreira [1]

No dia 22 de novembro de 2020, o rapper carioca Orochi publicou no *Instagram* uma foto com sua namorada, a modelo Lara Jucá, assumindo a relação para seus milhões de seguidores. A imagem gerou intensa repercussão negativa nas redes sociais: muitos internautas criticaram o fato de o artista cantar sobre mulheres negras em suas músicas mas, na vida real, assumir uma mulher branca. O acontecimento, além de ter lançado luz sobre a discussão das relações inter-raciais, ilustra a dinâmica de diluição das fronteiras entre público e privado na construção da imagem pública das celebridades contemporâneas.

A partir da polêmica desencadeada pelo namoro de Orochi, o objetivo do artigo é investigar os atravessamentos entre público e privado na constituição de uma celebridade negra. Quais especificidades emergem a partir do marcador de raça? Em consonância com esse fenômeno, o trabalho se propõe a observar como as discussões de gênero, raça e classe são suscitadas pelo acontecimento, instaurando uma disputa de sentidos em torno de relacionamentos inter-raciais e revelando aspectos do debate racial na sociedade brasileira.

A temática das celebridades tem sido abordada por uma quantidade considerável de pesquisas tanto no Brasil como no exterior e já apresenta

[1]Bacharel em Jornalismo e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

autores de referência. A forte presença das figuras célebres na vida social justifica a relevância de estudos sobre o tema, já que estas mobilizam públicos, despertam emoções, reforçam valores e se tornam figuras de referência na vida social. Uma vez que se destacam na cena pública por se inscreverem no terreno de interesses dos atores sociais, as celebridades revelam aspectos da sociedade em que estão inscritas, dando a ver os valores apreciados e tensionados na contemporaneidade.

O presente artigo pretende contribuir para a ampliação dessa discussão ao propor uma visada interseccional para o estudo das celebridades. Ao refletir sobre estas figuras por um viés de raça, classe e gênero, pretende-se identificar as especificidades decorrentes do entrecruzamento de diferentes avenidas identitárias na configuração dessas figuras públicas, contribuindo para compreendê-las de forma pluriversal.

Além disso, o artigo incita uma reflexão crítica sobre os relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais, compreendendo o papel histórico e estratégico destes na configuração da sociedade brasileira. Com isso, buscamos analisar criticamente a máxima "O amor não tem cor" a partir das contribuições de pensadoras e pensadores negros, situando o papel do mito da democracia racial na compreensão sobre raça no âmbito nacional.

Os procedimentos metodológicos utilizados consistem, primeiramente, na discussão teórica das definições de público e privado, com base nas contribuições de Hannah Arendt e John Dewey. Em seguida, discutimos os atravessamentos entre público e privado na constituição das celebridades contemporâneas, a partir das reflexões de Vera França e Paula Simões. Logo após, elaboramos um panorama das relações inter-raciais no Brasil com base em pesquisadores negros como Ana Cláudia Lemos Pacheco, Sueli Carneiro, Rodrigo Ednilson de Jesus, entre outros.

A metodologia de análise do corpus consiste, em um primeiro momento, na descrição do acontecimento com base em matérias jornalísticas que reverberaram o caso. As matérias foram selecionadas a partir da busca das palavras-chave "Orochi e namorada" na ferramenta de pesquisa *Google*. Também utilizamos o recurso "personalizar data", realizando um recorte temporal do dia 22 de novembro de 2020 (data em que o artista publicou a foto com a namorada nas redes sociais) ao dia 22 de dezembro de 2020, de forma a apreendermos os sentidos produzidos sobre o acontecimento no intervalo de um mês. Foram consideradas as matérias jornalísticas em formato de texto disponibilizadas na primeira página de resultados do *Google*, uma vez que a ferramenta de buscas realiza o ranqueamento dos conteúdos mais relevantes para a audiência. Em seguida, à luz das discussões teóricas, realizamos a análise de 86 comentários do *Twitter*, coletados manualmente de uma publicação feita pelo portal Rap Mais, especializado na cobertura jornalística de hip hop, que noticiou a repercussão do relacionamento de Orochi.

Na análise empírica, observamos que a grande maioria dos comentários coletados discorda das problematizações sobre o namoro de Orochi com Lara Jucá, destacando que não importa o pertencimento racial de ambos, mas sim os sentimentos de um pelo outro. Assim, os argumentos acionam a máxima "O amor não tem cor". Outros comentários se referem ao relacionamento do rapper como uma forma de reparação histórica, dando a ver a problemática de objetificação da mulher branca como meio estratégico de ascensão social do homem negro. Nesse sentido, homens negros tentariam se igualar em poder com homens brancos, preterindo mulheres negras e usando mulheres brancas como "troféus". Também emerge nos comentários a ideia de uma tendência de que homens negros que ascendem socialmente assumam mulheres

brancas, revelando que as escolhas afetivo-sexuais têm relação com a internalização de valores racistas.

Nas considerações finais, destacamos a forte presença da ideologia da democracia racial nos comentários analisados, forjando uma falsa ideia de harmonia entre as raças, de forma que o pertencimento racial supostamente não teria influência nas relações. Também observamos que as relações afetivo-sexuais, comumente associadas ao âmbito privado, carregam marcas de dinâmicas sociais. Dessa forma, as escolhas afetivas, comumente entendidas como meras preferências individuais, estão inscritas na dinâmica racista e patriarcal que estrutura a sociedade. Além disso, a análise revelou que a constituição de uma celebridade negra é atravessada por questões relacionadas ao seu pertencimento racial, gerando experiências específicas. No caso de Orochi, seu namoro com uma mulher branca suscitou cobranças e críticas que dificilmente seriam feitas a celebridades brancas. Outro aspecto evidente na análise é o direcionamento das críticas exclusivamente a Orochi, sem qualquer tipo de problematização do papel das mulheres brancas na dinâmica das relações afetivo-sexuais inter-raciais. Ademais, o acontecimento analisado mostra o quanto as celebridades espelham valores da sociedade em que estão inscritas, dando a ver, inclusive, as contradições e disputas de sentido que perpassam as práticas sociais.

Referências

ARENDT, Hannah. A condição Humana. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BRAGA, José Luiz. Sociedade midiatizada. Animus, Santa Maria, v. 5, n. 02, p. 9-35, jul./dez., 2006.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, jul./dez. 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 171-188, 2002.

DEWEY, John. En busca del público. In: _____. La opinión pública y sus problemas. Madrid: Ediciones Morata, 2004. p. 59-76.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula Guimarães. Celebridade: quando o privado atravessa o público (e vice-versa). Paulo Castro (org.). Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo? Maceió: Edufal, 2015.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. O amor tem cor? O uso do Facebook como estratégia de letramento racial e de reexistência. In: CORRÊA, Laura Guimarães (org.). Vozes negras em comunicação: mídia, racismos, resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 113-129.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. "Branca para casar, mulata para f...., negra para trabalhar": escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes; FAUSTINO, Deivison Mendes. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. Revista Transversos. "Dossiê: Áfricas e suas diásporas". Rio de Janeiro, nº. 10, pp.163-182, Ano 04. ago. 2017.

59

Se Lélia Gonzalez era Olodum, quem tu és?

Mara Felipe [1]

Aguce a consciência
Negra cor, negra cor
Extirpar o mal que nos rodeia
Se defender
A arma é musical[2]

O presente ensaio tem como ponto de referência a busca por informações sobre Lélia Gonzalez na internet, onde ela é apresentada com o fato/*fake*, em vários sites, como alguém que ajudou a fundar o Bloco Afro Olodum, em Salvador/BA. O

Olodum foi criado por jovens negros que se sentiam discriminados no carnaval de Salvador e embora não tivessem no momento de fundação a consciência política, nasceu com o único e exclusivo propósito de brincar o carnaval. E Lélia com isso? Bom, com sua mudança de trajetória, tornando-se uma instituição mais abrangente a partir de 1983, o Olodum passou a ser caracterizado como um território de resistência e de potentes reflexões, de uma educação sócio, política e cultural de corpo presente no movimento negro brasileiro e portanto no que pese não ter contribuído com o processo de criação da instituição, a partir de fatos históricos e

[1] Conselheira do Olodum. Profª Esp. Gestão de Projetos Sociais (INDES/BIRD) e Comunicação e Mobilização Social (FAC/UnB). Jornalista e Mestranda da UFSB/PPGER

[2] "Berimbau". Música composta por Pierre Onassis, Germano Meneghel e Marquinhos Marques. CD Música do Olodum - 20 Anos. 1999 Sony Music Entertainment (Brasil). Letra registrada em: RODRIGUES, J. J.; MENDES, N.; SILVA, U.; CAPINAN, B. (Orgs.). **Olodum, Carnaval, Cultura, Negritude:** 1979 - 2014. Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum e Fundação Cultural Palmares. Salvador/BA, 2005, p. 296. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9QwMGzvQmTw

referências musicais, é possível fazer um paralelo e pautar atividades do Olodum com alguns conceitos e terminologias propostas por Gonzales.

No pouco tempo de caminhos cruzados, ambos pregam a importância do conhecimento das raízes africanas para a conscientização do povo negro. O Olodum é uma instituição referência no protagonismo feminino. Foi o primeiro bloco afro a ter uma mulher eleita presidente, ainda nos anos 80, a ter a primeira maestrina de percussão, ser o primeiro bloco afro a discutir e refletir a condição da mulher negra por meio do seminário "Mãe, Mulher, Maria Olodum" e a ter ao longo de sua trajetória de mais de 40 anos, várias mulheres no comando e execução de suas principais atividades.

Tais atitude do Olodum é uma intersecção com o pensamento de Gonzalez que tão bem sabia conceituar e formular a contradição específica de ser mulher negra, a questão de como a desigualdade, o racismo e a discriminação produziam a nossa realidade de exclusão e que paralela e maravilhosamente conseguia positivar todas as coisas com as quais as mulheres negras são estigmatizadas.

Dessa intersecção ideológica entre o Olodum e o pensamento de Lélia, verifica-se o formular sobre a mulher negra e a questão de como a desigualdade, o racismo e a discriminação produziram uma realidade de exclusão. Essa ligação é facilmente rememorada com as reflexões da musicalidade do Olodum sobre o falacioso processo de denegação do racismo brasileiro, associando o conceito de "amefricanidade" cunhado por Lélia Gonzalez, que no seu texto "A categoria político-cultural de amefricanidade[3]" às práticas sociais, políticas, culturais e musicais do Olodum como instrumento metodológico contemporâneo para interpretar

[3] GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. , N. 92/93(Jan/Jun). 1988b, p. 69-82. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf

o processo de formação da nossa sociedade e manter vivo o pensamento de Lélia.

O projeto e a categoria de amefricanidade de Lélia são a possibilidade de propostas de repactuação político epistêmico e neste sentido o Olodum faz o mesmo movimento de olhar para trás para refletir prospecções coletivas. Partindo-se do processo de poder costurar histórias individuais e coletivas, constituídas na diáspora, pode-se por meio de ações e canções do Olodum e nos textos de Lélia cartografar memorias usurpadas pelo colonialismo, compreendo outras impressões e concepções de tempo, de memória, de história. Lélia nos diz que "(...) foi no interior das novas sociedades que se formaram no Novo Mundo (sejam de segregação aberta ou disfarçada) que a amefricanidade floresceu e se estruturou.

Já na época colonial escravista ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre[4]", daí podemos identificar várias formas de resistências amefricanas tão cravejadas nas narrativas das revoltas oitocentistas e contemporâneas, na formação dos quilombos, nos motins, no banzu, nos periódicos revolucionários, na mobilização estudantil e dentre tantas outras que ela não falou, mas identificamos nas atividades e ações do Olodum. Pois, dentro de uma perspectiva decolonial de direitos humanos é indispensável o exercício reflexivo que entenda as diversas facetas do Olodum - como banda, instituição do movimento negro, bloco afro, como escola de educação não formal, editor de livros, promotor de eventos, marca de roupas, etc. - que contribui para as práticas de liberdade, a partir do reposicionamento das resistências amefricanas.

Outro ponto de ligação entre o pensamento do Olodum e o de Lélia é que ambos foram construídos a partir do contato com várias pessoas e

[4] GONZALEZ, LÉLIA. RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano. Ed. Zahah.2020. pag.

localidades. Lélia foi uma "intelectual diaspórica, com um pensamento erigido por meio de trocas afetivas e culturais, ao longo do chamado Atlântico Negro, com intelectuais, amigos e ativistas da América do Norte, Caribe e África Atlântica[5]".

Já o Olodum ao longo de mais de 40 anos, visitou 41 países de 5 continentes e esteve com artistas e personalidade de renome nacional e internacional, sendo também uma organização diaspórica que produz um pensamento e musicalidade globalizado e transnacional, que evoca memórias coletivas (matrizes culturais) e experiências de lugares (territorialidade e lugar social) representadas pela história dos povos negros.

Finalizado destaca-se a intersecção sobre a universalidade da categoria mulher e as relações de gênero, que Gonzalez tão bem antecipou esse debate atual e o Olodum descortina. A "Mãe, Mulher, Maria Olodum[6]" cantada pelo Olodum é a mãe preta insurgente de Lélia, que resisti, constrói e avança nas lutas contra a escravidão dos tempos atuais, contribuindo para o movimento de mulheres como um todo, intervindo ativamente na condução de seus destinos e deixando como legado a experiência do enfrentamento do racismo e do sexismo. Portanto, pode-se afirmar, tanto Lélia Gonzalez quanto o Olodum, mesmo sem esse cruzamento "*fake news*" que encontramos pelas páginas da *internet*, influenciaram e influenciam mulheres e homens, e seus pensamentos inspiram a organização dos movimentos negros.

Olodum veste letras

"Papiro se transforma em papel

[5] RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez* São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro). Pag. 128

[6] Música : 'A ver Navios", dos compositores Roque Carvalho e Walmir Brito. CD A Música do Olodum. 1992 Warner Music Brasil Ltda. Letra registrada em RODRIGUES, João Jorge, MENDES, Nelson, SILVA, Ubiraci e CAPINAN, Bete (pesquisadores). "Olodum, Carnaval, Cultura, Negritude 1979 - 2014". Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum e Fundação Cultural Palmares. Salvador/Ba, 2005. Pag. 312. https://www.youtube.com/watch?v=Txu9eE3Sqag

Onde escrevo minha canção
Inspiração, melodia musical
Começa a tocar os tambores
Sacode pra cima o astral
porque todo mundo aqui
quer fazer carnaval[7]"

Referências

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan/jun). 1988a, p. 69-82. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf. Acesso em: 27/07/2021

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. Nanny. **Humanidades**. Brasília, v. 17, ano IV, p. 23-25, 1988c.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).

[7] "Olodum veste letras". Música de de Jucka Maneiro, Sandoval e Roberto Cruz. Sem registro fonográfico. 2011.

60

A ancestralidade é uma mulher negra: o protagonismo feminino na preservação das religiões de terreiro no Brasil

Stefanni Fonseca Jabert [1]

O presente trabalho busca avaliar o papel de protagonismo das mulheres negras quanto à preservação e a transmissão geracional das religiões de matrizes africanas no Brasil, nominalmente conhecidas como de terreiro. A problemática que envolve o estudo é de qual forma se construiu o papel de protagonismo dessas mulheres na luta pela preservação das religiões de terreiro, bem como quais foram os obstáculos enfrentados pelas mesmas, mormente o duplo desafio de pertencerem a uma sociedade racista e patriarcal.

A partir da referida consideração e, tendo em vista uma lógica colonial e machista/patriarcal de mundo, que na ótica de Luciana Ballestrin (2017), considera a mulher colonizada um sujeito subalterno "por excelência", bem como por se tratar o Brasil um país estruturalmente racista na perspectiva de Silvio Almeida (2021), deve se ter em mente que todas as relações, sejam elas institucionais, educacionais, religiosas e afetivas, sofrem os reflexos dessas patologias sociais e, dessa forma, considerando que a expressão religiosa livre é um direito humano garantido constitucionalmente, a aproximação ao tema se mostra absolutamente pertinente.

[1] Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Especialista em Direito e Processo Penal pela Academia Brasileira de Direito Constitucional, bacharela em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, Assessora de Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Espírito Santo. stefanni.jabert@gmail.com, http://lattes.cnpq.br/3301567023240020

Ainda, deve-se considerara que os terreiros, locais onde se realizam os cultos de religiões afro-brasileiras, segundo o pesquisador e religioso Sidnei Nogueira (2020), e um corpo político negro, o que nos pode antecipar que existem diferentes conflitos associados a essa epistemologia ancestral que, numa ótica de participação feminina, ganha maior complexidade.

Assim, se na década de 1980, o feminismo encontrou o pós-colonialismo, sobretudo no que tange à crítica literária pela interpretação de textos e análises de discursos sob uma perspectiva de gênero que estimulava a criação de objetos e ângulos inovadores, para que se pudessem abrir caminhos para a sintetização dos movimentos teóricos, com a difusão dos estudos e com a política de identidade, podemos afirmar que o próprio movimento feminista desamparou e obstaculizou a progressiva inclusão de mulheres ditas subalternizadas no interior do movimento, ao passo de que estas, em suas vivências dicotômicas com as categorias de "primeiro mundo", além de denunciarem o colonialismo intelectual do feminismo ocidental e construírem até uma lógica inversa, empiricamente ocuparam papeis de destaque e protagonismo na preservação da cultura afro-latino-americana, dando espaço e voz para questões que atravessam os limites do gênero e da raça daquelas que Lélia Gonzalez (2020) chamou de ameríndias e amefricanas.

Devemos ressaltar ainda que, muito embora o feminismo latino-americano perca sua força quando abstrai fatores importantes como os caráteres multirraciais e pluriculturais das sociedades, a partir de uma retrospectiva histórica proposta por Gonzalez, percebemos que a marca social estruturada de forma hierarquizada não deixada espaço para qualquer tipo de igualdade, principalmente para com os grupos étnicos diferentes, que se tornaram uma herança a ser carregada pelas sociedades latino-americanas.

Dessa maneira, a partir da perspectiva de que a existência – e/ou a resistência – negra seria o "politicamente correto" mas socialmente abominável, e considerando ainda a misoginia que atravessa de forma igualmente estrutural a nossa sociedade, é possível vislumbrar que a Constituição Federal de 1988, embora consolidando no plano legal as garantias e igualdades, tanto na questão religiosa quanto de gênero, não garante que no plano social ainda existam tais igualdades entre os indivíduos, tampouco liberdade para professar a fé que não seja àquela derivada da europeia católica e protestante, trazendo dificuldades e tentativas de apagamento para a preservação das culturas de terreiro e, trazendo maior dificuldade quando os responsáveis para tal preservação possuem o gênero feminino. Ou seja, através da ideologia do branqueamento, a suposta igualdade perante a lei acaba se tornando cúmplice de uma dominação que pretendia combater, tendo em vista que o mito da "democracia racial" afasta a importância da pauta em discussão e reforça a articulação da ideologia do branqueamento.

Para a presente pesquisa, se utilizará do método hipotético-dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental, sendo possível afirmar, desde já, que embora se faça necessária a mudança estrutural nos modelos de civilização e valores culturais, para que sejam abandonados os ideais de superioridade ocidental e finalmente se perpetue o respeito e à liberdade da diversidade no campo religioso brasileiro, certo é que enquanto tal momento não chega, as mulheres foram (e ainda são) fundamentais para a proteção e transmissão da religião e da cultura amefricana.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BALESTRIN. Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Rev. Estud. Fem.** 25 (3) set-dez, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301035

BRASIL. [**Constituição** (**1988**)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de **1988**.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

61

Sucintas ponderações - apagamento da velhice da mulher negra

Lenny Blue de Oliveira [1]

A sociedade brasileira vivencia a desigualdade social embasada por elementos estruturantes como racismo e sexismo notadamente no atual período pandêmico, com disparidades sociais aparentes.

O presente texto visa abordar o fato de que condições de raça e gênero influem de modo negativo nas experiências de vida das mulheres negras idosas, ocupantes permanentes da base da hierarquia social. A tripla vulnerabilidade encontra-se embasada em históricas relações de subordinação coextensivas que reafirmam as consequências das iniquidades raciais, ensejando reconhecimento de especificidades inerentes a sua condição na sociedade.

Sem a pretensão de abranger toda a complexidade do referencial exposto, o texto tem a intenção de provocar reflexões no intuito de inserir efetivamente o quesito *etário* na pauta da diversidade e, através do exercício da equidade dar visibilidade as demandas da mulher idosa negra fomentando a criação de políticas públicas específicas para dirimir os efeitos da desigualdade.

Apesar do envelhecimento populacional estar em ascensão em todo o planeta, é real 'a conspiração do silêncio', em torno da velhice. (BEAUVOIR, 1990). O inacessível ideal da juventude e a pretensa

[1] Formada em direito

inutilidade produtiva da idade produz ideologicamente o perfil da velhice, inclusive o adjetivando negativamente. O idoso é desvalorizado, vítima de olhares condescendentes e avaliadores de 'inferioridade, deslocados e incapazes'. (WHITAKER, 2007).

A velhice é tida como doença crônica, como uma decadência inevitável reforçando o preconceito de que o envelhecimento torna as pessoas mais velhas ociosas, fracas e inúteis. “A velhice é mulher, pobre e negra, a situação mais desigual, a de piores condições nesse cenário de pandemia" (BERZINS, 2020).

Na análise do processo histórico, constata-se que as mazelas do envelhecimento são potencializadas na mulher negra, inclusa no rol de marcadores como: subemprego, desemprego, exploração, ausência de garantia de direitos, baixos salários, abandono familiar, migração constante de casa, ausência de políticas públicas e acesso a saúde, falta de acesso a saneamento básico, residência em favelas e cortiços nas periferias invisíveis, além de abandono de filhos adultos, viuvez, transformações físicas, doenças, dificuldades para gerir a família financeira e afetivamente, isolamento e solidão.

> A mulher negra é o grande foco das desigualdades [sociais e sexuais] existentes na sociedade. É nela que se concentram esses dois tipos de desigualdade, sem contar com a desigualdade de classe, com a desigualdade social. [....] Para a mulher negra, o lugar que lhe é reservado é o menor. O lugar da marginalização. O lugar do menor salário. O lugar do desrespeito em relação a sua capacidade profissional (GONZALEZ, 1989).

As mulheres representam 93,2% do trabalho doméstico sem carteira, sendo 61,6% mulheres negras com remuneração sempre inferior à dos demais grupos, mesmo com o aumento da escolaridade ou do cargo ocupado. (IBGE, 2020). Esse fator configura-se herança arcaica do

momento escravocrata, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, informal, impessoal, sem perspectivas de ascensão na carreira e, por não possuir até muito recentemente os direitos trabalhistas equiparados aos dos demais trabalhadores protegidos, repete os moldes do período escravocrata.

Outrossim, as desigualdades raciais que se expressam no mercado de trabalho influem na cobertura previdenciária (LIMA, 2020). Os indicadores apresentados pelo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça referentes a cobertura da previdência pública no Brasil, indicam que no ano de 2015, apenas 59 % das mulheres negras possuíam benefício previdenciário em comparação ao percentual de 69,3% das mulheres brancas. No caso das mulheres idosas negras sem benefício social atinge o índice de 56,4% sem benefício social em contraponto a 42,9 das mulheres brancas (BRASIL, 2018), isto porque as mulheres negras em ocupações informais atingem 47,8 em comparação a 34,4 mulheres brancas, conforme o estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD, 2018).

Singular atentarmos para o fato de que a OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, classificou diabetes, pressão alta e doenças cardiovasculares como as principais doenças que acometem as mulheres negras e agravantes para o desenvolvimento do coronavírus. Torna-se evidente a desigualdade racial da população idosa brasileira, bem como a premente necessidade de desarticulação da ordem social vigente. A tarefa para transformação é utilizar tais conceitos como mote de combate contínuo às invisibilidades hodiernas formas de apagamento, tais como o silenciamento em torno do número de morte das negras idosas (são a maioria das vítimas da COVID-19), que está ligado ao fato de encontrarem-se na mais baixa escala social e, portanto, a mercê das consequências

nefastas e cruéis do racismo estrutural, ampliando o fator 'grupo de risco' para além dos quesitos idade/doenças crônicas. BRASIL, 2005.

O processo contínuo de perdas que transforma a velhice em preocupação social e política por ser um elemento de legitimação de direitos sociais, deve ser encampado pelos movimentos sociais. Pensar em saídas emancipatórias significa desvelar o véu da invisibilidade com inclusão de tais demandas no rol da diversidade. A universalização das aposentadorias e da pensão na velhice, conjunto de leis protetivas dos idosos e planos de ação para o envelhecimento, são alguns dos quesitos que devem constar na agenda específica de luta das mulheres negras, com a temática etária caminhando lado a lado com o quesito gênero e classe, com fulcro a implementação de políticas públicas. Como questão social, a omissão ante a violação dos direitos fundamentais em função da idade, caracteriza desobediência aos preceitos constitucionais notadamente ao direito à dignidade e à vida. Refletir, identificar e reconhecer as desigualdades materializando as demandas específicas da mulher negra idosa é concentrar estratégias de sua superação e atuar sobre as dimensões que mais precarizam suas condições de vida.

A implantação de um projeto político de enfrentamento aos paradigmas da velhice, irá descortinar o véu da invisibilidade e construir uma vertente identitária, dirimindo o "brutal descolamento entre falas e atos sobre as velhices", que se constitui em uma "fratura no granito ético-deontológico das ancestralidades africanas" (XAVIER, 2021). [2]

2 Juarez Tadeu Xavier, Doutor com ênfase em comunicação e cultura, Militante do Movimento Negro, professor da UNESP em palestra NECROPoOLÍTICA no PROJETO AQUILOMBAR - Formação Necropolítica , da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, 10.10.2020. (disponível no Youtube Marcha das Mulheres Negras de São Paulo)

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1990.

BERZINS, Marília. https://jornaldamanhamarilia.com.br/caderno-2/noticia/86473/2021/02/19/idosos-negros-minorias-quem-e-deixado-para-tras-na-pandemia

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade / Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005.

GONZALEZ, Lélia - Entrevista concebida a Mali Garcia para o documentário " As Divas Negras do Cinema Brasileiro". 1989. Cultne Acervo, disponível no Youtube.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; RJ, 2019.

_____ Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça, nº 41- https://www.ipea.gov.br/retrato/

_____https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-10-trimestre-de-2021/.

_____https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Informe da previdência social: perfil da população brasileira ocupada, sem proteção previdenciária. Brasília, v. 30, n. 7, jul. 2018. https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/publicacoes-previdencia/publicacoes-sobre-previdencia-social/informes/arquivos/informe-de-previdencia-julho-de-2021-2.pdf

LIMA, Jessica Larissa Souza. **O lugar da população negra no mercado de trabalho e repercussões no seu acesso à previdência social**. 2020.146f.,il. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília. 2020.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Envelhecimento e poder**. Campinas: Alínea,2007

62

“Mulher e família burguesa” no currículo de história: e a mulher negra, “cumé que fica”?

Patrícia Cerqueira dos Santos [1]

“Cumé que a gente fica? ” é a pergunta que abre o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, escrito por Lélia Gonzalez em 1980. Esta indagação, inspirou a reelaboração da atividade “Mulher e família burguesa na sociedade brasileira durante o século XIX” como apresentada entre o material apostilado, *Trilhas de Aprendizagens*, vol. 2, (São Paulo, 2020) dirigido a professores e estudantes do 8º ano da educação básica da rede municipal paulistano, para o ensino do componente curricular de História.

O material apostilado foi produzido e enviado a professores e estudantes em razão da pandemia causada pela Covid- 19, que obrigou a suspensão das aulas presenciais em 2020. Frente a constatação da invisibilidade da mulher negra como sujeito histórico no período escravista e pós-abolicionista, tornou-se necessário: 1) problematizar essa ausência; 2) identificar na função de ama-de-leite e babá, exercida no interior das casas das famílias burguesas, a partir de um dos textos indicados no material, o protagonismo da mulher negra; 3) questionar se a imposição de um padrão burguês de mulher e família se realiza sem exploração do trabalho da mulher negra; 4) refletir sobre a reafirmação desses ideias na sociedade contemporânea. **“Cumé que a gente fica”** de

[1] Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de História na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Diretoria Regional de Educação de Campo Limpo (SME/SP-DRE/CL). Contato: patriciacerquer@gmail.com.br

fora das trilhas de aprendizagens no século XXI? Constatamos que no estudo do tema "Mulher e família burguesa", não fomos reconhecidas como "a mãe nesse barato doido da cultura brasileira" (GONZALEZ, 2018, p.205).

A Secretaria Municipal de Educação (SME) indicou a professores e estudantes que seguissem a "trilha de conhecimentos" lendo dois fragmentos de textos, uma imagem e respondendo quatro perguntas sobre os textos. No primeiro, extraído do artigo "A Família Burguesa" de M. A. D'Incao, somos informados que o ideal da mulher de família burguesa na sociedade brasileira do século XIX surge com a transformação social em função do capitalismo, da urbanização e a ascensão da burguesia que impõem "(...) a valorização da intimidade e da maternidade, lar acolhedor, mulher dedica ao marido e às crianças, desobrigadas de qualquer trabalho produtivo (...)" (SÃO PAULO, 2020, p.167).

No segundo texto, adaptado do romance *Esaú e Jacó* de Machado de Assis, conhecemos Natividade, no papel de mulher e mãe em uma família burguesa do final do século XIX, fortalecendo os ideais apontados por D'Incao. Casada com um banqueiro e grávida aos trinta anos, nosso exemplo de mulher dedicada, estava preocupada com as mudanças que a chegada de uma criança traria para o seu corpo e sua vida social movimentadíssima.

O corpo de Natividade seria "deformado por meses, seus dentes adoeceriam (...) lá se iam os bailes e festas, lá ia a liberdade e a folga", contudo, não se pode negar que Natividade nutriu "expressão de esperança e maternidade" (SÃO PAULO, 2020, p.167). A imagem da pintura de Eliseu Visconti, "Maternidade", aparentemente apenas para sustentar os argumentos presentes nos textos selecionados sobre o ideal de maternidade do século XIX.

A paisagem do Jardim de Luxemburgo, na Paris de 1906, retratada na imagem, parecia indicar que também seria encontrada na vida urbana brasileira do século XIX. Não apareceu referência a imagem nas perguntas dirigidas aos estudantes. Elas versaram sobre a permanência ou não do perfil idealizado de mulher apresentado nos textos; semelhanças ou diferenças nos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade brasileira atualmente.

Onde estão as referências às amas-de-leite e babás que com seus corpos, cultura e trabalho para as famílias burguesas exerceram "função materna – amamenta, dá banho, limpa cocô, por pra dormir" (GONZALEZ, 2018, p. 204) entre outras práticas como "indicar a cabocla do castelo para a burguesa Natividade, desejosa de saber sobre o destino de seus gêmeos, 'filhos de criação' de suas amas" (ASSIS, 1994, p.12)? **"O Brasil já está africanizado",** seria possível desenvolver essa atividade, sem considerar as leis 10.639/03 e 11.645/08 e a DCNERER (BR,2004)?

Este conteúdo dialogaria com as e os estudantes da escola pública da periferia sul da cidade de São Paulo, em sua maioria formada por adolescentes negros e pardos, poucos não negros, pobres, cujas mães e outras mulheres da família, sustentam a casa prestando serviços domésticos à burguesia paulistana? Como esse padrão burguês seria concretizado sem a exploração do trabalho da mulher negra? Problematizar a ausência da mulher negra, enquanto sujeito histórico, destacando seu importante papel na constituição dos referenciais culturais da sociedade brasileira há mais de cinco séculos – aqui assumo o "risco de falar com todas as implicações" (GONZALEZ, 2018, p. 193) – é essencial para o currículo de história, como prática de uma educação antirracista.

Foram escolhidas como estratégias metodológicas na reelaboração da atividade apresentar fotografias do século XIX-XX de mulheres negras exercendo funções maternas, anúncios de jornais solicitando os serviços

das amas-de-leite e babás, vídeos da exposição Mãe Preta (LOFREN, 2016) e de uma conversa com a antropóloga Lilian Schwarz (2020) interpretando as fotografias. Fragmentos de textos produzidos por intelectuais negras e não negras sobre o tema, tornaram-se fontes que visibilizaram a presença e atuação da mulher negra na sociedade brasileira, por meio das relações de trabalho, no desempenho da função de aias e ama-de-leite, percebe-se as complexidades dessas relações no contexto histórico da escravidão e no pós-abolição, na passagem do império para a república.

Por fim, selecionar e transmitir conteúdos de ensino sem questioná-los é atuar para a promoção da educação bancária, como nomeou Paulo Freire. Os conteúdos escolares precisam dialogar com a história e cultura das e dos estudantes, educando o olhar para percebam e questionem as ausências, despertem a curiosidade, agucem o gosto pela pesquisa, pelos estudos e a descubram de novos conhecimentos. Por outro lado, abriu-se a possibilidade de intervenção da professora de história, exercendo à docência e a pesquisa, produzir uma reflexão sobre um tema relevante, na tentativa de colaborar na efetivação de uma educação antirracista.

Referências

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó.** Fundação Biblioteca Nacional, p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf >. Acesso em 25 nov. de 2021.

GONZALEZ, Lélia (2018). “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: Lélia Gonzalez: **Primavera Para as Rosas Negras**. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea organizada e editada pela UCPA - Diáspora Africana: Editora Filhos da África, p.190-211.

LOFREN, Isabel; GOUVÊA, Patricia (2016). **Exposição Mãe Preta**. FotoRio;

Exposição Mãe Preta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xde_3vhG8nw > Acesso em 24 nov. de 2021.

SÃO PAULO (2020). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Trilhas de aprendizagens**: Ensino Fundamental – 8º ano – volume 2. -São Paulo: SME/COPED, p. 167-169. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/ > Acesso em 25 nov. de 2021.

SCHWARCZ, Lilia. (2020). **A fotografia da ama de leite diz muito**. Canal da Lili. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sT8YLl3Hm-E > Acesso em 24 nov. de 2021.

"A carne mais barata do mercado é a carne negra": como ressignificar a construção identitária de alunas/os negras/os, no espaço escolar, por meio de práticas pedagógicas decoloniais?

Adejan Santos Dias Batista [1]
Luan Menezes dos Santos [2]

A Lei 10.639/2003 foi implantada e implementada, no Brasil, para romper com as injustiças sociais relacionadas, principalmente, com as discriminações étnico-raciais por meio de um discurso multiculturalista assimilacionista capaz de reconhecer às diferenças e, a partir de então, promover vozes, visibilidades e valorização da ancestralidade negra no contexto sociocultural. Porém, mesmo reconhecendo avanços, no sentido de respostas de ações afirmativas compensatórias, atribuindo reparações às diferenças sociais, verificou-se que a Lei 10.639/2003 não dizimou problemas de ordem estrutural - injúria racial; concepções de currículos hegemônicos e de um ensino fundamentado em práticas pedagógicas coloniais.

A persistência de tais problemas, no contexto social e educacional, se justifica porque, embora tenha havido avanços sociais importantes, a Lei 10.639/2003 não conseguiu corrigir distorções de ordens. Logo, a cultura afro-brasileira e indígena permanecem inseridas nas narrativas históricas

[1]Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); pós-graduado em Ensino de Geografia pela Universidade Cândido Mendes (UCM) e em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pelo Centro Universitário (UNINTER); graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: adejandias@hotmail.com

[2]Mestre em Ensino das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); pós-graduado em Gestão do Trabalho Pedagógico pela Faculdade do Cricaré (FVC), e Inclusão e Diversidade na Educação pela (UFRB), graduado em Pedagogia pela Faculdade do Sul (UNIME/FACSUL). E-mail: luann_menezes@hotmail.com

eurocêntricas como subalternas. Desse modo, o negro, mesmo inserido numa sociedade pluriétnica, continua sendo visto, estereotipadamente, por muitos, como “a carne mais barata do mercado”. Desse modo, a problematização da pesquisa esteve relacionada com o racismo e prática antirracista. Assim, por vias de estudos direcionados às questões das relações étnico-raciais, propôs-se descontruir estereótipos racistas, percebidos no chão da escola, por alunos negros, através de práticas pedagógicas decoloniais, as quais subsidiaram mediações e intervenções que foram capazes de ressignificar o reconhecimento das pluralidades étnico-raciais, bem como a valorização identitária do sujeito negro no espaço democrático de construção das diferenças raciais e sociais.

O presente trabalho objetivou analisar práticas pedagógicas decoloniais, através do campo teórico da colonialidade, decolonialidade e das relações étnico-raciais. E, afim de atender a especificidade da problematização, se fez necessário identificar conteúdos racistas que apareciam no ambiente escolar, relacionados com a religião afro-brasileira, e também com a cor de pele - discriminação racial; descrever uma prática racista, a partir de uma encenação teatral, e elaborar um planejamento antirracista, a partir de aspectos relacionados a costumes e traços culturais específicos de alunos negros da instituição, culminando com a produção de cartilhas/material gráfico ante hegemônico.

Assim, a definição da temática, bem como a problematização da pesquisa; o objeto de estudo e campo teórico, descritos, se justificaram a partir do relato de experiencia, o qual possibilitou os docentes a ressignificarem suas práticas pedagógicas, desconstruindo saberes de ensino na perspectiva colonial e, ao mesmo tempo, possibilitou o aluno negro ser o protagonista de sua reconstrução identitária.

Em relação ao percurso metodológico, o relato de experiencia aconteceu numa escola da rede pública estadual, em uma turma do nono

ano do ensino fundamental, a qual tinha um maior número de alunos negros. Foi proposta uma atividade de prática antirracista: atividade de encenação teatral. A partir de então, foram definidos dois profissionais: um psicossocial não negro e um professor negro que não atuava na própria instituição de ensino, o qual contracenou com os alunos negros, enquanto o psicossocial analisou as condutas e falas, conduzindo o processo de observação; Elencou-se roteiros para as entrevistas, os quais continham frases racistas e foram registrados dois minutos, para cada aluno, de leituras acerca das frases que direcionaram a contracena e, na oportunidade, eles as decoraram e reverberaram no momento que contracenaram com o profissional. Para isso, foram estabelecidos procedimentos: A sala foi organizada em círculo e, à frente do quadro esteve o professor sentado defronte para os alunos selecionados; foi entregue, a esses, roteiros, os quais constaram frases racistas: "eu não gosto da sua cor de pele; seu cabelo parece uma esponja, a carne mais barata do mercado é a carne negra", entre outras. Nesse momento, alguns alunos, após ter lido as frases, se recusaram a falar para o professor o que leram. A partir de então, o psicossocial indagou: "Não entenderam"? "Quer ler de novo"? "Por que não quer ler"? "Por que não? "Você acha errado o que leu"? "Por que"? "Quem você acha que escreveu essa frase"? "Como você se sente dizendo essas frases para você mesmo e/ou um negro"? "Para você, o que é preconceito"? "Você já viu, em algum lugar, essa frase"? "Você acha que seria mais fácil ler esse texto para mim que não sou negro"? Alguns alunos disseram que não. Nesse momento, o psicossocial perguntou: "Por que não"?

Logo, a prática desenvolvida apresentou uma abordagem qualitativa; a qual utilizou o tipo de fonte explicativa, a partir da Lei 10.639/2003, enquanto análise de documento; do ponto de vista da coleta de dados, foi aplicada a entrevista semiestruturada, bem como ideias de observação e,

como procedimento metodológico, foi aplicada uma pesquisa estudo de caso.

O trabalho discursou, a partir do campo teórico das relações étnico-raciais, da colonialidade e decolonialidade com os seguintes autores basilares: Quijano (2007), o qual define colonialidade enquanto a representação do saber pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno; Rezende (2019b, p. 2), define decolonialidade como resultado de políticas de enfrentamentos e ações coletivas, no intuito de problematizar e instigar o senso crítico do educador e educando; Silva (2008) discuti que os diversos estudos sobre preconceito educacional, dentro das escolas, apontam a discriminação racial e a desigualdade nas relações raciais, a partir do racismo estrutural; Munanga (2005), aponta o mito da democracia racial como possível de transformação a partir das estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo; Faria e Finco, (2011, p. 63), violências na infância e constituição de identidades; Hall (2006, p. 13), "A identidade torna-se uma 'celebração móvel'; Candau, 2007), discute sobre estudos na perspectiva do multiculturalismo; Moreira (2003, p. 116), escola e o discurso da pluralidade e a diferença; Freire (1974) decolonialização x vontade própria.

A partir de então, o desfecho do trabalho culminou-se com a ressignificação das práticas pedagógicas decoloniais, as quais não ficaram circunscritas a tematizações e teorizações sobre racismo estrutural, institucional, individual, mas, a partir da prática de tais conceitos, foi possível descortinar os olhares para a desconstrução de práticas coloniais e, acima de tudo, protagonizar o aluno negro enquanto importante em sua construção identitária; valorização e reconhecimento da sua ancestralidade negra com visibilidade não apenas no âmbito educacional, mas social também, enquanto sujeito histórico construído de saberes e vivências culturais.

Referências

CANDAU, V.M. (2007). **Escola e cultura(s)** - As tensões entre universalidade e multiculturalismo. Texto apresentado na Reunião da Anped sudeste, 2007. Versão digital.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. FINCO, Daniela (orgs). **Sociologia da Infância no Brasil**.Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2006.

MOREIRA, A. F. (1999). **A crise da teoria curricular crítica.** In: COSTA, M. V. (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada/ Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémicamás allá del capitalismo global.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007,pp.93-126.

REZENDE, Tânia Ferreira; LIMA, Hildomar José de. Base Nacional Comum Curricular: **diretrizes para a sustentação da colonialidade da linguagem**. São Paulo: Pontes, no prelo, 2019;

SILVA, Paulo V. B; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: **Lugares de negros e brancos na mídia**. In: Teu Van Djjk. (org.). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008, p.73 - 119.

64

Narrativas da fome: interseccionalidade a partir de Carolina Maria de Jesus

Victória Mello Fernandes [1]
Ana Beatriz Lopes da Silva [2]

A presente pesquisa qualitativa exploratória, objetiva analisar a obra de Carolina Maria de Jesus, a partir da perspectiva da interseccionalidade, geolocalizada em uma ex-colônia, afetada pelas relações de poder desiguais através da colonialidade de poder (QUIJANO, 2005). Para isto, o problema de pesquisa é a "fome" em sua obra, sob o panorama sociológico sobre segurança alimentar.

A partir da lei nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, define-se Segurança Alimentar como realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem e relacionem-se de não exploratória com o ambiente, a cultura e a economia.

A justiça alimentar pode ser entendida como "uma transformação do sistema alimentar para eliminar disparidades e desigualdades" (GOTTLIEB; JOSHI, 2010, p. 9), pelo processo democrático entre cidadãos consumidores dos alimentos, de forma ativa, na formação do sistema alimentar. Não obstante, admitindo a dificuldade de atingir consensos ao

[1] Mestranda em Sociologia na UFRGS. Email: mellofvictoria@gmail.com

[2] Pós-Graduada em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global na PUC-RS. Email: aninhalopezz88@gmail.com

instituir processos democráticos, e o desafio criado ao questionar um sistema alimentar que movimenta quantidades consideráveis de capital, apresentando alternativas não depredatórias em comparação com produções industrializadas, globais e dominadas por corporações (HASSANEIN, 2003).

Os processos sociohistóricos de colonização, escravização, a consolidação do Estado brasileiro sustentaram a subalternização principalmente de alguns sujeitos que frente aos paradigmas modernos eram e continuam sendo considerados o "outro" do ocidente, baseados principalmente da ideia de raça. A colonialidade de poder tem suas bases de sustentação adentrando diferentes esferas da vida social, da subjetividade dos sujeitos, da natureza e da produção de conhecimentos, em uma relação de subordinação das vidas que escapam ao padrão eurocentrado.

A partir de algumas formas de resistências das existências "outras", é possível pensar formas de descolonização das vidas, através do reconhecimento dos sujeitos, das formas de relacionar-se com o outro e com a natureza, assim com a valorização alguns saberes, que são desconsiderados pelo conhecimento moderno, e ao mesmo tempo apontam fenômenos sociais extremamente importantes que precisam ser considerados como bases formadoras do Brasil e dos brasileiros.

Um exemplo de narrativa e de reescrita da subjetividade e objetividade, é a escritora Carolina Maria de Jesus conhecida por seus livros Quarto de Despejo e Quarto de Alvenaria, nasceu em Minas Gerais e mudou-se jovem para São Paulo, onde foi viver na favela do Canindé. Em seus escritos, há grande reflexão social e cultural, a partir da análise de seu dia a dia, na qual observa as mudanças que movimentavam a cidade e sua moradia, narrando as desigualdades sociais experienciadas em seu contexto, principalmente a fome e as más condições de habitação.

A fome em *Quarto de Despejo* não é apenas uma situação, ela é sujeito, protagonista, professora, escravizadora e parte formadora da identidade dos personagens da favela. Existe uma constante interlocução com a fome, através do diálogo somos levados a entender o contexto social de existência daquelas pessoas. Esta obra impacta no reconhecimento da fome não só como um estado contingente, mas também em sua constância, ou seja, uma forma de existir.

A interseccionalidade que se expressa nas obras de Carolina (2019), torna-se notável em suas considerações como mulher, pobre e negra. Fica evidente em sua obra, a constante reafirmação do orgulho em ser negra, ainda que em suas reflexões expresse as agruras de ser mulher negra. Em uma passagem ela questiona a mãe se poderia nascer homem, pois apenas eles eram citados nas páginas da História do Brasil, desenvolvendo a "representatividade", ainda que sem nomeá-la. Carolina também lamenta sua solidão durante o puerpério, momento no qual sentia muitas dores e não havia ninguém para cuidá-la, nem de seus outros filhos, evidenciando a situação de abandono que se acirra pela condição socioeconômica, que não permitia nenhum nível de conforto.

A antropóloga Lélia Gonzalez (1984) observa as formas manifestas de subalternização, em que o racismo e sexismo se entrelaçam em direção à estigmatização da mulher negra no Brasil, sobretudo a "mulata", a doméstica e a mãe preta. Gonzalez expõe que a definição da mulher negra se dá não só pelas descrições socioeconômicas, mas também pela incorporação das questões identitárias na discussão sobre o racismo. A naturalização da miséria, a posição do negro na "lata de lixo brasileira" é associada a invisibilização da fome como fenômeno formador de sociabilidades, e constrói discursos de irresponsabilidade e criminalização do sujeito negro. Gonzalez formula, através de sua argumentação teórica,

a dialética entre consciência e memória, também encontrado na obra Carolina de Jesus.

As políticas são feitas no Estado que subalterniza historicamente sujeitos, ignorando as condições de existência real das pessoas, o que aparece no livro de Jesus, evidenciando as relações coloniais de raça atreladas à pobreza e marginalização. Não à toa Carolina enfatiza que estão escravizados pela fome, uma comparação que destaca a interseccionalidade da desigualdade do sistema alimentar, bem como a importância de reconhecê-los e pensá-los como sujeitos das políticas e dos discursos da Segurança e Justiça Alimentar. Ela contribui não só para as discussões sobre interseccionalidade, segurança e justiça alimentar, mas representa um deslocamento epistemológico e ontológico dos paradigmas de exclusão modernos coloniais, ocupando lugar central na reconstrução sociohistórica brasileira.

Referências

Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: nov. 2021.

DE MATTOS, Ely; et al. **Avaliando a insegurança alimentar no Brasil**: a questão dos efeitos não simétricos. Nova Economia, v. 30, 2020.

GONZALEZ, Leila. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Ciências sociais hoje-Anpocs.p. 223-244, 1984.

GOTTLIEB, R ;JOSHI, A. **Food justice.** Cambridge: MIT Press. 2010.

HASSANEIN, Neva. **Practicing food democracy**: A Pragmatic Politics of Transformation. Journal of Rural Studies, v. 19, 2003.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo.** Ed. Ática. 2019

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y mordernidad/racionalidad.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

65

Educação transgressora através dos turbantes

Gabriele Costa Pereira [1]

O tema deste trabalho visa apresentar um novo olhar sobre o projeto *Turbante-se com Gabriele Costa*, a partir do conceito de educação transgressora da escritora afro-americana bell hooks (2017), houve a criação de uma conceituação, nomeada de *Turbantar*[2], para destacar a forma de ensino deste projeto, que visa o ensino da história dos turbantes e sua importância para a população negra junto ao ensino de amarrações, almejando uma educação antirracista para o combate ao racismo e a intolerância religiosa. O termo surge na escrita do texto de qualificação de mestrado, em que ao analisar o verbo transgredir [3], um dos seus significados seria ir além, fazer atravessamentos; uma educação transgressora através dos turbantes, estaria para ir além daquilo que é formal, um ensino com autonomia na busca da transgressão de conhecimentos voltados para a pauta racial através dos turbantes. Através das memórias da trajetória escolar, como aluna e professora empenhada na renovação da prática, através de uma educação libertária, a qual ensina a transgredir, a escritora beel hooks (2017) admite que seu estímulo foi em "professores que tiveram coragem de transgredir os limites que fecham cada aluno numa abordagem de aprendizado [linear, estável,

[1] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Grupo de estudos e pesquisa interdisciplinar Lélia Gonzalez.

[2] Turbantar significa uma prática de ensino através da história e cultura dos turbantes junto às formas de amarrações.

[3] A palavra Transgredir no dicionário online da plataforma Google, tem como significados ir além de, atravessar a fronteira", não cumprir, não observar (ordem, lei, regulamento etc.); infringir, violar.

compartimentada] como uma linha de produção." (HOOKS,2017, p.25). A pedagogia transformadora através dos Turbantes possibilita uma discussão com o objetivo da responsabilidade de formar um contexto democrático sobre a questão da população negra no Brasil, não somente para combater o racismo estrutural como também problematizar a ancestralidade *versus* a moda. Segundo bell hooks (2017) fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora. O *turbantar* é uma prática de ensino que transgride diante da cultura e história do turbante. Por não ter uma definição de sua origem, esta pesquisa tem como problemática trazer uma discussão sobre como aplicar o ensino nos espaços escolares, apresentando-o diante da sua história perante a cultura africana, com suas significações e diferenças dos demais contextos históricos eurocêntricos. Dessa maneira, segundo Lélia Gonzalez [4] (2018) afirmava que nós todos temos que nos unir nessa luta irmanados, respeitando as diferenças que nos separam, porque uma mulher não é igual a um homem, um negro não é igual a um branco. Mas não vamos reproduzir o que o capitalismo faz conosco: transformar a diferença em desigualdade. O objetivo deste trabalho é apresentar esta prática de ensino para o combate ao racismo e a intolerância religiosa em sala de aula problematizando em meio a recepção dos sujeitos, negros e não-negros. A justificativa para este estudo está a partir da análise da prática de uma professora, em oficinas de turbantes nos espaços de ensino, que através da sua metodologia de ensino conseguia captar a atenção de negros e não-negros, com a apresentação da história do turbante através da negritude pontuando alguns exemplos não-negros. Os aspectos metodológicos da pesquisa que estão em andamento, no primeiro momento considerada

[4] Trecho retirado do discurso de Lélia Gonzalez na sessão solene em homenagem a Luiz Gama e Abdias Nascimento, realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 24 de agosto de 1984.

uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas com os participantes na trajetória do projeto, junto ao referencial teórico com os livros *ENSINANDO A TRANSGREDIR: A educação como prática da liberdade* de bell hooks (2017), dos conceitos *transgredir* e *pedagogia da transformação*, junto às obras *Pedagogia do Esperançar* (1992) e *Pedagogia da Autonomia* (1996) de Paulo Freire, em meio aos conceitos *esperançar* e *autonomia*. A partir dos teóricos e da prática do *Turbantar* foi possível criar uma discussão de como este método seria eficaz ou não para o combate ao racismo e ao ensino de uma educação antirracista nos espaços escolares analisando os resultados na história do projeto.

A autonomia gerada para a criação do método, de esperançar diante da desigualdade racial comportamental nos espaços de ensino, pois segundo Freire (1992) esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Considera-se que está escrita faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande/FURG, cuja temática são os Turbantes e a Educação antirracista. A partir deste trabalho será apresentada esta prática de educação transgressora através dos turbantes, efetuando a análise dos métodos de ensino *turbantar*, que visa a valorização da cultura e história afro-brasileira pelo viés deste símbolo, como uma ferramenta para atingir a todos em uma sala de aula, sem distinção de gênero, classe ou raça; diante da temática principal que é a pauta da negritude.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura) Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa /Paulo Freire . – São Paulo : Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GONZALEZ, Lélia,1935-1994. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.../Lélia Gonzalez. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.486 páginas.1ª Edição.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

PENNYCOOK, Alastair. **Uma linguística aplicada transgressiva**. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-105.

TRANSGREDIR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/transgredir/>. Acesso em: 10/11/2021.

66

Educação escolar, relações étnico-raciais, movimento negro e mulheres: diálogos interseccionais gênero, raça e classe

Ana Lúcia da Silva [1]

As Leis n. 10/639/2003 e n. 11.645/2008 definiram a obrigatoriedade do estudo da História da África e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996.

Considerando que no mundo contemporâneo, o Brasil é o segundo país com maior população negra fora do continente da África, com 56% de negros e negras (pretos e pardos como define o IBGE) constituindo o povo brasileiro. Conforme as estatísticas do *Mapa da violência* de 2019 e 2021, do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 75% dos corpos que tombam são de negros, por conta da violência racial e policial, da necropolítica, ou seja, política da morte dos agentes de segurança do Estado, que leva ao encarceramento em massa e ao genocídio. Considerando que as desigualdades sociais, raciais e de gênero que já existiam na sociedade, acirraram-se no Brasil, nesse contexto de crise política, social e sanitária em decorrência da COVID-19. Como podemos (re)pensar a Educação escolar na perspectiva antirracista e decolonial, as relações étnico-raciais?

Diante dessa problemática, nesse Grupo de Trabalho - GT 5 "Movimentos sociais, relações étnico-raciais e interseccionalidades" com

[1] Doutora em Educação (2018), linha de pesquisa "Ensino, aprendizagem e formação de professores", pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPE, da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Doutoranda em História, linha de pesquisa: "História Política", pelo Programa de Pós-Graduação em História - UEM. E-mail: alsilva.iv@gmail.com

base no aporte teórico-metodológico dos Estudos Culturais, das epistemologias do sul, das epistemologias afrolatinoamericanas, objetiva-se expor as lutas do povo negro e das mulheres negras no Brasil pós-abolição, expondo a organização do Movimento Negro e do Feminismo Negro, ao analisar as pedagogias culturais no vídeo "GRES Abolição Samba Enredo 2019" disponível no Youtube, e no enredo e samba-enredo "Conceição Evaristo - a 'escrevivência' abolicionista em versos, poemas e contos", apresentado pela escola de samba "Acadêmicos da Abolição", na festa do carnaval carioca, em 2019.

A proposta pedagógica é o estudo da trajetória de vida da intelectual negra Conceição Evaristo, a partir do samba e da literatura, apresentando possibilidades para a mudança epistemológica, denominada epistemologias do sul, como propõe Boaventura de Souza Santos (2019), a fim de questionar o paradigma ocidental e eurocêntrico no ensino de História, combater o epistemicídio e descolonizar o currículo escolar (GOMES, 2019). Assim, no espaço escolar, visa-se valorizar a História e cultura afro-brasileira, proporcionando a construção de caminhos para a Educação antirracista e decolonial.

Historicamente na narrativa da História se deu visibilidade aos heróis nacionais da Pátria, geralmente brancos, da elite e cristãos, ancorando-se no paradigma ocidental e eurocêntrico, que invisibilizou negros, indígenas, mulheres, pobres, entre outros sujeitos anônimos. Uma História Positivista, História Política Tradicional (BITTENCOURT, 2011).

Na perspectiva dos Estudos Culturais, nesse trabalho visa-se analisar as pedagogias culturais propaladas no enredo e samba-enredo em tela, da escola de samba Acadêmcios da Abolição (2019), ressaltando as lutas do povo negro e das mulheres negras pela cidadania no Brasil pós-abolição e contemporâneo, dando visibilidade à trajetória de vida, a biografia de

Conceição Evaristo e suas escrevivências, a literatura afro-brasileira (SILVA, 2020).

Propõe-se problematizar como artefatos culturais da mídia abrem caminhos para se combater o epistemicídio nas instituições de ensino, (re)pensando a Educação escolar e as relações étnico-raciais na perspectiva antirracista e decolonial. Assim, busca-se dar visibilidade aos movimentos sociais como o Movimento Negro e ao Feminismo Negro, estabelecendo o diálogo interseccional gênero, raça e classe.

No século XIX, no Brasil pós-abolição, o Estado prosseguiu com a política de incentivo a imigração, visando à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e o branqueamento do povo. Para os representantes da elite, que atuavam na esfera política, a modernização do país estava associada ao branqueamento do povo brasileiro, ou seja, ao desaparecimento de negros e indígenas, na medida em que estes se miscigenassem com os europeus. Por conta disso e da ausência de políticas públicas do Estado brasileiro para a inclusão de negros e negras a sociedade, o Movimento Negro educador surgiu, intensificando a luta pela cidadania de nossa gente, questionando as teorias raciais, o mito da democracia racial, e mais, lutando por políticas públicas para o combate ao racismo estrutural e cotidiano, as desigualdades sociais, raciais e de gênero (GOMES, 2017, NASCIMENTO, 2017; CARNEIRO, 2011).

No âmbito do Movimento Negro e Movimento Feminista, as mulheres negras pautaram suas singularidades e lutas, expondo que eram e são atravessadas por uma tripla discriminação, ou seja, por serem mulheres, negras e pobres, fomentando assim o diálogo interseccional sobre gênero, raça e classe (GONZALEZ, 1981).

Assim, ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos de 1980, o Feminismo Negro floresceu cada vez mais, tendo como expoentes

Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras ativistas negras.

Ao longo da História do Brasil, os corpos negros foram associados a diversos estereótipos. Segundo Lélia Gonzalez (1981) a mulher negra é associada a empregada doméstica, a mãe preta e/ou a mulata exportação. Enquanto que os homens negros a malandragem e a ladrão (RIBEIRO, 2018).

Esses estereótipos sobre as mulheres negras, o povo negro, possibilitam problematizar e analisar as relações étnico-raciais em nosso país. Diante dessa realidade, é interessante o estudo da biografia de Conceição Evaristo, pois esta intelectual negra ao se formar professora, graduar-se em Letras, com mestrado em Literatura Brasileira (PUC-Rio) e Doutorado em Literatura Comparada (UFF), rompeu com o ciclo de gerações de mulheres negras como empregadas domésticas. Conceição Evaristo com suas escrevivências, unindo escrita e vivências do povo negro, principalmente de mulheres negras, possibilita outros olhares para a História negra no Brasil (EVARISTO, 2017; EVARISTO, 2016).

Sendo assim, cantar e homenagear Conceição Evaristo com Arte, o samba, uma das expressões da cultura popular negra, significa (re)pensar nossa história, valorizando a ancestralidade africana e negra, o povo negro e o protagonismo das mulheres negras na História do Brasil e no âmbito da literatura.

Referências

ACADÊMICOS DA ABOLIÇÃO. Enredo e samba-enredo: “Conceição Evaristo - a ‘escrevivência’ abolicionista em versos, poemas e contos" (2019). No *Youtube* “GRES Abolição Samba Enredo 2019”. Disponível no site:<https://youtu.be/YnJogtHEOfk > Acesso em: 10 nov. 2021

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. A Lei n. 10/639/2003, sobre a obrigatoriedade do estudo da História da África e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino e a inclusão da data "20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra" no calendário escolar, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996.

BRASIL. A Lei n. 11.645/2008 acerca da obrigatoriedade do estudo da História da África, cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate)

CERQUEIRA, Daniel et al. (org.). **Atlas da Violência 2021**. Daniel Cerqueira et al. São Paulo: FBSP, 2021

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** Rio de Janeiro: Malê, 2016.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 223 - 246. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1981). In: UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 34 - 53.

IPEA. FBSP. **Atlas da violência 2019.** Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. Por uma Educação antirracista e decolonial, o ensino de História com música e literatura na escola: o samba canta Conceição Evaristo. In: MÜLLER, Josiane. TELLES, Taíse (orgs.). **Educação Brasil II - Volume. III.** 2. ed. Chapecó: Editora Livrologia, 2020. p. 26 - 44.

67

Por uma educação afro-latino-americano: retrospecto da luta do movimento negro pelo acesso à educação

Késia Rayanne Almeida Oliveira [1]

O presente ensaio parte do reconhecimento de práticas antirracistas que atuam no interior do ambiente escolar. Nesse espectro, tem como objetivo geral realizar uma breve discussão a respeito das questões raciais no sistema educacional. Este trabalho se justifica na medida em que contribui com uma discussão relevante para educação, estudando principalmente a rede pública de ensino, com foco na educação básica.

Enquanto referencial teórico, a proposta baseia-se nas proposições de autores(as) que se dedicam aos temas da educação antirracista e da educação das relações étnico-raciais, como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, entre outras e outros que se concentram nas temáticas em questão. Metodologicamente, a pesquisa consistirá em uma investigação de natureza qualitativa, cujo objetivo consiste em identificar os avanços e conquistas relacionados à educação da população negra e às questões raciais discutidas no sistema escolar.

A escola se propõe a ser espaço de aprendizado, no qual o senso comum é substituído pelo pensamento científico. Contudo, na maioria das vezes, dispõe-se a realizar isto a partir de uma ciência eurocêntrica, enraizada em um pensamento racista e sexista. É um lugar no qual os sujeitos exercem sua cidadania, no entanto, por muito tempo, alguns indivíduos foram excluídos dos espaços formais de educação.

[1] Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No imaginário racista da sociedade brasileira, negros, camponeses, indígenas e outras minorias não precisavam acessar tais espaços, pois eram vistos como menos inteligentes. Assim, foram criadas circunstâncias que se tornassem "natural" a condição da população negra, pois, para a sociedade, esses viviam na miséria porque queriam, já que o grupo era "irresponsável, incapaz intelectualmente, ladrão e outros adjetivos pejorativos" (GONZALEZ, 1983, p. 226).

Em consonância com isso, Lélia Gonzalez afirma que "no Brasil há uma reinterpretação do "lugar natural" de Aristóteles" (GONZALEZ, 1983, p. 232), assim há uma distinção quanto ao espaço físico que dominadores e dominados ocupam. O "lugar natural" dos brancos são as moradias saudáveis, a casa-grande; já o "lugar natural" dos negros são as favelas, os cortiços e a senzala, ou seja, existe uma "divisão racial do espaço" que determina quais lugares o corpo negro pode ocupar (GONZALEZ, 1983, p. 232).

Entretanto, incansavelmente a população negra lutou em prol da educação e, no período escravista, entendia que essa ferramenta seria uma arma poderosa para libertar seu pensamento. No período escravista norte-americano, por exemplo, os códigos que normalizavam a escravidão afirmavam que ensinar os escravizados a ler e a escrever provocaria neles insatisfação e produziria insurreição e rebelião. Assim, a educação formal foi uma das grandes preocupações das comunidades negras, uma vez que entendiam que, além de possibilitar a ascensão social, instauraria a rebeldia daqueles que não poderiam mais ter suas mentes colonizadas (DAVIS, 2016).

Em relação ao Brasil, apesar das especificidades, também não foi diferente, pois o sistema educacional nacional é marcado pela exclusão dos negros, que desde o início do período colonial foram impossibilitados de frequentar os espaços educacionais. Desse modo, é possível afirmar que a

exclusão da população negra nesse processo de colonização é resultante tanto dos processos vividos por esse grupo social quanto do impedimento do Estado, que não criava condições para que esse grupo acessasse escolas (NUNES, 2014). Assim, mesmo com a abolição da escravidão em 1888, pouco mudou em relação às suas condições de vida e aos espaços que esses podiam acessar. E o ambiente escolar ainda era vetado para essa população.

Nilma Lino Gomes (2012), aponta que, a partir do final dos anos 1970, o Movimento Negro adverte a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que tange a população negra brasileira não seria apenas herança do passado escravista. Isto é, as desigualdades estão tanto nos planos econômico e político quanto nos cultural e social, ou seja, não tem apenas uma causa. Com isso, a educação tem sido destaque na trajetória do Movimento Negro, posto que, mais do que um direito, é resultante das lutas pela democracia.

Na década de 80, ganham força os movimentos em prol da educação pública e o Movimento Negro se mostra como uma potência, denunciando as desigualdades escolares. Essas inquietações foram consequências também dos agitos pela redemocratização do país. Resultante disso é a promulgação da Constituição Federal de 1988, que pontua com clareza que a educação é direito de todos e dever do Estado. Esses princípios educacionais afirmados na Constituição enfatizaram, ainda, que a educação deve ser promovida sem qualquer forma de discriminação ou preconceito. Nesse sentido, é possível afirmar que essas lutas mostram a potência das reivindicações do Movimento Negro.

Sujeitos de resistências que têm denunciado o racismo na cultura brasileira apontam que as desigualdades e a miséria, condições sob as quais a maioria dos negros e negras vivem, resultam da ausência de políticas para promoção da igualdade entre os sujeitos. Assim, a tomada

de consciência dos docentes que se comprometem em assumir uma educação crítica faz com que estes escolham se posicionar contra qualquer sistema de educação que os obrigue a serem passivos e acríticos a respeito das desigualdades.

Dessa forma, reforça-se com este trabalho as motivações para discutir e refletir a respeito da educação antirracista: visto que "[...] a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades" (hooks, 2017, p. 273).

Referências

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. ANPOCS. Brasília, 1983.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

NUNES, Ranchimit. **História da educação brasileira: O negro no processo de constituição e expansão escolar**. EPENN, nº 22, 2014, Natal, Brasil: Anais [Recurso Eletrônico] / Universidade Federal do Rio Grande do Norte. - Natal, RN, 2014.

68

Contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a educação

Giovana Pontes Farias [1]
Diônvera Coelho da Silva [2]

O trabalho de Lélia Gonzalez ainda é pouco discutido no campo da educação, seus trabalhos servem de aporte teórico para os Feminismos Negros e ao Movimento Negro. Deste modo, acreditamos ser possível a utilização dos estudos desta intelectual para pensar a educação, a partir de uma perspectiva Antirracista e Decolonial, sendo este o objetivo deste trabalho.

A história da educação nos revela que a escola surge no mundo ocidental com objetivo de modelar os "*sujeitos"*, impondo um comportamento padrão e obediente. No Brasil a educação formal criada pelos padres Jesuítas, carregava o teor da catequização, pautada pelo seu caráter disciplinador e moralista, que trazia consigo a imposição da língua, dos costumes e modos de ser europeus em detrimento das culturas indígenas. Assim, os pressupostos da modernidade/colonialidade adentraram em nosso país, impondo outra cultura, costumes e hábitos, já que os nossos eram considerados inferiores e primitivos.

Contudo, mesmo diante de um quadro de epistêmico e genocídio, a cultura negra e indígena conseguiu sobreviver, com muita luta e resistência. A educação informal sempre ocorreu nos Quilombos e nas

[1] Professora de história e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

[2] Psicóloga Clínica e Social; doutoranda do Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), integrante do Coletivo bell hooks (UFRGS) e do Grupo Mariposas (UFPel)

aldeias, e a cultura negra era transmitida pelas mulheres escravizadas que serviam de amas de leite, constituindo o "pretuguês". Lélia Gonzalez (2020), ao se referir a mãe preta, aponta esta como uma verdadeira educadora, pois era a mãe preta que cuidava dos filhos das mulheres brancas, eram elas que ensinavam e transmitiam seus valores as crianças (GONZALEZ, 2020), um exemplo disso, são as narrativas de África, os mitos, a religiosidade, entre outros aspectos da cultura preta vivos até hoje, devido ao papel formador da mãe preta na educação informal das crianças brancas e de suas/seus próprias/os filhas/os.

Contudo, mesmo após a criação das leis nº 10.639 e 11.645[3] que visam valorizar os saberes produzidos pelas culturas Africanas e Indígenas, e reforçar a igualdade no ensino- aprendizagem quanto às diferentes perspectivas epistemológicas e cosmovisões, os saberes produzidos pelos povos indígenas e afro-brasileiros ainda são silenciados e negligenciados. E quando aparecem na escola, estão marcados por datas pontuais, sob uma visão reducionista. Esses saberes são definidos como da "cultura popular" e do "folclore", em detrimento do conhecimento "institucional" e "científico". Os conceitos de Neurose Cultural Brasileira e Amefricanidade, desenvolvidos por Lélia Gonzalez (2020) nos auxiliam a entender a configuração do pensamento racista no ambiente escolar.

Num primeiro momento precisamos fazer o enfrentamento da concepção de "democracia racial" e problematizar a ausência das culturas africanas e indígenas no espaço escolar. Assim, podemos traçar caminhos para que a Amefricanidade possa ser parte dos saberes sistematizados no espaço escolar. A Amefricanidade, definida por Gonzalez (2020) compreende a experiência preta e indígena, e seu passado colonial nas

[3] A lei nº 10.639 é uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. A Lei Nº 11.645, complementa a lei nº 10.639, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".

Américas que está presente na vida cotidiana Brasileira, contudo essas experiências são marginalizadas e excluídas.

A Neurose Cultural Brasileira consiste na negação sistemática da influência das/dos Amefricanas/os, o que gera prejuízos ao povo preto e indígena, assim como para toda a sociedade que deixa de aprender e crescer com as contribuições que a visão de mundo desses povos pode nos proporcionar. Vencer o racismo no campo educacional e epistemológico não é uma tarefa simples, já que o racismo em nossa sociedade não é somente sustentado por ações individuais e morais e sim por questões estruturais. Gonzalez (2020) denuncia a "ciência da superioridade" ainda presente nas universidades, e o racismo que insere as culturas não brancas como inferiores e primitivas, fazendo as/os estudantes de cor sentirem que precisam abandonar as suas raízes para assumir a cultura europeia, para assim, se tornarem pessoas "educadas" e detentoras de conhecimento.

Embora o racismo epistemológico não seja percebido pelas crianças, isso não quer dizer que tal fato não desencadeie sofrimento para elas, de forma que a ausência da história e da cultura preta em sala de aula, acarreta o desenvolvimento de uma série de estereótipos negativos as/os estudantes pretas/os. As/os estudantes pretas/os que não se veem representadas/os como cientistas, pensadoras/es e construtoras/es da sociedade, ficam sem representações para a formação de uma identidade étnica positiva, tal fato contribui para reforçar o preconceito das crianças brancas, que passam a ver a criança preta como um corpo estigmatizado. (CAVALLEIRO, 2010)

Portanto, precisamos refletir sobre as nossas práticas enquanto educadoras/es, os conteúdos curriculares abordados, as formas de avaliação, a linguagem que utilizamos quando interagimos com as/os estudantes, se respeitamos seus saberes, sua cultura, sua língua, suas vozes que são diversas e representam realidades distintas. Neste sentido,

assim como bell hooks (2019), compreendemos a *linguagem como um lugar de luta,* pois a partir dela que definimos quem somos, e podemos atuar politicamente contra as dominações. Entendemos que a sala de aula, assim como a sociedade precisa ser um lugar onde todas as pessoas possam falar e ser reconhecidas em suas necessidades. A instauração de uma Educação Amefricana, pode representar uma mudança nas estruturas educacionais e sociais, precisamos urgentemente que essas mudanças aconteçam, e nos colocamos como parte delas.

Referências

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silencio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo:Contexto,2010.

GONZALEZ. Lélia. **Por um feminismo Latino Americano. Ensaios Intervenções e Ensaios.** ZAHAR.2020.

69

Educação e bem-estar social de infâncias haitianas em trânsito

Giovani Giroto [1]
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula [2]
Ana Lúcia Silva [3]

O contexto migratório é representado por diversas transformações na vida daqueles que se deslocam a busca de melhores condições de vida. Todavia, essas transformações nem sempre são favoráveis, uma vez que precisam lidar com situações de exclusão, preconceito, violação de direitos e vulnerabilidade. Nos últimos anos, o Brasil tem sido país de acolhida de pessoas de diferentes nacionalidades, em especial, do povo haitiano que, após o terremoto do ano de 2010, somado à inconstância política, social e econômica, viram no território brasileiro um espaço de reconstrução.

Os problemas migratórios são intensificados quando se incluem na pauta a questão das infâncias em trânsito. De um lado tem-se crianças haitianas que migraram para o Brasil junto com algum membro familiar, por outro lado, muitas crianças, filhas de pais haitianos, já nascem no Brasil. Em todo caso, nesses dois contextos, o pano de fundo é o dualismo cultural que se origina dessas relações. No ano de 2021, muito migrantes haitianos, que haviam estabelecido residência no Brasil, colocaram-se em trânsito, mais uma vez, dado o cenário político, social, econômico, sanitário, dentre outras condições da atualidade brasileira, sobretudo para

[1] Bolsista CAPES e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

[2] Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

[3] Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

a população de menor poder aquisitivo e pertencente às raças e etnias de contraste do padrão europeu branco, como é o caso dos migrantes negros.

Nesses casos, mais especificamente na realidade de crianças migrantes, observam-se condições críticas, visto que elas são submetidas a migrações que colocam suas vidas em risco, as privam do direito à educação, do bem-estar social e de uma vida digna de qualidade. Além disso, tal contexto não garante segurança no final do trajeto por tratar, em muitos casos, de migrações de pessoas indocumentadas. Assim, surgem os seguintes problemas de pesquisa: como ocorre o processo de formação escolar e bem-estar social de crianças em trânsito? De que forma o Estado, assim como organizações da sociedade civil, instituições educacionais, movimentos sociais e comunidade geral podem corroborar para a inclusão social e educacional de crianças em condição de migração?

A partir disso, este trabalho objetiva analisar as implicações educacionais e sociais de crianças haitianas em trânsito. A pesquisa, de caráter qualitativo, justifica-se pela necessidade de considerar a necessidade das infâncias em situação migratória. Sabe-se que os fluxos migratórios afetam drasticamente a vida das pessoas que migram, sendo adultos ou crianças, todavia, ao buscar compreender os impactos da migração, há uma invisibilidade das infâncias que precisa ser superada de forma urgente. Acredita-se que este trabalho possa contribuir para essa luta. Como recursos teórico-metodológicos, utiliza-se o conceito de análise de reportagem hipermídia (BACCIN, 2018) e pesquisa bibliográfica (GIL, 2008).

De acordo com uma reportagem audiovisual da Band Jornalismo, publicada em setembro de 2021, muitos haitianos residentes em outros países, inclusive no Brasil, têm enfrentado um novo trajeto migratório até o México na tentativa de entrar, posteriormente, nos Estados Unidos da América em busca de melhores oportunidades de vida. De forma

complementar, o estudo de Giroto e Paula (2021, p. 163), observou que "a migração haitiana para o Brasil é marcada pela expectativa de melhoria de condição de vida e não alcance da mesma devido à dura realidade no Estado brasileiro" e esse contexto tem feito os haitianos cogitarem a saída do território brasileiro.

Esse movimento migratório motiva-se pela falta de estrutura no Brasil e troca de governo estadunidense, a partir da eleição e tomada de posse de Joe Biden. Todavia, independente do governo, os EUA nunca se demonstraram abertos à migração, realizando um trabalho de intensa fiscalização fronteiriça (EUA enviam crianças brasileiras ao Haiti, 2021).

A partir desse contexto, nota-se que esses migrantes arriscam suas próprias vidas em busca de sobrevivência e, na grande maioria dos casos, resulta em deportação para o Haiti. A reportagem informa que mais de 3500 haitianos adultos foram deportados dos EUA para o Haiti e também 30 crianças brasileiras, em sua maioria com no máximo 3 anos de idade, filhas de haitianos, também foram deportadas para a capital haitiana, Porto Príncipe (EUA enviam crianças brasileiras ao Haiti, 2021).

As implicações disso para as infâncias em trânsito são inúmeras. De acordo com Grajzer, Veronese e Schlindwein (2021, p. 660-661), "as crianças permanecem sendo pouco ouvidas e suas opiniões desconsideradas, prevalecendo as decisões dos Estados em conter os fluxos migratórios indesejados em detrimento aos direitos das crianças". Desse modo, discute-se acerca dos impactos a curto, médio e longo prazo dos trajetos migratórios e, em casos mais acentuados, da deportação, de crianças haitianas.

Em relação às questões sociais, a criança migrante pode desenvolver um sentimento de não-pertencimento e comprometer a participação social nos diferentes lugares que passa em um curto período de tempo. Segundo Walter (2006), há uma espécie de entre-lugar nos processos diaspóricos o

que faz com que as pessoas em trânsito passem por um processo de desterritorialização. Acerca das questões educacionais, há um cenário de privação de direito, uma vez que as crianças em trânsito não têm condições de acompanhar aulas regulares e, em muitos casos, nem conseguem matrícula por falta de documentação e/ou informação. Ao aprofundar um pouco mais essa questão, nota-se que "migrar é, na maioria das ocorrências, inevitável e estudar é um direito" (PASSOS e BONHEMBERGER, 2020, p. 41637), assim, "as políticas para migração na infância e adolescência requerem estudos e ações que caminhem em direção a novas possibilidades, em busca de uma educação integradora, garantindo a esses migrantes a inserção na sociedade" (PASSOS e BONHEMBERGER, 2020, p. 41637).

Reflete-se que as instituições educacionais podem corroborar para o bem-estar social de crianças migrantes ao dar o devido acolhimento. Em situação de trânsito o território da educação deixa de ser frequentado e isso acomete desafios para essas vidas migratórias uma vez que o momento presente é deixado em segundo plano e o foco passa a ser a superação do passado e a conquista do futuro. Porém, para as crianças esta é uma responsabilidade muito grande, e, com isso, sofrem com suas infâncias interrompidas. A partir do exposto, defende-se que os países precisam ofertar acolhida de qualidade e possibilidades de vida digna para pessoas em trânsito, sobretudo às crianças.

Referências

BACCIN, Alciane. Propostas metodológica para análise de reportagens hipermídia. In: Marta Maia e Monica Martinez (ORGs) **Narrativas midiáticas contemporâneas:** perspectivas metodológicas. São Cruz do Sul: Editora Catarse, 2018.

EUA enviam crianças brasileiras ao Haiti, Band Jornalismo, Youtube BR, 28 de set. de 2021, 1min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dPGzQMOm1v8>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. **(SOBRE)VIVÊNCIAS MIGRATÓRIAS:** narrativas haitianas sobre acolhida, educação e inclusão. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

GRAJZER, Deborah Esther; VERONESE, Josiane Rose Petry; SCHLINDWEIN, Luciane Maria. A proteção de crianças migrantes e refugiadas: desafios contemporâneos. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. 43. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e73438>. Acesso em: 04 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PASSOS, Alice Schwalm; BONHEMBERGER, Marcelo. Crianças e adolescentes migrantes em territórios educativos: contextos e possiblidades. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12365/10361>. Acesso em: 04 nov. 2021.

WALTER, Roland. Mobilidade cultural: o (não-)lugar na encruzilhada transnacional e transcultural. **Interfaces Brasil/Canadá**, n. 8, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/interfaces.v8i1.6960>. Acesso em: 04 nov. 2021.

70

O in*ventar* científico de uma mulher negra da biologia na academia

Kelly Meneses Fernandes [1]

Como uma mulher negra da Biologia, se propõe a enfrentar a política de morte de um projeto colonial, racista, que também teve a Biologia como seu colaborador e se disponibiliza a afirmação da sua vida e da vida das pessoas negras? A minha intenção com essa escrita é pensar o lugar da mulher negra, bióloga e/ou professora antirracista de Biologia na produção de conhecimento científico na universidade. Sou uma mulher negra, bióloga e professora antirracista na licenciatura em Biologia e na educação básica, cursando o doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências na Universidade Federal da Bahia, desenvolvendo uma pesquisa atravessada pela educação das relações étnico-raciais, o ensino e a formação de professoras/es de Biologia, e venho inventando outros modos de pensar a pesquisa científica, partindo da transgressão aos modos hegemônicos de escrita acadêmica.

Nos deslocamentos e ensaios que tenho feito na pesquisa acadêmica, tenho inventado termos como bio*grafia*logia*, escrita ventaneada, pesquisa generosa*, trazendo minha narrativa autobiográfica e outros conhecimentos. Compreendo as invenções desses termos como modos de subverter uma ideia de rigor científico de raiz ocidental ainda presente na universidade, que muitas vezes deslegitima a voz e corpo das pessoas negras. Venho investindo na pesquisa científica como um fazer que

[1] Mestra em Educação; Doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGEFHC-UFBA).

"confronta a hierarquização de saberes, as classificações totalitárias e a pretensa universalista da ciência moderna" (RUFINO, 2017, p. 21).

Nesse sentido, que nasce o in*ventar* científico, como um fazer que se propõem a balançar a hegemonia de um modelo científico. Um balançar que não significa destruição e instauração de um novo, de um outro modelo hegemônico. Mas, um balançar como tensionamento, reivindicando modos outros, fundamentados em princípios poéticos/estéticos/políticos. Um balançar que se inspira no vento como elemento de forja de outros caminhos e possibilidades de viver a pesquisa acadêmica. Viver, porque um in*ventar* científico não se descola de um in*ventar* a vida, comprometida com o trepidar de um mundo eurocentrado e de uma racionalidade moderna.

Desse modo, também venho me aventurando em tecer uma escrita acadêmica a partir de fios poéticos/políticos como forma de encarnar uma transgressão, assumindo como parte da metodologia, um caminho pela pesquisa narrativa (auto)biográfica, compreendendo-a como "uma epistemologia de investigação, e formação que remete ao círculo virtuoso da narrativa e da escuta, da reflexão pessoal-coletiva" (BRAGANÇA, 2018, p.76). Vasculhar por entre a minha história de vida para responder também aos desejos da pesquisa científica, e me alimentando dela para me arriscar nessa in*vent*ação de conceitos que me ajudem a falar de maneiras a confrontar o colonialismo e o racismo.

Nós mulheres negras na academia, ocupando o lugar de pesquisadoras, e tendo a escrita de nossas histórias como caminhos de aberturas de outros modos de fazer científico, temos potenciais para seguir o que Grada Kilomba (2019) afirma sobre nos tornarmos a oposição do que o projeto colonial predeterminou, narrando e escrevendo nossa própria realidade.

No Doutorado, venho inventando uma pesquisa que se propõe a pensar possibilidades de um ensino e formação de professores/as de Biologia que rasure as lógicas de uma ciência que juntamente com outras áreas em parceria, inventaram uma inferioridade sobre os povos africanos, asiáticos, indígenas, principalmente. Um in*ventar* científico que vem se atualizando à medida em que me movimento no rememorar de vivências familiares, profissionais, e de formação. Um in*ventar* que também tem se presentificado a partir da reinvenção da vida e de um fazer pedagógico a partir da poesia. A poesia que tenho como forma de enfeitiçar a pesquisa, tensionando seus rígidos pedaços, virando do avesso a linguagem, não se esquivando de cumprir o rigor científico.

Nesse sentido, propor um inventar científico é uma aposta de estar na pesquisa acadêmica, criando sentidos coletivos na produção de conhecimento científico que não se rendam às estruturas colonialistas e racistas.

Referências

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. *Pesquisaformação* narrativa (auto)biográfica: trajetórias e tessituras teorico-metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Mennna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz da; BÔAS, Lúcia Villas (org.). **Pesquisa (Auto)Biográfica**: diálogos epistêmico-metodológicos. Curitiba: CRV, 2018. p. 280.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

RUFINO, Luiz. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas**. 2017. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

71

Relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03: a literatura negra de conceição evaristo em sala de aula

Lorrany Andrade da Cruz [1]

Nesta pesquisa temos como objetivo propor um plano de aula de literatura, a partir de uma perspectiva antirracista, para ser aplicado no ensino médio. Ele partiu de uma experiência de estágio em uma escola pública do estado de Goiás. Nele, foram propostas: a análise das representações de negras/os no cânone literário brasileiro; uma abordagem da literatura negra de Conceição Evaristo, como um modo de reflexão das relações étnico-raciais no nosso país; a percepção da interseccionalidade de opressões de gênero, raça e classe que atingem as mulheres negras no Brasil, a partir dos textos literários. A justificativa é a existência da lei n.º 10.639/03 e a sua importância para visibilizar as lutas, a história e as produções do povo negro como resistência ao epistemicídio e também para combater o racismo na nossa sociedade através da educação. Para tal, faremos algumas reflexões sobre a literatura canônica brasileira e as representações das pessoas negras nesta, o epistemicídio resultante, a literatura negra ou afro-brasileira e a importância da lei n.º 10.639/03 antes de apresentar o plano de aula.

Durante muito tempo, foi negado às pessoas negras, o direito de serem *sujeitos*, ou seja, o direito de contarem as próprias histórias e vivências, sendo fadadas a ter suas identidades objetificadas, isto é,

[1] Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal de Goiás e mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da mesma instituição. E-mail: lorranyandrade005@gmail.com

reduzidas a uma existência de um *objeto* descrito e representado pelo dominante, retiradas de sua subjetividade, conforme Grada Kilomba (2019). Antes disso, foi-lhes negado o direito à existência e à humanidade. No que diz respeito à literatura, além de suas produções serem invisibilizadas, elas eram vistas sob uma ótica colonizadora. Conceição Evaristo (2009), ao fazer um estudo sobre os estereótipos de negros presentes na literatura brasileira, afirma que esses personagens são vistos e representados, em sua maioria, como sujeitos afásicos ou detentores de uma linguagem estranha, incapaz de apreender o idioma *branco*. No caso das mulheres negras, as imagens eram de "um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor" (EVARISTO, 2009, p. 23).

Essa objetificação do corpo da mulher negra ocorria por ela ser a antítese de masculinidade e de branquitude, pois, como afirma Kilomba (2019), as mulheres negras estão em um lugar de subalternidade ainda mais difícil de ser superado, pois essas opressões se interseccionam (AKOTIRENE, 2019). Assim, as mulheres negras, por estarem nesse não lugar, conseguem observar o quanto ele pode ser doloroso "[...] e igualmente atenta[s] também no que pode ser um lugar de potência" (RIBEIRO, 2019, p. 46).

Conceição Evaristo, escritora negro-brasileira, parte desse lugar de potência e quebra a ótica colonizadora tida sobre si por meio da produção literária. Roberto Reis (1992) faz um questionamento do processo de canonização das obras literárias do Ocidente, tendo em vista os mecanismos de poder subjacentes a ele. Portanto, o cânone não é a-histórico, ou seja, as estruturas sociais influenciam diretamente a seleção de obras e de autoras/es. Segundo Abdias Nascimento (2017), o brutal processo de colonização praticou o genocídio da população negra, por

vários meios, através de um racismo mascarado. Ainda, esse modelo patriarcal supremacista branco faz com que nossa sociedade seja racista, classista e cisheterossexista.

Logo, o cânone literário brasileiro, influenciado por esse contexto sócio-histórico, é composto principalmente por homens brancos. Como Evaristo (2009) apontou, as representações de pessoas negras são estereotipadas, além de haver a exclusão e marginalização de suas produções. Isso resulta em epistemicídio, como analisado por Sueli Carneiro (2005, p. 97), no sentido "[...] da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural".

Por outro lado, autoras/es negras/os compõem seus textos literários diferentemente do que ocorre na literatura hegemônica, pois existe uma quebra de estereótipos e humanização dessas/es personagens. Nesse sentido, a literatura negra ou afro-brasileira é marcada por uma subjetividade construída e vivenciada a partir da condição de pessoas negras no Brasil. Em face do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020), no dia 9 de janeiro de 2003, é sancionada a lei 10.639 que estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", principalmente nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras.

Tendo em vista esses aspectos, propomos uma sequência didática de cinco aulas de 50 min de literatura. A primeira aula é reservada para a análise de trechos de obras do cânone brasileiro, como poemas de Gregório de Matos, excertos de romances como *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, analisando como as pessoas negras eram representadas. Na segunda aula, é proposta a leitura de "Maria", de *Olhos d'água* (2014), de Conceição Evaristo, focando na representação da mulher negra na literatura negra em contraposição com a vista na literatura hegemônica e

na interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe, como aponta Carla Akotirene (2019). Nas aulas três e quatro, pretende-se refletir sobre o conceito de escrevivência, cunhado por Evaristo, através de trechos escritos pela autora e um vídeo em que ela fala sobre o ponto de partida de sua escrita. Ademais, é trazido o conto "Lia Gabriel", de *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2014), para se pensar sobre violência doméstica, sexismo e também a condição da mulher negra, retomando as reflexões sobre o conto "Maria". Na quinta aula, é o feedback da turma, com a produção de um pequeno parágrafo sobre a importância da literatura afro-brasileira no Brasil contemporâneo.

Considerando nossa experiência produtiva com essa sequência, percebemos ainda mais a importância da aplicação da lei 10.639/03 e o papel da educação na formação de pessoas conscientes do funcionamento das relações étnico-raciais no Brasil. Assim, a partir da compreensão das desigualdades e das violências fundamentadas no racismo estrutural, é possível que essas/es alunas/os possam atuar de modo antirracista nos vários âmbitos de suas vidas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

AZEVEDO, Aluisio. **O Cortiço**. 33ª Ed. São Paulo: Klick, 1997.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser. 2005.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. [2011]. 1ª ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. [2014]. 1ª ed. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/viewFile/4365/4510>. Acesso em: 16 jul. 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro***:* processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

Presidência da República. Lei n. º 10.639. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm**>. Acesso em: 22 set. 2021.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luiz (org.). **Palavras da crítica**. *Tendências e conceitos no estudo da Literatura.* Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65-92.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

72

Impactos da discriminação racial em estudantes pretos na universidade

Alexandra Eliza Fajardo [1]
Andriellen Vitória Borges Martins [2]
Kayla Pereira Soares [3]

O propósito deste resumo expandido é discutir o projeto de pesquisa, em andamento, conduzido pelo professor José Augusto Evangelho Hernandez, dentro do Laboratório de Medidas de Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No âmbito desse projeto são examinadas as relações entre a discriminação racial e o estresse moderado pelo coping em estudantes pretos das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

O problema de pesquisa reside na seguinte pergunta: O coping exerce efeito moderador na relação entre a discriminação racial e o estresse acadêmico? Para discussão dessa problemática recorremos ao intelectual negro Silvio Almeida (2018), o qual afirma em seu trabalho que o recorrente preconceito de ordem étnica e racial reproduzido no interior da Academia afeta diretamente a experiência acadêmica de estudantes pretos.

Observando este aspecto, é possível compreender a necessidade de articular medidas reparadoras que visem a eliminação desses obstáculos ainda tão perfurantes da jornada universitária de jovens não brancos. Ressaltamos que a presente pesquisa se justifica tendo em vista a importância da reflexão e do estudo sobre racismo e seus segmentos, uma

[1] Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Bacharelado em Psicologia - Laboratório de Medidas da Psicologia

[2] Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Bacharelado em Psicologia - Laboratório de Medidas da Psicologia

[3] Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Bacharelado em Psicologia - Laboratório de Medidas da Psicologia

vez que entendemos ser este esforço um dos primeiros passos para combater a discriminação racial que ainda se faz presente nas universidades do Brasil.

Considerando a importância de uma problematização de cunho racial dentro das instituições acadêmicas, para que seja possível uma produção científica que ocorra de forma justa e igualitária, como pontua Almeida (2018). Dentro desse contexto, e também a ser estudado nesta pesquisa, não se pode deixar de mencionar o *coping,* termo que surge como objeto de estudo da Psicologia sobre o estresse (Antoniazzi et al., 1998). Também vinculado ao ego, o *coping* se refere ao conjunto de ações e comportamentos usados para lidar com situações de estresse e segundo Folkman e Lazarus (1980, 1985), é conceitualizado como o processo transicional entre a pessoa e o ambiente com destaque no processo, na personalidade e seus determinantes cognitivos e situacionais. É caracterizado também como um processo cognitivo consciente de avaliação e resposta ao estresse, sendo esse contextual.

Esse fenômeno ainda pode ser dividido em três partes: o *coping* focado na emoção, o *coping* focado no problema e o *coping* focado em relações interpessoais. O *coping* focado na emoção, pode ser entendido como um esforço voltado para a regulação do estado emocional gerado pelo estresse, usando de estratégias como tomar um tranquilizante ou sair para correr. Já o coping focado no problema, por sua vez, consiste em uma tentativa de mudar a situação que originou o estresse, podendo tomar a forma de resolução de um conflito existente no trabalho, por exemplo.

Por fim, o coping focado em relações interpessoais é aquele em que o sujeito em questão busca ajuda de outras pessoas para lidar com o elemento estressor (Coyne e DeLongis, 1986; Folkman, 2010; Lazarus & Folkman, 1984). O objetivo geral desse projeto é analisar os efeitos da discriminação na formação dos estudantes pretos, observando o quanto

da vida acadêmica e da saúde mental é afetado em função de práticas preconceituosas reproduzidas no espaço universitário. Sobre os objetivos específicos, a pretensão é de adaptar, traduzir e validar a escala General Ethnic Discrimination Scale de Landrine et al (2006) para o contexto brasileiro, medir o nível de estresse dos estudantes que participarão da pesquisa e, por fim, apresentar a relação existente entre a discriminação, o estresse como consequência dessa vivência e o coping, determinando a importância da reflexão crítica acerca de raça e racismo durante a formação acadêmica.

O presente estudo baseia-se em um método quantitativo, observacional, direto e analítico de pesquisa, uma vez que busca aprofundar o tema realizando uma coleta de dados que irá consistir na aplicação online de um questionário que irá verificar e relacionar os estressores no ensino superior das universidades públicas do Rio de Janeiro. Sendo assim, serão examinados 600 alunos autodeclarados pretos, maiores de 18 anos de idade, cursando os últimos períodos de seus cursos de graduação, compondo uma amostragem por conveniência.

Os pesquisados responderão à General Ethnic Discrimination Scale (Landrine, et al 2006), que será adaptada ao contexto brasileiro. Também será utilizada a Escala de Estresse Acadêmico, adaptada e validada para o ambiente universitário brasileiro por Freire et. al (2018), para lidar com a variável de estresse, e The Brief COPE Inventory (Carter, 1997), para investigação dos mecanismos de coping. Recorrendo às observações feitas até então será possível verificar as consequências que se manifestam durante a trajetória acadêmica da população negra.

Em suma, destacamos que o projeto tem como finalidade apontar a importância da inclusão do debate racial na comunidade acadêmica e científica, compreendendo os impactos do racismo na sociedade brasileira, para que seja possível a realização de uma intervenção sobre esses

aspectos criminosos que residem no berço do ensino superior no nosso país.

Referências

Almeida, S. L. de. (2020). Racismo Estrutural - Djamila Ribeiro e Silvio Almeida [Entrevista]. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=ZADKtsNnx74

Almeida, S. L. de. (2019a). Racismo Estrutural. Pólen. Recuperado de: http://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutu ral_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf

Almeida, S. L. de. (2019b). Entrevista com Silvio de Almeida [Entrevista]. Recuperado de: https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2019.154260

Almeida, S. L. de. (2018) O que é racismo estrutural ? Recuperado de: https://revista.unitins.br › index.php › article › view

Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) (p. 62) https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf

Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. Estudos de Psicologia (Natal), 3(2), 273–294. Recuperado de: https://doi.org/10.1590/s1413-294x1998000200006

Artes, Amélia, & Ricoldi, Arlene Martinez. (2015). Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. Cadernos de Pesquisa, 45(158), 858-881. Recuperado de: https://dx.doi.org/10.1590/198053143273

Barcellos, J. D. R. S. (2016). Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e na região metropolitana. Recuperado de: http://hdl.handle.net/10183/148270

Barriffe, N. (2020). O racismo é aprendido [Entrevista]. Recuperado de: https://www.mileniostadium.com/temas-de-capa/o-racismo-e-aprendido/

Bonilha, T. P. (2011). Ações afirmativas e integração do negro no ensino superior: uma relação possível? ETD - Educação Temática Digital, 13(1), 134-151. https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-286195

Brondolo, E., Ver Halen, N. B., Pencille, M., Beatty, D., & Contrada, R. J. (2009). Coping with racism: A selective review of the literature and a theoretical and methodological critique. Recuperado de: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3258496/

Carvalho, M., DE, M., & WALTENBERG, F. D. (2015). Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013.

Caseiro, L. C. Z. (2016). Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o plano nacional de educação. PNE em movimento. Recuperado de: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/532236

Clark, R et al. Racism as a stressor for African Americans: a biopsychosocial model, Am. Psychol. 54 (10) (1999)

Folkman, S. (2010). Stress, coping, and hope. Psycho-Oncology, 19,901-908. doi: 10.1002/pon.1836

Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. Journal of Health and Social Behavior, 21(3),219-239. Recuperado de: https://www.jstor.org/stable/2136617

Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1984). Stress appraisal and coping. New York: Springer. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4474746&pid=S2177-093X201900020000500025&lng=pt

Folkman, S., & Lazarus, R. (1985). If it changes must be a process: A study of emotion and coping during three stages of a college examination. Journal of Personality and Social Psychology, 48(1),150-170. doi: 10.1037/0022-3514.48.1.150

Fontana, D. Estresse: Faça dele um aliado e exercite a autodefesa. São Paulo: Saraiva, 1991

Freyre, G. Sobrados e Mucambos:decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. p 297. Recuperado de: https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambo s-gilberto-freyre-1.pdf

García, N. B., & Zea, R. M. (2011). Estrés Académico. Revista de Psicología Universidad Antioquia, 3(2),65-82. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2145-48922011000200006&lng=pt&tlng=es

Goffman, E. (1975). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC

Gomes, de. A. A. (2018). A história de A. : Escrevivências de um aluno cotista negro no Curso de Psicologia da UFRGS. Recuperado de: http://hdl.handle.net/10183/193342

Gonçalves, L. A. O., & Silva, P. B. G. (2000). Movimento negro e educação. *Revista brasileira de educação*, 134-158.

Gonçalves, R., & Ambar, G. (2015). A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. *Lutas Sociais*, *19*(34), 202-213. Recuperado de: https://doi.org/10.23925/ls.v19i34.25767

Guimarães, A. S. A. (2003). Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisa, (118), 247-268. Recuperado de: https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000100010

Harrell S. P. (2000). A multidimensional conceptualization of racism-related stress: implications for the well-being of people of color. *The American journal of orthopsychiatry*, *70*(1), 42–57. https://doi.org/10.1037/h0087722

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019) (p. 38-39) https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf

Landrine, Klonoff, Corral, Fernandez, & Roesch. Conceptualizing and Measuring Ethnic Discrimination in Health Research, 2006. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/51373132_Conceptualizing_and_Measuring_Ethnic_Discrimination_in_Health_Research

Lei do racismo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm#art1

Lipp, M & Romano, A. S. O Stress Infantil. Estudos de Psicologia. V.4, n.2, jul/Dez, p.112-120, 1987.

Magalhães, A. (2020). Sobre racismo estrutural no Brasil. Centro de Estudos Estratégicos Da Fiocruz. Recuperado de: https://cee.fiocruz.br/?q=Sobre-racismo-estrutural-no-Brasil

Maggie, Y., & Fry, P. (2004). A reserva de vagas para negros nas universidade brasileiras. *Estudos avançados*, *18*, 67-80.

Masci, C. A Hora da Virada: enfrentando os desafios da vida com equilíbrio e serenidade. 4a ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

Mays VM, Coleman LM, Jackson JS. Perceived race-based discrimination, employment status, and job stress in a national sample of Black women: Implications for health outcomes. Recuperado de: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3681822/

Mello, I. (2021, 15 de julho). Anuário: Letalidade policial é recorde no país; negros são 78% dos mortos. UOL Notícias | Notícias do Dia no Brasil e no Mundo. Recuperado de: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/15/letalidade-policial-e-a-mais-alta-da-historia-negros-sao-78-dos-mortos.htm

Rossi, A. M. Autocontrole: Nova Maneira de Controlar o Estresse. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

Oliveira, C. M. D. (2002). Pluralidade racial: um novo desafio para a psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, *22*, 34-45.

Santos, A. de O. dos, & Schucman, L.V. (2015). Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). Revista EPOS, 6(2), 117-140. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&tlng=pt

Santos, A. F. Determinantes psicossociais da capacidade adaptativa: um modelo teórico para o estresse. 2010. 318 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Recuperado de: https://ri.ufs.br/handle/riufs/1898

Santos, J. R. dos.(1985) O Movimento negro e a crise brasileira. Política e Administração. Recuperado de:

http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-movimento-negro-e-a-crise-brasileira.asp

Silva, N. do V., & Hasenbalg, C. (2000). Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Recuperado de: https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300001

Silva, N. do V. Extent and nature of racial inequalities in Brazil. In: HAMILTON, C. et al. Beyond racism: race and inequality in Brazil, South Africa, and the United States. London: Lynne Rienner, 2001. Recuperado de: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jW12Ngh1vX8C&oi=fnd&pg =PR9&dq=beyond+racism+race+and+inequality+in+Brazil&ots=g4Sqp84FXI&sig=yDTR9B7sJV5uVcprybgrxrNJzvU#v=onepage&q=beyond%20racism%20race%20and%20inequality%20in%20Brazil&f=false

Silva, J. Trabalhando com diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais 2001.

Souza, S. M. (2011) O conceito de raça na sociologia contemporânea. Recuperado de: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_do wnload&gid=1177&Itemid=170#:~:text=Segundo%200%20Dicion%C3%A1rio%20 Aur%C3%A9lio%20(1999,variem%20de%20indiv%C3%ADduo%20para%20indiv% C3%ADduo.

Suarez, J. (2021, March 18). *O Caminho dos Professores Negros no Ensino Superior [PODCAST] - RioOnWatch*. RioOnWatch. Recuperado de: https://rioonwatch.org.br/?p=53993

Valente, A. L. (2002). Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. *Revista Brasileira de Educação*, 76-86.

Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, 31(SPE), 244-248. Recuperado de:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244

Xavier, J. B. (2020). Estudantes negros e negras no ensino superior e a relação com questões étnico-raciais vivenciadas na universidade. Revista Ensino de Ciências e Humanidades. Ano 4, Vol. VI, Número 1, Jan-Jun, 2020, p.229-246. Recuperado de: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/7573

Racismo estrutural e institucional: as visões de mundo de estudantes cotistas raciais da FURG

Elina Oliveira [1]

O acesso de estudantes negros ao ensino superior através da política de cotas no Brasil resulta da luta e mobilização do movimento negro do país bem como de influências externas. Como resposta à essa política vimos um aumento no número de negros que puderam ingressar nas universidades. Em contrapartida, surgiram denúncias de fraudes e foi trazido à tona as dificuldades que o estudante negro encontrou ao se deparar com o ambiente acadêmico, outrora elitizado, dificuldades essas devido à poucas ou inexistentes possibilidades de bolsa de estudo, permanência, auxílios para transporte e alimentação bem como a necessidade de combinar o trabalho e a formação acadêmica e devido ao racismo estrutural e institucional.

Através deste estudo, busquei identificar as visões de mundo de estudantes cotistas raciais de alguns cursos da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), bem como identificar a forma como se dão suas vivências no espaço da academia. Procurei também identificar a ocorrência do racismo infringido contra esses sujeitos, bem como de que forma se dá o racismo estrutural e institucional nesse espaço, para tal me utilizei da realização de entrevistas narrativas com cinco alunas e três alunos de cursos de graduação da FURG, que tiveram seu conteúdo analisado através do Método Documentário de Karl Manheim. As identidades dos

[1] Mestra em Educação e professora de Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

entrevistados e entrevistadas foram preservadas, sendo então atribuídas siglas do seu curso de graduação acrescida de inicial correspondente ao seu gênero. Trarei apenas os relatos que na minha opinião foram os mais contundentes devido ao grande volume de informações obtidas no estudo.

Quando questionada sobre as suas motivações na futura profissão, a entrevistada Med. F em sua fala, relata que a representatividade causada pela sua presença na FAMED (Faculdade de Medicina), por ser uma mulher negra e filha de pais agricultores do interior da Bahia, em meio a um contingente de pessoas brancas de classes mais favorecidas, é um dos fatores que a impulsiona a seguir em frente. Gonzalez e Hasenbalg (1982) já falavam sobre isso ao afirmarem que as possibilidades de ascensão dos sujeitos negros são menores quando comparados aos sujeitos brancos de mesma origem social, o que justifica o sentimento da estudante, sendo uma das poucas alunas negras em um curso de tamanho prestígio social que é o curso de Medicina.

Sobre as expectativas antes e após o ingresso na graduação, destaco a fala de Ed. Físic. F que esperava inovar através de sua atuação profissional, expectativa que acabou dando espaço ao questionamento. A estudante trouxe à tona a questão de não haver espaço para a discussão da temática racial no curso de Educação Física. Vale ressaltar nesse ponto, que não é dada a devida importância à temática racial, pois se fosse, ela estaria presente no currículo do curso.

Sobre os sentimentos que tiveram quando da passagem pela banca de heteroidentificação, destacou-se a fala de Psic. F que relatou que o processo para ela foi bastante tenso devido à mesma não ter muita certeza sobre o seu pertencimento étnico-racial por ser uma mulher negra de pele clara. Souza (1983) fala sobre a existência de duas possibilidades nessa situação: ou o sujeito negro sucumbe à melancolia, depressão e perda da

autoestima, ou ele cria para si uma identidade negra, deixando de ser uma caricatura do branco.

A estudante Psic. F, ao ser questionada do como se sente na universidade, relatou extremo desconforto. Ela ainda se questiona: será que esse é o meu lugar? Essa falta de familiaridade e de adaptação no ambiente de sala de aula pode ser um demonstrativo da inculcação do "seu lugar", que é narrado por Gonzalez e Hasenbalg (1982).

Ao responderem sobre as suas perspectivas para o futuro, trago a fala de Ped. F. Ela planeja prestar concurso público para ser professora do município e disse que se não for aprovada, sente que terá dificuldade em trabalhar nas escolas particulares. Ao ser questionada sobre que tipo de dificuldade, ela respondeu: "Questões raciais, a escola particular preza pela imagem". Infelizmente no Brasil, mesmo estando bem vestidas e sendo educadas as pessoas negras não são escolhidas, conforme já denunciava Gonzalez (2018): "Não adianta serem "educadas" ou estarem "bem-vestidas" (afinal, "boa aparência", como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria "branca", unicamente atribuível a "brancas" ou "clarinhas) " (GONZALEZ, 2018, p. 199).

Quando questionado sobre ter vivenciado alguma situação de racismo na universidade, Dir. M discorreu sobre o racismo estrutural. O entrevistado fez uma ótima reflexão ao falar sobre o acesso do estudante negro às posições de prestígio social: "(...) chega só até um ponto ali, não, não vai a mais, né?!" Havendo alguns poucos alunos negros, que não ascendem às posições de poder como as de professor, traz-se também a discussão sobre a meritocracia, que serve de argumento para justificar a ausência de pessoas negras nessas posições. Tal passagem reitera Almeida (2019) ao dizer que "(...) o racismo não se resume a um problema de representatividade, mas é uma questão de poder real" (2019, p. 68).

Percebe-se a necessidade do combate ao racismo institucional na FURG, o que é um grande desafio. A falta de representatividade dentro da universidade, bem como as exigências implícitas de um estoque de conhecimento prévio, gera um desconforto e uma falta de familiaridade com o ambiente acadêmico. O sentimento de não lugar, causa sofrimento e se dá devido a não se verem representados na instituição. É preciso que a academia também seja para pessoas negras e demais minorias, é necessário que esse ambiente seja propício, não apenas ao seu acesso, mas também à sua permanência, e sem o sofrimento causado pelo sentimento de não pertencimento. Cabe salientar que não é algo fácil nem instantâneo, mas um trabalho constante, e não pontual. É necessário um engajamento antirracista a fim de modificar a estrutura que permanece desde as origens da universidade no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia e HANSELBAG, Carlos. **Lugar de Negro**. Editora Marco Zero, 1982.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

74

Mulheres quilombolas no espaço acadêmico: luta e resistência buscando descolonizar o saber

Juliana Soares [1]

Historicamente o povo preto tem sofrido os efeitos da discriminação racial no Brasil, de maneira que fomenta a estagnação de homens e mulheres negras em extratos mais baixos da sociedade, seja econômica ou socialmente. Acredito que o não acesso do povo preto à educação formal é um dos fatores responsáveis por esse processo de inércia que coloca o referido povo na condição de marginalidade.

Nesse sentido, este texto traz o resumo de um trabalho de pesquisa realizado no contexto da educação formal, tendo como foco as mulheres quilombolas a fim de investigar os desafios enfrentados por essas mulheres no período da graduação – curso de Educação do Campo da FURG - Campus São Lourenço do Sul. Foram convidadas 4 mulheres negras quilombolas para participar da pesquisa, sendo 2 delas já formadas e 2 na fase final do curso. Tendo como intuito identificar as ações de demarcação de luta e resistência travadas pelas estudantes quilombolas durante o período de formação acadêmica é importante considerar o meu lugar social, lugar de legitimidade de pesquisadora, uma mulher, negra, quilombola, resistente e batalhadora que passou pela mesma experiência no processo de formação acadêmica.

O povo preto vem carregando nas costas o racismo como uma herança do período da escravização que vem sofrendo adaptações e se

[1] Juliana Soares, Licenciada em Educação do Campo com Ênfase em Ciências da Natureza e Agrárias pela Universidade Federal do Rio Grande. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FURG.

modificando, pois passado mais de quinhentos da falsa abolição da escravatura, o racismo vem sofrendo adaptações, negros e negras permaneceram sem um amparo legal, pois o Estado brasileiro não forneceu meio algum para tornar efetiva essa liberdade, visto que a igualdade jurídica por si só não melhorou as condições de vida e nem eliminou os preconceitos (GENNARI, 2011). Ao recorrer os dados a exemplo do percentual da população carcerária, percentual do nível de escolaridade, dentre outros percentuais, na comparação entre negros e não negros, podemos concluir que efetivamente essa libertação não se concretizou de fato, pois até hoje a população negra segue as margens da sociedade, sendo a mais prejudicada tanto econômica quanto socialmente, nesse sentido Silvio de Almeida diz que, o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, minha experiência enquanto mulher negra quilombola me coloca lugar que faz pensar o racismo como uma prática que vem sofrendo atualizações ao longo dos anos, seja na estrutura da sociedade ou então em ações individuais que acabam por engessar os corpos pretos na medida que sofrem a ação das práticas do racismo.

Esse movimento de pensar a prática do racismo com base no quadro sócio histórico de invisibilidade da população negra, tem sido um exercício do Movimento Social Negro Brasileiro há tempos buscando implementação de políticas públicas de inclusão social e racial, assumindo o papel de Movimento Negro educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil (GOMES, 2017).

Da mesma forma que é muito urgente e necessário pensar no papel das mulheres negras na sociedade, pensar o tratamento no qual elas recebem para então pensar em possibilidades de inversão desse quadro que coloca a mulher negra na base da pirâmide social e objeto de tripla

discriminação uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo, lugar social e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018).

Para pensar o ser mulher quilombola na graduação as participantes trouxeram à tona vivências de práticas racistas nas suas trajetórias escolares que as marcaram profundamente, a ponto de chegarem na graduação carregando feridas profundas ainda abertas. Conforme relata a participante k1:

> Nascida e criada na zona rural do município de São Lourenço do Sul, parte da minha educação formal foi em escolas onde havia uma professora para dar aula para mais de uma série, hoje então chamadas de multisseriadas a princípio pensei que a falta de atenção para comigo pudesse ser resultado de muita demanda, até porque para além de lecionar caberia também a essa educadora também preencher o quadro de funcionários que a escola precisaria, tais como: serviços gerais, merendeira. Até aí tudo bem, enxergava essa falta de atenção com uma certa naturalidade, mais aí eu fui crescendo e as inquietações foram surgindo, percebia que era algo bem maior, mais que sozinha eu também não conseguia discernir o que era exatamente. Anos se passaram, professoras mudaram e aquela situação de desprezo e humilhação permanecia, de ser sempre a preterida da turma, melhor dizendo; da escola. Foi difícil, doído ter passado por todo esse processo de formação, onde muitas vezes fui ignorada ou proibida a minha fala, sempre com apontamento de estar errada ou de não ter nada a contribuir, parece até um pouco de exagero da minha parte e sinceramente gostaria que tivesse sido, mais não. Foi assim parte da minha vida, e essas atitudes por parte de professora e colegas, ou talvez a falta dela, se refletem até os dias de hoje na minha vida, só que hoje tendo a consciência de tudo que passei foi racismo por ser uma NEGRA mulher quilombola ocupando um espaço que historicamente não foi pensado para nós. (K1, 10/2020)

Também as participantes demonstraram o sentimento de responsabilidade pela luta antirracista e busca por direitos para o povo

preto ao incorporarem o debate racial no espaço acadêmico. Acredito que os sentimentos positivos podem repercutir em outras mulheres quilombolas que sonham acessar uma faculdade, estimulando a seguirem com os estudos e construírem cada vez mais uma consciência racial, pois, assim, poderão chegar a universidade trazendo o quilombo, as questões raciais e demarcar território enquanto mulher, negra quilombola de luta. Dessa forma, desconstruir a ideia senso comum de que a universidade não é lugar de preto, buscando ferramentas para preparar a universidade para nos receber com respeito a nossa especificidade e cultura.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo. Editora Selo Negro. 2011.

GERNARI, Emilio. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil/Emilio Gernari, 2 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as roas negras**. Editora Filhos da África. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações **étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, jan/abr 2012.

75

Os passos de Maria, furando as barreiras do sistema

Maria Escarlate Pereira [1]

Nesse resumo trago meu relato, onde compartilho parte da minha história de vida, na esperança de que as escritas das minhas vivências possam servir de referência para outras mulheres pretas, assim como eu, pois escrever é um ato de descolonização (KILOMBA, 2019). Sou Mulher, Negra, Quilombola, nascida no interior do município de São Lourenço do Sul - RS. Venho de uma família numerosa, composta por dez irmãos, contando comigo. Minha vida não foi um mar de rosas, mas éramos felizes diante do pouco que tínhamos.

Conforme o tempo foi passando, em função do sistema de educação formal, eu tive que sair do seio familiar para frequentar a escola, foi então que começou o meu tormento aos 6 anos de idade, sendo a única criança negra da escola. Na época as classes escolares eram aquelas conjugadas de madeira, em que as estudantes se sentavam de dupla. Lembro-me como se fosse hoje que no meu primeiro dia de aula, que era para ser motivo de alegria, porém nenhuma das (os) minhas colegas quiseram se aproximar de mim, menos ainda sentar-se ao meu lado. Fiquei muito triste, sem entender por que eu era preterida por todas (os), pois até aquele momento da minha vida eu ainda não tinha vivenciado na pele a experiência cruel do racismo. Apesar do sofrimento que tal experiência me causou, na época eu com 6 anos de idade, não tinha a menor noção de que aquilo que eu estava vivendo era a violência desumana e excludente do racismo

[1] Licenciada em Educação do Campo (Ênfase em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias).

enraizado na sociedade. O racismo é efetivado através da discriminação racial estruturada, constituindo-se como um processo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais. (ALMEIDA, 2018)

Os dias foram passando, e ao contrário do que eu esperava, a aceitação não aconteceu, além de continuarem não querendo sentar-se ao meu lado, na hora do recreio não era convidada a participar das brincadeiras e quando me voluntariava era barrada. Sem contar os apelidos "carinhosos" que eram atribuídos a mim: nega fedorenta, cabelo de bombril, picumã (fuligem do fogão a lenha), entre outros tantos. Até hoje dói bastante, só de lembrar. São feridas abertas que, infelizmente, não cicatrizaram. O fato é que a sociedade em que vivemos tem um compromisso racista para que isso não aconteça. Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. (LÉLIA, 2018)

Aos nove anos de idade, por uma fatalidade do destino meu pai faleceu e minha mãe, sem enxergar outra opção, se viu obrigada a migrar para a cidade, estava tudo confuso na minha cabeça, uma mistura de dor pela perda do pai e o impacto da mudança para cidade.

Já na cidade, então fui matriculada em uma escola pública, com status de privada, que ficava localizada no centro da cidade. Segundo indicações de amigos e parentes próximos, não seria bom me colocar em uma escola do bairro. O argumento era que a escola da vila não seria boa, se eu quisesse ser "alguém". Que irônico, visto que era lá que eu morava!

Era outro contexto, um novo cenário, mas o racismo continuava lá, acompanhado de muita chacota e deboche – que hoje tem o nome de "bullying". Aprendi desde então a reagir na força do ódio, quando riam da minha roupa, do meu calçado, material escolar, respondia na violência, na valentona. Foi só assim que consegui o respeito, já que a amorosidade estava fora de cogitação. Desse modo passei meu primário inteiro sem colecionar boas lembranças.

No Ensino Médio, enfim, consegui me encontrar, eram pessoas da minha idade ou mais velhas. 15 anos de idade, hormônios à flor da pele, comecei a namorar e não deu outra, mais uma preta gravida na adolescência. Interrompi os estudos por um período de seis anos. Com a ajuda de vizinhos e parentes, no cuidado com a minha filha já maiorzinha, que consegui concluir o Ensino Médio. Pensei que, essa fase da educação formal era o máximo que poderia chegar. Não conseguia enxergar perspectivas de ir adiante, visto que só havia universidades nas cidades vizinhas, o que demandaria um custo que estava completamente fora do meu alcance.

Com o passar do tempo chegaram na minha cidade as faculdades privadas, na modalidade EaD. Foi então que, através de uma política pública chamada ENEM, consegui uma bolsa de 100% que me proporcionou ingressar na universidade, e concluir aos 39 anos de idade. Uma conquista! Mas a vida me preparava algo mais. Nesse mesmo ano, prestei vestibular para outra universidade, dessa vez federal, pública e gratuita!

Essa universidade, chamada FURG, foi um marco na minha vida em todos os sentidos. Pois através dela que consegui potencializar as minhas discussões sobre negritude, bem como, fiz ecoar minha voz e demarquei minha vez, voz essa que havia foi silenciada por muito tempo.

A compressão ou aceitação de que somos iguais perante a sociedade e devemos ser tratadas (os) como tal, respeitando uns aos outros, independentemente de cor/raça, chega a ser quase uma utopia. Sei que tivemos muitos avanços, mas na contramão muito retrocessos. Práticas como o racismo ou o *bullying* deixam sequelas para uma vida toda.

Hoje posso dizer que superei muitas barreiras enquanto mulher negra, e algumas ainda estou em processo de superação. Acima de tudo, tenho orgulho de olhar para trás, ver o caminho percorrido e ter chegado onde cheguei, apesar de todos os entraves que fui encontrando. Sou a única dos dez irmãos com diploma de graduação no Ensino Superior. REPRESENTATIVIDADE importa. Ontem, Hoje e Sempre!

Referências

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – Episódio de racismo Cotidiano. Ed. Cobogó, Rio de Janeiro, 2019.

ALMEIDA, Silvio**. O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018**.**

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Editora Filhos da África. 2018

76

Racismo no discurso midiático e a alienação na arte

Beatriz Pinheiro Lucena [1]
Suzana Hilda de Oliveira Alencar [2]
Verônica Palmira Salme de Aragão [3]

O presente estudo visa analisar textos midiáticos sobre a polêmica da interpretação da Esperança Garcia, primeira advogada negra do Brasil, por uma artista que participou de um reality show. Para isso, fundamentaremos nossa perspectiva teórica em Gonzalez (2011), com base nos conceitos de "racismo omisso" e de "alienação", para explicar a exclusão de atrizes negras do papel de protagonista. De acordo com a autora, forjaram um passado, advindo do capitalismo patriarcal, nas sociedades latino-americanas, que transmite "uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade" (GONZALEZ, 2011, p. 11). Com isso, criaram mecanismos que garantissem a manutenção de seus poderes, como a ideologia de branqueamento, a disseminação do mito da democracia racial e a abolição dos índices indicadores raciais dos censos e documentos. Nesse sentido, examinaremos os discursos midiáticos, visando identificar a permanência dessas visões e suas implicações no contexto atual.

Conforme afirma Ribeiro (2018, p. 38), "não precisa ser um grande estudioso das questões raciais no Brasil para perceber o quanto as

[1] Estudante do curso de Letras Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; e-mail: beatrizpinheiro021@gmail.com

[2] Estudante do curso de Letras Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; e-mail: suzanaisoliveira@gmail.com

[3] Professora Drª. do Departamento de Letras Vernáculas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; integrante do mestrado profissional (PROFLETRAS) e acadêmico (PPCL); e-mail: veronicasalme@uern.br

mulheres negras são invisíveis aos olhos da mídia". O estudo caracteriza-se como bibliográfico, por conter fontes teóricas, sobre o racismo e alienação, e análise de caráter qualitativo, por investigar matérias jornalísticas. Também optamos pelo método da pesquisa documental, uma vez que o *corpus* é composto por notícias. Os jornais selecionados para a construção do *corpus*, *G1*, *Diário do Nordeste* e *OitoMeia*, representam importantes fontes de comunicação que contribuem para a formação de opinião, sobretudo, no Nordeste. O *G1* é um veículo de grande circulação nacional, o *OitoMeia*, de Teresina, Piauí, alcança muitas regiões do Brasil, e o *Diário do Nordeste* é um jornal local do estado do Ceará, mas de circulação nacional, por ser uma plataforma *online*. Os procedimentos de coleta, organização e análise das matérias foram realizados com base em elementos da análise de conteúdo. As matérias selecionadas foram: "'Eu me considero de todas as cores', diz ex-BBB Gyselle Soares após críticas por aceitar papel da escrava Esperança Garcia em peça teatral" (*G1*); "Ex-BBB Gyselle Soares é alvo de protestos por interpretar advogada negra Esperança Garcia" (*Diário do Nordeste*) e "Não! Gyselle Soares não é Esperança Garcia: Até quando vão colocar brancos no lugar de pessoas negras?" (*OitoMeia*). Dentre os resultados obtidos, observou-se, nos títulos das reportagens, que o nome da atriz é promovido, e até preferido em relação à Esperança Garcia, personalidade a ser homenageada, já que sua fala é destacada no discurso direto e precedido do nome da advogada negra. Nas reportagens do *G1* e *Diário do Nordeste*, constatamos a promoção do discurso da atriz, o que caracteriza a omissão racial e embranquecimento na arte, em que a identidade e a representatividade negras são violadas. Portanto, verificamos uma antiga prática colonial em que "nós mulheres e não-brancas, fomos 'faladas', definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza" (GONZALEZ, p. 5, 2011).

O fato de ambos os veículos darem mais ênfase e espaço para a fala da atriz do que para o movimento negro evidencia o "racismo omisso" na mídia, bem como a escolha da atriz revela o racismo nas artes. Nesse último caso, há a exclusão e retirada da oportunidade de uma atriz negra atuar, refletindo o projeto colonial que invisibiliza a mulher negra por meio da hierarquização. O jornal *OitoMeia*, por sua vez, buscou dar espaço para todos os evolvidos, destacando a importância da representatividade de Esperança Garcia, não só para a comunidade negra do Piauí (estado em que Garcia nasceu e viveu), mas para todo o Brasil. Portanto, a representatividade é importante, de acordo com Berth (2019, p. 124), porque "precisamos nos ver de forma positiva, literalmente, pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído". A ênfase dada pela mídia aos agentes do racismo, diretor da peça e discurso midiático, em detrimento da crítica feita pelos movimentos negros revela que "a apropriação lucrativa da produção cultural afro-brasileira [...] é vista como 'natural'" (GONZALEZ, 2011, p.18). Nesse sentido, a voz da atriz tem destaque por meio de diversos discursos diretos nas notícias, diferentemente do movimento negro que sofre a redução de sua voz, e é desmentido pelo diretor da peça que afirma ter consultado o grupo para a escolha da atriz. Com isso, as críticas do movimento negro são ignoradas ou deslegitimadas pelos discursos midiáticos. Com o advento de notícias sensacionalistas, ser "ex-BBB" oferece um status que interfere diretamente na projeção da pessoa, diferentemente do que ocorre com notícias informativas, e com um debate político qualificado. Concluímos então, que a prevalência do "racismo omisso", conforme denunciou Gonzalez (2011, p. 13), contribui para a "alienação" da sociedade e transformação das "diferenças em desigualdades". Concluímos então que o racismo se mostra presente no

âmbito das artes e no das mídias, tendo em vista que as atrizes negras são excluídas e consequentemente invisibilizadas.

Referências

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

Ex-BBB Gyselle Soares é alvo de protestos por interpretar advogada negra Esperança Garcia. **Diário do Nordeste**, Ceará, 13 de out. 2021. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/entretenimento/zoeira/ex-bbb-gyselle-soares-e-alvo-de-protestos-por-interpretar-advogada-negra-esperanca-garcia-1.3147252. Acesso em: 02 de nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011.

FONTENELE, Luana. Não! Gyselle Soares não é Esperança Garcia: Até quando vão colocar brancos no lugar de pessoas negras?. **OitoMeia**, Piauí, 16 de out. 2021. Disponível em: https://www.oitomeia.com.br/noticias/cultura/2021/10/16/ate-quando-vao-insistir-em-colocar-pessoas-brancas-fazendo-o-papel-de-pessoas-negras/. Acesso em: 02 de nov. 2021.

ROMERO, Maria. 'Eu me considero de todas as cores', diz ex-BBB Gyselle Soares após críticas por aceitar papel da escrava Esperança Garcia em peça teatral. **G1**, Piauí, 13 de out. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/10/13/eu-me-considero-de-todas-as-cores-diz-giselly-soares-apos-criticas-por-aceitar-papel-da-escrava-esperanca-garcia-em-peca-teatral.ghtml. Acesso em: 02 de nov. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Raça, gênero e classe na ensaística de Lélia Gonzalez e a construção de um movimento feminino, amáfricano e afrodiaspórico

Mireile Silva Martins [1]

A experiência colonial que se deu a partir do sistema perverso de colonização produziu aos sujeitos negros, em todo Ocidente, por séculos, um processo de inferiorização e de brutal destituição de humanidade que ocasionou indizíveis perdas, desde a autonomia, ausência do sentimento de pertença, territorialidade, religiosidade e linguagem.

Em resistência, no período pós-colonial, o século XX é marcado por uma geração de importantes intelectuais, homens e mulheres negras/os, em toda diáspora africana que, inseridos nas diversas organizações e movimentos como o Panafricanismo, Movimento *Négritude*, Movimento do Harlem e organizações anticoloniais construíram ideias e práticas sociais contra-hegemônicas que propiciaram a ressignificação do sujeito negro, como se comprometeram com a recuperação da história humana dos povos e das civilizações africanas e afrodiaspóricas. Pensadores, intelectuais e ativistas negros como Marcus Garvey, W.E.B DuBois, Léopold Sedar Senghor, Aimé Cesar, Cheik Anta Diop, Abdias do Nascimento são nomes de destaque.

Desse contexto eclodiram conceitos, noções, categorias dentro de projetos intelectuais que se dedicaram também a pensar as (re)

[1] Graduada em Serviço Social UFU. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/INCIS/UFU. Bolsista FAPEMIG. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Poéticas Latinoamericanas e Afrodiaspóricas e Educação para as Relações étnico-raciais - YALODÊ GEPLAFRO CNPQ-UFU e do Grupo de Pesquisa Mobilidades, Vínculos Sociais, Território e Etnicidade - MOVITE UFU. E-mail: mireileufu@gmail.com.

configurações do que é ser negro/a nos espaços diaspóricos Afrolatinoamericanos, e o pensamento da intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez (1935-1994) inserido nesse cenário também é um desses. Seu pensamento tece críticas ao colonialismo, ao mito da democracia racial e se ocupa com pioneirismo do trato das categorias de raça, gênero e classe de modo indissociável, apontando-nos sobre o que experiência o corpo negro vivendo na diáspora, especificamente, nas territorialidades do Brasil, em toda América Latina e Caribe.

Deste modo, a apresentação ora exposta se constitui como parte de pesquisa de mestrado em andamento, o objetivo central do projeto se volta para a ensaística de Lélia Gonzalez escrita dos anos de 1979 a 1988 buscando identificar e compreender raça, classe e gênero/sexo como categorias de análise, utilizando da metodologia de análise de conteúdo Moraes (1999).

Ao nos referirmos à Lélia Gonzalez, sua produção, sua obra e seu legado evidentemente nos deparamos com seu pioneirismo e perspicácia na compreensão sobre a situação de exclusão, discriminação racial, de classe e de gênero a que estava submetida a população negra, sobretudo mulheres negras, na diáspora africana, tanto no contexto brasileiro quanto no cenário latino-americano demarca seu empenho intelectual para construção de um projeto político intelectual cujo perspectiva democrática, de pluralidade, anticolonial, antipatriarcal e com crítica ao capitalismo envolveu a formulação de categorias e conceitos que fora composto por ideias e redes de diálogos transnacionais.

Assim, é possível pensarmos que os encontros de pensadores/as afrodiaspóricos fora de seus espaços geográficos e territórios nacionais possibilitou leituras sobre as similitudes, complexidades, como também particularidades, e a troca sobre as diferenças dos contextos sociais, políticos e históricos sobre a questão racial na diáspora afrolatinoamerica,

confere uma configuração transnacional, que possibilitou diálogos dos movimentos negros na América Latina.

Ao cunhar o conceito de Amefricanidade a intelectual Lélia Gonzalez nos convoca para uma reconstrução de negritude, sentimento de pertença, reconstrução da territorialidade, religiosidade e linguagem que se volta inteiramente para os sujeitos negros e indígenas, como colocado pelo pensamento de Molefi Asante, "uma ideologia da libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada de nossa experiência histórica e cultural particular" (ASANTE apud GONZALEZ, 1988, p. 79).

Nesse sentido, a Amefricanidade, cunhada por Lélia Gonzalez, possui singularidade que nos aponta elementos transnacionais que percorrem toda a *Améfrica Ladina*, e que sob uma perspectiva afrocentrada da realidade brasileira e da diáspora africana nas Américas ainda também nos convoca para um deslocamento em refletir sobre as categorias de localização, centralidade e agenciamento negro, presentes no paradigma de Afrocentricidade sistematizado por Molefi Asante (1980), como também em como a categoria de Amefricanidade nos aponta o olhar para a construção de um agenciamento negro feminino, uma vez que o pensamento de Lélia Gonzalez foi pioneiro ao tratar de categorias não antes pensadas e compreendidas como categorias de análise articuladas, como a raça, gênero na realidade.

Sem sombra de dúvidas, Lélia Gonzalez, enquanto uma figura cujo pensamento está vivo e se dá em torno da interação política, cultural e intelectual, contribui para construção de contra-narrativas e para a formação política e cultural no território Afrolatinoamericano que deve ser entendida como uma construção predominantemente influenciada por negros e indigenas, em especial às mulheres.

Gonzalez compondo o bojo dos pensadores anticoloniais, e comprometida com a transformação social deixa um grande legado intelectual para gerações que a sucede poderem (re) escrever a História, (re) construir a memória, (re) interpretar o passado e (re)localizar-se no presente, e com a perspectiva interseccional presente no seu pensamento nos possibilita pensar sobre a mulher negra diaspórica no Brasil e na América Latina, nos conduzindo a refletir sobre a construção de um movimento que seja amefricano, afrodiaspórico e feminino.

Referências

ASANTE, M. **Afrocentricidade:** notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Ciências Sociais Hoje 2, Brasília, Anpocs, 1984, pp.223-244.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

78

Máquinas simples: Educação Anti-Racista contra o racismo complexo

Eliziane Nogueira Soares

A investigação aqui apresentada tem início em uma atividade que foi planejada e desenvolvida em uma turma de sétimo ano, onde a escola está inserida no meio rural, as famílias exercem atividade essencialmente agrícola. Na sua grande maioria são pequenos agricultores pomeranos germânicos que cultivam principalmente, a produção do fumo. A partir do diálogo com a professora supervisora do PIBID da turma, no qual nos contou em roda de conversa semanal do PIBID, estar trabalhando com o tema máquinas simples e que o próximo objetivo com a turma era "Discutir a aplicação, ao longo história, das máquinas simples e propor soluções e invenções para a realização de tarefas mecânicas cotidianas. " (EF07CI01RS-1) da BNCC. Na roda de conversa, problematizou-se como poderíamos discutir os aspectos históricos das máquinas simples, para tanto foi apresentado a Unidade de Aprendizagem sobre as tecnologias desenvolvidas por africanos/as e afro-brasileiros/as escravizados/as no período escravista criminoso no Brasil elaborada por Anderson Castro de Oliveira, na qual ele explora a exposição "Arte, adorno, design e tecnologia no tempo da escravidão" que está disponível no Museu Afro Brasil, para visitas virtuais. O desenvolvimento do trabalho foi pensado de maneira com que os/as estudantes pudessem reconhecer máquinas simples utilizadas no cotidiano, identificando a origem das mesmas e contextualizando a história dos(as) escravizados (as). Para isso, foi feita uma visita de forma online ao Museu Afro Brasil que é um museu

histórico, artístico e etnológico, voltado à pesquisa, conservação e exposição de objetos relacionados ao universo cultural do negro/negra no Brasil.

O objetivo de dar visibilidade, junto as/os estudantes da educação básica, às questões do contexto histórico da escravidão no Brasil envolvidas no estudo das máquinas simples, se deu pelo fato de que:

> As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar esta dignidade despedaçada. (ADICHIE, ano 2020, p.32)

Neste sentido, o trabalho com as máquinas simples, com os estudantes da educação básica, é relevante pelo fato de tornar as aulas de ciências um espaço de humanização, de resgate dos aspectos históricos do povo negro. A compreensão e a valorização da cultura negra dentro da sociedade, destacando a importância da contribuição dos povos africanos, como a figura positiva do negro, é relevante para o processo de humanização da sociedade, visto que tanto o negro/negra são grandes responsáveis pela estrutura deste País, devemos manter aceso na história a contribuição histórica deste povo: ''O racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo''. (ALMEIDA, 2021, p. 183)

Partindo dessa visita ao museu Afro Brasil de forma online, estudantes tiveram a oportunidade de forma coletiva e cooperativa a oportunidade de realizar a análise de desse conhecimento histórico, a partir de perguntas sobre a origem das máquinas simples. O diálogo estabelecido possibilitou o entendimento de que muitas das máquinas simples são de origem africana. Foi possível realizar a reflexão, destacando que a colonização do Brasil provocou uma tragédia, com exploração de mão de obra africana, desestruturação de povos africanos, e de negação a

vida de negros e negras e de liberdade de expressão cultural, e muitas mortes. Assim, a possibilidade de discutir e apresentar outra forma de escrita da história da tecnologia do Brasil, resgatando a nação construída e sustentada por mão de obra africana, desta acreditamos que contribuímos para construir uma sociedade antirracista. Para Almeida (2021)

> Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como "normais" em toda sociedade. (ALMEIDA, 2021, p. 48)

Esta vivência, foi de extrema importância, uma forma de resistência ao racismo existente em nossa sociedade. Compreendido isto, entendo o compromisso enquanto mulher negra dentro desta sociedade, e também enquanto futura docentes, o compromisso de pautar a história dentro dos espaços sociais, inclusive a escola, fazendo uma análise crítica de como se formou o Brasil, até os dias de hoje, e quais espaços o/a negro/a se encontra.

A partir da apresentação de slide, visita virtual ao Museu Afro Brasil e da oralidade, como sugerido aos estudantes retorno da turma em forma oral e também escrita o desconhecimento da história das máquinas simples, bem como da contribuição do/a negro/a para este País, surpresos nos relataram a partir de relações que fizeram com as máquinas que possuem em suas residências, que as máquinas de origem africana são a origem de muitas tecnologias. A partir de perguntas que propomos as/os estudantes, foi feito recortes de relatos de alguns, afirmo aqui que foi falado na aula diante da tela que os negros e negras foram escravizados, e neste relato foi explicado de forma entendível o porque o não uso da palavra escravo.

> Eu não fazia a mínima ideia que as máquinas vieram dos escravos! (Aluna A)
>
> Na aula de hoje descobrimos que as máquinas vieram da África trazidas pelos africanos que foram explorados e viraram escravos do Brasil. (Aluno B)
>
> A política de identidade nasce da luta de grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição a partir da qual possam criticar as estruturas dominantes, uma posição que dê objetivo e significado a luta. As pedagogias críticas de libertação atendem a essas preocupações e necessariamente abraçam a experiência, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimento válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado (HOOKS, 2017, p.120).

Entendo o processo de aprendizado como espaço de responsabilidade com a história dos sujeitos, pautando a desigualdade social como recorte racial que estruturou e estrutura até os dias de hoje este País, tendo sido apagado da história por falta de oportunidades, e também falha nas práticas educativas que não mantém presente a linha histórica que se estruturou este País. E somente naturalizando o espaço que o/a negro ocupa que é as margens e os espaços de trabalho menos remunerado.

> Por tudo isso, evidencia-se nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Essa questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (GONZALEZ, 2020, p.269).

A partir da análise histórica deste país pode-se afirmar que é inadmissível falar de raça sem falar de classe.

> A população negra brasileira se encontra numa situação que não é muito diferente de há noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente (GONZALEZ, 2020, p.302).

O plano de extermínio a raça permanece perseguindo a população negra direta e indiretamente ‘’A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é a definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida” (MBEMBE, 2018, p.12).

Ao serem questionados sobre a origem das máquinas simples, os estudantes acreditavam que elas foram produzidas por seus antepassados (os Alemães), ressaltando a falta de conhecimento e o quanto foi gratificante ampliar esta atividade, em que nós aprendemos juntos e trocamos conhecimentos, pois os estudantes nos mostravam o funcionamento das máquinas através da tela , conforme fomos desenvolvendo a atividade, mais aguçada ficava o interesse deles sobre o tema, quanto a visita ao museu virtual, do qual fizeram uma produção textual, os estudantes descobriram inúmeras máquinas semelhantes às que possuem em sua propriedade, como o arado, prensa de fumo, martelo, máquina de costura, moedor de carne, entre outros, que pensavam ser oriundas da Alemanha, mostrando para eles uma nova realidade.

Ao chegarem no Brasil vindos de regiões específicas da África para serem escravizados, foram considerados pelos brancos portugueses como máquinas serviçais, obrigados a trabalhos forçados, sem direito a comer,

beber e descansar, sem direito de expressão e vontade própria, que com a escravização foi separado de sua família, e para que não se rebelassem, eram proibidos de praticar seus costumes e crenças, bem como falar a própria língua natal.

Valorizar e dar visibilidade as tecnologias e os saberes trazidos pelas negras e negros, que eram pessoas com conhecimento e sabedoria muito evoluídos cientificamente na arte da ferraria, carpintaria, entre outros, através das tecnologias, dos conhecimentos de agricultura, pelas máquinas produzidas pelos negros e pela força braçal, da qual eram utilizados nos trabalhos das lavouras entre outros.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Nigozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2° edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de janeiro: Zahar, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo. 2018.

A indissociação entre as resistências culturais negras e a luta política: um esforço histórico dos movimentos negros catalisado por Lélia Gonzalez

Thamires Costa Meirelles dos Santos [1]

O presente resumo expandido objetiva ressaltar o histórico esforço de militantes e intelectuais dos Movimentos Negros brasileiros – na práxis exercida no interior dos movimentos sociais, como também no campo da produção de conhecimento – em demarcar a indissociabilidade das resistências culturais negras e a prática política. Dentre as importantes lideranças negras que articularam com centralidade esse aspecto em sua trajetória intelectual e de ativismo político, destaca-se o papel fundamental de Lélia Gonzalez – professora, militante, feminista e uma das intelectuais negras mais expressivas do Brasil. É ela quem vai desvelar os mecanismos de cooptação da pauta racial e de gênero dentro do próprio campo democrático, evidenciando o modo como esses espaços, na medida em que ignoram ou deslegitimam a experiência negra – a partir do racismo e também da elaboração de resistências ante a ele, contribuem para a perpetuação da exploração a qual desejam superar, veiculando o mito da democracia racial.

O problema identificado por Lélia dentro dos movimentos sociais e na produção de conhecimentos na academia, não se configura como uma característica exclusiva desses segmentos, ao contrário, se expressa como reflexo de ordem estrutural na sociedade brasileira e, apesar dos avanços

[1] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) campus Rio das Ostras, mestranda bolsista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), pesquisadora e coordenadora, em coordenação colegiada, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB/UFF) em Rio das Ostras.

conquistados, se mantém reatualizado na contemporaneidade. O desafio em reafirmar as resistências culturais negras como fomento de nossas lutas políticas, se estende as novas gerações de intelectuais e militantes negras (os), que além de recusar a perspectiva de neutralidade epistêmica, se inspiram no legado histórico de expoentes do Movimento Negro.

Esta proposta resulta de parte do meu Projeto de Dissertação, intitulado: "A trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra: Aportes para o debate étnico-racial no Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez", no qual foram utilizados o método de pesquisa biográfico e a revisão de literatura. Articulo também a experiência do "Encontro com Mestres" – atividade vinculada à extensão universitária, com participação da Mestra Fatinha do Jongo (professora, coordenadora do Jongo de Pinheiral - RJ e militante negra) e do Mestre Dengo (mestre de capoeira, presidente e fundador da Associação de Capoeira Raízes de Aruanda em Macaé-RJ), realizada pelo Grupo de Estudos Decolonial, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB/UFF), em Rio das Ostras. É importante frisar que as falas dessas duas lideranças negras foram inteiramente relevantes para a elaboração desse resumo.

A partir da exposição de suas trajetórias de vida e militância, em articulação direta com as experiências culturais vivenciadas, pode-se compreender a forma como a memória ancestral informa e mobiliza suas lutas políticas no cotidiano. Diante da ausência do Estado assegurando os direitos da população negra, concomitante à repressão, criminalização e operacionalização de uma política de morte contra esses sujeitos, modos de vida e seus territórios, as resistências político-culturais são formas de não sucumbir a lógica colonial reatualizada na contemporaneidade, e expressam o legado amefricano construído no Quilombo dos Palmares referência basilar para a construção do projeto político dos Movimentos Negros.

Neste sentido considera-se que, como resultado das lutas e resistências protagonizadas pelos nossos antepassados, desde o "pós-abolição", a comunidade negra organizou-se coletivamente ante a exclusão racista legitimada pelas instituições do Estado e pela lógica de exploração reiterada por meio do capitalismo periférico que se consolidava no país. As entidades culturais de massa – Terreiros de Candomblé; Escolas de Sambas; o Jongo; a Capoeira; os Bailes Blacks (Soul), os Afoxés – foram (e permanecem sendo) de grande importância, na medida em que ao confluírem a resistência cultural, possibilitaram, ao mesmo tempo, o exercício de uma prática política também considerada como "preparadora do advento dos movimentos negros de caráter ideológico".

Importantes intelectuais negras (os) trouxeram às agendas acadêmicas e dos movimentos sociais a importância da resistência cultural como base para a prática política, à exemplo, o sociólogo Guerreiro Ramos, o professor e ator Abdias do Nascimento e a historiadora Beatriz Nascimento. No entanto, é na trajetória de militância e no legado intelectual de Lélia Gonzalez que encontramos os subsídios teóricos e da práxis política, de uma militante inconteste e incansável que não apenas catalisou os anseios da comunidade negra a partir de suas resistências político-culturais e históricas, como incluiu o protagonismo das mulheres negras com centralidade neste processo, articulando-o a uma perspectiva crítica, popular e interseccional.

Além de sua fundamental participação na construção do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, Lélia Gonzalez efetivamente incorporou o ponto de vista das resistências político-culturais em sua atuação docente, no seu pensamento intelectual e em suas diferentes inserções nos movimentos sociais, entidades culturais de massa e nos partidos políticos. De modo que, sua trajetória individual se conecta a experiência concreta e coletiva junto às mulheres negras, indígenas, não-acadêmicas, periféricas,

quilombolas, mães de santo, etc – elemento chave para a elaboração da categoria político-cultural da amefricanidade e de sua proposição por um feminismo afro-latino-americano.

Dentro do campo progressista e da universidade, Lélia enfrentou barreiras em ser ouvida, sendo caracterizada como "racista às avessas". Ainda assim, trouxe consigo a incumbência política em demarcar o significante negro, no que tange as experiências das opressões – marcada pelo racismo, sexismo e pela exploração socioeconômica – e das resistências e insurgências históricas – tanto na conformação do Brasil da América Latina (Améfrica), quanto na vivência cotidiana de mulheres e homens negros. Como vice-presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), uma das fundadoras da Escola de Samba Quilombo, do NZINGA-Coletivo de Mulheres Negras – RJ e em suas candidaturas pelo PT (1982) e pelo PDT (1985), são evidentes seus esforços em sistematizar na teoria e na prática a indissociação da luta política com as resistências culturais e populares de massa.

Por fim, é no legado de Lélia Gonzalez – expressão do projeto político construído pelo Movimento Negro – que nos ancoramos, na contemporaneidade, apresentando à universidade e aos movimentos sociais, diálogos possíveis e mediações fundamentais entre os saberes popularese às resistências ancestrais que conformaram a Améfrica Ladina e o Brasil. Reconhecendotambém que esses aspectos político-culturais não apenas informam, como também agregam sentido a nossas lutas pelo fim de todas as formas de opressão e por uma sociedade efetivamente emancipada.

Referências

CARNEIRO, Sueli. Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história. CEVA,

Anthonio; CORREA, Paulo; SCHUMAHER, Schuma (ed.). Brasília: Abravídeo, 2014.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. Afro-Ásia, n. 23, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. In: RIOS, Flávia;

LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 127-138, 2020a.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Diáspora africana, p. 142-179, 2018a.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 139-150, 2020b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Diáspora africana, p. 190-214, 2018b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 220-221, 2020c.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. Estudos avançados, v. 18, p. 209-224, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. O quilombo como passagem para princípios ideológicos. In:

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, p. 122-124, 2006.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O negro desde dentro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 241-249, 1995.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo negro, 2010.

80

O ensino da cerâmica como educação antiracista

Priscila Leonel [1]

Enquanto mulher, negra, artista, pesquisadora e professora, tenho me debruçado nos últimos anos a pesquisar sobre a ancestralidade negra, dentro do campo da cerâmica que é linguagem com a qual trabalho. E no momento em que comecei a dar aula sobre cerâmica fui percebendo que havia discursos prontos, ideologias e estéticas aceitáveis e isso foi revelando um gosto e uma forma de ensino colonizada. A partir de então começo a pensar uma aula que seja mais abrangente, ampliando referências. Segundo Lélia Gonzalez (2019) "vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo [...] é justamente de uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico". Assim, discuto ensino de cerâmica, na graduação em Artes Visuais da FAAC-UNESP, onde atuei em 2019 e 2021, como professora substituta. Trazendo o conceito de decolonialidade que esteve presente em todas as propostas de aula, não só ao evidenciar para os alunos que existe uma educação atual colonizada, mas se faz fundamental que os estudantes tenham clareza que a ideia de *educação decolonial* está associada a uma proposta de criação de formas de ensino diferentes da hegemônica. Assim, essa pesquisa busca discutir a possibilidade de criação de uma pedagogia cerâmica decolonial.

[1] Doutoranda em Artes, pelo IA/UNESP. Atua como Professora Conferencista na disciplina de Cerâmica, na graduação em Artes Visuais, FAAC/UNESP e, também, atua como Professora Substituta nas disciplinas de Psicologia e Arte e Psicologia da Educação, no IA/UNESP

Ao longo das minhas experiências, no meio ceramista, fui percebendo que havia sempre uma exaltação da queima de alta temperatura e com esmaltes vidrados, tradição de fazer cerâmica muito ligada à ancestralidade europeia, norte-americana e japonesa. Sem falar no fetiche que se cria sobre a porcelana, um tipo de argila branca (com qualidades específicas em sua composição), que só queima em alta temperatura, mas que é rara em solo brasileiro. Estas preferências por tipos de argila e formas de acabamento denunciam, na verdade, uma construção de gosto, a partir de uma cosmovisão de sociedade, de cultura e de arte construída pela, e através da, colonização, promovendo invisibilidade de outras formas de ver o mundo.

> Essa invisibilização promove além de apagamentos sociais - individuais e coletivos - a manutenção da ideologia da monoculturalidade e, portanto, da monoepistemologia - que sustenta os epistemicídios - pois é a ideologia hegemônica eurocentrada que continua prevalecendo nos espaços sociais institucionalizados, como escolas e universidades. (SUZUKI, 2009, p.274)

A partir do apontamento de Clarissa Suzuki (2009), cabe ressaltar o pouco conhecimento e envolvimento que a escola e o ensino superior dedicam ao ensino das ancestralidades da cerâmica, principalmente no campo da arte. Em aulas de cerâmica, quando se fala na cerâmica indígena, ela é vista como muito simples ou de baixa qualidade, tanto pelo tipo de queima, como pelo tipo de argila, que é a terracota, um tipo de terra com grande teor de ferro e que é abundante em nosso país. Sobre cerâmica quilombola pouco ou quase nada se fala. Dentro da universidade costuma-se criar um paradigma do que é uma "boa cerâmica", e reiteradamente o ensino colonialista ganha força, isso porque durante muito tempo o olhar do colonizador era nosso parâmetro do que era bom ou não. Segundo Bernardino Costa (2016), o colonizador se identifica como o centro do

mundo (eurocentrismo) e o "outro", colonizado, sempre assumiria o lugar de inferior. É fundamental trazer aos alunos uma consciência sobre a tradição cerâmica ancestral que foi trazida ao Brasil como uma espécie de patrimônio imaterial, um saber fazer cerâmica, vivo em cada ceramista africano que pisou em solo brasileiro e que aqui pôde colocar em prática o seu "jeito de fazer", conhecendo também um pouco da cerâmica produzida por povos negros aqui no Brasil. As pesquisas arqueológicas brasileiras têm contribuído muito para descobertas mais contundentes de cerâmicas em territórios quilombolas ou fazendas onde acontecia a escravidão, pois nestes espaços também se produzia a cerâmica para uso pessoal. Esta cerâmica carregava traços de decoração muito característicos que podem ser estudados hoje, por alunos da cerâmica a fim de ampliar as técnicas que conhecemos e povoar a mente dos nossos alunos com imagens de arte africana e crioula que nos foram negadas, por muito tempo. Também podemos falar sobre artistas contemporâneos que trabalham com cerâmica, discutindo questões de racismo e identidade negra, através do barro, como Rosana Paulino, Gabriela Marinho, Mário Vasconcelos ou Antônio Pulquério.

Assim é possível reorganizar o currículo, criando projetos de ensino com apresentação da ancestralidade negra na cerâmica, que pode fortalecer identidades dos alunos, futuro professores de artes, trazendo possibilidades de se conhecer mais da História da Cerâmica africana e quilombola e da cultura afro-brasileira contemporânea.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 janeiro/Abril, 2016

GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial: uma militância**. Entrevista à Revista Seaf, publicada na Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 38 | julho 2019.

SUZUKI, Clarissa Lopes. **Uma história, muitas memórias: epistemicídios na educação das artes visuais no Brasil**. II Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2009.

81

O que dizem os dados oficiais? Quem escuta? O que fazem com os dados? - O lugar da população negra nos dados estatísticos

Marta Lima de Souza [1]

Este trabalho tem como tema a população negra nos dados estatísticos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínuas - PNAD´s dos anos de 2018 e 2019 (IBGE), sendo recorte de uma pesquisa em andamento. Desse modo, elaboramos como problema de pesquisa: como a população negra (preta/parda) vem sendo tratada nos dados estatísticos das PNAD´s Contínuas de 2018 e 2019 (IBGE)?

O objetivo geral é discutir o lugar da população negra nos dados estatísticos das PNAD´s Contínuas de 2018 e 2019 (IBGE), por meio das questões de cor/raça nos números oficiais e nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Aproximadamente 70% dos estudantes e da demanda potencial da EJA são constituídos por jovens e adultos negros, no entanto, a questão racial está invisibilizada nas políticas e propostas pedagógicas da modalidade de ensino.

Embora tenha praticamente universalizado o acesso ao ensino fundamental com o ingresso de 99,7 % (IBGE, 2019) de crianças de 6 a 14 anos, a política histórico-sócio-educacional brasileira continua a excluir adolescentes, jovens e adultos negros da escolaridade básica obrigatória, revelando impedimentos da efetivação do exercício pleno da cidadania desde o período colonial, entretanto, perpetuam-se para os descendentes

[1]Doutora em Educação pela UFF, Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela UFF, Pedagoga pela UERJ, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

que sofrem as consequências históricas desta negação nos dias de hoje. Desse modo, revisitamos as PNAD´s Contínuas (2018; 2019, IBGE) para discutir e denunciar o apagamento, mas, em especial, para anunciar pressões e cobranças por políticas que visem à reparação da negação histórica.

Para atender ao objetivo, nos aspectos metodológicos revisamos os dados estatísticos, com base nos arquivos das PNAD´s Contínuas (2018; 2019, IBGE), buscando discutir o lugar da população negra nos números oficiais.

Na discussão dos dados, observamos que na PNAD Contínua de 2018 havia 11,3 milhões de pessoas maiores de 15 anos que não sabiam ler nem escrever representando 6,8%, percentual não alterado em 2019. A taxa de analfabetismo para pessoas com 60 anos ou mais foi de 18,6% em 2018 e 18,0% em 2019.

Em relação à cor/raça, a população preta/parda maior de 15 anos que não sabia ler nem escrever, era quase o triplo da branca em 2018, com uma diferença de 5,3 p.p. Em 2019, observa-se uma pequena alteração 3,6% para brancos e 8,9% para pretos/pardos, mas manteve-se uma diferença de mais que o dobro entre os dois grupos. Para os de 60 anos ou mais, tanto em 2018 quanto em 2019, a diferença permaneceu quase três vezes o índice para os negros em relação aos brancos.

Quanto ao ciclo básico completo, isto é, aos 12 anos de escolaridade, 55% eram brancos e 40,3% eram pretos/pardos em 2018. Em 2019, 57% eram brancos e 41,8% eram pretos/pardos.

Na EJA havia 831 mil pessoas frequentando o ensino fundamental, sendo 51,4% eram homens e 73,7% eram pretos/pardos em 2018. No ensino médio, dos 833 mil que frequentavam, 54,9% eram mulheres e 65,7% eram pretas/pardas.

Os dados acima trazem indicadores que apontam a exclusão reiterada da população negra da escolaridade básica, sendo o analfabetismo o fator dominante, como Lélia Gonzalez já denunciava em 1979, há 42 anos.

A ausência de reverberação destes dados e a pouca discussão dos mesmos aliadas à inexistência de proposição de políticas públicas que possam contribuir para efetuar uma reparação histórica, ocultam, como Gonzalez demarcava no final de 1970, "o interesse de aparentar a existência de uma grande harmonia (e igualdade) racial no Brasil" (2020, p.57). Os que conseguem romper esta bolha racista educacional, logo, irão tomar consciência do "mito da democracia racial", da farsa de que "todos os brasileiros são iguais perante a lei", pois, à medida que ampliam a escolaridade, vão se tornando os únicos representantes étnicos de seus grupos e/ou mesmo que alcancem níveis iguais ou superiores de educação e de qualificação serão enjeitados em relação aos brancos.

A análise evidencia que a "baixa escolaridade" da população negra é oriunda de sua exclusão da educação escolar no passado, impedida, portanto, do exercício pleno da cidadania, porém perpetua-se no presente para os descendentes que sofrem as consequências desta realidade histórica, como nos informam as estatísticas oficiais. Ou seja, a exclusão reiterada do acesso à e da permanência na educação básica é expressão da política violenta, desumanizadora e racista que lhe nega o princípio da igualdade, transformando-lhe em objeto e reforçando os estereótipos dessa ausência que a culpabilizam e depositam sobre ela a responsabilidade de reverter o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) ao desconsiderarem a manutenção dos privilégios advindos da opressão escravista e de formas patrimoniais de acesso aos bens socioeconômicos.

Nas considerações finais, os resultados parciais demonstram que os dados estatísticos educacionais dizem-nos sobre a invisibilidade da população negra e denotam a necessidade de romper este lugar de

constatação e imobilismo, tornando-se referências para a elaboração, a implementação, a execução e o acompanhamento de políticas públicas na educação que visem à reparação histórica de violências e desumanizações sofridas por este grupo, tanto em relação aos seus ascendentes quanto aos descendentes, de modo que possamos contribuir para uma sociedade democrática e, de fato, livre do racismo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte(MG): Letramento, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: ___. **Por um feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flavia & LIMA, Márcia (orgs.). 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p.49-64.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 12p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf Acesso em: 04 nov.2021

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 12p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em: 04 nov.2021

82

Conversações em necropolítica

Senhorinha Ribeiro de Oliveira Santos Silva [1]

A proposta conversAções em Necropolítica que se apresenta é verificada a partir da escuta clínica da autora do "lugar de exceção" (MBEMBE, 2018. p.8) que se repete no discurso de mulheres negras e refere-se a vivências de racismo apontadas na realidade escolar. Reverbera ainda no esquadro clínico discurso similar no acompanhamento de mulheres negras gestantes, no qual é notada a repetição da realidade de violência dirigida a elas no percurso do parto. No espaço em que a assistência deveria cumprir função de cuidado, as mulheres negras encontram desfecho que ressalta disparidades sociais, marcando o racismo institucional, que emerge numa permanente de negação do racismo, como aponta Lélia Gonzalez.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliar referenciais teóricos educativos direcionados aos profissionais dos serviços de saúde, os quais devem expandir o diálogo à prática assistencial antirracista. Nessa perspectiva, o artigo "A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto do Brasil", apresenta referências de uma investigação realizada no estudo: Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento", que aponta amostra representativa das parturientes do ano de 2011/2012, demonstrando que:

Ao longo das últimas décadas, vem sendo produzido um expressivo conjunto de evidências que aponta para importantes disparidades raciais

[1] Psicóloga (UEMG/Divinópolis), especialista em psicanálise pela Escola Brasileira de Psicanálise-MG, membro fundadora do Parlêtre: Psicanálise – Pesquisa e Transmissão.

no Brasil nas mais diversas dimensões da vida social, incluindo educação, emprego e condições de moradia. As desigualdades segundo raça/cor também têm sido documentadas nas pesquisas em saúde, com os segmentos socialmente menos favorecidos, incluindo pretos, pardos e indígenas, apresentando níveis mais elevados de adoecimento e de morte por causas evitáveis, desde as doenças infectoparasitárias até aquelas relacionadas à violência. (LEAL, 2017, p. 2).

Consoante à pesquisa acima, encontramos na obra de MBEMBE (2018) o termo Necropolítica, que se refere a como o poder político divide as pessoas em duas categorias no que diz respeito à morte e determina quem pode morrer e quem pode viver. Nessa perspectiva, os corpos adquirem característica singular de utilidade ou se mantém descartáveis e "com base em uma divisão entre os vivos e mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve." (MBEMBE, 2018, p. 17).

Corroborando com tais apontamentos, os índices na pandemia de COVID-19 registram curvas estatísticas com elevação em conformidade à raça e gênero e permitem constatar aumento significativo nos casos de violência doméstica e feminicídio, localizando que "O perfil das mulheres retratado na maioria dos artigos é bem claro escancara a desigualdade social e de gênero: pobres, negras, pardas, das periferias, bairros e favelas, com baixa escolaridade e no trabalho informal" (MONTEIRO, YOSHIMOTO, RIBEIRO. 2020, p. 162). O isolamento social, estratégia protetiva diante do vírus, aliado à dificuldade de acesso às redes de apoio às mulheres, torna-se terreno fértil para ampliar fragilidades, já que o companheiro, ao qual ficam expostas, é normalmente reconhecido como principal agressor. Conforme Lélia Gonzalez, os negros continuam "marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o

direito à educação, à saúde e a moradia decente. ” (GONZALEZ, 2020 p.265).

Os negros escravizados não tinham direito a frequentar escolas e mesmo depois que esse espaço foi considerado possível a eles, o acesso das mulheres negras a esse campo de conhecimento permaneceu dificultado, desde que a elas eram outorgadas tarefas menos valorizadas socialmente, como o trabalho doméstico, praticado como forma de subsistência.

Referente à exclusão da mulher do campo da educação, como parte de um regime de certa naturalização das diferenças de gênero, raça e classe, percebemos em “Lei fácil: Violência contra a mulher” que as origens das políticas educacionais no Brasil fazem vinco profundo na condição social das mulheres, “exemplo dessas hierarquias sociais que se estendeu por muitos séculos, inclusive no período recente, é a exclusão das mulheres dos campos educacional e científico, como se isso fosse algo evidente, incontestável.”(WATANABE, 2020, p. 20).

A conquista de maior acesso à educação pode estar vinculada com uma melhor condição de renda, mais alcance no que se refere à assistência à saúde e melhoria da qualidade de vida. Por conseguinte, as melhores condições na educação favorecem decisivamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, dessa forma, o avanço de práticas educacionais antirracistas influencia diretamente a capacidade de mobilidade ou ascensão social.

Assim, aprofundar os conhecimentos sobre a gestão necropolítica, bem como as demarcações colocadas a partir da interssecionalidade pelas desigualdades entre raça e gênero no campo da clínica, balizam a perspectiva desse trabalho que propõe repensar estes atravessamentos da prática psicanalítica, uma prática “perpetuada em uma estética racista”. (GONZALEZ, 2020, p. 145).

Na Conversação, dispositivo psicanalítico que instaurado por Miller, sugere-se o diálogo sobre um tema proposto em grupo, de forma que os envolvidos expressem dificuldades de seu ofício. Os encontros mensais, abertos, on-line, gratuitos, promovem um movimento de fazer circular a palavra entre os interessados, sejam estudantes, profissionais de quaisquer áreas e/ou quaisquer pessoas que queiram participar deste diálogo, propondo um intervalo no campo da psicanálise, o qual é fundado no escopo de práticas hegemônicas e na possibilidade de um debate que possa interferir de alguma forma na reestruturação que suplanta a violência engendrada pelo racismo nos modos de organização social.

Referências

LEAL.M.C. Et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cadernos de saúde pública. 2017; nº 33. Suppl. https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/organização Flavia Rios, Márcia Lima.1 ed. Rio de Janeiro:Zahar,2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de Exceção, política de morte–São Paulo:n-1 edições, 2018.

MONTEIRO, S. A.de S.YOSHIMOTO, E.RIBEIRO, P.R.M.A produção acadêmica sobre a questão da violência contra a mulher na emergência da pandemia da COVID-19 em decorrência do isolamento social. DOXA: Rev. Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara. 22, n. 1,p. 152–170,2020.

WATANABE, Alessandra Nardoni(org.).Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.(Série lei fácil; n.1)Versão e-book. Disponível em: https://livraria.camara.leg.br/violencia-contraa-mulher

Educação pensada com os movimentos sociais: escola e literatura integrando vivências no território camponês

Gabriel Barcellos Nunes [1]
Vania Grim Thies [2]

A escola, enquanto espaço formal de ensino-aprendizagem, sempre serviu ao poder dominante e à uma manipulação que aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras (FREIRE, 1987). Quando localizada em espaços rurais, muitas vezes fica relegada a servir ao que defende o agronegócio, chegando a propor a permanência das pessoas no campo, mas com foco na formação de mão de obra para as grandes lavouras ou criação de gado, desconsiderando a diversidade de territórios da vida. Paulo Freire (1987) afirma que nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber: "Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros" (FREIRE, 1987, p. 38).

A educação rural tradicional apresenta o campo como um espaço de produção, pensando sob a lógica empresarial de desenvolvimento do agronegócio. Diante dessa problemática, os movimentos sociais do campo,

[1] Possui graduação em Letras -Português, Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Católica de Pelotas (2008), Especialização em Educação Básica: Gestão, Teoria e Prática Docente pela Universidade da Região da Campanha (2010), Aperfeiçoamento em Educação do Campo: Refazendo Caminhos na região do Pampa pela Universidade Federal do Pampa (2021) e cursa Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

[2] Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, atuando no curso de graduação em pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Possui graduação em Pedagogia (UFPel, 2004), especialização em Alfabetização e Letramento (UFPel, 2005), Mestrado em Educação (UFPel, 2008) e Doutorado em Educação (UFPel, 2013).

especialmente o Movimento Sem Terra (MST), começaram a pensar em uma proposta de Educação que atendesse seus anseios, pensado pelos e para os povos do campo. Emerge, então, a Educação do Campo, que pode ser compreendida como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações compreendendo o direito à Educação para todos (CALDART, 2004). Considera, que para a existência dos territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo se faz necessário romper com a lógica capitalista de produção (CAMACHO, 2019).

O campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais, tendo visões distintas entre a agricultura camponesa e o agronegócio (FERNANDES & MOLINA, 2005).

Conforme Souza (2008), a Educação do Campo enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável. Lutando por muito mais que escola, busca o reconhecimento e fortalecimento do processo de resistência e emancipação dos povos do campo (MUNARIM, 2011).

Para Caldart (2012), a expressão Educação do Campo identifica uma reflexão pedagógica que germina das inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo, justificando o termo “do campo” ao invés de “no campo”. Consiste numa reflexão que considera o campo como espaço onde se produz pedagogias. Trata-se, também, de um projeto que reafirma a finalidade mais expressiva das práticas educativas

desenvolvidas no campo, contribuindo com o desenvolvimento mais pleno do ser humano e sua inserção consciente no contexto social do qual faz parte.

A Educação do Campo, para o Movimento Sem Terra (MST), onde nasceu o debate, é um processo pedagógico que se assume como político, vinculado organicamente com os processos sociais que visam à transformação da sociedade, cujos principais pilares sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas (MST, 2005).

Para o Setor de Educação do MST, esse projeto contra-hegemônico (a Educação do Campo) vê o campo não como espaço econômico de produção de commodities, mas como território social e ambiental de produção de vida e de cultura por milhões de agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, Sem Terra, acampados, assentados e reassentados, indígenas e povos de florestas e outros (KOLLING, 2020).

A Educação do Campo coloca como sujeitos do processo, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, debatendo a vida além da produção, respeitando os saberes e entendendo que os camponeses também devem ter acesso ao conhecimento universal a partir dos seus saberes e modo de vida. Quando surge no movimento social e nas próprias vivências, a proposta faz um caminho inverso ao que a lógica educacional atual propõe. Assim, a escola não cria, mas recebe a proposta, promove a reflexão e a insere em suas práticas, ressignificadas a partir dos saberes populares do grupo no qual a escola está inserida (ARROYO, 2004).

Tal situação tem acontecido em diversos educandários pelo país, a maioria com ligações com o MST, como é o caso da escola apresentada nesta pesquisa. A Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Adão Pretto localiza-se no interior do município de Piratini e atende quase 130 alunos

das comunidades de assentamento da Reforma Agrária, quilombolas e pequenos agricultores familiares. A Educação do Campo tem sido inserida nas práticas e vem promovendo debates sobre questões ambientais e sociais, como por exemplo, sementes crioulas, cultura local, horta na escola, alimentação saudável, valor social e luta pela terra, conceito de território, igualdade de direitos e leitura literária pelos alunos do campo.

É na questão da leitura de literatura como direito (CANDIDO, 2017) que está centrado o projeto de pesquisa, com um olhar distinto feito a partir da proposta de Educação do Campo, observando as adversidades (PETIT, 2009) e estabelecendo relações com outros temas, buscando compreender como o letramento literário (COSSON, 2006) tem suas especificidades entre o público participante, não deixando de relacionar o território como espaço de vida e a produção de alimentos saudáveis, que tem espaço especial no momento de partilha das leituras.

A pesquisa pretende investigar e problematizar as experiências e relações com a vida camponesa, construídas juntamente com as leituras literárias e a relação com as práticas escolares e sociais. Vai adiante nesta análise ao considerarmos o processo muito além da leitura do livro em si, mas ligando ao território, à vida camponesa, aos aspectos do lazer e da produção agrícola familiar.

Ao ser pensada na lógica da Educação do Campo, inserida em educandário que vem atuando nesta perspectiva e relacionando-se a outras atividades, a leitura literária pode ser também compreendida como humanizadora e libertadora, promovendo a consciência social e territorial. Construir caminhos transformadores às pedagogias vigentes é a utopia presente e que permite o pesquisar, a reflexão e o fazer.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. Brasília: Incra/MDA, 2008.

CALDART, Roseli (org). **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/ territorialidades**. Revista NERA, 2019.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos.** 6 ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo, Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçando. MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da Educação do Campo**. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo – contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOLLING, Edgar. **Criado há 10 anos, FONEC segue como instrumento de luta e defesa da educação**. MST, 2020. Disponível em https://mst.org.br/2020/08/18/criado-ha-10-anos-fonec-segue-como-instrumento-de-luta-e-defesa-da-educacao. Acesso em: 3 de novembro de 2021. MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Educação do campo**. Brasília: Revista Em Aberto, 2011.

MUNARIN, Antônio. **Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar**. Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.

MST, 2005**. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Acesso entre os dias 30 de junho e 5 de julho de 2021. www.mst.org.br

PETIT, Michele. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução Arthur Bueno e Camila Boldrine. Editora 34: 2009.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica.** Campinas: Estado e Sociedade, 2008.

Con(tatos) e assimetrias da COVID-19 no Whatsapp: uma análise sobre o vírus da desinformação

Elys Nayade da Silva Lima [1]
Samuel Souza de Oliveira [2]

Qual a dimensão da junção entre *fake news* e pandemia em um cenário tomado pelo medo do até então "desconhecido"?

A pesquisa objetiva compreender, com uma abordagem quali-quantitativa, o modo de convivência entre as pessoas pesquisadas e as notícias falsas no *WhatsApp*. Nesse ínterim, ensejamos descobrir se as pessoas sabem o que são *fake news* e qual a frequência de contato entre elas e informações duvidosas.

Investigar entre a comunidade acadêmica da UFOB[3], da UEFS[4] e da UNEB[5] e entre os contatos pessoais das pessoas pesquisadoras, a sapiência acerca da desordem informacional que permeia o tempo pandêmico; analisar a interpretação das pessoas pesquisadas sobre algumas das notícias certificadamente falsas mais difundidas na plataforma em questão.

A pesquisa se justifica na falta de cautela com a certificação de informações que atrapalham a contenção do novo vírus. A investigação analisará o "vírus" da desinformação, dado que, o *WhatsApp* permite uma comunicação instantânea sendo propício para a disseminação de notícias

[1] Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFOB).

[2] Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFOB).

[3] Universidade Federal do Oeste da Bahia

[4] Universidade Estadual de Feira de Santana

[5] Universidade Estadual da Bahia

falsas. Em geral, possuem um texto afirmativo e convincente que leva as pessoas a não checarem informações. Por conta da "infodemia" [6] as medidas preventivas foram prejudicadas, pois ao passo que a ciência faz novas descobertas a respeito da COVID-19, circulam informações distorcidas sobre o tema. Assim, teorizamos sobre um movimento descredibilizador da ciência que contribui para o descontrole de uma situação crítica, onde diversas vidas são perdidas e a população é tomada pelo medo. Salientamos o destaque da palavra "con(tatos)" no título pois o *WhatsApp* é uma plataforma que necessita de contatos interpessoais e, paralelamente, uma das formas de se contaminar com o coronavírus é através do toque, logo, o tato é um dos possíveis condutores da infecção.

Eleita a palavra do ano pelo dicionário *Oxford*, o termo *pós-verdade* faz-se valioso para as investigações. Isso posto, o desapreço das pessoas em aguçar a criticidade para apurar os fatos e as (in)verdades que circulam massivamente nas redes sociais retroalimenta o ciclo mantenedor de crenças, sustentando as próprias convicções e identidades, o que tem sido mais popular e "valioso" do que o chamado *verificacionismo seguro* (SEIXAS, 2019, p. 125). Assim, propomos uma pesquisa quali-quantitativa. A partir daí e considerando a conjuntura pandêmica que nos impõe o distanciamento social, coletamos dados referentes aos contatos entre as pessoas e as *fake news*, através da plataforma *Google Forms*. Consecutivamente, o formulário coletou 303 contribuições entre as 10h50m do dia 27 e as 23h59m do dia 29 no mês de julho/2021.

A partir das orientações de Lakatos e Marconi (2003, p. 211), seguimos a técnica do funil, iniciando com perguntas gerais e cautelosamente adentrando questões específicas. Finalizamos o

[6] Termo designado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para se referir ao excesso de informações sobre um assunto especifico.

formulário com as chamadas "perguntas de fato" que se referem a quesitos objetivos e fáceis de precisar.

Com a intensificação do fenômeno da globalização em meados do século XX, o fluxo de interdependência entre as pessoas cresceu. Nesse ínterim, ganharam espaço também as informações, ou no nosso caso, as desinformações, que se revestem de um caráter multissemiótico ao proporcionarem um acesso de forma tangível ou intangível. Assim,

> a perspectiva global lembra-nos que os laços cada vez mais fortes que nos unem ao resto do mundo implicam que o que fazemos tem consequências na vida dos outros e que os problemas mundiais têm consequências para nós. (GIDDENS, 2001, p. 51).

Em sincronia com tudo isso, a ascensão dos veículos informativos e a facilidade da intercomunicação através dos meios digitais, mais do que iniciar a democratização do acesso às notícias e facultar a proximidade também virtual entre as pessoas, concebeu novos e duvidosos moldes para o que categorizávamos como informação, sobretudo informação de qualidade; possibilitando também a produção de conteúdos e a disseminação mensagens instantâneas.

É nesse contexto que as mídias digitais são invadidas pelo que conhecemos como *fake news*, termo popularizado sobretudo em meio às eleições de 2016 nos EUA. Em linhas gerais, a expressão pode ser entendida como notícias comprovadamente falsas e sujeitas à fabricação (ARCANJO, 2020).

Dentre os surpreendentes números coletados durante a investigação, identificamos que o número de pessoas que não conhece nenhuma plataforma de checagem é de 49,5%. Nesse contexto, ao perguntar se acreditavam em uma notícia sobre a hidroxicloroquina e a ivermectina para o tratamento da doença, 10,2% ainda acreditam nessa informação.

Os entrevistados responderam sobre os seus conhecimentos acerca das plataformas de checagem, por considerarmos que a verificação de fatos é uma das principais soluções contra a onda de desinformação.

Decerto, o ato de reproduzir e compartilhar notícias de fontes duvidosas, endossa um movimento de negacionismo científico, além de alimentar uma corrente antidemocrática e criminosa. Desse modo, torna-se necessário atentar-se ao nível de alfabetização midiática dos cidadãos, visto que corresponde a competência de reconhecer fontes confiáveis e também de filtrar informações. Portanto, notamos que a falta de uma educação não-formal tende a fazer com que as pessoas estejam mais propensas a acreditar nas *fake news*, uma vez que elas não sabem onde atestar a veracidade das informações que acessam na *internet*.

Referências

SEIXAS, R. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação** [*online*], v. 18, n. 1, 29 abr. 2019. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197. Acesso em: 01 ago. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.ARCANJO, D.; Entenda o que são *fake news*, trolls e outras armas usadas para desinformação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/entenda-o-que-sao-fake-news-trolls-e-outras-armas-usadas-para-desinformacao.shtml. Acesso em: 31 jul. 2021.

85

Educação e resistência: fragmentos de um coletivo popular

Claudia Penalvo [1]
Liana Barcelos Porto [2]
Marcio Rodrigo Vale Caetano [3]

O Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018 de autoria de Bruna Benevides e Sayonara Nogueira(2018) representantes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) apontam que, apesar de alguns avanços ocorridos no ano de 2018, como a edição da Portaria nº 33 do MEC que institui o uso do nome social na Educação Básica e o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que permite que pessoas com vivência trans e travestis possam retificar nome e gênero através de processo administrativo no cartório de registro civil, ainda ocorrem violações de direitos dessa população: a proibição do uso do nome social em escolas ou universidades ou a proibição de participar de formatura em universidade. Outros dados apresentados nesse documento, "56% das pessoas trans não possuem o Ensino Fundamental; 72% não possuem o Ensino Médio; e apenas 0,02% estão no Ensino Superior", demonstram o desafio existente para que essa população seja inserida no sistema educacional. Muitas vezes, ao sair ou ser expulsa de casa, essa população

1 Pedagoga, Coletivo TransEnem POA, mestra em educação (FURG), doutoranda PPGEC FURG.

2 Pedagoga, professora anos finais da rede municipal de Canguçu/RS, mestra em educação (UFPel) , doutoranda em educação UFPel.

3 Professor UFPel, graduado em História, mestre e doutor em educação (UFF), pós-doutor em educação (UERJ).

acaba por ter dificuldade em enfrentar as violências que sofre na escola por conta da sua identidade de gênero. O ato de permanecer no ambiente escolar se torna um ato de resistência diária.

Um certo dia me deparei com a postagem de uma amiga em uma rede social sobre uma dessas iniciativas e ela convocava pessoas que tivessem interesse em promover algo semelhante na cidade de Porto Alegre. Alguma responderam positivamente e fomos desenhando coletivamente um modelo de um espaço onde essas pessoas excluídas da escolarização formal poderiam ser acolhidas e apoiadas: o Coletivo TransEnem POA. Coletivo que oferece um curso popular gratuito pré ENCCEJA[4] , ENEM e vestibular para pessoas trans e travestis (binárias e não-binárias). Essa escolha requer um olhar atento para qualquer situação de violência sofrida pelas pessoas com vivências trans e travestis. Desde o início, lançamos mão de termos e fundamentos utilizados pela ANTRA. Essas medidas apontam a influência do Transfeminismo ou Feminismo Trans quando trazemos pontos importantes para a cena.

As práticas são horizontalizadas, ou seja, o Coletivo é gerido por todas as pessoas que fazem parte dele. O Coletivo foi, ao longo do tempo, fazendo alterações em seu modo de organização. Assim, entendo o Coletivo como uma organização que se permite refletir sobre si, sobre os processos, revê-los e modificá-los sempre que necessário. E desde o primeiro contato com o TransEnem é estimulado que as pessoas se apresentem dizendo se são pessoas cis, trans, binária/não binária, a orientação sexual e os pronomes de tratamento. As aulas podem ocorrer em outros espaços além da sala de aula, num museu, teatro, na rua, na praça, num sarau ou seminário, pois entendemos que todos os espaços da cidade pertencem às pessoas trans e

4 O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos afere competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada.

travestis. Numa busca por ações que demonstram respeito e humanização de pessoas trans e travestis.

Durante as reuniões do Coletivo e as conversas que aconteciam fui desejando entender um pouco mais o que se passava ali. Assim, tenho como objetivo geral refletir sobre as práticas pedagógicas praticadas nos *espaçostempo* cotidianos da iniciativa TransEnem POA, buscando, através das inquietações investigativas, entender os modos de sentir e produzir a *cenaacontecimento* do existir e da experiência. E, os objetivos específicos: 1. Discutir o espaço do Coletivo TransEnem POA enquanto *locus* de experiências que potencializam o existir de pessoas trans e travestis, a partir das ações de educação menor; e 2. Entender como as categorias existir e experiência se implicam no Coletivo TransEnem POA.

Busco trabalhar com metodologias minúsculas, aquelas que têm compromisso com as singularidades, que reforçam as multiplicidades, a polifonia e o diálogo. Para tanto, é necessário abertura, escuta e atenção ao outro porque é na relação com outras pessoas que me faço pesquisadora. Persigo a reflexão na intenção por transformação nos vínculos, nos modos de ser, na relação com o saber, movimento não linear que promove mudanças na subjetividade. Utilizo análise de documentos do Coletivo, como ficha de inscrição de estudantes, atas de reuniões, fotos e meus escritos em diário de campo e encontros com estudantes. O diário de campo abarca as reflexões geradas durante o processo do pesquisar.

Muito fomos aprendendo desde o primeiro dia: já no primeiro ano ficou evidente a necessidade de termos um grupo de profissionais para apoiar estudantes e docentes, por questões que impediam que o processo de aprendizagem se fizesse a contento. Ao trabalharmos com Educação de Adultos a relação entre a experiência de vida e a aprendizagem precisam estar ligadas diretamente para que tenha significado. Nessa perspectiva

educação é vida, portanto, os recursos mais importantes são as experiências de vida de cada participante.

Referências

BENEVIDES, Bruna e NOGUEIRA, Sayonara (orgs).**Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 136p

COSTA, Marisa V. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA. Marisa V. **A escola tem futuro?**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 99-118.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 104 p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 283 p.

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. I Seminário Internacional de Educação. Campinas. In: **Revista Brasileira de Educação**, n 19, jan/fev/mar/abr, 2002.

Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) como uma política instituicional: debates, possibilidades, resistências

Amanda Veloso Garcia [1]
Larissa Zanetti Antas [2]
Leyza Buarque Lucas [3]

O *Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual* (NUGEDS) é uma política institucional de âmbito federal presente nos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Os NUGEDS são núcleos de estudos de caráter propositivo e consultivo que elaboram, fomentam e promovem ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática da educação para a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual, em todos os níveis de ensino (formação inicial continuada, médio, técnico, graduação e pós-graduação).

Haja vista que o Brasil, infelizmente, é um país com altos índices de feminicídio e assassinatos de pessoas LGBTQIA+, a atuação dos NUGEDS visa atuar contra o assédio sexual dentro e fora da escola, evitar a evasão escolar de estudantes por questões de gênero e reduzir problemas pedagógicos e de saúde mental através de informações e respeito à diversidade sexual. Nesta apresentação, pretende-se compartilhar o

1 Professora de Filosofia do IFRJ/Pinheiral. Membro do NUGEDS do IFRJ/Pinheiral. Possui Licenciatura, Bacharelado e Mestrado em Filosofia e Doutorado em Educação pela UNESP/Marília, e Especialização em Ensino de Filosofia pela UFSCar. amanda.garcia@ifrj.edu.br

2 Professora de Português e Espanhol do IFRJ Campus Pinheiral. Membro do NUGEDS do IFRJ/Pinheiral. É Doutora e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) tendo como foco a análise do discurso e temáticas como a mulher na sociedade. larissa.antas@ifrj.edu.br

3 Professora de Química do IFRJ/Pinheiral. Membro do NUGEDS do IFRJ/Pinheiral. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Química da UFRJ, Licenciada em Química pela mesma instituição. leyza.lucas@ifrj.edu.br

trabalho educativo com foco em direitos humanos desenvolvido pelo NUGEDS do IFRJ/Pinheiral.

As atividades do Núcleo se iniciaram em 2019 e, antes mesmo de sua regulamentação oficial, já recebiam demandas e denúncias oriundas de estudantes da instituição, se tornando um espaço de acolhimento e para a elaboração coletiva e ação educativa com viés de gênero e diversidade sexual. Como a instituição se localiza em uma antiga fazenda que pertenceu ao traficante de escravizados José Breves, e considerando que os Institutos Federais atuam a partir dos princípios da educação integrada à realidade de cada contexto, neste cenário, o NUGEDS se articula a partir de uma abordagem anticolonial e interseccional compreendendo que a realidade do IFRJ/Pinheiral é "muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa" (GONZALEZ, 1988, p. 72).

O NUGEDS do IFRJ/Pinheiral atua em algumas frentes: acolhimento e acompanhamento de denúncias que envolvem assédio sexual e moral relacionado à gênero e identidade sexual; acompanhamento pedagógico a fim de auxiliar na redução da desigualdade de gênero no espaço escolar; formação continuada a servidores/as sobre temas que envolvem gênero e diversidade sexual; parcerias com o *Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas* (NEABI) do IFRJ/Pinheiral a fim de conscientizar sobre a necessária pluralidade do debate sobre gênero e diversidade sexual; Grupo de Estudos que dialoga sobre feminismos plurais e questões LGBTQIA+ oferecendo espaços de diálogo para toda a comunidade; rodas de conversa, palestras e aulas interdisciplinares abertas sobre gênero e diversidade sexual; projetos de extensão e pesquisa ("Projeto Filósofas no Brasil" e "Feminismo Negro e Diversidade: protagonismo, formação e identidade"); elaboração de cartilhas informativas e materiais educativos nas redes sociais; parcerias com instituições da região que visam o combate à violência de gênero.

Inicialmente apresentaremos o trabalho desenvolvido pelo NUGEDS do IFRJ/Pinheiral a fim de refletir sobre as possibilidades e os entraves para sua atuação, dialogando sobre o que isto diz acerca da realidade da instituição, da região e do Brasil, especialmente em um contexto de silenciamento do debate sobre o gênero. O problema central que guiará nossa apresentação é "Quais as possibilidades e limites da atuação dos NUGEDS nas instituições de ensino federais?" com o objetivo de fazer uma análise crítica sobre essa política institucional. Discutiremos como mesmo os NUGEDS sendo uma política institucional de apoio, frequentemente é visto como um entrave para o funcionamento da instituição sendo excluído e silenciado de muitas formas devido ao enfrentamento dos problemas relacionados à gênero e diversidade sexual.

Por outro lado, é visto como espaço de acolhimento especialmente para estudantes, que dão sentido e impulsionam a atuação do Núcleo como um espaço de construção coletiva com foco em direitos humanos, equidade de gênero, combate à violência e a discriminação contra à mulher e em função de orientação sexual, e a valorização da diversidade. Defenderemos que os NUGEDS promovem ações que tornam a formação discente e docente mais plural e adequada aos desafios contemporâneos, além de articularem princípios fundamentais da educação integrada, colaborando na efetivação da missão dos Institutos Federais de Educação ao conectar com a realidade local e o enfrentamento dos problemas que ela suscita, promovendo a cidadania e os direitos humanos em âmbito institucional.

Referência

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural da amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. n. 92-93. Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988. p. 62-82.

A importância da educação em direitos humanos a partir da perspectiva decolonial

Dayane Lopes de Medeiros [1]
Jórissa Danilla Nascimento Aguiar [2]

No campo do saber, a história oficial demonstra que a história do mundo contempla fundamentalmente a experiência europeia. Até quando falamos em um pacto coletivo civilizacional, como objetivou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada em 1948, temos como pressuposto uma ideia de igualdade individual, baseada no liberalismo clássico e nas lutas políticas particulares do contexto europeu.

Essa divisão geográfica imaginada que privilegia sujeitos, etnias, nacionalidades, saberes e práticas está composta por relações políticas e ideológicas que constroem também o campo do conhecimento. Pensando o papel da educação num sentido mais amplo, como possibilidade de formação de consciências críticas e ativas e de disputa dos rumos da sociedade, é urgente pensar uma intervenção voltada para os direitos humanos que dialogue com a nossa realidade.

Partindo do pressuposto de que o campo da Educação em Direitos Humanos, mais especificamente, passa a ocupar recentemente um lugar nos currículos oficiais, destacamos a importância de sua práxis e a utopia de vivenciar uma cultura de respeito aos direitos humanos e diversidade. Na esteira desta reflexão, nos perguntamos: como avançar na perspectiva

1 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN). Email: daymayaralopes@gmail.com.

2 Professora do Departamento de Educação (CERES/UFRN). Doutora em Ciências Sociais pela UFCG. Pesquisadora do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais – LENTE (UFRN/CNPq). Email: danilla.aguiar@ufrn.br.

de uma Educação para os Direitos Humanos que, partindo do olhar da formação social brasileira, que enfrente e combata a nossa realidade de exclusão, de manutenção de estruturas de dominação que perpetuam a desigualdade e outras chagas sociais, como o racismo? Com esta reflexão, o presente trabalho se constitui como uma pesquisa bibliográfica em andamento, em que as principais referências são Lélia González, Thula Pires, Aníbal Quijano e Paulo Feire.

Entendemos que o processo educativo se constitui como um importante campo de intervenção para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, e que precisa ser repensado e valorizado fundamentalmente em momentos de crises, que impetram ataques ao ensino público, gratuito, laico e de qualidade. Assim, o trabalho justifica-se pela importância de se combater as desigualdades e as opressões, como o racismo vivenciado na nossa sociedade, a partir da perspectiva da formação de uma cultura de direitos humanos de fato também por meio da educação, num sentido amplo do termo.

Para tanto, objetivamos analisar as críticas ao discurso dominante dos Direitos Humanos desde o pensamento decolonial. Essa questão se relaciona diretamente com nossa própria atividade intelectual, com nossa reprodução e reinvenção, mas, sobretudo, com a construção de outra forma de organização da sociedade. São reflexões que evidenciam que as ciências têm sido funcionais a uma polarização de mundo, e que as formas de dominação que surgiram no processo de colonização europeu continuam atuando contemporaneamente sob a forma da colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005).

Então, o debate que se trava sobre as possibilidades e projeções de outras maneiras de questionar, de outras formas de pensamento crítico e de diálogo com outros saberes tem que estar no centro dessa preocupação, principalmente se estamos pontuando um debate desde a nossa realidade.

Neste ensejo, parte da teoria social latino-americana e seus representantes vêm reivindicando nas últimas décadas um giro decolonial, um rompimento com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber.

Aqui se faz necessário observar como o "projeto moderno/colonial mobilizou a categoria raça para instituir uma linha que separa de forma incomensurável duas zonas: a do humano (zona do ser) e a do não humano (zona do não ser) ", em termos fanonianos, onde a última, seria marcada pela violação de direitos, experimentadas por corpos não-brancos (PIRES, 2018, p. 66). São os corpos de homens e mulheres negros e negras indignos de luto, de solidariedade, alijados de sua história e, claro, afastados de qualquer forma de reconhecimento.

Esta mirada dialoga diretamente com preocupações já indicadas acertadamente por Lélia González, em Discurso na Constituinte, quando destaca a preocupação e necessidade de "construção de um projeto de nação, porque um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo" (GONZÁLEZ, 2020, p.236).

Se, por um lado, o Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" é preciso compreender de que igualdade estamos falando, se, o que vemos de fato é o apagamento de grande parte da população negra e periférica dos espaços de poder, de tomadas de decisões, de posto de trabalho bem remunerados e regulamentados e, não menos importante, dos currículos. Mesmo com todos os avanços impulsionados pela luta coletiva do Movimento Negro, sendo decisivas a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, um marco nas relações étnico raciais, que estabelece que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros nos currículos escolares, ainda precisa-se avançar e muito na efetivação da descolonização dos nossos espaços escolares.

Para a Educação em Direitos Humanos, um debate fundamental é a construção de valores democráticos e de nação que acolha toda diversidade, fato que nos proporciona um contraponto com as contribuições de Paulo Freire para o avanço dos rumos da sociedade nesse sentido de vivência democrática. O educador pernambucano aponta a importância da emersão do povo em seu processo histórico, com seu método de educação para a cidadania, Freire nos indaga ao rompimento da barreira entre "o ser e o nada" e nos convida a "ser mais", a descobrir o "inédito viável", no sentido da transformação da sociedade (FREIRE, 2019, p. 130).

Atualmente, estamos diante de uma desumanização profunda das relações de sociais, provocadas pela nova onda neoliberal, que difere da primeira hegemonia neoliberal na América Latina, por significar não apenas o recuo dos direitos e da distribuição de renda, como também por um feroz ataque contra as instituições democráticas. Como breves conclusões, indicamos que a construção de uma educação e cultura de direitos humanos se faz um desafio de época, a ser encarado como uma responsabilidade nossa também, enquanto professores em formação.

Referências

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

PIRES, Thula. Racializando o Debate sobre os Direitos Humanos: Limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.15 n.28, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

88

Pachamama - conexão solidária: acolhendo mulheres na pandemia em Bauru-SP

Andresa de Souza Ugaya [1]
Francimeire Leme Coelho [2]

O contexto de pandemia mundial provocada pelo Sars-Covid-19 intensificou uma crise econômica e política em nosso país, agravando ainda mais a situação da população, provocando desemprego e violências, tendo como principais vítimas mulheres negras periféricas. Em Bauru, interior de São Paulo, foram mais de 18 mil pessoas que perderam o emprego na pandemia, segundo o Jornal Dois.

Diante dessa realidade, surgiram iniciativas de acolhimento afetivo e material às famílias em vulnerabilidade. Em maio de 2020, numa parceria entre o Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE) e a Revista Helenas, nasce a Pachamama - Conexão Solidária, seu nome traduz seu objetivo, o de ajudar/acolher mulheres em situação de vulnerabilidades agravadas pela pandemia de Sars-Covid-19.

Para a estruturação da Pachamama foi proposto uma organização em cinco redes: Terra, Fogo, Água, Ar e Harmonia, cada uma possuindo suas especificidades de trabalho. Para a composição das redes organizamos uma ficha de inscrição no *Google Forms* e divulgamos nas redes sociais da Conexão Solidária, da Revista Helenas e do NUPE. As pessoas que se inscreveram como voluntárias eram das mais diversas áreas - estudantes de graduação e pós, pedagogas, terapeutas, psicólogas, artistas, jornalistas,

[1] Doutora em Educação Física pela UNICAMP na área de Educação Física e Sociedade.

[2] Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

professoras, assistentes sociais etc. - e elas escolheram em qual das redes iam contribuir.

Após essa etapa, fizemos uma reunião remota com todas as pessoas inscritas para apresentar as ideias preliminares do que seria a Pachamama, em seguida foi aberto um momento para ouvirmos as expectativas e sugestões de cada participante e, finalizando, prosseguimos com os encaminhamentos para a elaboração dos primeiros passos, os quais foram: escutar os territórios por meio de lideranças comunitárias, profissionais na área da assistência social, saúde ou afins que já tínhamos algum contato e levantar com essas pessoas quais as maiores necessidades apresentadas pelas mulheres.

A partir das demandas apontadas passamos a elaborar algumas ações de forma a suprir algumas necessidades das mulheres e suas famílias. A primeira delas foi feita pelas redes Terra e Harmonia. As mulheres se cadastraram por meio de um formulário disponibilizado de forma virtual, tiveram o primeiro acolhimento feito pela rede Terra que faz um levantamento inicial das necessidades e, em seguida, elas eram encaminhadas para a rede Harmonia para uma escuta afetiva.

As demandas de necessidades materiais ficaram sob a responsabilidade das redes Fogo e Água que estruturam ações para levantar recursos, doações, compras e distribuição do que é arrecadado. Logo, é mobilizada a rede Ar que realiza a divulgação das ações nas redes sociais, criando artes e vídeos e produzindo textos. As ações pontuais realizadas foram: 1) Kit Cuidar - realizada em parceria com o Departamento de Química da Faculdade de Ciências da Unesp Bauru e com a organização social Projeto Caná. Foram distribuídos 134 kits que continham produtos de higiene pessoal (sabonete, pasta de dente, absorvente, álcool 80%) e máscaras; 2) Amanhecer Pachamama: uma ação cultural com o intuito de trazer aos lares das mulheres e suas famílias

atividades lúdicas-culturais num amanhecer de sábado de forma on-line pelo canal de Youtube da Pachamama por meio de apresentação de música, dança e teatro. 3) Caixa Mágica - foram entregues 60 caixas com materiais de papelaria variados, tecidos, uma casinha de montar, sementes, pedra com o objetivo de processos de criação entre as crianças, adolescentes e famílias. A parceria foi feita com o Instituto São Cristóvão (INSCRI); 4) Nutrir - elaboração de um caderninho com 8 receitas culinárias e 8 dicas saudáveis; 5) Cuide de uma flor: campanha para fortalecer as doações em dinheiro, materiais e buscar pessoas que pudessem 'amadrinhar' e 'apadrinhar' as mulheres; 6) Florescer Pachamama: venda de rifa de três cestas - celebrar, cuidar de mim e saber(es).

Também conseguimos parcerias com outros coletivos, pessoas da cidade que fizeram campanhas para contribuir com as ações: rifas Mulheres Unidas em Movimento e Delas para Elas, brechós, venda de obras de arte (pinturas, desenhos, mosaicos etc.), produtos artesanais, entre outros. As atividades organizativas foram sofrendo várias mudanças conforme íamos identificando as dificuldades de manter uma Conexão Solidária. Com isso, deparamo-nos com uma grande rotatividade das pessoas voluntárias, algumas permanecendo pouco tempo, outras nem iniciaram uma participação efetivamente.

Outra dificuldade encontrada foi a variação na entrada de recursos, variando muito de mês para mês enquanto aumentava exponencialmente o número de mulheres solicitando ajuda com produtos de higiene, fraldas descartáveis, pagamento de contas, gás de cozinha, pagamentos de contas em atraso e cestas básicas no primeiro semestre de 2021 na medida em que a pandemia se agravava por meio de cortes e recursos limitados assistenciais governamentais. Atualmente, atendemos 32 mulheres com necessidades materiais cadastradas por meio da ficha de acolhimento. Não

tivemos condições de quantificar o número total de pessoas atendidas ao longo desse um ano e sete meses por conta da característica das ações que se estendem não só às mulheres, mas a sua família e demais pessoas em seu entorno.

Outro dado importante, foi a presença de mulheres que ajudam mulheres na cidade de Bauru, seja na maioria da composição da Conexão, seja nas que colaboram com as ações de ajuda material. Diante de tudo isso, a Pachamama integrou o Cartografias Possíveis, projeto do Sesc Bauru ocorrido em setembro de 2020, obtendo reconhecimento como uma iniciativa do território que propõe uma busca pelos sentidos do nosso lugar a partir da escuta, da crítica e da reinvenção dos mundos que nos cercam.

O Nupe e a Revista Helenas com a criação da Pachamama - Conexão Solidária e demais ações como, por exemplo, a realização da MUM (Mulheres Unidas em Movimento) coloca em debate a opressão e marginalização das mulheres na sociedade brasileira calcadas no racismo, sexismo, patriarcado, misoginia, transfobia, colonialidade e classe (LÉLIA, 1988; CARNEIRO, 2019). Também busca contribuir para uma possível transformação social adotando como um dos pressupostos teóricos a Economia do Cuidado (FERRO, 2019).

Referências

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

FERRO, Silvia L. Aportes de la Economia del Cuidado para un sistema público de cuidados en América Latina. In: FERRO, Sílvia L.; THOMÉ, Thaíse V. **Mulheres entre Fronteiras: olhares interdisciplinares desde o sul**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

A "Utopia" amefricana e a aprendizagem das artes negras: o ensino popular das cosmo-percepções africanas pela cultura funk

Maíra Neiva Gomes [1]

Em 2010, a Lei 12.288 - Estatuto da Igualdade Racial - estabeleceu, em seu artigo 11, o ensino obrigatório da história geral da África e da população negra no Brasil, como medida de compensação às populações afrodescendentes pelos efeitos da escravização. Mais de uma década após, o que se tem verificado - na prática - é o recrudescimento, em especial nas escolas públicas localizadas em territórios periféricos urbanos e rurais, de mecanismos racistas que marginalizam e estereotipam sujeitos/as negros/as e sua cultura.

Ocorre que a legislação não foi capaz de frear os mecanismos que perpetuam a colonização dos saberes e sujeitos/as não-ocidentais, tal como analisado por Edgardo Lander (2005) e Maldonato-Torres (2008), impondo-lhes um aprendizado sobre sua própria história carregado de concepções que objetificam sujeitos/as negros/as, subalternizando-os/as, ao cristalizá-los em um passado pré-colonial, a partir da concepção judaico cristã ocidental de "progresso".

Assim, o domínio ocidental em tais estudos não permite reconhecer as *cosmo-percepções* africanas, termo proposto pela feminista nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021) para definir o acionamento de todos os sentidos corporais para a construção da lógica cultural e epistêmica –

[1] Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutora e Mestra em Direito. Coordenadora de Extensão UEMG/Unidade Diamantina. Funkeira. Advogada Popular. Produtora Cultural. Membro do Coletivo Político Cultural Observatório das Quebradas e da Frente Nacional Mulheres do Funk.

percepção do mundo que informa valores, crenças e práticas sociais - de sociedades africanas, como as iorubá.

No Brasil, as epistemes divergentes foram preservadas pelos processos diaspóricos, mas se mantém perseguidas pelas lógicas coloniais que impõem a *cosmovisão* eurocêntrica – vinculada à primazia do visual e presente no pensamento ocidental, em contraposição às cosmo-percepções. A *cosmovisão* eurocêntrica naturaliza relações sociais binárias e hierárquicas fundamentadas em um determinismo biológico, intrínseco as estruturas racistas, misóginas e colonizadoras de poder.

Esta proposta tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela cultura funk brasileira na preservação de símbolos que se insurgem contra a colonização da linguagem, corporalidade e vivência de sujeitos/as periféricos/as aglomerados nas favelas dos grandes centros urbanos.

Para um ouvido eurocentrado, que organiza os estímulos sonoros a partir do método cartesiano, as periferias brasileiras apresentam-se como um caos sonoro, sem racionalidade. Tal interpretação "teórica" contrasta-se com a grande influência que a cultura afro periférica urbana possui no Brasil.

Assim como a capoeira, maracatu, samba e rap, o funk é criminalizado e alvo constante do sistema repressor estatal. Oriundas de territórios afro periféricos, essas culturas são comercializadas orgulhosamente no exterior, porém, desde a "oficiosa" abolição da escravatura enfrentam perseguições que buscam brecar seus efeitos enquanto instrumentos de resistência à objetificação para escravização do corpo negro.

Um dos mecanismos que possibilitam a perseguição ao funk é a descontextualização de sua linguagem do território, por meio da apropriação de alguns de seus elementos, e a deslegitimação de seus símbolos, a partir da continuidade e da negativa sistemática do racismo.

O aprendizado popular desta e outras artes negras em territórios quilombolas – urbanos e rurais – ocorre apesar da marginalização e se apresenta como pedagogia divergente, tal como proposto por Paulo Freire (2004), que preserva valores e práticas sociais dos grupos étnicos africanos traficados para o Brasil.

Assim, pretende-se descrever tais práticas pedagógicas populares a partir da concepção freiriana de que em sociedades estruturadas na dominação das consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes, ou seja, é ocidental, misógina e racista.

Tal reconhecimento permitirá compreender que as pedagogias oficiais e divergentes não devem pretender "salvar" o/a oprimido/a de sua suposta "selvageria", mas sim inserir educandos/as e educadores/as em um universo cultural linguístico partilhado, de modo a possibilitar aprendizados múltiplos e transculturais e que o/a oprimido/a subalternizado/a tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

Pata tanto, buscar-se-á analisar o processo de construção e aprendizagem do funk brasileiro, desde suas origens nas comunidades afro caribenhas nas Américas - nos fins dos anos 1970 - até a atualidade, com o objetivo de demonstrar a importância política, tecnológica e econômica da cultura.

Será utilizado o conceito desenvolvido por Lélia Gonzalés (1988), para a qual é possível reconhecer a existência de uma identidade linguística e política *Amefricana* no Brasil, fruto do processo diaspórico, encarada como "utopia" por movimentos sociais tradicionais e alguns segmentos artísticos.

Referências

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82

LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

MALDONATO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In Revista Crítica de Ciências Sociais. Brasil, nº. 80, 2008, p. 71-114.

OYEWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1. ed. Brasil: Editora Bazar do Tempo, 2021.

90

Educação das relações étnico-raciais em um curso de enfermagem: análise da matriz curricular

Adrize Rutz Porto [1]
Marina Soares Mota [2]
Íria Ramos Oliveira [3]

Nas últimas décadas, nos cursos de Enfermagem vêm-se promovendo alterações curriculares de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF) que orientam a formação do enfermeiro para atender as necessidades sociais na saúde com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a integralidade, a qualidade e a humanização do atendimento. Segundo as DCN/ENF, o enfermeiro deve estar capacitado para atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, (BRASIL, 2001).

Com este modelo de formação, o enfermeiro poderá reconhecer a presença das iniquidades dentro da realidade da sociedade, como por exemplo, o impacto do racismo na saúde da população brasileira. Apesar da população negra ser a maioria dos brasileiros, eles ocupam menos vagas no mercado de trabalho, tem as piores remunerações, residem em áreas de baixa infraestrutura e apresentam as maiores restrições de acesso aos serviços de saúde.

1 Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal –do Rio Grande do Sul - UFRGS. Docente na Faculdade e no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.

2 Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Docente na Faculdade e no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.

3 Enfermeira Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Contudo, o mito da democracia racial invisibiliza as desigualdades raciais no Brasil, fruto da barragem social promovida na pós-escravidão (SILVA *et al.*, 2020; MOURA, 2020). Devido aos anos de luta do movimento negro, diversas ações foram implantadas com objetivo de minimizar as disparidades raciais, dentre elas está: a criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER), que ressalta a importância da abordagem das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana nos cursos de formação de profissionais de saúde com objetivo de compreender as especificidades da população negra e combater o racismo (MONTEIRO; SANTOS; ARAÚJO, 2021).

A PNSIPN reconhece a importância dos processos formativos de qualidade, para isso, os currículos dos cursos da saúde, programas e similares precisam ser discutidos, pois as ausências e negligências de determinados conhecimentos e saberes comprometem o atendimento integral à saúde de todos, em especial a saúde das populações vulneráveis (SANTANA *et al.*, 2019). Atualmente alguns autores têm analisado a utilização dos marcos normativos nos processos pedagógicos dos cursos de saúde, a citar Santana *et al.* (2019), Conceição, Riscado e Vilela (2018), Faria e Silva (2016), Melo e Riscado (2021).

Neste sentido, este resumo tem por objetivo analisar a matriz curricular do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas em busca de conteúdos sobre o ensino das relações étnico-raciais no processo de formação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo documental e exploratória. A análise da matriz curricular foi realizada no mês de outubro de 2021 a partir das informações disponibilizadas na página institucional do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (FEn/ UFPel) (BRASIL, 2021).

Na FEn/UFPel, fundada em 1976, desenvolve-se o currículo em ciclos distribuídos em cinco anos. Para cada ciclo está previsto um conjunto de situações de intervenções pedagógicas para que o estudante adquira habilidades de intervenção na realidade, de acordo com o perfil desejado. A carga horária total do curso é de 5.187 horas distribuídas em componentes básicos, componentes específicos, estágio obrigatório, formação complementar e formação livre (SOUSA *et al*., 2011). Não foram encontrados nas ementas, nos objetivos, nos conteúdos programáticos e no referencial bibliográfico das unidades educacionais correspondentes a cada ano letivo, conteúdos que contemplem a PNSIPN, tampouco as DCNERER.

Os resultados se assemelham aos encontrados em Conceição, Riscado e Vilela (2018), Faria e Silva (2016), Melo e Riscado (2021), Oliveira, Austrilino e Riscado (2021), demonstrando que mesmo com uma legislação que oriente a inserção da temática étnico-racial no ensino superior ainda não garante a efetividade, sendo necessária uma importante reflexão das possíveis causas da não abordagem do conteúdo nos espaços de formação.

A matriz curricular do curso contempla a análise de território, o cuidado no contexto do indivíduo, família e comunidade, vigilância epidemiológica, determinantes de saúde e doença, políticas públicas em saúde, mas não é mencionada raça/cor ou as especificidades da população negra. Porém, a mesma matriz curricular apresenta espaços para aproximação com as relações étnico-raciais, ou seja, para que se contemple as normativas legais, os componentes curriculares somente precisam de ajustes no conteúdo programático, otimizando espaços para discussão da temática. Como por exemplo, as informações podem estar relacionadas à situação demográfica e epidemiológica com dados desagregados por raça/cor, identificação das condições da saúde da população negra, das

políticas públicas, das doenças prevalentes na população negra, além da elaboração de planos terapêuticos incluindo a relação racial (CONCEIÇÃO; RISCADO; VILELA, 2018; OLIVEIRA; AUSTRILINO; RISCADO, 2021).

Então, este trabalho vislumbrou contribuir para discussões sobre o estudo das relações étnico-raciais dentro do ambiente acadêmico do curso analisado para que este de fato promova uma formação integral da população brasileira, com a compreensão da profundidade das diferenças raciais e o impacto destas diferenças na saúde da população negra. Por se tratar apenas de uma análise documental da matriz curricular não foi possível identificar se a temática é abordada, sem estar descrita na matriz curricular, em outros espaços da formação do enfermeiro nesta instituição estudada.

Entretanto, através desta análise é possível encontrar caminhos para futuros ajustes na matriz e a inclusão da temática, contemplando as normativas étnico-raciais, sem necessidade de realizar grandes correções no projeto pedagógico curricular, tendo em vista a morosidade na tramitação e aprovação de tais ajustes na universidade. Todavia, para a inserção de tais alterações ocorram, será preciso mudanças profundas no pensar a formação do enfermeiro neste curso, considerando que mesmo diante da garantia legal da educação das relações étnico-raciais, ainda não está descrito sua presença na matriz curricular.

Referências

BRASIL. Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018. **Aprova a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 213. p. 38, 06 nov. 2018. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/11/2018&jornal=515&pagina=38 Acesso em: 03 mai. 2021.

CONCEIÇÃO, Maria Cristina da; RISCADO, Jorge Luís de Souza; VILELA, Rosana Quintella Brandão. Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no

curso de medicina: análise curricular. **Revista Brasileira do Ensino Superior**. Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 34-56, 2018. Disponível: https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2606/2378 Acesso em: 20 mai. 2021.

FARIA, Mateus Aparecido de; SILVA, Analise de Jesus da. A educação das relações étnico-raciais na formação em gestão de serviços de saúde. **REBES - Revista Brasileira de Ensino Superior**. v. 2, n.1, p: 34-40, 2016. Disponível em: https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1103 Acesso em: 20 mai. 2021.

MELO, Fabrício de Medeiros; RISCADO, Jorge Luís de Souza. Curricularização das Relações Étnico-raciais em uma Faculdade de Odontologia. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**. v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14507/epaa.29.4664 Acesso em: 15 set. 20201.

MONTEIRO, Rosana Batista; SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; ARAÚJO, Edna Maria de. Saúde, currículo, formação: experiências sobre raça, etnia e gênero. **Interface.** Botucatu, v.25, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.200697 Acesso em: 06 set. 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo, 3 ed., Anita Garibaldi, 2020.

OLIVEIRA, Maria Cristina da Conceição. AUSTRILINO, Lenilda; RISCADO, Jorge Luis de Souza. Análise curricular do curso de medicina na perspectiva da saúde da população negra. **New Trends in Qualitative Research**. v.7, p: 341-349, 2021. Disponível em: https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/333. Acesso em: 6 set. 2021.

SANTANA, Rebecca Alethéia Ribeiro *et al.* A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde. **Interface**. Botucatu, v.23, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/Interface.170039 Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Nelma Nunes da, *et al.* Acesso da população negra a serviços de saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v.73, n.4, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0834 Acesso em: 06 set. 2021.

A colonialidade nos livros didáticos de sociologia: entre a legislação e os materiais didáticos

Vitória Marinho Wermelinger [1]

A presente pesquisa, ainda em andamento, tem como tema a presença de conteúdos que promovam a representatividade étnica, racial e cultural dos povos colonizados no Brasil, assim como é proposto pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, nos Livros Didáticos de Sociologia disponibilizados pelo Plano Nacional do Livro Didático de 2018. Os objetivos da pesquisa consistem em analisar como as culturas afro-brasileiros, africanos e indígenas se fazem presentes nestes materiais didáticos, buscando entender se essas culturas aparecem de acordo com o proposto pelas leis citadas, de modo a contribuir para a promoção de uma educação decolonial.

A educação ocupa um papel central no processo de reconhecimento cultural dos povos, todavia, desde a escola até a universidade vivenciamos um ensino que normalmente narra os fatos sob a perspectiva do colonizador. Apesar de o colonialismo chegar ao fim, com a dissipação da dominação de um povo pelo outro por vias políticas, militares e administrativas, surge a colonialidade, que bem como elucida Bernardino-Costa (2018), resulta do colonialismo moderno, constituindo um padrão de poder no qual a noção de raça e o racismo se firmaram como princípios organizadores da acumulação do capital em escala mundial e das relações de poder no sistema-mundo. A decolonialidade aparece para questionar a

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

persistência da epistemologia colonizada, buscando um pensamento crítico que auxilie a emancipação da opressão e dominação, associando cultura, política e economia, visando construir um campo progressista que valorize epistemologias locais em detrimento das epistemologias impostas pelo legado colonial (Reis e Andrade, 2018).

A presente pesquisa tem como tema a decolonialidade nos Livros Didáticos de Sociologia do Ensino Médio e o objetivo de analisar a presença de conteúdos que promovam a representatividade étnica, racial e cultural dos povos colonizados no Brasil nos livros didáticos de Sociologia disponibilizados pela Política Nacional do Livro Didático de 2018, e que estão no marco das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Como indica Sacristán (1998), há na escola um problema de igualdade de oportunidade, dado que determinados grupos sociais têm sua cultura menos representada do que outras no currículo e materiais didáticos, e para que se alcance uma educação emancipadora e decolonial, ou seja, para que a escola não se torne (ou se mantenha) um instrumento de homogeneização e assimilação da cultura eurocêntrica dominante, é fundamental que os interesses de todos estejam representados nos conteúdos e materiais didáticos. Ao passo que se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao Ensino Superior, entram nas escolas e universidades indivíduos que foram historicamente invisibilizados como sujeitos de conhecimento (GOMES, 2012). E é a partir da entrada destes sujeitos no ambiente escolar e universitário que os currículos e materiais didáticos colonizados e colonizadores passam a ser questionados, uma vez que os grupos sociais que se encontram à margem da sociedade (afrodescendentes e indígenas) normalmente são silenciados ou estereotipados no currículo (SANTOMÉ,1995).

Devido a esse descontentamento com a falta de representatividade de determinados grupos no currículo surge a demanda pelo ensino de

História da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas.Nesse contexto, uma antiga demanda do Movimento Negro é finalmente atendida, através da criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que segundo Nilma Lino Gomes (2012), reivindicam a descolonização dos currículos da educação básica e superior, no que diz respeito à África, aos afro-brasileiros e à cultura indígena, reconhecendo o povo negro e indígena como grupos fundamentais para a formação da sociedade brasileira e que possuem uma história delutas e conquistas que deve ser contada.

Tais leis reverberam diretamente nos conteúdos inseridos nos Livros Didáticos, e quanto a este material deve-se salientar que o mesmo consiste em um marco no que diz respeito à questão curricular no Brasil, uma vez que é distribuído de forma uniforme para as escolas públicas de todos os municípios do país de modo a se consolidar como um dos principais recursos didáticos utilizados pelas escolas brasileiras. A distribuição destes materiais se dá através PNLD, que como bem pontua Célia Cassiano (2014), consiste em um programa do Governo Federal que tem como finalidade não só avaliar, como também disponibilizar de forma gratuita materiais didáticos, literários, pedagógicos e outros recursos que possam auxiliar na prática educativa. Daí a importância de se investigar como as culturas afro-brasileiras e indígenas são retratadas nos livros didáticos de Sociologia.

Os Livros Didáticos a serem analisados são: “Sociologia”; “Sociologia Hoje”; “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”; “Sociologia em Movimento”; “Sociologia para Jovens do Século XXI”. Utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, a partir da qual foi realizada uma breve análise dos livros didáticos, sendo possível identificar em quais temas a discussão sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas se fazem presentes nas obras. Neste segundo momento, está sendo realizado um estudo de bibliografias sobre o debate decolonial e sobre o

pensamento social brasileiro, para que em seguida seja feita uma seleção das temáticas étnico-raciais e culturais vigentes nas leis 10.639/03 e 11.645/08, e, posteriormente, realizar-se uma análise mais aprofundada dos livros e o tratamento dos dados obtidos com a pesquisa. Conclui-se que as obras trazerem uma abordagem que dialoga relativamente com as leis 10.639/03 e 11.645/08, incorporando assuntos e temáticas que se aproximam dos seus objetivos, o que certamente trata-se de um grande avanço no que diz respeito a representação de negros e indígenas enquanto protagonistas de sua história e cultura, contudo, duas observações cabem a essa análise.

Uma das principaispercepções acerca dos livros didáticos analisados é que a história dos movimentos negros e indígenas brasileiros não se fazem presentes em todas as obras. Também é possível notar que as culturas afro-brasileira e indígenas, propriamente ditas não têm muito espaço na obra, pois sempre são citadas ou referenciadas a partir de temas que estão associados às mazelas sofridas por estas populações. Tais observações mostram que os materiais didáticos carecem de uma abordagem positiva das culturas afro-brasileira e indígenas.

Referências

ARAÚJO, Silvia Maria de, BRIDI, Maria Aparecida, MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Scipione, 2016.

BERNARDINO-COSTA, J. **Decolonialidade, Atlântico Negro e Intelectuais Negros Brasileiros:** em busca de um diálogo horizontal. Revista Sociedade e Estado, v. 33 n. 1, p.119-137, 2018.

BOMENY, Helena et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Do Brasil, 2016.

CASSIANO, Célia Cristina de F. **Materiais Didáticos e Ensino na Escola Básica:** Impactos no Currículo e na Produção Editorial Brasileira. In: Remate de Males. Campinas-SP, (34.2): pp. 375-396 , Jul./Dez. 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-mcontent/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-erela%C3%A7%C3%B5es-raciais- nilma-lino-gomes.pdf. Acesso em 13 ago 2019.

MACHADO, Igor J. R., AMORIM, Henrique, BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de, COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para Jovens do Século XXI.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio, 2016.

REIS, Maurício de N.; ANDRADE, Marcilea F. F. de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico, Maringá**: UEM, n.202, p.1-11, mar.2018.

SACRISTÁN, Gimeno**.Currículo e identidade social: territórios contestados**. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em Movimento.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2019.

92

Contracolonizar o currículo, afrocentrar a prática: a pedagogia amefricana como proposta de educação libertadora

Marjorie Nogueira Chaves [1]

Padrões eurocêntricos/brancocêntricos permanecem dominantes nos conteúdos e nas práticas pedagógicas, enquanto pensadoras negras têm contribuído para mudanças de paradigmas na produção de saberes e na prática docente por meio de suas [re]existências ancestrais. Lélia González criou a categoria da amefricanidade como proposta de descolonização do saber e da produção do conhecimento, como forma de apreender as contribuições dos povos africanos e originários na nossa cultura, no reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento da sociedade.

A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens afrodiaspóricos nas Américas e à experiência de mulheres e homens pindorâmicos contra a dominação colonial. Para Lélia, a hierarquização de saberes é produto da classificação racial da população, já que o modelo tido como universal e legítimo é o branco. O privilégio epistêmico ocidental foi construído por meio do genocídio e do epistemicídio de sujeitos coloniais, sustentando a manutenção do racismo e do sexismo na estrutura epistêmica do mundo moderno. Segundo o mestre quilombola Nêgo Bispo (2019), desmanchar é uma pedagogia do aprendizado, assim, a colonialidade é um processo histórico inacabado

1 Doutoranda em Política Social e mestra em História pela Universidade de Brasília (UnB). É coordenadora do Observatório da Saúde da População Negra (Nesp/Ceam-UnB), pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab/Ceam-UnB) e professora na Plataforma Feminismos Plurais.

porque encontrou resistências. Nesse sentido, o papel de afrodiaspóricas/os e pindorâmicas/os não é o de descolonizar, pois essa tarefa deve ser do colonizador. Cabe aos povos originários e descendentes de africanas/os contracolonizar, ou seja, impedir que esse processo aconteça.

Estas apreensões mostram o quanto o currículo se apresenta como um território em disputa, o que fez com que nos últimos anos eu pudesse desenvolver uma Pedagogia Amefricana, a partir da minha experiência em sala de aula no Ensino Superior, considerando o potencial da aplicabilidade da categoria da amefricanidade, para além das análises do social, e como proposta pedagógica. As disciplinas ministradas da Universidade de Brasília (UnB): *Cultura, Poder e Relações Raciais* entre os anos de 2016 a 2019, *Teoria Política Feminista* em 2019 e *Questão Racial, Cultura e Políticas Públicas* em 2021, propiciaram a oportunidade de criar uma comunidade de aprendizado, como propõe bell hooks (2017), ao adotar o conceito de educação democrática.

Este trabalho apresenta uma proposta de educação antirracista, antissexista e anti-LGBTfóbica – com base na epistemologia feminista negra, no pensamento negro contemporâneo e nas práticas pedagógicas afrocentradas que garantam a voz das/os estudantes e estimulem o senso crítico – a partir de um currículo diversificado e contracolonial.

O trabalho fundamentou-se em pesquisa bibliográfica crítica e ampla, desenvolvendo um diálogo comparativo com outras práticas pedagógicas afrocentradas, na aplicação de práticas pedagógicas ancestrais e na descolonização do currículo.

Esta proposta tem como referências o conceito de amefricanidade pensando por Lélia Gonzalez (2020), a crítica de Grosfoguel (2016) à estrutura do conhecimento nas universidades, o necessário movimento de descolonização do conhecimento proposto por Nilma Lino Gomes (2017)

e a perspectiva contracolonial de Antônio Bispo (2015), assim como considera outras práticas pedagógicas que contemplam a herança africana como referenciais: a pedagogia griô (PACHECO, 2006), a pretagogia (SILVA, 2013), a pedagoginga (ROSA, 2019) e a pedagogia das encruzilhadas (RUFINO, 2019). Contempla a proposta de educação democrática com base nas obras de bell hooks em sua Trilogia do Ensino: Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade (2017); Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática (2020) e; Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança (2021), com publicação da tradução em pré-venda no Brasil. Também considera as contribuições de Azoilda Trindade (2006) sobre a importância da valorização do aspecto afetivo no universo escolar/universitário, que possibilite relações afetivas ricas em nossa prática cotidiana.

Os resultados deste trabalho trazem outras possiblidades epistemológicas em torno da educação, um percurso que vem sendo tecido a partir do Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a implementação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº11.645/2008. Constatamos que, não é possível investir em práticas pedagógicas baseadas na cosmologia africana, sem que se reoriente o currículo a partir de saberes construídos nos termos de nossos próprios referenciais e que considere a produção de conhecimento de mulheres negras. As práticas pautadas em saberes tradicionais e/ou contracoloniais partem de um esforço na constituição de um pensamento inclusivo e democrático, em que a formação de estudantes universitárias/os não consista unicamente na preparação para suas vidas como trabalhadoras/es, mas como seres.

As práticas pautadas em saberes tradicionais e/ou contracoloniais partem de um esforço na constituição de um pensamento inclusivo e democrático, em que a formação de estudantes universitárias/os não

consista unicamente na preparação para suas vidas como trabalhadoras/es, mas como seres humanos plenos, assim como privilegia o reconhecimento de saberes a partir de outros referenciais não hegemônicos.

Referências

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org). 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.127-138.

GROSFOGUEL, Ramón. Estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. Sociedade e Estado. 31 (1), Jan-Apr 2016. p.25-49.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

PACHECO, Líllian. Pedagogia griô: a reinvenção da roda da vida. Lençóis, Grãos de Luz e Griô, 2006.

ROSA, Allan da. Pedagoginga, autonomia e mocambagem. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: CHAVES, Marjorie N. et a. (org.). Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal. 1.ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019. p.23-35.

SILVA, Geranilde Costa e. Pretagogia: construindo um referencial teórico-metodológico de matriz africana para a formação de professores/as. 2013. 243f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Saberes e Fazeres (vol.3): Modos de Interagir. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

Projeto de ação educativa no Cais do Valongo: entre dor e resistência

Thamires da Costa Silva [1]

O Cais do Valongo está situado na cidade do Rio de Janeiro, especificamente em uma região conhecida como Pequena África, formada pela união de três bairros: Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Essa denominação foi feita pelo compositor, cantor e artista plástico Heitor dos Prazeres, uma grande referência na criação das principais escolas de samba no Brasil. O Cais era um dos principais locais de entrada da população negra escravizada, aproximadamente cerca de 60% dos africanos escravizados que chegaram ao Brasil, desembarcaram no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1774 e 1831, de acordo com Paula e Herédia (2018), somente no Cais do Valongo chegaram cerca de 1 milhão de escravizados.

Antes da criação do Cais do Valongo, a população escravizada desembarcava na Praça XV, junto com portugueses, posterioemente o embarque e desembarue dos negros foi transferido para a região do Valogo, mais afastada do centro urbano da cidade do Rio de Janeiro e das vistas da aristrocacia brasileira. Os escravizados eram isolados, sob a justificativa de não contaminar o resto da cidade (ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; e GURAN, Milton, 2013). Além do Cais do Valongo, também faziam parte do esquema de compra e venda de seres humanos,

[1] Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, na Universidade Estadual do Goiás. Arquiteta e Urbanista efetiva no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Especialista em Cidades, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

mercados, para vender os escravizados que passaram pelo processo de Diáspora Africana[2] e chegaram vivos, o cemitério dos pretos novos, onde eram enterrados os que não sobreviviam à travessia, locais de quarentena e outros.

Durante anos o Cais do Valongo sofreu um processo de silenciamento e apagamento simbólico-material, pois em 1843, esse lugar de memória (NORA, 1993) foi aterrado, reformado e inclusive mudou de nome e se converteu em Cais da Imperatriz, para que pudesse receber a princesa Teresa Cristina. Em 1911, ocorre a segunda tentativa de esconder o passado sombrio e o processo de escravidão brasileira, com a reforma Pereira Passos, que buscava transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma Paris Tropical, alargando ruas, demolindo cortiços e direcionado a população mais pobre para o suburbio carioca. A ideia era homogeneizar a cidade, com isso o antigo Cais da Imperatriz foi aterrado e deu lugar a Praça Municipal.

Em 2009, com as obras em função da Copa do Mundo (2014) e Olimpíada (2016), o projeto do Porto Maravilha, idealizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, encontrou os vestígios do Cais do Valongo, no ano de 2011 e foi possível graças a um intenso trabalho de arqueologia, entender melhor como era a vida e morte dessas pessoas negras que foram trazidas à força para o Brasil.

A principal problemática da proposta em questão é compreender como a memória atrelada a dor de chegada forçada dos negros africanos pode ser abordada nas salas de aula, principalmente nas escolas de ensino básico, uma vez que no ano de 2003, foi criada a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas

[2] De acordo com a Fundação Palmares, diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados.

escolas, a fim de ressaltar a importância da cultura negra para a formação da sociedade brasileira.

A proposta prática consiste na criação de uma oficina para os professores de ciências humanas da Escola Fundação Darcy Vargas, que está situada próximo ao Cais do Valongo. A oficina auxiliará os professores a assimilar o importante entorno histórico que a escola na qual eles trabalham está inserida e possam funcionar como propagadores da memória africana local para seus alunos.

A oficina será importante pois além de rememorar junto aos professores, o Cais do Valongo, que é Patrimônio da Humanidade desde 2017, terá como uma das propostas enxergar além da dor e do sofrimento que associasse ao pensar na história da escravidão no Brasil. Por isso, uma das etapas é a valorização dos saberes e fazeres desse grupo social, com uma prática de escuta e análise de pontos[3] de umbanda/candomblé e uma prática de turbantes, como forma de valorizar a beleza e cultura negra.

É preciso destacar também, uma justificativa moral para a escolha desse tema e recorte geográfico. A população negra e escravizadas durante a anos foi silenciada e esquecida, portanto dar voz a esse grupo social se torna um dever desta pesquisadora, como mulher negra. Spivak (2010, p. 23) já dizia que o subalterno não pode falar e ressaltava a missão intrínseca das pesquisadoras.

Como dizia Pierre Nora, "A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente" (1993, p. 09). Fazer com que os professores e indiretamente seus alunos reflitam sobre essa memória coletiva, que de alguma forma se conecta ou (se repele) as memórias afetivas de suas vidas, será essencial, seja porque seus bisavós foram netos de pessoas escravizadas ou porque eles moram no entorno da escola, que

[3] Músicas para louvar e invocar os espíritos.

é rico de lugares de memória relacionado aos afrodescendentes. Auxiliar na promoção de um olhar crítico em relação a cidade e o entorno escolar desses professores e consequentemente dos estudantes, é uma das metas deste trabalho.

Esse trabalho tem como objetivo geral a promoção das possibilidades de educação patrimonial da herança africana, tendo como objeto focal o Cais do Valongo, situado na Pequena África do Rio de Janeiro, com o público participante de professores de Português, Artes, Música, História e Geografia, da Escola Fundação Darcy Vargas. Além disso, também analisa as implicações e resultados da realização de uma oficina de educação patrimonial, que utiliza múltiplas dimensões, como as rodas de conversa, exibição de vídeos, a visitação, prática musical e prática de turbante.

Os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa serão: a análise bibliográfica, estudo comparativo entre autores que abordam patrimônio cultural, educação patrimonial, memória e identidade, realização de rodas de conversa, exibição de vídeo, visita ao bem escolhido, práticas musicais e de turbante. A realização desse projeto contará com algumas etapas, a primeira é a análise bibliográfica com a conceituação de cultura, identidade, memória, patrimônio cultural e educação patrimonial. É preciso também realizar um profundo estudo sobre o Cais do Valongo, o bem específico escolhido.

Por fim, é importante destacar que o projeto de ação educativa será extremamente útil para que os professores funcionem como mediadores entre o Cais do Valongo, situado na Pequena África e os alunos a fim de intensificarem as relações de pertencimento com a região que eles residem e entender que nem tudo o que o Estado elege para ser protegido, representa toda a população, mas sim que pode fazer parte de um processo de apagamento e silenciamento dos seus antepassados.

Referências

NORA, Pierre, **Entre memória e História.** A problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, out. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; e GURAN, Milton (org.) **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil.** Niterói: PPGH/UFF, 2014.

PAULA, Angela Teberga de; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **A "turistificação" de um lugar de memória é possível? um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais do Valongo (Rio de Janeiro, Brasil)**. Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 8-22, janeiro/abril, 2018.

Política afirmativa de permanência simbólica e a insurgência da decolonialidade na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rosana da Silva Pereira [1]

O espaço universitário ao longo dos últimos anos vem se modificando em decorrência das Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior que proporcionaram a diversificação do perfil estudantil de ingresso e permanência nas universidades brasileiras. As mudanças no *ethos universitário* podem ser compreendidas a partir de Jesus (2019) que nos apresenta as nuances das trajetórias de estudantes cotistas negros no ensino superior brasileiro, partindo dos dados quantitativos e qualitativos, entende-se que a presença negra é factual e a permanência deve ser compreendida como uma política afirmativa imprescindível.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se estabelecendo deste a sua criação como uma política afirmativa, concentrando-se em um território massivamente negro, e partindo da hipótese que a mesma impacta positivamente no desenvolvimento regional do Recôncavo e possui em sua gênese o comprometimento com a responsabilidade social, nesta investigação de caráter qualitativo, lançamos mão da seguinte questão de pesquisa: É possível pensar a decolonialidade na permanência simbólica de jovens mulheres negras nos cursos de saúde da UFRB?

O objetivo central se baseia na reflexão sobre a permanência simbólica e a decolonialidade a partir das narrativas de jovens estudantes

1 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: rosanapereira@ufmg.br

negras cotistas nos cursos de saúde da UFRB. Os objetivos específicos: (i) Conhecer as narrativas e trajetórias educacionais; (ii) Compreender os impactos da UFRB nas trajetórias.

Partindo da concepção de permanência simbólica desenvolvida por Santos (2009), na qual a autora discute que tal dimensão da permanência vincula-se com a existência na universidade: grupos de estudo, pesquisa, extensão, nas atividades acadêmicas de apresentação, publicação e apresentação de pesquisas, viagens acadêmicas e intercâmbios, esta investigação apresenta as noções de enunciação, memória e existência como elementares para a discussão da decolonialidade no contexto de promoção das políticas afirmativas no ensino superior.

Levando em consideração a natureza da temática escolhida, o caráter qualitativo, como orienta Antonio Chizzotti (2006, p. 79), consegue estabelecer uma relação dinâmica, viva, de interdependência entre o mundo real e o sujeito, que possuem, segundo o autor, uma relação indissociável a qual a conexão estabelecida entre ele está baseada na teoria explicativa. Isto é, o sujeito-observador, carregados de significados, fazem parte do processo de construção do conhecimento.

Portanto, a técnica de coleta de dados foi o mapeamento das sujeitas da pesquisa, a partir do compartilhamento de formulários on-line, e posteriormente a seleção para a realização das entrevista semiestruturadas, a qual o roteiro de entrevista em profundidade se baseia em três dimensões: a) identificação permeando a autodeclaração, núcleo familiar e perfil socioeconômico; b) identificação da trajetória escolar e acadêmica, compreendendo a caminhada das sujeitas da pesquisa até a universidade, com questões referentes ao acesso na universidade, escolha do curso, os processos vinculadas à afiliação, permanência material e simbólica.

Nesta perspectiva, a partir das investigações sobre as experiências vivenciadas pelas jovens negras cotistas, pode-se entender os processos que circundam as Políticas Afirmativas, pretendendo-se contribuir para a área de pesquisa reconhecendo a presença negra no ensino superior como essencial para a promoção da igualdade racial.

Referências

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais,** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

JESUS, Rodrigo Ednilson. **Reafirmando direitos**: trajetórias de estudantes cotistas negros (as) no Ensino Superior Brasileiro. Belo Horizonte, 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

“No creo en brujas, pero que las hay, las hay”: quem são as bruxas?

Bernard Constantino Ribeiro [1]
Camilla Helena Guimarães da Silva [2]
Vanessa Hernandez Caporlingua [3]

O presente trabalho busca resgatar, a partir do livro “Calibã e a Bruxa” de Silvia Federici, o conceito de “bruxa”. Quem eram no passado e quem são as bruxas da atualidade? Como podemos usar essa ideia na educação?

A referida autora faz uma viagem em seu livro sobre o surgimento do capitalismo, destacando que, geralmente, as bases teóricas utilizadas para essa análise são Marx e Foucault. Porém, na sua escrita, explicita que esses registros, apesar de terem grande relevância, deixaram de passar um olhar sobre o feminino. Nessa obra (“Calibã e a Bruxa”), é investigado o que houve com as mulheres durante a lenta e gradual instalação do capitalismo.

Muitas mulheres que possuíam liberdade sexual tinham destreza com seus corpos e ervas ou não se adequavam ao novo sistema vigente, eram taxadas de bruxas, caçadas e queimadas. Esse resumo tem como objetivo desvelar um conceito emergente dos grupos de discussão

[1] Doutoranda em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG) E-mail: camilla.rostas@gmail.com

[2] Doutorando em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG) E-mail: bconstantinor@gmail.com

[3] Doutora em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG). Professora do PPGEA-FURG. E-mail: vcaporlingua@gmail.com

feminina para as bruxas na atualidade, em paralelo com o produto de Federici (2017).

Primeiramente, foi realizada a leitura completa da obra "Calibã e a Bruxa", de Silvia Federici. A partir da leitura, foram emergindo tópicos de interesse, que foram registrados no livro. A grande inquietação que surgiu foi: de que forma as pessoas da atualidade interpretam a imagem da bruxa?

Para tanto, foi realizado um questionário com 7 perguntas, sendo 4 fechadas e 3 abertas, na plataforma do *Google Forms*, sendo disponibilizado em grupos de *Whatsapp* de tópicos femininos, ficando aberto por 24 horas. Foram alcançadas 63 respostas. Assim, neste resumo nos debruçamos em apenas 3 perguntas presentes na consulta.

Para a análise dos dados das questões fechadas, utilizou-se da metodologia da estatística descritiva disponibilizada pela própria plataforma de formulários do *Google Forms*. Para as questões abertas, se utilizou a Análise Descritiva de Bardin (2011).

O ponto de partida que tomamos é de que o quadro que conhecemos do feudalismo, pautados nas aulas de história tradicionais, como uma época monótona, é uma falácia; havia vários conflitos, pois as pessoas começavam a perceber que estavam sendo afastadas da terra e da vida comunitária. Pode-se considerar esse período como um embrião do capitalismo.

Assim, observamos que nesse cenário os processos reprodutivos estavam em pé de igualdade com a produção. A caça às bruxas, então, teria vindo como uma forma de sequestrar das mulheres toda a autonomia de que desfrutavam (FEDERICI, 2017).

Federici (2017) ainda relata como a "crise do trabalho" da Baixa Idade Média transmutou a imagem do herege para as mulheres. Logo, todas

aquelas que não concordassem em reproduzir para gerar mão-de-obra, também eram denominadas de bruxas.

A primeira pergunta realizada na consulta foi “Na tua opinião, o que seria uma bruxa?”. As respostas foram categorizadas em 4 grupos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1: Categorias emergentes da questão “Na tua opinião, o que seria uma bruxa?”

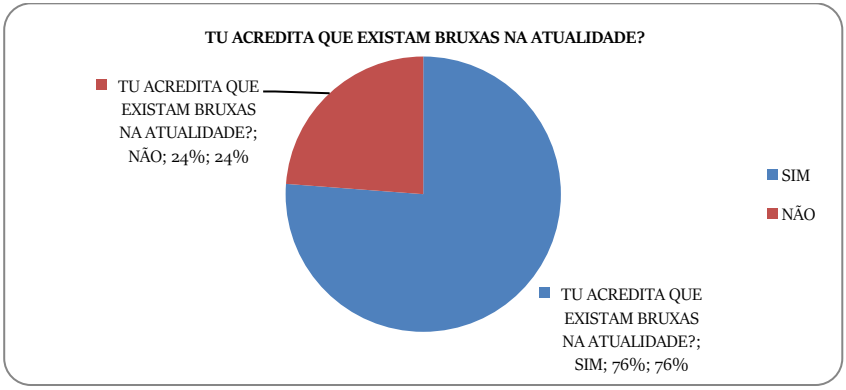
Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4
Bruxas como seres místicos ligadas à natureza	Bruxas como mulheres de inteligência e resistência	Bruxas como seres negativos	Outras respostas

Foi observado que a maioria (30 de 63 respostas) considera as bruxas com uma relação mística. Como exemplo de respostas, citamos: “Uma pessoa que compreende sobre os elementos da natureza e que sabe utilizá-los com destreza e consciência. Conhece sobre espiritualidade (independente de questão religiosa)”; “Uma mulher inteligente, com poder de persuasão, conhecedora de rituais de cura, livre e dona do seu próprio caminho.”; “Uma mulher com poderes que vão além do entendimento científico, sobrenaturais.”; “Creio que as pessoas possuem um preconceito muito grande a bruxaria e a bruxa, pra mim, uma bruxa é alguém que de forma positiva, utiliza de plantas e ervas para fazer seus ritos.”

Como segunda categoria mais encontrada na consulta, temos “Bruxas como mulheres de inteligência e resistência” (21 de 63 respostas). Como exemplo de resposta, citamos: “Mulher resistente e questionadora”; “Uma mulher independente”; “Uma feminista empoderada”; “Mulher forte e com muita sabedoria”; “Bruxas são mulheres inteligentes que desafiam o patriarcado”.

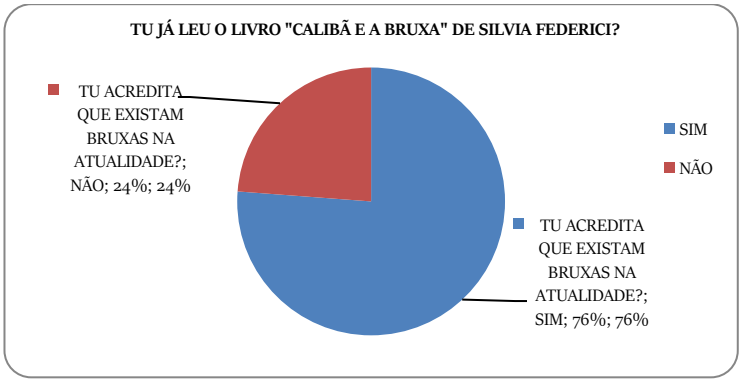
A segunda pergunta da consulta foi relacionada à existência de bruxas na atualidade; conforme demonstra o gráfico abaixo, a maioria (55 de 63 pessoas) acredita que há bruxas entre nós.

Figura 1: Gráfico sobre a pergunta "Tu acredita que existam bruxas na atualidade?"



Quando questionadas se tinham lido o livro "Calibã e a Bruxa", apenas 15 de 63 pessoas afirmaram que sim. Isso pode indicar o motivo de haver divergências dos resultados encontrados com o que está presente no livro de Federici.

Figura 2: Gráfico sobre a pergunta "Tu já leu o livro "Calibã e a bruxa" de Silvia Federici?"



> O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 7).

As relações humanas são pautadas por poderes simbólicos. Eles possuem grande influência na visão de mundo e na realidade das pessoas. As bruxas sempre foram e vão ser um elo entre mito e razão ou entre ficção e realidade, pois elas se encontram no campo do imaginário popular que é disseminado pela cultura e pelos costumes de um povo e que, sobretudo, estabelecem relação e consequências nas ações do pensamento humano.

A educação, portanto, emerge como uma categoria que pode mediar, se utilizada com uma intencionalidade expressa de promoção da paridade de gênero, de debate em torno da diferença e diversidade; e fomentar uma descolonização do saber, que permita destacar a questão da emancipação e da autonomia das mulheres, enquanto componentes de um desenvolvimento socioambiental, pautado no respeito, no reconhecimento e na construção de um saber feminino de mundo.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e Caça às bruxas.** São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

96

Direito à educação e protagonismo juvenil: um olhar sob a perspectiva da desigualdade racial

Rafaela Clice Rocha Ribeiro [1]

O presente estudo pretendeu relacionar o direito à educação e o desenvolvimento do protagonismo e emancipação social da juventude negra dentro do sistema educacional público do Estado de São Paulo. A problemática apresentada trata da ineficiência das políticas públicas educacionais de promoção do protagonismo juvenil negro e sua emancipação social pelo governo do Estado de São Paulo. Partindo desse questionamento, teve-se como hipóteses de pesquisa que a defasagem do ensino público oferecido nas escolas públicas periféricas, em especial no nível médio, e a reprodução da desigualdade social e discriminação racial dentro do ambiente educacional culminam no impedimento do desenvolvimento pleno do protagonismo da juventude negra e da sua efetiva introdução no processo de participação social. Assim, a pesquisa teve o objetivo identificar se a aplicação do direito à educação disposto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 no ensino médio da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, no período compreendido entre 2014 e 2020, é efetiva no combate à desigualdade social e racial vivenciada pela juventude negra e periférica da cidade de Guarulhos/SP para promoção de seu protagonismo e emancipação social. Especificamente, se buscou compreender o direito à educação por meio da legislação nacional, dos

1 Graduada em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (São Paulo). Militante das causas juvenis e pesquisadora na área jurídica com enfoque em Educação, Raça e Direitos Humanos.

pactos internacionais e dos respectivos entendimentos doutrinários em seus aspectos qualitativos para que ele seja, de fato, efetivo. Assim como, analisou-se o entendimento dos educadores e dos estudantes da rede de ensino público estadual na cidade de Guarulhos/SP acerca das políticas educacionais de promoção do protagonismo e emancipação social da juventude negra, posteriormente sendo feito um comparativo entre a realidade vivenciada por eles e o previsto nas legislações nacionais e internacionais, bem como com a produção jurídica científica, para verificação se o direito à educaçao disposto na Carta Magna é efetivo quando colocado em prática pelo Governo do Estado de São Paulo e quando pensado em juventude negra e da periferia. A pesquisa se justificou por se entender que a desigualdade sociorracial no Brasil é estrutural e, portanto, tem influência em todos os aspectos da vida da juventude negra. O direito à educação, como direito social fundamental à essa população, deve ser efetivo no combate à manifestação estrutural de desigualdade social e discriminação racial e propiciar o desenvolvimento da emancipação social da juventude negra e pobre num todo. No entanto, o que se vê é que, mesmo dentro do ambiente educacional as políticas voltadas ao empoderamento e emancipação social desses e dessas jovens ficam aquém do necessário, o que esbarra na efetivação do direito supramencionado. Nesse sentido, pensar o direito à educação como forma de combate à segregação sociorracial e ao subdesenvolvimento da juventude negra e periférica como sujeitos de direitos e construtores de uma sociedade justa e solidária traz à luz a importância de se estudar esse instituto jurídico basilar para os direitos humanos-sociais brasileiros. Assim, o presente estudo é extremamente relevante à comunidade científica quando relacionado ao contexto atual de sobrevivência da juventude negra e pobre, o que se justifica não só pelo vastíssimo campo das pesquisas sociais que adentram na questão levantada, mas pela

detecção do quão pouco se é estudado nas Escolas de Direito sobre o tema proposto, o resultado disso é a parca produção científica pela comunidade jurídica no tocante ao conteúdo que se pretendeu abordar. Nesse passo, para a construção do trabalho se utilizou o método investigativo dedutivo dentro da linha de pesquisa jurídico-sociológica, no sentido em que foram utilizadas como técnicas de pesquisa a pesquisa documental jurídica, por meio de leitura de doutrina e análise da legislação vigente sobre o tema; pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de artigos, dissertações e teses; e pesquisa direta por meio de pesquisa de campo realizada com os educadores e estudantes do ensino médio estadual da cidade de Guarulhos/SP. Assim, o bojo do artigo elaborado é composto, primeiramente, pelo resgate histórico do conceito de educação e como esse fenômeno passou a ser pensado como direito humano. Em seguida, pela apresentação de um breve histórico de como se deu a positivação desse direito na ordem nacional e o exercício dele pelo povo negro para que então se revelasse o caráter emancipatório da educação como forma de construção da cidadania e da participação social dos indivíduos e, por fim, se expusesse a realidade vivenciada pela juventude negra nos ambientes escolares e os impactos que ela tem na estrutura política e social do Estado. O resultado do estudo não foi outro senão a constatação que o direito à educação no Brasil não é vivenciado conforme é contado; primeiramente, por não se poder considerar a existência de educação formal e universal para o povo brasileiro até a publicação da Lei nº 3.353/1888 (Lei Áurea), o que indica que a educação formal no Brasil, objetivamente, acontece há pouco mais de 133 anos e implica em uma defasagem histórica à população brasileira e ao desenvolvimento social do país. Constatou-se também que em que pese a existência de instrumentos normativos que abarque esse flagelo social e reforcem a necessidade de uma educação emancipatória para todos – especialmente à juventude negra e pobre, os indicativos

demonstram que ainda não se é possível falar que no Brasil a educação pública é de qualidade e que ela tenha superado a desigualdade racial que é viva e estruturante no país. Entende-se, portanto, que enquanto as políticas estatais de educação não priorizarem o contexto racial e social da juventude do país, será impossível avançar em termos de qualquer tipo de desenvolvimento que se queira, pois o desenvolvimento nacional está invariavelmente ligado ao pleno exercício da cidadania, a qual depende em muito da educação fornecida pelo poder público, por ser a principal ferramenta de emancipação social e política dos cidadãos.

Amefricanidade na insurgente ação artística/ educativa de Raquel Trindade, A Kambinda

Cícera Edvânia Silva dos Santos [1]
Maria Emilia Sardelich [2]

Este resumo expandido apresenta dados parciais de uma pesquisa qualitativa, de corte historiográfico, que tem por objetivo mapear iniciativas da arte educação brasileira que se gestam no fluxo memorativo entre África-Brasil. Para tanto partimos do conceito de amefricanidade, proposto por Lélia Gonzalez (1935 – 1994), como "[...]processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada" (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Consideramos que o trabalho artístico e educativo de Raquel Trindade (1936 – 2018) respondeu a violência do "racismo estrutural" (ALMEIDA, 2019) e teve em conta a "[...]heróica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação" (GONZALEZ, 1988, p. 78). Filha da paraibana Maria

1 Mestra em Artes Visuais pelo Programa Associado de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba (PPGAV UFPE/UFPB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Educação Infantil pelo Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). Licenciada em Artes Visuais pelo Centro de Artes Reitora Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau (URCA). Professora formadora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Email: ciceraedvania.01@gmail.com ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/3382204104424140 ID Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5798-6331

2 Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Educação (CE), Departamento de Metodologia da Educação (DME). Pesquisadora permanente do Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFPB e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua atividade como docente e pesquisadora problematiza a performatividade dos atos visuais como atuações reiteradas que promovem, legitimam e sancionam normas relacionadas com o gênero, raça, classe social e diferença cultural. Email: emisardelich@gmail.com ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/8436767321723519 ID Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8134-8807

Margarida da Trindade (1917 – 1998) e do pernambucano Solano Trindade (1908 – 1974), desde criança Raquel se envolveu com a empresa familiar no *Teatro Popular Brasileiro* (TPB), uma organização ativista, fundada no Rio de Janeiro em 1950, para a valorização da cultura afro-brasileira, através da Educação e da Arte. Em meados de 1964 sofreu sérias queimaduras e passou por um longo tratamento hospitalar.

Nesse período, o desenho manifestou-se como um processo terapêutico, "[...]para dar desenvoltura às mãos queimadas" (TRINDADE, 1966, p. 11). A partir de então, participou de várias exposições coletivas organizadas pelo TPB e outras como as do XIV Salão Paulista de Arte Moderna, de 1965, e XVI, em 1967. Na medida em que foi sendo reconhecida como pintora passou a assinar como *A Kambinda*, para se desprender do sobrenome paterno e das acusações de que as menções honrosas que recebia, como a medalha de bronze do Salão de Arte Plásticas do Embu, em 1965, eram devidas à grandeza do ativismo poético político de seu pai e não ao seu fazer criativo.

Como manifestou em várias ocasiões, sofreu discriminação por ser "[...]negra, artista popular, nordestina, candomblezeira, militante do movimento negro e militante socialista" (TRINDADE, 2015). Em uma de suas primeiras entrevistas ao *Suplemento Feminino*, Raquel já se posicionava em relação às hierárquicas classificações artísticas indicando a sua insatisfação com essas categorizações (TRINDADE, 1966). São os elementos estéticos do reducionismo, a desproporção, a estilização, a frontalidade e a repetição acentuada das formas que levou a artista a contestar a sua classificação como primitivista, ingênua ou *naif* pelos críticos da época.

A artista afirmava sua intencionalidade em um elitista circuito artístico reconhecendo sua produção sob a denominação afro-brasileira, e participando de exposições ao ar livre, na Praça da República, da capital

paulistana. Maria Cecília Felix Calaça considera Raquel Trindade como um dos ícones do movimento de artistas de fundamento negro, contra hegemônico, da década de 1980 (CALAÇA, 2013). Com a morte do pai, em 1974, Raquel fundou o *Teatro Popular Solano Trindade* (TPST), em 1975, dando continuidade à proposta artística e cultural do TPB.

A princípio o TPST não tinha espaço físico, constituía-se em um movimento cultural circulante que se deslocava por vários pontos da cidade, como praças, parques públicos e ginásios. Em 1980 obteve o registro formal do teatro que, desde seus inícios, se vinculou aos movimentos negros da época, como consta no Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil (ISER, 1988). Mesmo sem o curso superior, seu notório conhecimento sobre as danças brasileiras a colocou como professora do curso de Artes Cênicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre 1987 e 1992. A presença de Raquel Trindade como professora foi um marco na história de uma Universidade edificada entre as duas grandes empresas coloniais: a do açúcar e do café.

A artista ocupou um espaço social singular em relação à representação e representatividade das mulheres negras no sistema das artes e seus ensinos. Na extensão universitária organizou o grupo *Urucungos, Puítas e Quijêngues*. Esse grupo se constituiu como um grupo da nação maracatu. Maracatú nação é uma performance que inclui dança e música. Participar de um grupo de maracatú é se comprometer com as práticas de um mesmo território, é pertencer a uma nação.

A nação refere-se à forma como os grupos de escravizados eram organizados a partir da lógica do tráfico, geralmente designada pelos nomes das rotas, Guiné, Mina, Angola, Moçambique. Os integrantes de um grupo de nação maracatu compartilham modos de fazer e conhecer, não só na forma de construir e afinar instrumentos musicais, desenhar ou bordar roupas, mas também na manutenção dos valores civilizatórios

africanos: o Axé, a corporeidade, a oralidade, a ancestralidade (OLIVEIRA, 2012).

Organizar e manter um grupo de maracatú indica o compromisso em resguardar práticas culturais, criando e agregando comunidade, reforçando signos de identidade. Embora o espaço de representação e representatividade da Universidade fosse relevante tanto pessoal como coletivamente, ocupar esse lugar também custou caro e em várias ocasiões a artista mencionou a discriminação sofrida pela "branquitude" (Schucman, 2020) da elite acadêmica. Identificamos na obra artística e educativa de Raquel Trindade as características de sustentar um território, de viver comunidade e de constituir uma rede social. Seu intenso ativismo artístico respondeu ao contexto opressivo do momento histórico vivido e visibilizou as evidentes marcas da "colonialidade do poder" (QUIJANO, 2005), do saber e ser (MALDONADO-TORRES, 2007).

Sua abordagem contra hegemônica tornou visível a naturalização das desiguais relações da sociedade brasileira. Sua forma de ativar corpos dançantes respondeu às questões específicas do opressivo contexto em que viveu exercendo insurgências, contracondutas, uma forma amefricana de se posicionar no mundo, capaz de reinventar-se "[...]tanto na opressão como na resistência" (GONZALEZ, 1981, p. 4).

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

Calaça, Maria Cecília Felix. **Movimento artístico e educacional de fundamento negro da Praça da República**: São Paulo 1960 – 1980. Tese, Universidade Federal do Ceará, 2013.

Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92-93, 69-82, 1988.

Gonzalez, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. **Folhetim - Folha de São Paulo,** 4, 1981.

Iser. Instituto de Estudos da Religião. **Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil.** Rio de Janeiro: ISER, 1988.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 18, p. 28-47, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais- Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Schucman Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Veneta, 2020.

TRINDADE, Raquel. Entrevista a Renata Martins. **Empoderadas,** 29 setembro de 2015. Trindade, Raquel. A pintura de Raquel. **Suplemento Feminino do Estado de São Paulo**, 4 de fevereiro 1966.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil, assim como monografias, dissertações, teses, tal como grupos de estudo e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas
principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org